

# **Espiritualidade e Poder na Lisboa dos Finais da Idade Média: a Colegiada de São Lourenço e os seus Patronos (1298-1515)**

**Gonçalo Miguel Correia Melo da Silva**

**Dissertação de Mestrado em História - Área de Especialização em  
História Medieval**

**Novembro, 2012**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Mestre em História - Área de Especialização em História  
Medieval , realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Amélia  
Aguiar Andrade e co-orientação do Professor Doutor Mário Sérgio Farelo

*À minha Mãe*

## AGRADECIMENTOS

A redacção de uma dissertação de Mestrado resulta do esforço do investigador e dos contributos que este recebe daqueles que o rodeiam. Apesar de agradecer os saberes e os incentivos recebidos com palavras ou, por vezes, simplesmente com olhares, cabe agora reiterar mais uma vez os meus agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para levar esta dissertação ao seu fim último.

Os meus primeiros, e mais profundos, agradecimentos dirigem-se para os meus orientadores, os professores Amélia Aguiar Andrade e Mário Sérgio Farelo. Mestres e amigos que têm guiado, desde os primeiros anos da licenciatura, o meu interesse pela relação entre os diferentes poderes presentes na cidade medieval e as transformações que estes operavam no espaços urbano e rural. Agradeço-lhes pela firmeza da orientação, pela confiança no meu trabalho, pelo incassável apoio, pelas suas exigentes apreciações, pela disponibilidade em esclarecerem as minhas dúvidas e receios e pela contínua e generosa oferta dos seus saberes a um investigador ainda tão *verdinho*.

Agradeço igualmente aos nossos professores de mestrado, professores Bernardo Vasconcelos e Sousa, Maria de Lurdes Rosa e Maria João Branco, pela sua disponibilidade e pelas sugestões que enriqueceram o meu trabalho.

Os meus agradecimentos dirigem-se igualmente para o IEM e para o GI *Espaços e Poderes*, que constituem para mim espaços de uma produtiva troca de conhecimentos e discussão de ideias.

Aos meus colegas de mestrado, Ana Paula, Cláudio, Eduardo, Paulo e Patrícia, agradeço a amizade e o apoio.

Fora do mundo académico, agradeço antes de mais a todos os meus familiares maternos, aos meus avôs, à minha Tia, à Beatriz, ao *Johnny*, ao Paulo, ao Matos e ao Tio Leal, mas sobretudo e principalmente, à minha Mãe. Sem o seu apoio e força o resultado final não seria o mesmo. Obrigado Mãe por me ensinares todos os dias como é imprescindível trabalhar naquilo que gosto e ser determinado na prossecução dos meus sonhos.

Agradeço a todos os meus amigos que, fosse no café do Hotel *Continental* a tomar chá, nas noites de levante do verão algarvio entre as *caipiblocks*, ou ainda, nas manhãs de domingo na praia da Luz, me permitiram fugir à solidão da escrita da história. Entre eles agradeço sobretudo, pelo apoio e pelas gargalhadas, à Patrícia Marques, ao

Gonçalo Lopes, à Sara Encarnação, à Cândida de Novais, à Célia e à sua família, à Aidinha e à «malta da biblioteca de Bensafrim».

*Last but not least*, agradeço à Tatiana pelo seu apoio nos últimos meses da escrita desta dissertação.

# **Espiritualidade e Poder na Lisboa dos finais da Idade Média: a Colegiada de São Lourenço e os seus Patronos (1298-1515)**

**Gonçalo Miguel Correia Melo da Silva**

## **RESUMO**

A presente dissertação tem como objecto de estudo a colegiada de São Lourenço de Lisboa entre o período 1298 e 1515 sob três perspectivas de análise: uma primeira destinada a esclarecer a organização interna da colegiada e fazer o estudo prosopográfico dos seus membros; uma segunda que se vai focar nas práticas de ensino da colegiada e das suas capelas revelando ainda os aspectos sociológicos que permitem caracterizar os seus estudantes. Finalmente, pretende-se esclarecer a relação das famílias patronais com a instituição e o modo como os contornos dessa ligação se constituíram como um elemento importante da sua afirmação social e familiar no contexto das elites da cidade de Lisboa no período considerado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colegiada de São Lourenço, Lisboa, Nogueira, Brito, Capelas, Morgadios, Espiritualidade, Ensino, Estudantes

## **ABSTRACT**

The present dissertation studies the Collegiate Church of Saint Lawrence, in Lisbon, from 1298 to 1515, looking at it from three different perspectives of analysis: firstly, it studies the internal organization of the collegiate church through the prosopographical reconstitution of the careers of its members; secondly, it focuses on the teaching practices within the collegiate church and in its private chapels, thereby aiming at revealing the sociological aspects that allow us to characterize their students; finally, it looks into the relation between the patron's family and the church and how this connection became an important element in the family's strategy to affirm itself, socially, within the complex context of the elites of Lisbon during this period.

**KEYWORDS:** Collegiate of Saint Lawrence, Lisbon, Nogueira Family, Brito Family, Private Chapels, Spirituality, Education, Students, Morgadios.

## Índice

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo I: A Colegiada de São Lourenço em contexto</b> .....	8
1. Colegiadas.....	8
2. A rede paroquial e as colegiadas em Lisboa .....	12
3. A Colegiada de São Lourenço de Lisboa .....	16
4. A informação disponível: potencialidades e limitações .....	23
<b>Capítulo II: Os Homens da Colegiada</b> .....	29
1. Os Dirigentes.....	32
1.1. Priores .....	32
1.2. Raçoeiros.....	46
2. Os cargos religiosos .....	54
2.1. Curas .....	54
2.2. Capelães .....	55
3. Os cargos administrativos.....	55
3.1. Prioste .....	55
3.2. Tesoureiro .....	58
3.3. Ecónomos.....	60
3.4. Outros clérigos .....	62
<b>Capítulo III: A função educativa na Colegiada</b> .....	64
1. A função educativa na Colegiada .....	64
2. A estratégia educativa .....	65
3. Os estudantes.....	73
4. Os livros e a sua circulação .....	77
<b>Capítulo IV – Os Patronos</b> .....	84
1. A família patronal no século XIV: Os Nogueira.....	85
1.1. Os primeiros patronos: Mestre Pedro, Lourenço Peres Sénior e Miguel Vivas... ..	85
1.2. Na fase de ascensão social: Os filhos de Lourenço Peres Sénior e Constança Eanes Palhavã.....	91
1.3. A nobilitação de uma família: Afonso Eanes Nogueira e Joana Vaz de Almada .....	102
2. A família patronal no século XV: dos últimos Nogueira à afirmação dos Brito ....	107
2.1. A derradeira geração Nogueira: Os filhos de Afonso Eanes Nogueira .....	107
2.2. Irmãos e patronos: Mem de Brito e Álvaro de Brito.....	116
2.3. Apogeu de uma família: Luís de Brito e Simão de Brito .....	119
2.4. Os últimos Britos medievais: Os filhos de Luís de Brito .....	124
<b>Conclusão</b> .....	126
<b>Bibliografia e Fontes</b> .....	132
<b>Anexo</b> .....	162
<b>Índice de Listas, Quadros e Esquemas Genealógicos</b> .....	VII

## Índice de Listas, Quadros e Esquemas Genealógicos

### Índice de Listas:

Lista 1: Os Priores da Colegiada de São Lourenço de Lisboa (1298-1515).....	163
Lista 2: Os Raçoeiros da Colegiada de São Lourenço de Lisboa (1298-1515) .....	163
Lista 3: Os Curas da Colegiada de São Lourenço de Lisboa (1298-1515).....	166
Lista 4: Os Capelães da Colegiada de São Lourenço de Lisboa (1298-1515).....	166
Lista 5: Os Priestes da Colegiada de São Lourenço de Lisboa (1298-1515).....	166
Lista 6: Os Tesoureiros da Colegiada de São Lourenço de Lisboa (1298-1515) .....	167
Lista 7: Os Ecónomos da Colegiada de São Lourenço de Lisboa (1298-1515).....	167
Lista 8: Os administradores do Morgadio de Mestre Pedro (Fundado em 1296).....	168
Lista 9: Os administradores da Capela de Constança Eanes Palhavã (Fundada em 1327) .....	168
Lista 10: Os administradores do Morgadio de D. Afonso Dinis (Fundado em 1352) .....	169
Lista 11: Os administradores do Morgadio de D. João (Fundado em 1356).....	169
Lista 12: Os administradores do Morgadio de Maria Afonso (Fundado em 1362).....	169
Lista 13: Os administradores do Morgadio de Mestre João das Leis (Fundado em 1383) .....	170
Lista 14: Os administradores da Capela de Capela de Gonçalo Miguéis (Fundado em 1383) .....	170
Lista 15: Os administradores da Capela de Capela de Joana Vaz de Almada (Fundada em 1426).....	170
Lista 16: Os administradores do Morgadio de São Estêvão de Beja (Fundado em 1372) .... .....	170

### Índice de Quadros:

Quadro 1: Comparência dos Priores de São Lourenço na redacção dos contractos económicos (1351-1511) .....	171
Quadro 2: Número médio de raçoeiros documentados na redacção dos contractos económicos (1351-1511) .....	172
Quadro 3: Comparência dos Priores e dos Curas durante as Visitações (1474-1515)..... .....	173
Quadro 4: Número médio de raçoeiros e ecónomos presentes durante as Visitações (1474- 1515).....	174
Quadro 5: A comparência da Colegiada de São Lourenço nos Pleitos Judiciais (1320-1507).. .....	175

### Índice de Esquemas Genealógicos

Esquema Genealógico dos Nogueira (1280-1464).....	177
Esquema Genealógico dos Brito (1464-1515).....	179



## Lista de Abreviaturas

coord./coords. = coordenador/a/es/as

*CSLL* = *Colegiada de São Lourenço de Lisboa*

cx. = caixa

cfr. = conferir

dir/s = director/a/es/as

ed./eds = editor/a/es/as

*Gav.* = *Gavetas*

fl. = fólio

liv. = livro

LV = Livro de Visitações

m. = maço

n.º = número

p./pp. = página ou páginas

TT = Arquivo Nacional Torre do Tombo

v. /v = verso

VVNC = *Arquivo da Casa dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira*

## Introdução

A presente dissertação tem como objecto de estudo a Colegiada de São Lourenço de Lisboa, nomeadamente a sua organização interna, os aspectos sociais dos membros da instituição e a relação desta igreja com a sua família patronal.

Uma escolha para a qual contribuiu a vontade inicial de estudar um tema ligado à relação entre os poderes presentes na cidade medieval e às transformações que geravam no espaço urbano e rural. De igual modo, para esta escolha também não seria alheia a intenção de contribuir para ajudar a explicar a elevada presença de colegiadas na diocese lisiponense e para uma melhor percepção da Lisboa Medieval.

Perante isso, o estudo de um cabido colegial permitia, como várias vezes foi demonstrado<sup>1</sup>, uma abordagem monográfica desses temas mais adequada a um primeiro exercício de investigação e à dimensão de uma dissertação de mestrado. Entre as várias colegiadas possíveis, optamos por São Lourenço devido à escassez de estudos sobre a instituição<sup>2</sup> e, principalmente, pelas potencialidades das fontes disponíveis<sup>3</sup> para o estudo da relação da colegiada com os patronos, o que já tinha sido apontado nos trabalhos de Mário Farelo<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Ana Maria S. A. RODRIGUES, *La collégiale de S. Pedro de Torres Vedras (fin XIII<sup>e</sup>-fin XV<sup>e</sup> siècles). Étude économique et sociale*, tese de doutoramento, Universidade Paris IV, 1981; Cláudia Maria Novais Toriz da Silva RAMOS, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*, tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, 2 vols; Maria de Fátima BOTÃO, *Poder e influência de uma igreja medieval: a colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém*, Cascais, Patrimonia, 1998; Fernando MARTINS, *A Colegiada de Santa Cruz do Castelo e a capela de D. Isabel de Sousa*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996; Maria Inês Gonçalves MARQUES, *A Colegiada de S. Martinho de Sintra nos séculos XIV e XV: Património e gestão*, Cascais, Patrimonia, 1999; Carla Patrícia Rana VARANDAS, *A colegiada de S. Pedro de Coimbra das origens ao final do século XIV: estudo económico e social*, dissertação de mestrado em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, 2 vols; Maria Cristina Gonçalves GUARDADO, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais: das origens ao início do séc. XV*, dissertação de mestrado em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000, 2 vols; Joaquim Bastos SERRA, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa nos finais da Idade Média: os homens e a gestão da riqueza patrimonial*, Cascais, Patrimonia, 2003.

<sup>2</sup> Apenas contamos com escassas, dispersas e, por vezes, pouco fiáveis referências à igreja de São Lourenço nas obras de alguns olisipógrafos como Augusto Vieira da SILVA. Vide deste autor: “A evolução paroquial de Lisboa” em *id.*, *Dispersos*, vol. I, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 173-215; *id.*, “Notícias históricas das freguesias de Lisboa”, em *id.*, *Dispersos*, vol. I, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 219-299. Mais recentemente, Mário Farelo produziu os seguintes estudos sobre as ligações da linhagem dos Nogueiras com esta instituição: Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa, os «Nogueiras»” em Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís FONTES, dirs. *Lisboa Medieval: os rostos da cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 145-168; *id.*, “La vocation scolaire de la chapelle de maître Pierre de Lisbonne au XIV<sup>e</sup> siècle”, *Medievalista online*, 7 (2009), pp. 1-44; *id.*, “Os morgados dos Nogueiras: entre a medieval estratégia de poder e a moderna lógica documental” em Maria de Lurdes ROSA, dir. *Colóquio internacional Arquivos de família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM-CHAM-Caminhos Romanos, 2012, pp. 185-204.

<sup>3</sup> Sobre as potencialidades da documentação sobre a relação da colegiada com os patronos consulte-se as páginas 23-28 da presente dissertação.

<sup>4</sup> Sobre os trabalhos do autor veja-se a nota 2.

A cronologia fixada para o estudo corresponde ao período entre 1298 e 1515, uma vez que a documentação disponível não permite uma abordagem para tempos mais recuados<sup>5</sup>. Em termos formais, o ano de 1298 corresponde à primeira referência à existência de um prior na Colegiada de São Lourenço<sup>6</sup>, enquanto 1515 representa o fim do último priorado com início na centúria de Quatrocentos<sup>7</sup>. A escolha deste arco temporal para estudo permite, assim, uma observação na longa duração.

Optámos por fazer incidir a nossa abordagem sobre três vertentes distintas mas complementares: a análise institucional e sociológica dos membros do cabido colegial e dos seus estudantes, a questão do ensino praticado em São Lourenço e, finalmente, a relação da colegiada com os seus patronos. O nosso estudo procurará ainda tecer algumas considerações breves sobre a origem da própria instituição.

Na concretização destes objectivos, seguiremos as tradicionais etapas da heurística e da hermenêutica das fontes que adiante explicitaremos<sup>8</sup>. Uma vez reunida a documentação, considerámos benéfico para uma melhor compreensão da composição social da colegiada a aplicação de várias metodologias, entre as quais se destaca o método prosopográfico<sup>9</sup>. Ou seja, o agrupamento de dados sobre um grupo humano com uma característica em comum e a sua harmonização em «quadros lógicos» a fim de permitir o tratamento estatístico das características sociológicas desse grupo<sup>10</sup>. Geralmente, para se definir a população em estudo tem-se utilizado como elemento identitário a pertença a uma instituição, o que permite dotar de maior segurança o estudo do grupo<sup>11</sup>. Mas, Adelaide Millán Costa apontou duas outras importantes considerações a ter em conta. Por um lado, a necessidade de o investigador recorrer à documentação normativa da instituição para calcular os efectivos reais do grupo e fazer coincidir o grupo com a sua reconstituição<sup>12</sup>. A aplicação desta prática destina-se a reforçar o grau de representatividade da reconstituição do grupo e evitar um estudo lacunar sobre os cargos da instituição e os homens em estudo<sup>13</sup>. Por outro lado, esta autora recorda as potencialidades do cruzamento das informações sobre a população em estudo com os trabalhos

---

<sup>5</sup> Sobre as características do *corpus* documental leia-se as páginas 23-28 da presente dissertação.

<sup>6</sup> TT, *Gav.* 19, m. 14, n.º 3, fl. 29v e TT, *Leitura Nova. Livro dos Padroados*, liv. 2, fl. 9.

<sup>7</sup> TT, *CSLL*, LV, fl. 56, 57.

<sup>8</sup> Sobre as características do *corpus* documental leia-se as páginas 23-28 da presente dissertação.

<sup>9</sup> O exemplo da aplicação desta metodologia para o estudo de uma colegiada encontra-se na dissertação de Maria de Fátima Botão sobre a colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém (Maria de Fátima BOTÃO, *Poder e influência...*). Para uma visão sobre a aplicação do método prosopográfico em Portugal, Espanha e França consulte-se as diversas contribuições contidas em Filipe Themudo BARATA, coord. *Elites e Redes Clientelares na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri-CIDEHUS-Universidade de Évora, 2001.

<sup>10</sup> Armando Luís de Carvalho HOMEM e Judite Gonçalves FREITAS, “A Prosopografia dos Burocratas Régios (Séculos XIII-XV): da elaboração à exposição dos dados” em Filipe Themudo BARATA, *Elites e Redes Clientelares...*, pp. 175-176.

<sup>11</sup> Adelaide Millán da COSTA, “Prosopografia das elites concelhias e análise racional: a intersecção de duas abordagens” em Filipe Themudo BARATA, *Elites e Redes Clientelares...*, pp. 65-68.

<sup>12</sup> *Ead.*, p. 67-68.

<sup>13</sup> *Ib.*, p. 68-69.

prosopográficos sobre outras instituições, o que permite identificar o desempenho de outras funções pelos indivíduos em análise, reconstituir as suas relações de parentesco ou de proximidade, avaliar a arbitrariedade dos cortes temporais no estudo da instituição e assim “relativizar o tópico das lacunas da reconstrução do grupo”<sup>14</sup>.

Por fim, enunciados os objectivos da dissertação e as principais metodologias aplicadas, apresentamos a organização da dissertação. O primeiro capítulo foi dedicado à estruturação da rede paroquial lisiponense, às relações das igrejas paroquiais com a oligarquia urbana, ao desenvolvimento de colegiadas na cidade, ao surgimento e evolução da igreja de São Lourenço e à apresentação do *corpus* documental compulsado. Clarificadas estas questões, dedicámo-nos no capítulo seguinte ao estudo da organização interna da colegiada e à análise sociológica dos seus membros.

No terceiro capítulo, optamos por estudar a construção da vocação escolar da colegiada e das capelas dos patronos, os aspectos sociais dos estudantes beneficiados com préstimos da colegiada ou da capela de Mestre Pedro, a formação assegurada pela igreja e pelas capelas, bem como procedemos ao estudo do espólio livresco ao serviço dos estudantes. O último capítulo incidiu sobre a estratégia dos patronos na fundação de capelas em São Lourenço e as suas estratégias para dominarem a colegiada, tendo em conta, na análise desse fenómeno, os efeitos da proximidade da família patronal a outras manifestações ou instituições religiosas.

A utilidade, a importância e o carácter inovador da presente dissertação entendem-se melhor se a contextualizarmos no conjunto dos estudos sobre colegiadas medievais portuguesas e os seus membros.

A escassez de estudos monográficos, ou sobretudo de trabalhos de síntese sobre os cabidos colegiais é algo comum em algumas historiografias europeias<sup>15</sup>. As únicas historiografias, por nós conhecidas, que se demarcam desta realidade são a suíça e, sobretudo, a francesa<sup>16</sup>. Nesta última, os historiadores têm focado a sua atenção no estudo das características sociais dos membros dos cabidos e na relação destes com os outros poderes presentes na cidade medieval, recorrendo para tal, frequentemente, ao método prosopográfico<sup>17</sup>.

Em Portugal, as colegiadas medievais têm sido estudadas nas últimas décadas, normalmente no âmbito de provas académicas resultantes de cursos de mestrado e de

---

<sup>14</sup> *Ib.*, p. 70.

<sup>15</sup> Esta constatação foi sublinhada em Anne MASSONI, “Un nouvel instrument de travail pour la communauté scientifique: le répertoire des collégiales séculières de France à l’époque médiévale”, *Revue d’histoire ecclésiastique*, vol. 102, 3-4 (2007), pp. 918-922.

<sup>16</sup> *Ib.*, pp. 915-939.

<sup>17</sup> *Ib.*, pp. 915-920. Esse interesse deve-se em parte aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do programa «Les collégiales» dirigido por Anne Massoni e inserido no Grupo de Investigação *L’Église, corps social* pertencente ao Laboratoire de Médiévisique Occidentale de Paris. [<http://lamop.univ-paris1.fr/spip.php?rubrique113>].

doutoramento<sup>18</sup>. O desenvolvimento de dissertações sobre instituições de tipo colegial inseriu-se num movimento de renovação do estudo sobre o clero secular, iniciado nos anos 80 do século XX<sup>19</sup>, o qual resultou de um conjunto de vários factores.

Por um lado, os estudos dos grupos nobiliárquicos orientados por José Mattoso revelaram-se indissociáveis do estudo do clero, sobretudo o regular, visto a comprovada ligação entre as famílias nobres e os cenóbios<sup>20</sup>. Com efeito, esses trabalhos incentivaram a realização de estudos sobre os membros do clero secular ao serviço do poder régio e de análises sistemáticas das relações entre os clérigos e os nobres.<sup>21</sup> Por outro lado, a renovação da História Política e da História Social das Instituições, como demonstram os trabalhos de Armando Carvalho Homem<sup>22</sup> e de Armindo de Sousa<sup>23</sup>, favoreceram o estudo sobre as relações e os aspectos sociais das sociedades políticas medievais, nas quais os clérigos seculares emergiam como elementos indispensáveis para a compreensão do funcionamento dessas sociedades<sup>24</sup>.

Simultaneamente, a multiplicação dos trabalhos sobre os clérigos regulares e a suas instituições “criou uma sensação difusa de que a manutenção de uma tendência centrada exclusivamente no estudo monográfico de instituições conduzia à aplicação formal de um modelo de análise a diferentes cenóbios, sem que essa multiplicação se saldasse por um salto efectivo no conhecimento das diferentes ordens do clero regular”<sup>25</sup>.

Já nos anos 90, seria igualmente importante para a renovação do estudo sobre o clero secular, mas simultaneamente consequência desse fenómeno, o desenvolvimento de dois projectos: *O Poder Económico, Social e Político do Cabido da Sé de Braga nos finais da Idade Média (séculos XIII-XVI)*<sup>26</sup> e *Fasti Ecclesiae Portugaliae*<sup>27</sup>. O primeiro foi coordenado por

---

<sup>18</sup> Maria Amélia CAMPOS, “Estudar uma Colegiada Urbana Medieval no contexto de um projecto de doutoramento” em Flávio MIRANDA e Joana SEQUEIRA, coords. *Incipit 1. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2009-10*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2012, p. 58.

<sup>19</sup> Hermínia Vasconcelos VILAR, “Estruturas e Protagonistas Religiosos na Historiografia Medieval Portuguesa”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 21 (2009), pp. 142, 146-148.

<sup>20</sup> *Ib.*, p. 142.

<sup>21</sup> *Ib.*, p. 142.

<sup>22</sup> Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo régio (1320-1433)*, Porto, INIC-Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

<sup>23</sup> Armindo de SOUSA, *As cortes medievais portuguesas: 1385-1490*, Porto, INIC, 1990. 2 vols.

<sup>24</sup> Hermínia VILAR, “Estruturas e Protagonistas...”, p. 142.

<sup>25</sup> *Ib.*, p. 142.

<sup>26</sup> Sobre este projecto leia-se: Ana Maria S. A. RODRIGUES, “O Poder Económico, Social e Político do Cabido da Sé de Braga nos finais da Idade Média (séculos XIII-XVI): um projecto de investigação”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 10 (1998), pp. 335-345.

<sup>27</sup> Veja-se sobre os aspectos técnicos desta base de dados: Ana Maria JORGE, “*Fasti Ecclesiae Portugaliae*: prosopografia do clero catedralício português (1071-1325)”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 13-14 (2001-2002), pp. 665-666; Catarina FERREIRA, Sandra LOPES e Pedro HENRIQUES “Solução baseada na Web para Aquisição e Tratamento de Fontes Históricas” [www3.di.uminho.pt/~gepl/SIEP/docs/CAPSI04Siepv9.doc] e Ana Maria JORGE, Ana Maria S. A. RODRIGUES, Hermínia V. VILAR, Pedro R. HENRIQUES e Sandra LOPES, “Construção e exploração de uma base de dados prosopográfica normalizado do clero catedralício português na Idade Média” [www3.di.uminho.pt/~gepl/SIEP/docs/

Ana Maria Rodrigues e, como o título expressa, pretendeu estudar o Cabido da Sé de Braga entre os séculos XIII e XV, incidindo a sua abordagem sobre o poderio económico, social e político da instituição. Um dos aspectos inovadores desse projecto foi a aplicação do método prosopográfico para analisar as características sociológicas dos membros do cabido. Alguns dos membros desse projecto acabariam mesmo por integrar o segundo projecto, coordenado por Ana Maria Jorge, que pretendeu construir um relatório prosopográfico do clero catedralício português entre 1071 e 1325. Ambos os projectos, incentivaram a realização de estudos sobre o clero secular e as suas instituições, bem como demonstraram as potencialidades do método prosopográfico para a compreensão da composição social dos cabidos<sup>28</sup>.

Pela mesma altura, as propostas interpretativas da história sócio-antropológica dos grupos de poder exerciam grande fascínio sobre muitos investigadores, conduzindo-os “ao estudo das elites ligadas à administração municipal, a reconstruir as famílias dos membros da oligarquia urbana e a analisar a projecção desses indivíduos em outros centros de poder”<sup>29</sup>. A influência dessas propostas fez-se também sentir igualmente nos estudos sobre Lisboa – espaço de implantação da instituição que nos propomos estudar – o que nos permitiu dispor de um conhecimento mais aprofundado sobre a relação da oligarquia lisiponense, sobretudo a camarária, com as igrejas paroquiais da urbe<sup>30</sup>, nomeadamente no caso de São Lourenço<sup>31</sup>.

Mas, ao contrário do que aconteceu com o clero catedralício alvo de alguns estudos significativos<sup>32</sup>, o número de colegiadas até agora investigadas foi menor, sendo que a maior

---

GranadaFastiv7.doc].

<sup>28</sup> Para além de dissertações vocacionadas para o estudo patrimonial, este projecto permitiu a elaboração de três dissertações destinadas a analisar a orgânica institucional e o recrutamento sociológico da instituição entre 1245 e 1374, com base em outros tantos catálogos prosopográficos que foram posteriormente uniformizados e publicados de forma autónoma: Maria Antonieta Moreira da COSTA, *O Cabido de Braga na Segunda metade da centúria de Duzentos (1245-1278)*, dissertação de Mestrado em História e Cultura Medievais, Universidade do Minho, 2000; Maria Justiniana Pinheiro Maciel LIMA, *O Cabido de Braga no tempo de D. Dinis (1278-1325)*, Cascais, Patrimonia, 2003; João Carlos Taveira RIBEIRO, *A Instituição Capitular Bracarense no Século XIV (1325-1374)*, dissertação de Mestrado em História e Culturas Medievais, Universidade do Minho, 1998; Ana Maria S. A. RODRIGUES, João Carlos Taveira COSTA, Maria Antonieta Moreira da COSTA e Maria Justiniana Pinheiro MACIEL, *Os capitulares bracarenses (1245-1374): notícias biográficas*, Lisboa, CEHR, 2005.

<sup>29</sup> Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, p. 145.

<sup>30</sup> Sobre esta temática veja-se: *Id.*, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, dissertação de Doutoramento em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.

<sup>31</sup> Sobre isso vejam-se os trabalhos de Mário Farello sobre a relação da família dos Nogueira com a Colegiada de São Lourenço que temos vindo a citar.

<sup>32</sup> Para além do exemplo do cabido da Sé de Braga anteriormente referido, confira-se Mário FARELO, *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus Cónegos (1277-1377)*, dissertação de Mestrado em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003, 3 vols. Os trabalhos que alargam o objeto de estudo à própria diocese, incluem o estudo institucional e social dos respetivos cabidos, como sucede nos casos de Évora e de Lamego: Hermínia VILAR, *As dimensões de um poder: a Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999; Anísio SARAIVA, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Leiria, Magno, 2003. O recrutamento de algumas destas instituições foi objeto de uma comparação em Hermínia VILAR, “Canons and Cities: Cathedral Chapters and Their Social Composition

parte dessas instituições se localizam nas regiões norte e centro do país, centrando-se as perspectivas de análise em aspectos económicos e, em menor grau, nos de carácter social<sup>33</sup>

Orientações que denunciam a necessidade de se elaborarem estudos sobre as instituições de tipo colegial da região sul<sup>34</sup>, privilegiando temáticas como a sua função pastoral, a composição social dos seus cabidos, a importância dos seus clérigos na comunidade urbana onde estavam inseridas e ainda o esclarecimento dos papéis políticos, económicos e religiosos dessas instituições na centúria de quatrocentos<sup>35</sup>.

Quando comparamos os ainda magros resultados da historiografia portuguesa com os estudos já publicados em outros países europeus, como é o caso de Espanha e sobretudo da França, torna-se mais evidente a debilidade da nossa historiografia sobre estas temáticas, bem como a necessidade de uma focagem em certas temáticas tais como no domínio político, a análise do papel dos cabidos colegiais nas estratégias religiosas e de afirmação das famílias senhoriais<sup>36</sup>, das oligarquias urbanas<sup>37</sup> e do episcopado<sup>38</sup>, ou o estudo das disputas entre as colegiadas e as suas paróquias sufragâneas ou as rivalidades entre os cabidos colegiais e as

---

in Medieval Portugal”, *e-JPH*, vol. 5, 2 (Winter 2007), pp. 1-19 [[www.brown.edu/Departments/Portuguese\\_Brazilian\\_Studies/ejph](http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph)].

<sup>33</sup> Cláudia Maria RAMOS, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães...*; Maria Cristina GUARDADO, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*; Carla Patrícia VARANDAS, *A colegiada de S. Pedro de Coimbra...*; Alberto Pereira de CASTRO, *A Igreja de Santo Estêvão de Valença do Minho e a formação da colegiada*, Valença, Comissão da Fábrica da Igreja paroquial de Santa Maria dos Anjos, 2000; José MARQUES, *A colegiada e o hospital de Santa Maria de Abade de Neiva nos séculos XIV e XV*, Barcelos, [s.n.], 1993; João da Cunha MATOS, *A colegiada de São Cristóvão de Coimbra (sécs. XII e XIII)*, trabalho para concurso de provas para professor Coordenador, Tomar, Instituto Politécnico de Tomar, 1998; Mário VIANA, “Uma perspectiva do património de duas colegiadas de Santarém”, *Media Aetas*, 2 (1999), p. 79-101.

<sup>34</sup> Para uma visão da documentação de algumas colegiadas da região sul consulte-se: *Pergaminhos da Colegiada de S. Pedro de Évora*, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Évora, Serviços de Turismo da Câmara Municipal, 1941; Eurico GAMA, *Pergaminhos da Colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Elvas*, Lisboa, s.n., 1968; Joaquim Bastos SERRA, “Instituições religiosas e dinâmica urbana nos «pergaminhos avulsos» da Biblioteca Évora”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 17 (2005), pp. 405-418; *id.*, “Senhorios e Foreiros no momento da rescisão do Contrato. Encampações de bens de duas colegiadas de Évora nos finais da Idade Média” em Maria do Rosário Themudo BARATA e Luís KRUS, dirs. *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 571-582.

<sup>35</sup> Hermínia VILAR, “Estruturas e Protagonistas...», pp. 142, 146-148; Maria de Lurdes ROSA, “Sociabilidades e Espiritualidades na Idade Média: A historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 21 (2009), pp. 113-114; Hermínia VILAR e Maria de Lurdes ROSA, “The Church and Religious Practices” em José MATTOSO, dir; ROSA, Maria de Lurdes ROSA, Bernardo de Vasconcelos SOUSA e Maria João BRANCO, eds. *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 323-347.

<sup>36</sup> Veja-se o desenvolvimento desta problemática para o caso castelhano em Carlos AYLLÓN GUTIÉRREZ, “Iglesia y Poder en El Marquesado de Villena. Los orígenes de la Colegiada de Belmonte”, *Hispania Sacra*, 121 (2008), pp. 95-130.

<sup>37</sup> Adeline RUCQUOI, “Ciudad e Iglesia : la colegiata de Valladolid en la Edad Media”, *España Medieval*, 9 (1986), pp. 965-984. Como exemplo desta problemática para a realidade portuguesa consulte-se Mário FARELO, “O direito de padroado na Lisboa medieval”, *Promontoria*, 4 (2006), pp. 267-289.

<sup>38</sup> Como exemplos da aplicação desta problemática à realidade medieval portuguesa, leia-se: Hermínia VILAR, *As Dimensões de um Poder...*, pp. 218-243; José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, pp. 479-535.

ordens mendicantes<sup>39</sup>. O mesmo se verifica também nos domínios cultural e económico, por exemplo, com os trabalhos em torno, respectivamente, da produção musical das colegiadas<sup>40</sup> e da intervenção dos cabidos na cobrança dos impostos municipais<sup>41</sup>.

Assim, apesar dos obstáculos referidos, consideramos que o presente estudo pode ser um contributo importante para o conhecimento das colegiadas implantadas no sul do reino, dos aspectos sociológicos dos membros dos cabidos, da função educativa nas colegiadas e da relação dos cabidos colegiais com os seus patronos.

---

<sup>39</sup> Vd. Anne MASSONI, “Un nouvel instrument de travail...», pp. 929, 930, 938; Adeline RUCQUOI, “Ciudad e Iglesia... », pp. 965-984.

<sup>40</sup> Vd. Anne MASSONI, “Les chanoines ont-ils été compositeurs? La place de la création musicale dans les cathédrales et collégiales de France du Nord et de Belgique du XIV<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> siècle” em Sophie CASSAGNES-BROUQUET, Geneviève NORE e Martine YVERNAULT, eds. *Poètes et artistes: la figure du créateur en Europe au Moyen Âge et à la renaissance : colloque international, Faculté des lettres et sciences humaines de Limoges*, Limoges, Presses Universitaires de Limoges, 2007, pp. 359-372. Adeline RUCQUOI, “Ciudad e Iglesia...”, pp. 965-984.



## **Capítulo I: A Colegiada de São Lourenço em contexto**

### **As Colegiadas**

As colegiadas medievais eram igrejas urbanas que tinham como principal função promover o culto religioso com a maior solenidade possível, muito à semelhança do praticado nas catedrais, a que se associariam posteriormente funções culturais e sociais, como o ensino e as práticas assistenciais. As colegiadas que eram simultaneamente, igrejas paroquiais tinham também de assegurar a cura das almas dos seus paroquianos<sup>42</sup>.

O cumprimento destes propósitos era assegurado por um colégio de clérigos (denominados cónegos, raçoeiros ou beneficiados) presidido por um prior, reitor, abade ou vigário<sup>43</sup>, a que se poderiam juntar outras dignidades<sup>44</sup>. Geralmente, as colegiadas encontravam-se sujeitas ao bispo da respectiva diocese, ou ao rei, ou a um particular ou ainda, directamente à Santa Sé<sup>45</sup>.

A multiplicação deste tipo de instituições iniciou-se durante a reforma gregoriana, quando se pretendeu dotar o clero secular com os benefícios da vida em comum praticada pelos monges. Simultaneamente e seguindo um percurso inverso, alguns mosteiros com o rigor de vida e fecundidade espiritual esgotados transformaram-se em cabidos colegiais. O ideal de vida em comum nas colegiadas acabaria, no entanto, tal como nas catedrais, por se perder durante as centúrias seguintes<sup>46</sup>.

Em Portugal, a distribuição das colegiadas parece ajustar-se à oposição dos modelos de ocupação e povoamento entre o território norte, senhorial e rural, e sul, de feição mais urbana, identificados por José Mattoso para o século XIII<sup>47</sup>.

Aí, a permanência de uma longa e forte tradição monástica desde a Antiguidade Tardia, pouco tocada pelas invasões muçulmanas, e a precoce incorporação do Entre-Douro-e-Minho no campo cristão ditavam uma paisagem marcada pela presença de instituições monásticas<sup>48</sup>.

---

<sup>42</sup> Ana Maria S. A. RODRIGUES, “Colegiadas” em Carlos Moreira de AZEVEDO, dir. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 399; António Domingues Sousa COSTA, “Colegiada”, em Joel SERRÃO, dir. *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, p. 99.

<sup>43</sup> Hermínia VILAR, *As Dimensões de um Poder...*, p. 240. Sobre a questão da terminologia, veja-se: José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, p. 587; Ana Maria S. A. RODRIGUES, “Dignidades Eclesiásticas”, em *Dicionário de História Religiosa...*, vol. II, pp. 67- 68. Nesta última obra, a medievalista refere que o título de abade era atribuído ao líder da colegiada quando esta fora anteriormente um mosteiro.

<sup>44</sup> Sobre as dignidades eclesiásticas, veja-se: Ana Maria S. A. RODRIGUES, “Dignidades Eclesiásticas”, pp. 67-68.

<sup>45</sup> *Ib.*, pp. 399-402; António Domingues Sousa COSTA, “Colegiada”, p. 99.

<sup>46</sup> Ana Maria S. A. RODRIGUES, “Colegiadas”, pp. 399-400; António Domingues Sousa COSTA, “Colegiada”, p. 99-100.

<sup>47</sup> Para uma visão mais aprofundada sobre isso leia-se: José MATTOSO, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal*, vol. I: *Oposição*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 69-83, 245-260.

<sup>48</sup> Ana Maria JORGE, “A vida monástica na Hispânia durante a Antiguidade Tardia” em Carlos Moreira de AZEVEDO, dir. *História Religiosa de Portugal*, vol. I: *Formação e Limites da Cristandade*, Ana Maria C. M. JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES, coords. Rio de Mouro, Círculo dos Leitores, 2000, pp. 203, 205; Amélia Aguiar ANDRADE, *Vilas, poder régio e fronteiras: o exemplo do Entre Lima e Minho*

No século X, as comunidades monásticas eram muito numerosas e a maioria era composta por um número reduzido de membros, o que fazia confundir, por vezes, essas instituições com igrejas paroquiais servidas por grupos de clérigos<sup>49</sup>. Além disso, as instituições regulares caracterizavam-se pela coexistência de uma pluralidade de regras, ou seja, os cenóbios não seguiam exclusivamente uma regra, fosse esta beneditina ou frutuosiana<sup>50</sup>. Num período ainda de instabilidade, os mosteiros e as igrejas paroquiais davam continuidade ao culto religioso e assumiam-se como centros de ordenação do quotidiano das populações e de organização do espaço e do povoamento<sup>51</sup>.

No decorrer do final do século XI e todo o século seguinte, os poderes régio, condal e senhorial, influenciados pela reforma gregoriana, promoveram a concentração de comunidades monásticas e a passagem dos mosteiros com dimensões reduzidas a “igrejas paroquiais dependes de mosteiros maiores, com ricos domínios fundiários e uma organização verdadeiramente senhorial”<sup>52</sup>. Deste modo, o enquadramento eclesiástico, sobretudo no caso dos campos alicerçou-se numa rede de paróquias cada vez mais densa e num conjunto de cenóbios poderosos, estes sobretudo associados à ordem de São Bento<sup>53</sup>.

A vontade dos reis, dos condes e dos senhores em fomentarem e engrandecerem os mosteiros resultava de um conjunto de vários factores. A nível litúrgico, os mosteiros enquadravam a vida religiosa das comunidades camponesas<sup>54</sup> e as orações dos monges garantiam aos senhores o favor divino<sup>55</sup> e sustentavam a concepção da permanência das linhagens<sup>56</sup>. De igual modo, as comunidades monásticas oficiavam as cerimónias religiosas com os livros e alfaías litúrgicas doadas em grande parte pelos senhores leigos e promoviam a aceitação, pelos camponeses, da ordem sociopolítica que favorecia os poderes senhoriais<sup>57</sup>, o que reforçava a imagem e o poder dos senhores sobre os camponeses. O poder simbólico dos senhores saía ainda reforçado quando estes usufruíam o direito de padroado sobre a instituição<sup>58</sup>.

---

*Medieval*, Tese de doutoramento em História da Idade Média, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 1994, p. 93.

<sup>49</sup> José MATTOSO, “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, p. 508; Hermínia VILAR, “A procura da perfeição longe do mundo: da reforma beneditina à influência cluniacense” em Carlos Moreira de AZEVEDO, dir. *História Religiosa de Portugal*, vol. I, p. 208.

<sup>50</sup> Hermínia VILAR, “A procura da perfeição longe do mundo...”, p. 206.

<sup>51</sup> *Ib.*, p. 208.

<sup>52</sup> José MATTOSO, “1096-1325” em José MATTOSO, dir. *História de Portugal*, vol. II: *A Monarquia Feudal*, coord. de José MATTOSO, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 183.

<sup>53</sup> *Ib.*, p. 183.

<sup>54</sup> Amélia Aguiar ANDRADE, *Vilas, poder régio e fronteiras...*, p. 211.

<sup>55</sup> *Ib.*, p. 132.

<sup>56</sup> José MATTOSO, “1096-1325”, p. 189.

<sup>57</sup> Amélia Aguiar ANDRADE, *Vilas, poder régio e fronteiras...*, p. 130-132.

<sup>58</sup> *Ib.*, p. 211.

Os reis, os condes e os senhores consideravam as comunidades monásticas como um instrumento fundamental para a ordenação do território e com vantagens económicas<sup>59</sup>, sobretudo para os seus patronos. Mais se acrescenta, que no domínio cultural os mosteiros forneciam aos senhores a escrita, conservavam a documentação e acolhiam alguns membros das suas famílias para aí receberem formação<sup>60</sup>.

Entre as comunidades monásticas mais favorecidas, os beneditinos ocuparam uma posição singular devido ao esplendor das suas celebrações litúrgicas, à oração pública quase constante, aos sufrágios pelos mortos, especialmente pelos membros da família patronal, junto das suas sepulturas e nos dias dos seus aniversários e à visão do mundo pregada pelos monges<sup>61</sup>. Deste modo, a opção dos senhores pelos mosteiros e pelas suas propostas religiosas, associadas à dinâmica urbana ainda pouco favorável ao desenvolvimento de oligarquias urbanas dificultaram e reduziram a expansão das colegiadas nesta região. Apesar disso, no mesmo período, algumas das antigas comunidades monásticas transformaram-se em colegiadas, como foi o caso da de Santa Maria da Oliveira de Guimarães<sup>62</sup>.

Nos séculos XII e XIII, os poderes cristãos continuam a progressão territorial em direcção a sul e ocupam uma área com características diferentes do Entre-Douro-e-Minho. As regiões centro e sul eram marcadas pelo predomínio do *habitat* concentrado<sup>63</sup>, por núcleos urbanos com grande dinamismo desde a época islâmica ou mesmo antes, principalmente no sul<sup>64</sup>, e por algumas dificuldades na implantação de comunidade regulares, sobretudo as mais antigas, como as beneditinas e cistercienses<sup>65</sup>.

Conscientes das diferenças entre essas regiões e o espaço de Entre-Douro-e-Minho, o rei, os senhores leigos e eclesiásticos, as ordens militares e as oligarquias urbanas optaram por propostas de enquadramento e controlo do espaço religioso diferentes. Os dominadores cristãos preferiram fundar menos paróquias rurais e outorgar às paróquias urbanas a responsabilidade de officiar o culto religioso, simultaneamente, às populações urbanas e rurais<sup>66</sup>. A prossecução

---

<sup>59</sup> *Ib.*, pp. 208-211.

<sup>60</sup> José MATTOSO, “1096-1325”, p. 189.

<sup>61</sup> *Ib.*, pp. 186-187.

<sup>62</sup> Foram também os casos de Santiago de Antas, de São Victor, Santo André de Telões, de São Gens de Montelongo e ainda São Pedro de Rates. Ana Maria S. A. RODRIGUES, “Colegiadas”, p. 399.

<sup>63</sup> José MATTOSO, *Identificação de um País...*, vol. I, pp. 247-249.

<sup>64</sup> *Ib.*, pp. 253-255.

<sup>65</sup> Hermínia VILAR, *As Dimensões de um Poder...*, pp. 240, 241. Pela *Lista de Igrejas de 1320-1321*, apenas 6,2% do número total de mosteiros existiam a sul do Tejo. A. H. de Oliveira MARQUES, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1987, p. 222.

<sup>66</sup> Hermenegildo FERNANDES, *Organização do Espaço e Sistema Social no Alentejo. O caso de Beja*, dissertação de Mestrado em História Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 43-44 e 88-89; Ana Maria S. A. RODRIGUES, *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, pp. 127-130; Saul António GOMES, “Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no priorado de Leiria nos séculos XII a XV”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 4 (1992), pp. 177-188; *id.*, “Mundo rural e mundo urbano” em Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, dirs. *Nova História de Portugal*, vol. III: *Portugal em definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado portucalense à Crise do Século XIV*, Maria Helena da Cruz

dessa estratégia teve como resultado um menor número de paróquias fundadas mas, em contrapartida com áreas mais vastas do que as existentes na região norte<sup>67</sup>. Por outro lado, os poderes cristãos, a fim de promoverem a evangelização e captarem as populações autóctones dessas regiões deveriam ter, provavelmente, fomentado em algumas igrejas, o culto de santos associados à tradição moçárabe<sup>68</sup>. Durante a centúria de Duzentos e as seguintes, algumas das igrejas paroquiais urbanas localizadas nas vilas e cidades mais dinâmicas acabariam por se transformar em colegiadas<sup>69</sup>.

A elevação das igrejas paroquiais a colegiadas não resultava simplesmente da necessidade de promover a existência de um clero numeroso para assegurar o cumprimento do culto religioso nas várias capelas e ermidas sufragâneas<sup>70</sup>, mas principalmente porque o rei, os senhores leigos e eclesiásticos<sup>71</sup>, as ordens militares<sup>72</sup> e as oligarquias urbanas<sup>73</sup> consideravam as colegiadas e os seus benefícios, à semelhança dos senhores com os mosteiros no Entre-Douro-e-Minho, como fontes de rendimento para si e para os seus familiares e redes clientelares.

A partir de meados do século XIII, o fim da economia baseada na guerra levaria o rei e outros poderes como as ordens militares, a valorizarem cada vez mais as potencialidades económicas das colegiadas, sendo disso exemplo os seus esforços para evitarem a divisão de paróquias ou de colegiadas, a fundação de novas paróquias ou de cabidos colegiais, situações que podiam gerar a quebra dos rendimentos dessas instituições já existentes<sup>74</sup>.

As melhores informações para uma avaliação global da totalidade e da distribuição geográfica dos cabidos colegiais continuam ainda a ser colhidas na *Lista de Igrejas de 1320-1321*, pese embora o facto de ser uma fonte que não permite uma visão diacrónica, uma vez que corresponde a um retrato num preciso momento cronológico elaborado com objectivos

---

COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM, coords. Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 389-390; Manuela Santos SILVA, *Óbidos e a sua Região na Baixa Idade Média*, dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vol. I, 1996, pp. 151-158; *ead.*, “Ensaio para uma monografia das colegiadas de Óbidos”, *Clio*, nova série, 3 (1998), pp. 7-13; Manuel Sílvio CONDE, *Uma Paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos Finais da Idade Média*, vol. I, Cascais, Patrimonia, 2000, p. 283.

<sup>67</sup> Ana Maria S. A. RODRIGUES, “A Formação da rede paroquial no Portugal medievo” em Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ e Isabel MONTES ROMERO-CAMACHO, eds. *La Península Ibérica entre el Mediterráneo y el Atlántico. Siglos XIII-XV*, Sevilla – Cadiz, Diputación de Cádiz – Sociedad Española de Estudios Medievales, 2006, p. 689.

<sup>68</sup> José MATTOSO, “1096-1325”, p. 215.

<sup>69</sup> Hermínia VILAR, “O clero paroquial” em Carlos Moreira de AZEVEDO, dir. *História Religiosa de Portugal*, vol. I, p. 250.

<sup>70</sup> Ana Maria S. A. RODRIGUES, “A Formação da rede paroquial...”, p. 689.

<sup>71</sup> *Ib.*, p. 693; Hermínia VILAR, *As Dimensões de um Poder...*, pp. 240, 241. Sobre a relação e interesses do clero diocesano lisiponense com as colegiadas da cidade veja-se: Mário FARELO, *O Cabido da Sé de Lisboa...*, vol. I, p. 74; Joaquim Bastos SERRA, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama...*, pp. 32, 37, 38.

<sup>72</sup> Stéphane BOISSELLIER, *Le peuplement médiéval dans le Sud du Portugal. Constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires (XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles)*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003, pp. 82-88.

<sup>73</sup> Saul António GOMES, “Organização paroquial...”, p. 166.

<sup>74</sup> Sobre isso consulte-se os estudos referidos nas notas 30, 31 e 32.

muito precisos<sup>75</sup>. A *Lista de Igrejas de 1320-1321* resultou da bula *Apostolice Sedis*, na qual o pontífice outorgou a D. Dinis, durante três anos e para fins militares, a décima de todas as rendas eclesiásticas do reino, com a excepção das da Ordem do Hospital<sup>76</sup>, a qual deveria ser estimada de acordo com os rendimentos dos últimos dez anos<sup>77</sup>.

De acordo com a lista, detectamos que as colegiadas predominavam nas dioceses de Lisboa, Évora e Coimbra, localizando-se no conjunto dessas regiões cerca de 80 % do total de colegiadas existentes no reino<sup>78</sup>. Nesse contexto, a diocese de Lisboa afirmava-se com um dupla uma posição singular por ser a que tinha a percentagem mais elevada dessas instituições, cerca de 53,9 % do total de colegiadas existentes, bem como por os cabidos colegiais serem as instituições eclesiásticas predominantes na rede paroquial da diocese de Lisboa, com cerca de 65 % das instituições eclesiásticas organizadas em cabidos colegiais<sup>79</sup>. A singularidade da diocese lisiponense no reino tornava-se mais evidente se compararmos esses valores com os encontrados para as dioceses de Évora e Coimbra, respectivamente, 15,7% e 10,3% do total de colegiadas localizadas no reino e cerca de 28% e 8% das suas instituições eclesiásticas organizadas em colegiadas<sup>80</sup>.

Entre os núcleos urbanos do reino, mais uma vez, Lisboa afirmava a sua singularidade na rede urbana portuguesa<sup>81</sup>, uma vez que se assumia como a cidade do reino com mais colegiadas, cerca de dezanove<sup>82</sup>.

### **A rede paroquial e as colegiadas em Lisboa**

Detenhamo-nos agora, sobre o processo de estruturação da rede paroquial lisiponense e o de elevação da maioria das suas igrejas paroquiais a colegiadas. De acordo com a historiografia tradicional, Lisboa conquistada pelos cristãos em 1147, viu os novos poderes fundarem nesse momento as primeiras instituições eclesiásticas, São Vicente e Santa Maria dos Mártires<sup>83</sup> e consagraram temporariamente algumas mesquitas ao culto cristão, como foi o

---

<sup>75</sup> Sobre este documento, consulte-se Maria Alegria MARQUES, “O Clero-Homens de oração” em *Portugal em definição de Fronteiras (1096-1325)*..., p. 229; Ana Maria S. A. RODRIGUES, “A Formação da rede paroquial...”, p. 686-688; Stéphane BOISSELLIER, *Registres fiscaux et administratifs de bénéfices ecclésiastiques du royaume portugais XIII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles (Édition et présentation). Contribution à l'étude du phénomène administratif*, Memória inédita de Habilitação para dirigir projectos de Investigação, Université Paris I – Sorbonne, 2002.

<sup>76</sup> A. H. Oliveira MARQUES, *Portugal na crise*..., p. 15.

<sup>77</sup> Stéphane BOISSELLIER, *Registres fiscaux*..., pp.74-75.

<sup>78</sup> A. H. Oliveira MARQUES, *Portugal na crise*..., p. 221.

<sup>79</sup> *Ib.*, p. 221.

<sup>80</sup> *Ib.*, p. 221.

<sup>81</sup> Sobre a singularidade de Lisboa no contexto urbano português consulte-se: Amélia Aguiar ANDRADE, “La dimensión urbana de un espacio atlántico: Lisboa” em *XXXIII Semana de Estudios Medievales. Estella, 17 a 21 de julio de 2006*, Pampluna, Gobierno de Navarra, 2007, pp. 347-375.

<sup>82</sup> A. H. Oliveira MARQUES, *Portugal na crise*..., p. 221.

<sup>83</sup> Carlos Guardado da SILVA, *Lisboa Medieval: A organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, p. 203. D. Rodrigo da Cunha acrescenta também a igreja de Santa Justa, mas não o comprova através de documentação. D. Rodrigo da CUNHA, *História Ecclesiastica da Igreja*

caso da igreja de Santa Maria Maior, que tinha sido anteriormente a mesquita aljama<sup>84</sup>. O ritmo de fundação das restantes igrejas permanece desconhecido, sendo apenas possível traçar uma cronologia a partir das primeiras referências desses templos na documentação.

As igrejas paroquiais documentadas seriam, assim, cinco em 1160, nove em 1170, treze em 1180<sup>85</sup>, dezassete em 1190, dezanove em 1200, perfazendo um total de vinte e três em 1220<sup>86</sup>. Contudo, um documento recentemente descoberto por João Soalheiro<sup>87</sup> permite recuar a fixação desse total para antes de 1191. A fundação de um número tão elevado de igrejas paroquiais e a rapidez desse fenómeno revelavam a precocidade do dinamismo económico e humano da cidade. Desde essa cronologia até ao fim dos tempos medievais, Lisboa não registou a fundação de novas igrejas paróquias<sup>88</sup>.

Alguns historiadores têm procurado explicar o rápido florescimento das igrejas paroquiais mediante factores de ordem demográfica, modelo que viria mais tarde a ser matizado quando se teve a percepção, a partir de outras situações, do facto de o crescimento ou esvaziamento demográfico não corresponderem necessariamente à criação ou extinção de paróquias<sup>89</sup>. Assim, para a realidade lisiponense, consideramos preferível seguir interpretações, propostas anteriormente<sup>90</sup>, de que a fundação das igrejas paroquiais resultou da vontade de particulares com interesses socioeconómicos em Lisboa e dessas vontades não serem contrariadas pelas autoridades eclesiástica, régia e concelhia. De igual modo, continuando a seguir os mesmos autores<sup>91</sup>, sugerimos que a estabilização da rede paroquial poderá ser explicada pela vontade dos poderes urbanos em não fragilizarem os rendimentos

---

*de Lisboa. Vida e acções de seus prelados & varões eminentes em santidade, que nella florescerão*, Lisboa, Manoel da Silva, 1642, fl. 62.

<sup>84</sup> Carlos Guardado da SILVA, *Lisboa Medieval...*, pp. 119, 203, 204, 216.

<sup>85</sup> Joaquim Roberto da Sylva recua a fundação de São Julião para o reinado de D. Afonso Henriques, mas não refere nenhum documento para confirmar a sua afirmação. Joaquim Roberto da SYLVA, *Relaçam da Solemne Procissam do Corpo de Deos, que aos dous de Setembro de 1582. fez a Irmandade do Santissimo Sacramento da Freguesia de S. Juliaõ desta Cidade, em açcam de graças pela vitoria, que as nossas armas alcançaraõ no mesmo tempo da Armada Franceza*, Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1731.

<sup>86</sup> Santa Maria dos Mártires (1147), São Vicente (1147), Santa Maria Maior (1149), Santiago (1160), São Martinho (1162), Santa Maria Madalena (1164), São Jorge (1168), São Bartolomeu (1168), Santa Cruz da Alcáçova (1168), São Salvador (1170), Santa Justa (1173), Santo Estêvão (1173), São Pedro (1175), São João da Praça (1178), São Miguel (1180), São Mamede (1190), Santa Marinha do Outeiro (1190), São Nicolau (1199), São Julião (1200), São Tomé (1207), Santo André (1211), Santa Maria de Alcamim ou São Cristóvão (1220), São Lourenço (1220). Sobre esta questão, confira-se José Manuel VARGAS, “As freguesias de Lisboa e do seu termo na idade média”, *Olisipo*, 2ª série, 17 (2002), pp. 48-49; Mário FARELO, “O direito de padroado...”, pp. 288-289.

<sup>87</sup> A apresentação e a análise deste documento serão efectuadas no âmbito de um trabalho que o autor tem presentemente em curso, como refere Mário FARELO, *A oligarquia camarária...*, p. 249.

<sup>88</sup> Vd. Augusto Vieira da SILVA, “A evolução paroquial de Lisboa”, p. 195.

<sup>89</sup> Vd. Saul António GOMES, “Organização paroquial...”, pp. 164-165.

<sup>90</sup> Mário FARELO, “O direito de padroado...”, p. 276; Hermínia VILAR, “Réseau paroissial et droit de patronage dans le diocèse d'Évora (XIIIe-XIVe siècles)” em Monique BOURIN e Stéphane BOISSELLIER, eds. *L'espace rural au Moyen Âge. Portugal, Espagne, France (XIIe-XIVe siècle)*. *Mélanges en l'honneur de Robert Durand*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2002, p. 136.

<sup>91</sup> *Ib.*

dessas instituições e, consequentemente, dos membros das suas redes clientelares, entretanto constituídas.

As informações sobre o processo de elevação das igrejas paroquiais a colegiadas revelam-se, no entanto, escassas, mas sabemos, como anteriormente aludimos, através da *Lista de Igrejas de 1320-1321*, que Lisboa contava com dezanove das suas vinte e três igrejas paroquias organizadas em cabidos colegiais<sup>92</sup>. A evolução do número de colegiadas na cidade ainda não se encontra esclarecida, mas sabemos que, em 1391, este diminuiu devido à transformação da Colegiada de São Salvador num convento dominicano feminino, o Mosteiro do Salvador<sup>93</sup>. Apesar disso, o elevado número de colegiadas não deixa de representar um indicador da grande prosperidade económica e do dinamismo humano da cidade de Lisboa.

A fim de explicar o processo de elevação das igrejas paroquiais urbanas a colegiadas e a ausência de novos cabidos colegiais, socorremo-nos, mais uma vez, das hipóteses avançadas pelos autores anteriores citados<sup>94</sup>. De acordo com os seus estudos, os novos grupos fixados após a tomada de Lisboa fundaram colegiadas para controlarem o espaço religioso e assim contribuir para a afirmação das suas famílias e redes clientelares, pelo que promoveram uma estratégia de impedimento de novas fundações que evitasse a diminuição de rendimentos das colegiadas entretanto fundadas<sup>95</sup>. A forma encontrada por esses grupos para conseguirem reforçar os seus rendimentos consistiu no desenvolvimento de instituições eclesiais sufragâneas<sup>96</sup> das colegiadas no termo da cidade de Lisboa<sup>97</sup>.

De acordo com as inquirições de 1220, o rei tinha conseguido chamar para si o direito de padroado sobre as colegiadas lisiponenses, tal como acontecia com as restantes igrejas da diocese de Lisboa. Contudo, nas centúrias seguintes, o rei começou, paulatinamente, a alienar o direito de padroado sobre algumas dessas colegiadas para recuperar outros bens ou para recompensar alguns dos seus apoiantes, sem no entanto perder uma posição predominante entre os patronos das colegiadas<sup>98</sup>.

Detenhamo-nos agora um pouco, sobre os indivíduos ou instituições beneficiados pelo rei com o direito de padroado sobre as colegiadas lisiponenses.

---

<sup>92</sup> A. H. Oliveira MARQUES, *Portugal na crise...*, p. 221.

<sup>93</sup> António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja, cortesão, bispo, arcebispo, cardeal e fundador do convento das dominicanas do Salvador de Lisboa”, *Arquivo Histórico Dominicano Português*, vol. IV, 2 (1989), pp. 1-150; Carlos Eduardo de Verdier GRAF, *D. João Esteves da Azambuja: exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*, dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011, p. 58.

<sup>94</sup> Mário FARELO, “O direito de padroado...”, p. 276; Herminia VILAR, “Réseau paroissial et droit de patronage dans le diocèse d’Évora (XIIIe-XIVe siècles)” em Monique BOURIN e Stéphane BOISSELLIER, eds. *L’espace rural au Moyen Âge. Portugal, Espagne, France (XIIe-XIVe siècle). Mélanges en l’honneur de Robert Durand*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2002, p. 136.

<sup>95</sup> Mário FARELO, “O direito de padroado...”, pp. 276-277.

<sup>96</sup> Sobre as igrejas sufragâneas das colegiadas de Lisboa consulte-se: José Manuel VARGAS, “As freguesias de Lisboa...”, pp. 51 e 52.

<sup>97</sup> Mário FARELO, “O direito de padroado...”, p. 276-277.

<sup>98</sup> *Ib.*, pp. 278, 284-285, 288.

Em 1241, Sancho II alienou várias igrejas para o episcopado lisiponense, entre as quais a Colegiada de Santa Cruz do Castelo<sup>99</sup>. Mais tarde, nos finais do século XIII, D. Dinis doou a alguns bispos de Évora e Lisboa, a título pessoal, o direito de padroado sobre algumas colegiadas, como foi o caso das de Santo Estêvão de Alfama e de São Tomé, mas depois da morte dos prelados estas foram rapidamente recuperadas pela coroa<sup>100</sup>, o que demonstrava que a coroa não pretendia implantar um importante padroado episcopal na cidade, mas sim recompensar apenas alguns bispos pelos seus serviços prestados<sup>101</sup>. Mário Farelo sugere mesmo que “a ausência do padroado episcopal em Lisboa seria provavelmente compensada pela crescente importância do padroado do bispo na zona oriental da diocese e na região de Santarém”<sup>102</sup>.

De igual modo, o cabido de Lisboa exerceu uma influência reduzida no controlo dos padroados dos cabidos colegiais lisiponenses, dominando apenas os de São Julião e de São Jorge e apenas a partir do início de Trezentos, enquanto o cabido de Nossa Senhora dos Mártires, estaria na sua órbita já em 1389<sup>103</sup>.

A preponderância do padroado régio não favoreceu igualmente o desenvolvimento do padroado regular na cidade<sup>104</sup>. Os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho controlaram episodicamente a Colegiada de Santa Justa (a. 1306), enquanto os Cistercienses dominaram durante cinco dias apenas a de São Tomé (1298). A única ordem militar presente, a de Santiago, recebeu e manteve Santa Marinha do Outeiro somente entre 1274 e 1297<sup>105</sup>.

Os principais beneficiados com as alienações do padroado régio sobre as colegiadas lisiponenses seriam, no entanto, os particulares, a saber: D. Domingos Eanes Jardo, chanceler do rei Afonso III, bispo de Évora e depois de Lisboa, recebeu a de São Bartolomeu (1285); D. João Martins de Soalhães, bispo de Lisboa, recebeu a de Santo Estêvão de Alfama (1295), enquanto Aires Martins, escrivão e vice-chanceler de D. Dinis e Maria Esteves, sua mulher, receberam a de Santo André (1296). Pedro Salgado, tesoureiro régio, foi contemplado com a de Santa Marinha do Outeiro (1297) e João Vicente, desembargador do rei D. Dinis e cónego de Lisboa, recebeu São João da Praça (1335). Os monarcas concederam ainda a Miguel Vivas, vedor da chancelaria, a Colegiada de São Lourenço (1338) e a D. Martinho Peres da Charneca, bispo de Coimbra e membro do conselho régio, a de São Cristóvão (1390) e a D. João Afonso de Azambuja, bispo do Porto e membro do conselho régio, a de São Salvador (1391)<sup>106</sup>.

---

<sup>99</sup> *Ib.*, p. 280

<sup>100</sup> *Ib.*, p. 283

<sup>101</sup> *Ib.*, p. 283

<sup>102</sup> *Ib.*, p. 283

<sup>103</sup> *Ib.*, pp. 283-284.

<sup>104</sup> *Ib.*, pp. 284-285.

<sup>105</sup> *Ib.*, pp. 284-285.

<sup>106</sup> *Ib.*, pp. 285-288.



A análise do perfil dos particulares contemplados demonstra que estes eram normalmente oficiais régios que mantinham uma grande proximidade funcional, ou até mesmo afectiva com o monarca e que, pretendiam ainda apoiar ou fundar fundações pias nessas colegiadas<sup>107</sup>. Detecta-se ainda que os beneficiados detinham uma relação de proximidade com a colegiada anterior a receberem o direito de padroado<sup>108</sup>. Alguns dos descendentes desses beneficiados conseguiram empreender estratégias que permitiram organizar o grupo familiar e manter o direito de padroado no seio da família, funcionando essas colegiadas como “a cabeça da administração económica e promoção simbólica de todo o grupo familiar”<sup>109</sup>. Algumas dessas famílias chegariam mesmo a transformar as suas colegiadas em «igrejas-panteão», como adiante iremos enunciar.

Os restantes aspectos do funcionamento das colegiadas lisiponenses no período medieval permanecem ainda desconhecidos, porque ainda não existe um estudo sustentado sobre o recrutamento sociológico desses cabidos colegiais.

### **A Colegiada de São Lourenço de Lisboa**

No decorrer do levantamento documental realizado, não encontramos nenhum documento escrito a datar a fundação ou a identificar o fundador da Colegiada de São Lourenço de Lisboa. Apenas sabemos que a igreja de São Lourenço, tal como as suas homólogas, já se encontrava fundada e com funções paroquiais antes de 1191<sup>110</sup>.

A erecção de uma igreja paroquial implicava estipular a funcionalidade da instituição, atribuir uma ordenação para reger os comportamentos do clérigo que por ela se responsabiliza e definir ainda as obrigações do clérigo e dos paroquianos quer a nível financeiro (dízimos, oblações, primícias e ordinárias) quer litúrgico (festividades, serviços religiosos)<sup>111</sup>. Se assim ocorreu em São Lourenço, como se encontra documentado noutros casos contemporâneos em Leiria, a ausência de documentação não nos permite esclarecê-lo<sup>112</sup>. No entanto, podemos afirmar que o levantamento da igreja foi autorizado pelo poder episcopal, o único que poderia consagrar altares<sup>113</sup>, resultou da capacidade económica e financeira dos poderes cristãos em presença<sup>114</sup> e não se inscreveu numa prática de conversão de antigos templos, moçárabes ou

---

<sup>107</sup> *Ib.*, p. 286.

<sup>108</sup> *Ib.*, p. 286.

<sup>109</sup> *Ib.*, p. 288.

<sup>110</sup> Leia-se a nota 87.

<sup>111</sup> José MATTOSO, “PARÓQUIA. I. Até ao século XVIII” em Carlos Moreira de AZEVEDO, dir. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 373-376. Algumas dessas características são referidas por alguns autores que estudaram especificamente diversas redes paroquiais, como Saul António GOMES, “Organização paroquial...”, p. 169; Hermínia VILAR, *As Dimensões de um Poder...*, p. 218-220.

<sup>112</sup> Ver a nota anterior.

<sup>113</sup> Saul António GOMES, “Organização paroquial...”, p. 173.

<sup>114</sup> Mário FARELO, “O direito de padroado...”, p. 276.

islâmicos ao culto cristão, que se documenta não só para a Lisboa medieval<sup>115</sup> mas também para outras localidades portuguesas<sup>116</sup>.

A igreja de São Lourenço, tal como as suas homólogas lisiponenses aparece pela primeira vez mencionada como cabido colegial na *Lista de Igrejas de 1320-1321*, devendo os motivos para a sua elevação a colegiada ser semelhantes aos apontados anteriormente para as restantes colegiadas lisiponenses<sup>117</sup>.

A igreja de São Lourenço foi edificada, na segunda metade do século XII, sob um campo de silos de armazenamento localizado no arrabalde ocidental da cidade<sup>118</sup>. O edifício foi erguido em estilo românico, como os restantes edifícios religiosos construídos nesse período em Lisboa<sup>119</sup>, mas recebeu nas centúrias seguintes algumas modificações arquitectónicas. De acordo com informações contidas nos contractos económicos da colegiada<sup>120</sup> e nos textos das visitas pastorais<sup>121</sup>, detecta-se a existência de um coro na igreja em 1376<sup>122</sup>, de uma pia baptismal em 1474<sup>123</sup>, de um campanário em 1494<sup>124</sup>, de uma sacristia em 1495<sup>125</sup> e de cinco capelas particulares em 1500<sup>126</sup>.

A investigação arqueológica recentemente realizada confirmou a presença das cinco capelas góticas na igreja e confirmou a utilização do solo da igreja para actos de inumação desde o século XII<sup>127</sup>. As alterações arquitectónicas que o templo registou foram, certamente, uma das várias manifestações do apoio da família patronal destinada a enobrecer o espaço religioso a que estava ligada. Tais elementos arquitectónicos foram já identificados para outras colegiadas ou, até mesmo, em igrejas paroquiais do reino<sup>128</sup>, pelo que São Lourenço não difere

---

<sup>115</sup> Carlos Guardado da SILVA, *Lisboa Medieval...*, p. 119.

<sup>116</sup> José MATTOSO, *Identificação de um País...*, vol. I, p. 266; Joaquim Chorão LAVAJO, “Islão e cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa” em Carlos Moreira de AZEVEDO, dir. *História Religiosa de Portugal*, vol. I, p. 117.

<sup>117</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto nas páginas 11 e 12 da presente dissertação.

<sup>118</sup> Clementino AMARO, “Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível” em *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 66-68; Teresa de Campos COELHO, “Trabalhos de recuperação da Igreja de S. Lourenço de Lisboa”, *Revista Pedra & Cal*, 0 (Out.-Dez. 1998), pp. 38-41.

<sup>119</sup> José Custódio Vieira da SILVA, “Arquitectura” em Maria Adelaide MIRANDA e José Custódio Vieira da SILVA, coords. *História da Arte Portuguesa Medieval*, Lisboa, Universidade Aberta, 1997, pp. 59-60.

<sup>120</sup> Cfr. TT,CSLL, m. 7, n° 126 (1376). Este documento refere a presença de um coro na igreja de São Lourenço.

<sup>121</sup> Cfr. TT,CSLL, LV, fl. 1-57 (1474-1515).

<sup>122</sup> Cfr. TT,CSLL, m. 7, n° 126 (1376).

<sup>123</sup> Cfr. TT,CSLL, LV, fl. 37-37v.

<sup>124</sup> Cfr. TT,CSLL, LV, fl. 28v.

<sup>125</sup> Cfr. TT,CSLL, LV, fl. 24v, 29v.

<sup>126</sup> Cfr. TT,CSLL, LV, fl. 33v, 34.

<sup>127</sup> Clementino AMARO, “Arqueologia Islâmica em Lisboa...”, pp. 61-71.

<sup>128</sup> Colham-se exemplos em José Custódio Vieira da SILVA, “Da galilé à capela-mor. O percurso do espaço funerário na arquitectura gótica portuguesa” em *id.*, *O Fascínio do Fim*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997, p. 49; Hermínia VILAR, *As Dimensões de um Poder...*, p. 218-219; Carla Patrícia VARANDAS, *A colegiada de S. Pedro de Coimbra...*, pp. 11-12.

dos padrões mais correntes seguidos na organização espacial do templo e que seguem as transformações espirituais ocorridas durante os últimos séculos medievais<sup>129</sup>.

O espaço paroquial sob a responsabilidade de São Lourenço permanece ainda por determinar, mas as informações mais substantivas que dispomos sobre essa questão remetem para os textos da delimitação sistemática das freguesias de Lisboa ocorrida tardiamente, entre 1466-1477<sup>130</sup>. Esse processo de delimitação das paróquias resultou da iniciativa de D. Jorge da Costa, cardeal e arcebispo de Lisboa (1464-1501), e foi levada a cabo por Gomes Paiva, beneficiado na Sé, e Luís Eanes, vigário do Mosteiro do Salvador<sup>131</sup>. Os representantes do cardeal outorgaram ainda ao cabido colegial a cobrança dos dízimos sobre bens imóveis localizados fora da freguesia, entre os quais se contavam propriedades rústicas e rurais pertencentes a São Lourenço bem como de uma capela localizada na igreja, a capela da Flor da Rosa<sup>132</sup>. As áreas de cobrança do dízimo de São Lourenço permaneceram inalteradas pelo menos até 1511<sup>133</sup>.

Durante o processo de delimitação não foram referidas as igrejas do termo de Lisboa anteriormente documentadas como sob a alçada das colegiadas olisiponenses<sup>134</sup>. Esses cabidos colegiais controlavam normalmente apenas uma igreja no termo, sendo as Colegiadas de São Martinho e de São Cristóvão as únicas a controlarem duas<sup>135</sup>.

Em 1406, a colegiada de São Lourenço afirmava possuir o direito de padroado desde há vários anos, juntamente com a igreja de São Cristóvão de Lisboa, sobre a igreja de Santa Maria de Oeiras, sendo as duas igrejas responsáveis pela apresentação de um capelão, a quem cabia a responsabilidade de officiar os sacramentos aos domingos e às sextas-feiras<sup>136</sup>. As doações monetárias ou em espécie - candeias, vinho, pão, pescado, carne – bem como outras oblações à capela de Santa Maria de Oeiras eram, por isso, divididas irmãmente entre São Lourenço e São Cristóvão. Os fregueses das igrejas de São Lourenço e São Cristóvão com casa localizada no reguengo de Oeiras pagavam o dízimo apenas e directamente às respectivas igrejas<sup>137</sup>. A igreja de Santa Maria de Oeiras permanecia ainda em 1494 sujeita a São Lourenço, como o demonstra a demanda feita pelos moradores de Oeiras a fim de obrigarem São Lourenço a aí construir, uma sacristia e a proceder à reparação da ousia<sup>138</sup>. Uma vez que a

---

<sup>129</sup> José Custódio Vieira da SILVA, “Da galilé à capela-mor...”, p. 49.

<sup>130</sup> José Vargas afirma que a carta de limitação de São Lourenço data de 1476, mas o documento data, pelo contrário, de 1466. A correcção da data recua para 1466, e não para 1468, os primeiros esforços de D. Jorge da Costa para proceder à delimitação das freguesias olisiponenses. José Manuel VARGAS, “As freguesias de Lisboa...”, p. 54; Cfr. TT, *CSLL*, m. 8, n° 147 e 148.

<sup>131</sup> José Manuel VARGAS, “As freguesias de Lisboa...”, pp. 60-65; Cfr. TT, *CSLL*, m. 8, n° 147, 148.

<sup>132</sup> Cfr. TT, *CSLL*, m. 8, n° 147.

<sup>133</sup> Cfr. TT, *CSLL*, m. 8, n° 148.

<sup>134</sup> Cfr. TT, *CSLL*, m. 8, n° 147.

<sup>135</sup> *Ib.*, pp. 51-52.

<sup>136</sup> Cfr. TT, *CSLL*, m. 3, n° 42.

<sup>137</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>138</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 28v.

carta dirigida pelo prior e beneficiados de São Lourenço ao vigário da Sé, referente às dificuldades para o pagamento das obras requeridas pelos moradores<sup>139</sup> não mencionava a partilha da igreja ou das despesas da obra com São Cristóvão, tal nos leva a avançar a hipótese de que Santa Maria de Oeiras se encontrava nesse momento, apenas subordinada à colegiada que estudamos.

As funções da colegiada de São Lourenço eram desempenhadas por um cabido formado, antes de 1332, por um prior e três raçoeiros<sup>140</sup>. Contudo, Miguel Vivas, privado de Afonso IV, padrinho da infanta D. Leonor e primo dos Nogueira, importante família patronal de São Lourenço como analisaremos mais adiante<sup>141</sup>, recebeu autorização do bispo e cabido de Lisboa para, entre vários outros aspectos, remodelar a organização institucional da colegiada<sup>142</sup>. Em consequência, em 1332<sup>143</sup>, Miguel Vivas alargou o número de raçoeiros para quatro e determinou a obrigatoriedade de São Lourenço garantir, a partir das suas rendas, a manutenção de quatro estudantes na universidade, fosse esta portuguesa ou estrangeira<sup>144</sup>. Até ao fim do período medieval, a organização do cabido colegial apenas voltaria a ser redefinida durante o período de D. Afonso Nogueira, patrono da colegiada e membro da linhagem dos Nogueira, quando, em 1451, alargou para sete o número de raçoeiros<sup>145</sup>.

O ideal de vida em comum, contido nos objectivos iniciais, teria, por certo desaparecido antes da redacção da *Lista de Igrejas de 1320-1321*, uma vez que o documento especificava, no rendimento total da igreja, as verbas a serem destinadas aos raçoeiros<sup>146</sup>. As estratégias de Miguel Vivas e D. Afonso Nogueira para alargar o número de prebendas na colegiada demonstravam que os patronos não tinham a preocupação de fazer retomar os princípios da vida em comum à instituição<sup>147</sup>.

A igreja de São Lourenço para poder manter o cabido colegial e sustentar as despesas do ofício divino contava, tal como as suas homólogas<sup>148</sup>, para além do referido dízimo, com as

---

<sup>139</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>140</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 7, nº 1, fl. 180; MPV, I, p. 63-64, nº 105; “Fructos da egreja de S. Lourenço (Lisboa)”, *Revista Archeologica*, III (1889), pp. 111-112.

<sup>141</sup> Para uma visão mais detalhada sobre Miguel Vivas veja-se: Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, pp. 149, 161, 162; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo régio (1320-1433)*, pp. 627-628; António Resende de OLIVEIRA, *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*, Lisboa, Edições Colibri, 1994, pp. 273-275, 329-330 e Miguel Gomes MARTINS, “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 3 (1999), pp. 15-17.

<sup>142</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, nº 26; António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Roma-Braga, Editorial Franciscana, 1968, pp. 63-64, nº 105; “Fructos da egreja de S. Lourenço (Lisboa)”, pp. 111-112.

<sup>143</sup> TT, VVNC, cx. 7, nº 1, fl. 180.

<sup>144</sup> António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, p. 63-64, nº 105; “Fructos da egreja de S. Lourenço (Lisboa)”, pp. 111-112.

<sup>145</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, nº 25.

<sup>146</sup> Stéphane BOISSELLIER, *Registres fiscaux...*, p. 146.

<sup>147</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, nº 25.

<sup>148</sup> Vd. Entre outros exemplos possíveis Joaquim Bastos SERRA, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama...*, p. 41.

ofertas dos fiéis e com os rendimentos do seu património imóvel. Este era formado por propriedades urbanas e rústicas localizadas em Sintra, Almada e ainda, na própria freguesia de São Lourenço. A impossibilidade de estudarmos<sup>149</sup>, neste momento, por evidente falta de tempo, a formação e gestão do património de São Lourenço não nos permite conhecer totalmente a sua posição na hierarquia económica das colegiadas olisiponenses, tarefa difícil de realizar porque a maioria das colegiadas lisboetas ainda não foram alvo de estudos desse tipo. Contudo, através da análise dos dados contidos na *Lista de Igrejas de 1320-1321*<sup>150</sup>, ficamos a saber que a parte taxada dos seus rendimentos correspondia a 200 libras e o total das prebendas dos raçoeiros a 150 libras, o que colocava São Lourenço numa posição intermédia entre as suas homólogas olisiponenses<sup>151</sup>.

As primeiras referências documentais conhecidas atribuem o padroado da colegiada de São Lourenço, à semelhança das suas homólogas, ao rei (1220)<sup>152</sup>. Em 1338, Afonso IV doou a Miguel Vivas o direito de padroado sobre São Lourenço para o recompensar pelos serviços prestados, nunca mais tendo este padroado regressado às mãos dos monarcas<sup>153</sup>.

Durante os séculos XIV e XV, a Colegiada de São Lourenço desempenhou ainda um importante papel na estratégia de afirmação de duas famílias ligadas às elites dirigentes de Lisboa e ao serviço régio, os Nogueira e, mais tarde, os Brito. Tentemos agora traçar, ainda que de forma abreviada, o percurso dessa ligação, o qual será mais tarde desenvolvido.

Em 1296, Mestre Pedro, membro dos Nogueira, físico de D. Dinis, cónego do Porto e da Guarda e reitor de Santiago de Óbidos<sup>154</sup>, estabeleceu os primeiros contactos conhecidos entre os Nogueira<sup>155</sup> e a Colegiada de São Lourenço, ao aí fundar uma capela dedicada a Santa Ana onde pretendia ser sepultado<sup>156</sup>. Entre as várias determinações previstas no seu testamento, determinou que os rendimentos do morgado deviam custear a formação de três meninos da sua família<sup>157</sup> e legou a administração da capela aos descendentes legítimos, os

---

<sup>149</sup> Sobre a impossibilidade de estudar na presente dissertação a aquisição e a gestão patrimonial da colegiada leia-se as páginas 27-28.

<sup>150</sup> Stéphane BOISSELLIER, *Registres fiscaux...*, p. 146.

<sup>151</sup> As colegiadas olisiponenses registavam, por essa altura, grandes discrepâncias a nível financeiro. São Nicolau, a mais rica, encontrava-se taxada em 350 libras e o total das prebendas dos seus raçoeiros ascendia a 250 libras, enquanto os priores e os raçoeiros de Santiago e São Pedro, as mais modestas, deviam contribuir, respectivamente, 30 e 40 libras e o total das suas prebendas equivalia, respectivamente, a 45 e 40 libras. Stéphane BOISSELLIER, *Registres fiscaux...*, p. 145-146.

<sup>152</sup> Mário FARELO, “O direito de padroado...”, pp. 277, 288.

<sup>153</sup> Cfr. TT, *Gav. XIX*, m. 14, n° 5, fl. 26 (em ementa). Sobre isso leia-se o último capítulo da presente dissertação.

<sup>154</sup> Mário FARELO, “La vocation scolaire de la chapelle de Maître Pierre de Lisbonne au XIV<sup>e</sup> siècle”, *Medievalista online*, 7 (Dezembro de 2009), p. 12 [<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA7/medievalista-farelo7.htm>].

<sup>155</sup> A utilização do nome «Nogueira» só se torna apanágio da família a partir de Afonso Eanes Nogueira, no final do século XIV, mas estabelecemos a convenção de designar também os seus antepassados por Nogueira. Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, p. 158.

<sup>156</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 73.

<sup>157</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 74 v-75.

quais não poderiam desempenhar cargos episcopais. Após a sua morte, como veremos, a administração passou para o seu irmão, Lourenço Peres Sênior<sup>158</sup>.

Em 1321, Lourenço Peres Sênior doou todos os seus bens à capela de Mestre Pedro e alargou o pagamento de formação a quatro meninos, determinando ainda que o provedor do morgado pagasse a esses alunos da capela os estudos universitários, no reino ou além-fronteiras<sup>159</sup>. Para além disso, Lourenço Peres estabeleceu a obrigatoriedade de serem sustentados pela instituição, oitos pobres envergonhados da linhagem de Mestre Pedro<sup>160</sup>. A Lourenço Peres sucederam na administração do morgado de Mestre Pedro os seus filhos legítimos, Lourenço Peres Júnior e Filipe Lourenço, e posteriormente um filho ilegítimo, Mestre João das Leis<sup>161</sup>.

A relação do grupo familiar com a colegiada viria a ser reforçada através das acções de Miguel Vivas, primo de Mestre Pedro e de Lourenço Peres<sup>162</sup>, que utilizou a sua grande proximidade junto do monarca para consolidar a ligação dos filhos de Lourenço Peres Sênior e administradores do morgado de Mestre Pedro com a Colegiada de São Lourenço.

Primeiramente, Miguel Vivas conseguiu receber autorização de D. João Afonso de Brito, bispo de Lisboa, e do seu cabido para, entre vários aspectos, reorganizar a vida institucional da colegiada, tal como já mencionamos anteriormente<sup>163</sup>. Em consequência, em 1332, Miguel Vivas destinou uma parte das rendas da colegiada para custear os estudos académicos de quatro estudantes e conferiu ao administrador da capela de Mestre Pedro um papel decisivo na escolha desses alunos<sup>164</sup>. Tais determinações demonstravam a vontade do prelado em alargar a estratégia educativa dos seus primos, utilizando para isso os rendimentos da colegiada, o que iria permitir apoiar os estudos de familiares e apaniguados, alargando assim a rede clientelar da família.

Mais tarde, em 1338, Afonso IV doou a Miguel Vivas o direito de padroado sobre São Lourenço para o recompensar pelos serviços prestados<sup>165</sup>, tendo o prelado legado o padroado, após a sua morte, ocorrida em data incerta entre 1338<sup>166</sup> e 1342<sup>167</sup>, ao administrador do morgado de Mestre Pedro. Em 1342, Filipe Lourenço aparece referido como o primeiro

---

<sup>158</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 73-74v.

<sup>159</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 30, fl. 3.

<sup>160</sup> *Ib.*, fl. 1v-2v.

<sup>161</sup> Para uma visão dos administradores do morgadio de Mestre Pedro consulte-se a lista dos administradores do morgadio em anexo.

<sup>162</sup> Leia-se o que escrevemos sobre isso o que escrevemos sobre Miguel Vivas no último capítulo.

<sup>163</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 26; António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, p. 63-64, n.º 105; “Fructos da igreja de S. Lourenço (Lisboa)”, pp. 111-112.

<sup>164</sup> António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, p. 63-64, n.º 105; “Fructos da igreja de S. Lourenço (Lisboa)”, pp. 111-112.

<sup>165</sup> Cfr. TT, *Gav.* XIX, m. 14, n.º 5, fl. 26 (em ementa).

<sup>166</sup> Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo régio (1320-1433)*, pp. 627-628.

<sup>167</sup> TT, VVNC, cx. 1, n.º 27. Neste documento, datado de 1342, Miguel Vivas é referid e Filipe Lourenço, arcediogo de Viseu e seu primo, surge pela primeira vez como patrono da Colegiada de São Lourenço.

administrador do morgado a ser designado também como patrono da colegiada<sup>168</sup>. A partir desse momento, o direito de padroado de São Lourenço pertenceu sempre ao administrador do morgado de Mestre Pedro<sup>169</sup>, o que demonstrava a plena concretização da estratégia de Miguel Vivas para ligar o controlo da colegiada ao principal morgado da família.

As gerações seguintes dos Nogueira compreenderam a importância da estratégia de Mestre Pedro, Lourenço Peres Sênior e Miguel Vivas para a sua afirmação social e continuaram a aperfeiçoá-la através da fundação de novas capelas na igreja, do desenvolvimento das funções pias, litúrgicas e educativas das suas capelas e da doação de legados às capelas e à colegiada.

Os Nogueira transformaram assim, a Colegiada de São Lourenço na sede dos seus morgados e num pólo de apoio à formação educativa dos homens da sua família e dos seus protegidos, alargando a rede clientelar da família e criando condições para o oficial das celebrações em honra dos seus defuntos que entretanto, aí se faziam tumular, fazendo das suas capelas panteão familiar. Os Nogueiras encontraram assim um veículo privilegiado para projectar e afirmar o seu poder e a memória da sua família na cidade de Lisboa<sup>170</sup>.

No início do século XV, os Nogueira, apesar de continuarem a valorizar nas suas estratégias de afirmação as capelas fundadas pelos seus antepassados, começaram a desenvolver esforços para reduzirem os encargos assistenciais, educativos e litúrgicos das capelas devido a duas causas distintas, mas por certo complementares. Por um lado, o apoio da família à nova dinastia emergente permitiu a sua nobilitação, o que propiciou que os seus membros deixassem de desempenhar funções no desembargo régio para passarem a servir a coroa no campo militar ou diplomático ou a ocuparem posições elevadas na hierarquia eclesiástica, circunstâncias que lhes proporcionaram a possibilidade de auferirem da educação proporcionada pela corte régia, o que tornava os custos com a manutenção dos encargos educativos da capela quase dispensáveis, mas todavia necessários à manutenção da nova condição social da família, susceptível de maiores encargos económicos. Por outro lado, o peso excessivo dos custos que permitiam assegurar o cumprimento das obrigações litúrgicas e assistenciais da capela tornava difícil aos Nogueira manterem a sua condição nobre, o que encorajava também a família a procurar diminuir esses encargos. Se bem que os Nogueira da centúria de quatrocentos continuassem a considerar a Colegiada de São Lourenço como um

---

<sup>168</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>169</sup> Em 1349, por exemplo, Mestre João das Leis, administrador do morgadio de Mestre Pedro, aparece como padroeiro de São Lourenço na apresentação de Pedro Eanes para o priorado da colegiada. Cfr. *Ib.*, ex. 5, n.º 35.

<sup>170</sup> Sobre este assunto leia-se o último capítulo da presente dissertação e os trabalhos de Mário Farelo sobre as estratégias de afirmação social dos Nogueira: Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, pp. 145-168; *id.*, “Os morgadios dos Nogueiras...”, pp. 185-204; *id.*, “La vocation...”, pp. 1-44.

elemento fundamental nas suas estratégias, começavam simultaneamente a valorizar outras instituições e manifestações religiosas, mais consentâneas com a sua nova posição social<sup>171</sup>.

Em 1453<sup>172</sup>, a ascensão de D. Afonso Nogueira, então administrador da capela de Mestre Pedro, ao episcopado de Coimbra obrigava o prelado a seguir as determinações estabelecidas por Mestre Pedro em 1296 e, por consequência, a transferir a administração da capela ao parente mais próximo<sup>173</sup>. Dois anos mais tarde, dava cumprimento a essas normas mas, na falta de irmão varão, transmitiu a administração do morgado de Mestre Pedro a Mem de Brito, primogénito de Violante Nogueira, sua irmã<sup>174</sup>. Contudo, no ano seguinte, em 1456<sup>175</sup>, D. Afonso Nogueira e Mem de Brito acordaram que o prelado poderia continuar a administrar o morgado de Mestre Pedro enquanto vivesse. A morte de D. Afonso Nogueira, em 1464<sup>176</sup>, permitiu não só que o morgado de Mestre Pedro e o padroado da igreja de São Lourenço fossem entregues a Mem de Brito, como também ao fidalgo e que o seu irmão, Álvaro de Brito, arrecadassem a administração de outras capelas administradas por D. Afonso Nogueira, algumas das quais localizadas na Colegiada de São Lourenço<sup>177</sup>.

Até ao fim do período medieval, os Brito seguiram e aperfeiçoaram as principais linhas da estratégia de afirmação dos últimos Nogueira, seus parentes, uma vez que serviram a coroa no campo militar, mantiveram uma relação importante e privilegiada com as capelas dos Nogueira e com a colegiada de São Lourenço, reduziram as obrigações litúrgicas das capelas, eliminaram os encargos educativos da capela de Mestre Pedro e aproximaram a linhagem a novas instituições e manifestações religiosas<sup>178</sup>.

As vicissitudes da colegiada e da sua relação com os Nogueira e os Brito serão explicadas mais demoradamente nos capítulos seguintes. Uma vez que esse exercício foi condicionado pela disponibilidade das fontes, considerámos importante explicar seguidamente as potencialidades e as limitações dos documentos a que tivemos acesso.

### **A informação disponível: potencialidades e limitações**

O levantamento documental sobre a Colegiada de São Lourenço implicou uma tentativa de reconstrução e de reflexão sobre a história e conservação do cartório da colegiada desde a sua extinção (século XIX) à actualidade. Este processo permitiu-nos conhecer as vicissitudes porque passou a sua conservação e organização e ter consciência das perdas

---

<sup>171</sup> Sobre isso leia-se o último capítulo da presente dissertação.

<sup>172</sup> Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, vol. I, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1979, p. 58.

<sup>173</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 73-74v.

<sup>174</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 4, nº 5.

<sup>175</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 7, nº 1, fl. 98v.

<sup>176</sup> Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967, p. 513.

<sup>177</sup> Sobre isso leia-se o último capítulo da presente dissertação.

<sup>178</sup> Sobre isso leia-se o último capítulo da presente dissertação.



documentais sofridas, auferindo assim de uma visão mais clara do modo como as disponibilidades documentais podem ter condicionado a nossa leitura da informação recolhida e consequentemente, as conclusões que apresentamos.

Em 1848, os órgãos da administração central do reino destinaram os bens e rendimentos da extinta Colegiada de São Lourenço para ajudar a custear as despesas do Seminário Patriarcal de Santarém, o que levou à deslocação da documentação relativa à colegiada para esse seminário<sup>179</sup>. Vários anos mais tarde, entre 1862-1864, o governo transferiu para a Torre do Tombo os documentos da colegiada anteriores a 1600, dando assim origem à separação do antigo cartório da colegiada em dois fundos: um integrado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e outro, conservado no Seminário Patriarcal de Santarém<sup>180</sup>.

O fundo do cabido colegial de São Lourenço localizado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo é constituído em grande parte por documentação medieval, entre a qual se conserva um caderno de aforamentos do século XIV, um livro do tombo dos séculos XIV e XV (todavia perdido à data da elaboração desta dissertação), um livro de tombo redigido em 1500, um livro de visitas (abrangendo o período entre 1478 e 1527) – inédito e não utilizado por Isaías da Rosa Pereira nos seus trabalhos sobre visitas<sup>181</sup> – e 133 documentos avulsos. A distribuição cronológica desses documentos incide mormente nos séculos XIV (28, 6%) e XV (55, 6%) e, com menor expressão, no início do século XVI (15, 8%), não tendo sido encontrados documentos sobre os primeiros séculos de vida da instituição, ou seja, sobre os séculos XII e XIII. Tais características aproximam a documentação relativa a São Lourenço da existente para a maioria das colegiadas da cidade, em cujos fundos, a documentação anterior aos finais do século XIII é inexistente.

Entre a documentação avulsa conservada, predominam as fontes de natureza económica e, em menor grau, as relativas a pleitos judiciais. Salientamos ainda a presença de documentos relativos à esfera particular dos clérigos, tais como uma carta de apresentação de um raçoeiro e estudante datada do século XV e duas cartas de delimitação da freguesia de São Lourenço, a primeira de 1466 e a segunda, datada de 1511. O núcleo documental não conserva, no entanto, entre outros, a documentação normativa que regia o cabido colegial, as cartas de apresentação dos priores, documentos que iluminem a relação dos clérigos com os patronos ou que enumerem os livros religiosos empregues pelos clérigos no ofício das celebrações litúrgicas e na administração dos sacramentos<sup>182</sup>.

---

<sup>179</sup> Informação recenseada em <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=1380221> [07/02/2012]. O fundo da colegiada de São Lourenço conservado no Seminário Patriarcal não tem documentação medieval e contém apenas um Livro das eleições da igreja de São Lourenço (1766-1767).

<sup>180</sup> Informação recenseada em <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=1380221> [07/02/2012].

<sup>181</sup> Leia-se a nota 198.

<sup>182</sup> Pelas visitas realizadas entre 1488 e 1492 a São Lourenço, sabemos que existiria um epistolário, dois santorais, um serial de todo o ano, outro serial dos ofícios novos, um domingal, uma bíblia, três saltérios, um livro de ofícios de santos e dos milagres de Nossa Senhora, um caderno do ofício de Nossa Senhora e

A fim de colmatar essas perdas, optámos por consultar durante o nosso levantamento documental o fundo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima, temporariamente disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>183</sup>. A existência de documentação sobre São Lourenço nesse fundo justifica-se devido ao casamento de Inês de Lima e Luís de Brito Nogueira, na década de 70 do século XVI<sup>184</sup>. Contudo, a retirada desse fundo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo pelos actuais proprietários impossibilitou a consulta de alguns documentos fundamentais para os objectivos do nosso estudo. Estas dificuldades foram, no entanto, facilmente superadas através da consulta das digitalizações de alguns desses documentos disponibilizadas *online* no sítio do Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>185</sup> e, principalmente, graças aos sumários fornecidos pelo professor Mário Farelo<sup>186</sup> dos documentos presentes nesse fundo relativos aos Nogueira e aos Brito.

A leitura dos sumários revelou-nos como o cartório dos Nogueira e dos Brito, seguindo as palavras de Mário Farelo, constitui “o exemplo mais importante de um cartório particular tardo-medieval [português], qualitativa e quantitativamente mais impressionante do que o conjunto de pergaminhos sobre João Viegas conservados no IAN/TT, no fundo de *Santa Clara de Santarém* ou dos Vieiras estante na mesma instituição, na *Casa de Abrantes*”<sup>187</sup>. Entre a documentação compulsada, foi possível identificar vários documentos sobre a relação dos Nogueira e dos Brito com a colegiada nos séculos XIV, XV e na primeira metade do XVI, a saber: cartas de apresentação de priores, raçoeiros e estudantes para a colegiada, documentos sobre conflitos entre os patronos e a instituição, cartas de concessão de préstimos da capela de Mestre Pedro a estudantes, testamentos de vários membros da família patronal, doações de membros da família à capela de Mestre Pedro, inquirições sobre a autenticidade do direito de padroado dos Brito sobre São Lourenço, escrituras de empréstimos de livros da capela de Mestre Pedro e bulas sobre a redução dos encargos das capelas. Alguns destes documentos revelam-se mesmo, até ao momento da redacção desta dissertação, singulares no contexto

---

de outros santos, dois missais romanos, um livro dos evangelhos, um caderno com o foro do corpo de Deus, cinco missais pequenos, um livro de baptizar e encomendar e um livro sobre bênçãos e sobre o ofício de ungir. Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 11v, 13, 21, 21v, 34.

<sup>183</sup> E acessível virtualmente através do portal *Digitarq*: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4343878> [07/02/2012].

<sup>184</sup> Maria de Lurdes ROSA, “Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV-XIX” em Maria de Lurdes ROSA, dir. *Colóquio internacional Arquivos de família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM-CHAM-Caminhos Romanos, 2012, p. 593

<sup>185</sup> Vd. <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4343895> e <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4344776> [07/02/2012].

<sup>186</sup> Aproveitamos esta oportunidade para, mais uma vez, reiterar os nossos agradecimentos ao professor Mário Farelo pelos sumários fornecidos, os quais foram elaborados durante o período em que a documentação esteve em depósito na Torre do Tombo, após a devida autorização concedida pelo Eng. Luís Vasconcelos e Sousa.

<sup>187</sup> Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, p. 158, nota 14.

nacional, como as cartas de concessão de préstimos da capela de Mestre Pedro a estudantes ou as escrituras de empréstimos de livros da capela.

Por outro lado, a presença de vários inventários dos cartórios dos Nogueira e dos Brito no arquivo dos viscondes<sup>188</sup> permitiu avaliar as estratégias da família para conservar a documentação e as perdas sofridas pelo arquivo. Entre os inventários, o denominado “*Catálogo do cartório da casa*” corresponde ao inventário mais antigo do arquivo dos patronos da colegiada, tendo sido provavelmente regido nas primeiras décadas de quinhentos, uma vez que não refere documentação posterior a Estêvão de Brito, filho de Luís de Brito<sup>189</sup>. O acesso *online*<sup>190</sup> a esse inventário permitiu aceder a documentos dos séculos XIV, XV e XVI que já não se encontravam conservados no fundo, como testamentos de vários membros da família patronal, documentos sobre partilhas de heranças entre vários membros da família, escrituras de empréstimos de livros da capela de Mestre Pedro e bulas sobre a redução dos encargos das capelas.

Note-se, porém, que não foi possível encontrar neste fundo, uma vez mais, alguns documentos fundamentais sobre a vida da colegiada, como o compromisso que regulamentava as actividades do cabido, ou sobre a relação dos patronos com a colegiada, tais como os testamentos de alguns familiares.

Simultaneamente, levamos a cabo a consulta de outros fundos de instituições religiosas que sabíamos *a priori*<sup>191</sup> possuírem informações pertinentes para o tema da nossa dissertação, como o fundo do Hospital de São José localizado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, uma vez que aí se conserva a documentação produzida no âmbito do Juízo das capelas que tinha por funções, a partir dos inícios do século XVI, julgar todos os feitos relacionados com as capelas e hospitais de Lisboa<sup>192</sup>. No século XVIII, esse órgão mandou redigir cópias da documentação e dos tombos das instituições, pelo que aí se conservam cópias de testamentos e de instituições de capelas, entretanto desaparecidos<sup>193</sup>. No caso de São Lourenço, a documentação sobre as capelas erigidas nessa igreja foi trasladada no volume 62<sup>194</sup> e é composta por testamentos de indivíduos sepultados em São Lourenço durante os séculos XIV e

---

<sup>188</sup> Sobre esse assunto consulte-se: Maria de Lurdes ROSA, “Os espelhos e os seus...”, pp. 571-596.

<sup>189</sup> Sobre Estêvão de Brito leia-se as páginas que lhe dedicamos no último capítulo.

<sup>190</sup> <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4343895> [07/02/2012].

<sup>191</sup> Sobre as potencialidades dessa documentação consulte-se Maria de Lurdes ROSA, «Catálogo de testamentos e tombos (1296-1521) da Provedoria das Capelas de Lisboa» em Maria do Rosário Themudo BARATA e Luís KRUS, dirs; Amélia Aguiar ANDRADE, Hermenegildo FERNANDES e João Luís FONTES, eds. *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscopio, 2009, pp. 539-552.

<sup>192</sup> Sobre este assunto leia-se Maria de Lurdes ROSA, “Contributos para o estudo da Reforma dos “Corpos Pios” no reinado de D. Manuel. A história institucional do *Juízo das Capelas de Lisboa*” em *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua época*, vol. 3, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 519-544.

<sup>193</sup> Leia-se a nota 191.

<sup>194</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 27 v-28 v, 41v-43v, 51-61v, 63v-76v, 95v-99v.

XV. De facto, a maioria dos testamentos pertence a membros da família patronal e não se encontram presentes nos fundos anteriormente referidos<sup>195</sup>.

Além disso, escutinámos também algumas fontes publicadas relevantes para o estudo das relações do cabido colegial com outros poderes, como o rei, a universidade ou o papa. Entre as várias colectâneas consultadas, os registos de chancelaria, as *Gavetas*, o *Chartularium Universitatis Portugalsensis*, a *Monumenta Henricina* e a *Monumenta Portugaliae Vaticana*<sup>196</sup> permitiram completar as informações anteriores com outros documentos redigidos entre os finais do século XIII e o início do XVI, nomeadamente uma carta de apresentação de prior, uma carta de legitimação das filhas de um prior, súplicas dirigidas pelos clérigos ou pelos patronos de São Lourenço ao sumo pontífice, cartas trocadas entre os patronos da colegiada e D. Gomes, abade de Santa Maria de Florença e bulas para reduzir os encargos litúrgicos, assistenciais e educativos das capelas. A informação documental foi, por fim, completada com dados provenientes de estudos resultantes das escavações arqueológicas realizadas recentemente na igreja de São Lourenço<sup>197</sup>.

Terminado o levantamento da documentação, verificámos que o *corpus* documental reunido não permitia estudar os primeiros séculos da vida da colegiada, forçando-nos a privilegiar os séculos XIV, XV e os inícios do XVI.

O *corpus* documental reunido permite estudar o cabido colegial sob as perspectivas mais trabalhadas na historiografia portuguesa tal como acontece com a perspectiva económica. Um estudo sobre a colegiada, nesse âmbito, poderia incidir sobre a aquisição, a localização, a evolução e as tipologias das propriedades e os regimes de exploração do património, bem como as culturas preferidas no cultivo dos terrenos, as rendas cobradas aos foreiros e as características sociológicas dos foreiros, no entanto não foi essa a opção tomada para esta dissertação.

Uma vez que a informação recolhida permitia esclarecer aspectos menos desenvolvidos até ao momento pela historiografia portuguesa tal permitiu a tomada de decisão de procurar esclarecer, para a Colegiada de São Lourenço, as problemáticas ligadas aos aspectos sociológicos dos membros da instituição, ao ensino praticado na colegiada e à relação desta igreja com a sua família patronal

A documentação revela-se muito fecunda para a análise sociológica dos indivíduos relacionados com a colegiada, uma vez que nos permite conhecer as suas origens familiares e respectivas solidariedades, os cargos desempenhados na colegiada, a formação cultural e o

---

<sup>195</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 41v-43v, 51-61v, 63v-76v, 95v-99v.

<sup>196</sup> Sobre as fontes publicadas consultadas veja-se a bibliografia final.

<sup>197</sup> Clementino AMARO, “Arqueologia Islâmica em Lisboa...”, pp. 61-71; Teresa de Campos COELHO, “Trabalhos de recuperação...”, pp. 38-41.

desempenho de cargos em outras instituições, as características dos seus bens pessoais e dos seus legados e os seus comportamentos e práticas morais.<sup>198</sup>

De igual modo, a documentação compulsada permite igualmente analisar as características sociológicas dos estudantes da colegiada e da capela de Mestre Pedro, assim como a formação fornecida por esta última e ainda, o espólio livresco das capelas colocado ao serviço dos estudantes bem como as condições da sua circulação.

Por fim, as fontes disponíveis possibilitam o estudo da estratégia dos patronos na fundação de capelas em São Lourenço e a forma como procuraram dominar o cabido colegial, bem como o efeito da proximidade da família a outras manifestações ou instituições religiosas. Os objectivos iniciais e as limitações na redacção da dissertação, como anteriormente aludimos, ditaram, assim, a escolha das perspectivas a desenvolver.

---

<sup>198</sup> Note-se, porém, que nem sempre foi possível responder a todas as questões para todos os indivíduos arrolados ou para todo o período alvo de estudo. Sobre os comportamentos e a moralidade dos clérigos, por exemplo, encontramos mais informações para as últimas décadas de quatrocentos e as primeiras de quinhentos do que para o restante período. Para além disso, como essas informações foram colhidas nos textos das visitas de 1474 a 1521, a natureza dos documentos apenas permitiu determinar os incumprimentos dos prelados. Sobre estas fontes e a sua publicação, consultem-se as obras que sobre o assunto publicou Isáias da Rosa Pereira. Isáias da Rosa PEREIRA, “Visitações de Santiago de Óbidos (1434-1481) I.”, *Lusitânia Sacra*, 8 (1967-1969), pp. 103-221; *id.*, “Visitações de Santiago de Óbidos (1482-1500) II.”, *Lusitânia Sacra*, 9 (1970-1971), pp. 79-116; *id.*, “Visitações de Santiago de Óbidos (1501-1540)”, *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, 1 (1989), pp. 245-335; *id.*, “As visitas paroquiais como fonte histórica”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III série, 15 (1971), pp. 11-71; *id.*, “Visitações de S. Miguel de Sintra e de Santo André de Mafra (1466-1523)”, *Lusitânia Sacra*, 10 (1978), pp. 135-257; *id.*, “Visitações de Santo Estevão de Alfama: 1528-1539”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, vol. 32/1 (1989), pp. 297-357; *id.*, “Visitas paroquiais dos séculos XIV, XV e XVI”, *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, 4 (1992), p. 311-344; *id.*, “Visitações da igreja de São Miguel de Torres Vedras (1462-1524)”, *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, 7 (1995), p. 181-252.

## Capítulo II: Os Homens da Colegiada

As colegiadas medievais tinham como principal responsabilidade promover o culto religioso com a maior solenidade possível<sup>199</sup>, contando para isso com cada igreja, no momento da sua fundação, com a atribuição de um documento regulamentar das práticas religiosas do cabido colegial e dos outros indivíduos que lhe estavam associados<sup>200</sup>. Nos fundos documentais disponíveis sobre São Lourenço, tal como referimos anteriormente, não existe nenhum documento fundador ou compromisso que possa iluminar os primeiros tempos da instituição.

Para o início do século XIV, a documentação compulsada refere apenas um cabido colegial formado por um prior e três raçoeiros<sup>201</sup>, tendo a vida em comum no cabido por certo terminado antes de 1320-1321 como revela a referência às prebendas dos raçoeiros na *Lista de Igrejas de 1320-1321*<sup>202</sup>. Continuando a seguir o mesmo documento, ficamos a saber que os rendimentos da igreja de São Lourenço ascendiam a 200 libras e o total das prebendas dos seus raçoeiros a 150 libras, valores que como vimos anteriormente colocavam a colegiada numa posição intermédia entre as suas homólogas olisiponenses<sup>203</sup>.

A primeira constituição conhecida de São Lourenço resultou de uma comissão atribuída, antes de 1332, pelo bispo de Lisboa D. João Afonso de Brito e pelo seu cabido, a Miguel Vivas, na qual as autoridades diocesanas lhe atribuíram poder para organizar a distribuição dos rendimentos e regulamentar outras áreas da vida da colegiada<sup>204</sup>. No seu seguimento, a 1 de Dezembro de 1332<sup>205</sup>, Miguel Vivas estipulou uma ordenação sobre a organização institucional, a distribuição de rendimentos e ainda sobre outras matérias relativas à referida igreja. Aí se dividiam os rendimentos em doze porções, quatro conferidas ao prior e outras quatro atribuídas aos antigos três raçoeiros e a um novo raçoeiro, a ser criado<sup>206</sup>. As restantes quatro seriam destinadas à manutenção, durante oito anos, de quatro estudantes de teologia, direito, medicina ou outra área para a qual mostrassem apetência, sendo os beneficiados escolhidos pelo prior, com o consentimento do administrador do morgado de Mestre Pedro, entretanto fundado<sup>207</sup>. A posição conferida ao provedor do morgado nesse processo resultaria, certamente, do desejo de Miguel Vivas em reforçar a ligação do principal

---

<sup>199</sup> Ana Maria S. A. RODRIGUES, “Colegiadas”, pp. 99-100.

<sup>200</sup> Saul António GOMES, “Organização paroquial...”, p. 169.

<sup>201</sup> António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, p. 63-64, n° 105; “Fructos da igreja de S. Lourenço (Lisboa)”, pp. 111-112.

<sup>202</sup> Stéphane BOISSELLIER, *Registres fiscaux...*, p. 146.

<sup>203</sup> *Ib.*, pp. 145-146.

<sup>204</sup> António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, p. 63-64, n° 105; “Fructos da igreja de S. Lourenço (Lisboa)”, pp. 111-112; TT, VVNC, cx. 7, n° 1, fl. 183; cx. 1, n° 26.

<sup>205</sup> TT, VVNC, cx. 7, n° 1, fl. 180.

<sup>206</sup> António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, p. 63-64, n° 105; “Fructos da igreja de S. Lourenço (Lisboa)”, pp. 111-112.

<sup>207</sup> *Ib.*

morgado dos Nogueira ou seja da sua família, com a colegiada e facilitar ainda a entrada dos estudantes mantidos pela capela de Mestre Pedro no mundo académico<sup>208</sup>.

De acordo com a documentação compulsada, não foi possível esclarecer se a ordenação concedia aos clérigos ou aos estudantes rendimentos suplementares, como acontecia em outras instituições homólogas<sup>209</sup>. No entanto, a divisão das rendas em partes e a presença obrigatória do prior e dos beneficiados na elaboração dos contratos de gestão patrimonial<sup>210</sup> confirmava que o fim da vida em comum do cabido não acarretou, tal como noutras colegiadas com dimensões semelhantes<sup>211</sup>, a divisão do património da instituição pelas prebendas.

A ordenação instituída por Miguel Vivas entrou em funcionamento antes de 1342, mas Vasco Eanes, prior da colegiada, recusou-se a cumprir as determinações sobre os bens, rendas, distribuições, aniversários e outros direitos. Entre os vários incumprimentos, o prior nomeou Rui Fafes, filho de Rui Fafes e de Maria Eanes<sup>212</sup>, para um préstimo dos estudantes criado por Miguel Vivas sem o consentimento do administrador do morgado de Mestre Pedro<sup>213</sup>.

Certamente a pedido dos Nogueira, em 1342, o bispo de Lisboa admoestou o prior da colegiada para anular as colações e acções cometidas contra a ordenação de Miguel Vivas, salientado que a ordenação fazia grande serviço a Deus, ao rei e ao povo<sup>214</sup>, exortando ao seu cumprimento no futuro<sup>215</sup>. Em consequência, a 18 de Junho do mesmo ano, Vasco Eanes anulou as acções cometidas contra a ordenação bem como o préstimo concedido a Rui Fafes<sup>216</sup>. O recuo do prior e a ausência de apoio dos raçoeiros ao prior simbolizavam o triunfo da família patronal sobre a vontade da colegiada. A partir desse momento, não são conhecidos atritos entre os patronos e os clérigos de São Lourenço ou incumprimentos no provimento das rações e dos préstimos.

Durante uma viagem à cúria, em 1345, Fernando Gonçalves Cogominho, meirinho-mor do rei e Mestre João das Leis<sup>217</sup>, irmão de Filipe Lourenço, administrador do morgado

---

<sup>208</sup> Sobre isso leia-se o terceiro capítulo da presente dissertação.

<sup>209</sup> Os estatutos de São Pedro de Coimbra redigidos em 1348 previam, por exemplo, a distribuição no dia de São Pedro de frangos e carneiros aos beneficiados presentes. Carla Patrícia VARANDAS, *A colegiada de S. Pedro de Coimbra...*, vol. 1, p. 17.

<sup>210</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 41v, 46 (1508, 1510).

<sup>211</sup> A mesma situação ocorreu em São Bartolomeu de Coimbra. Maria Cristina GUARDADO, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, vol. 1, pp. 39-40.

<sup>212</sup> Rui Fafes, alcaide de Lisboa entre 1339-1442 e comendador de Santos entre 1343-1347, desposou Maria Eanes, filha de João Vivas e sobrinha de Miguel Vivas, de quem teve Rui Fafes, Leonor Fafes e Senhorinha Fafes. Para uma visão mais aprofundada sobre este oficial régio, veja-se: Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve, 2009, pp. 495-500. No ano de 1401, Leonor Fafes legou bens no seu testamento para assegurar a realização de seis aniversários em São Lourenço (um no dia de Todos os Santos, outro no Natal, outro na Páscoa, outro no dia da Ascensão, outro no dia de Pentecostes e outro no dia de Santa Maria de Setembro. Cfr. TT, *CSLL*, m. 5, n.º 97.

<sup>213</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 1, n.º 27

<sup>214</sup> Cf. *Ib.*, n.º 26.

<sup>215</sup> Cf. *Ib.*, n.º 26.

<sup>216</sup> Cf. *Ib.*, n.º 27.

<sup>217</sup> Sobre Mestre João das Leis leia-se as páginas 96-102 da presente dissertação.

Mestre Pedro, pediram ao papa para este confirmar o ordenamento de Miguel Vivas<sup>218</sup>. Atendendo ao pedido dos embaixadores de Afonso IV, Clemente VI incumbiu o arcebispo de Braga de fazer uma inquirição destinada a avaliar a utilidade da ordenação e o desempenho do prior, devendo o arcebispo enviar a informação da inquirição para o pontífice. O papa permitia ao arcebispo confirmar simultaneamente a ordenação, caso a considerasse importante<sup>219</sup>. Um inventário conservado do arquivo da família patronal referia a existência de uma bula de Clemente VI a confirmar o documento<sup>220</sup>.

Mais tarde, em meados do século XV, Afonso Nogueira numa petição ao papa informava que era seu dever, por herança paterna, prover a colegiada, mencionado ainda situações de negligência verificadas nas cerimónias religiosas devido à falta de clérigos<sup>221</sup>. Afonso Nogueira pedia por isso ao pontífice para autorizar o aumento do número de porções destinadas aos raçoeiros de quatro para sete e, conseqüentemente, o aumento do número de raçoeiros, o que Nicolau V, a 17 de Julho de 1451 respondeu favoravelmente autorizando e, atribuindo a nomeação desses raçoeiros a Afonso Nogueira e aos seus sucessores<sup>222</sup>.

Até ao final do período medieval não encontramos nenhuma referência a alterações no número de raçoeiros ou a outras normas contidas no documento de Miguel Vivas, mas de acordo com os dados apresentados pela documentação compulsada o número de raçoeiros nunca ultrapassou os quatro<sup>223</sup>. Tal poderia resultar de dificuldades económicas vividas pela colegiada neste período, como é evidenciado em carta do prior e do cabido dirigida às autoridades diocesanas sobre as dificuldades no cumprimento de vários encargos<sup>224</sup>. Assim, a colegiada de São Lourenço foi servida sempre por um número de clérigos inferior ao de algumas das suas homólogas olisiponenses, muito aquém de casos como o de Santo Estêvão de Alfama que contava com oito beneficiados<sup>225</sup>. A modéstia do número de membros do cabido torna-se ainda mais evidente ao ser comparada com os cabidos de Santa Maria da Oliveira, com 30 cónegos e 10 raçoeiros em 1229<sup>226</sup> ou o de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, para o qual já se mencionavam 20 cónegos no reinado de D. Sancho I<sup>227</sup>.

Passamos seguidamente a analisar as funções e as características sociológicas dos vários membros do cabido e dos indivíduos que lhes estavam associados.

---

<sup>218</sup> Cf. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, p. 63-64, n.º 105; “Fructos da igreja de S. Lourenço (Lisboa)”, pp. 111-112.

<sup>219</sup> Cf. *Ib.*

<sup>220</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 179v.

<sup>221</sup> Cf. *Ib.*, cx. 1, n.º 25.

<sup>222</sup> Cf. *Ib.*

<sup>223</sup> Mesmo que existisse alguma situação de homonímia e, conseqüentemente, que fizesse aumentar o número de raçoeiros depois de 1451, as visitas realizadas entre 1474 e 1515 apenas enumeram quatro raçoeiros quer estivessem ausentes ou presentes. Cf. TT, CSLL, LV, fl. 1-57.

<sup>224</sup> Cf. *Ib.*, fl. 28v (1494).

<sup>225</sup> Joaquim Bastos SERRA, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama...*, pp. 25-26.

<sup>226</sup> Cláudia Maria RAMOS, *O Mosteiro e a Colegiada...*, vol. 1, p. 92.

<sup>227</sup> Maria de Fátima BOTÃO, *Poder e influência...*, p. 119.



## 1. Os Dirigentes

### 1.1. Os Priores

As colegiadas reproduziam, consoante as suas possibilidades, a estrutura e funções do modelo de organização dos cabidos das catedrais<sup>228</sup>, o que permitiu aos cabidos colegiais contarem com a presença de dignidades no seu seio. Apesar das oscilações do número, dos títulos, das funções e da hierarquia das dignidades, tal como acontecia nas catedrais, em todos os cabidos colegiais a dignidade mais importante correspondia sempre ao indivíduo que presidia à colegiada, recebendo este o título de prior, vigário ou abade<sup>229</sup>. O título de prior foi o mais frequentemente utilizado, sendo o de abade apenas empregue nas colegiadas com antecedentes monásticos.<sup>230</sup> Na Colegiada de São Lourenço, como nos cabidos colegiais com dimensões modestas<sup>231</sup>, o prior foi a única dignidade presente no cabido durante o período em estudo.

O prior, para além de liderar a colegiada, tinha como funções fiscalizar a moralidade e o desempenho dos restantes clérigos e cumprir, juntamente com os raçoeiros, as determinações dos visitantes para além de cantar as horas canónicas no coro<sup>232</sup>. Ainda no plano religioso, o prior era responsável pela cura das almas, ou seja, pela administração dos sacramentos, pelo oficiar da missa *pro populo*, pela direcção dos demais ofícios litúrgicos e serviços colegiais bem como pela condução das procissões e pelo ofício dos sufrágios. Se o prior estivesse ausente, tais funções deveriam ser cumpridas por um clérigo exterior à igreja nomeado pelo prior e denominado de cura<sup>233</sup>.

Através dos textos das visitas realizadas entre 1488 e 1500<sup>234</sup>, ficamos a saber que o prior usaria nas celebrações litúrgicas um manto decorado com a imagem do santo padroeiro da igreja, tal como se verificava em outras colegiadas olisiponenses<sup>235</sup> bem como, conforme os casos, um conjunto de livros religiosos, a saber: um epistolário<sup>236</sup>, dois santorais<sup>237</sup>, um ferial de todo o ano<sup>238</sup>, outro ferial dos ofícios novos, um domingal<sup>239</sup>, uma bíblia, três saltérios, um

---

<sup>228</sup> Ana Maria S. A. RODRIGUES, “Colegiadas”, p. 399; *ead.*, “Dignidades Eclesiásticas”, pp. 67- 68.

<sup>229</sup> *Ead.*, “Dignidades Eclesiásticas”, p. 67

<sup>230</sup> *Ib.*

<sup>231</sup> Joaquim Bastos SERRA, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama...*, pp. 23-29; Maria Cristina GUARDADO, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, vol. 1, pp. 36-51.

<sup>232</sup> Ana Maria S. A. RODRIGUES, “As Colegiadas de Torres Vedras nos séculos XIV e XV”, *Didaskalia*, XV (1985), p. 388; Joaquim Bastos SERRA, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama...*, pp. 19-21; TT, *CSLL*, LV, fl. 29 (1496).

<sup>233</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 3 (1478).

<sup>234</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 11v, 13, 21, 21v, 34

<sup>235</sup> Cfr. TT, *Colegiada de Santiago e São Martinho de Lisboa*, m. 2, n.º 31 (1463).

<sup>236</sup> O epistolário era o livro que continha as leituras da missa, com a excepção do evangelho. Isaías da Rosa PEREIRA, “Dos livros e dos seus nomes. Bibliotecas litúrgicas medievais”, *SIGNO. Revista de Historia de la Cultura Escrita*, 3 (1996), p. 145.

<sup>237</sup> O santoral era um livro que continha os ofícios dos santos. Sobre esse livro leia-se *ib.*, p. 159.

<sup>238</sup> O ferial era um livro com os ofícios das *ferias*, isto é, dos dias que não eram festivos ou domingos. *Ib.*, p. 147.

livro de ofícios de santos e dos milagres de Nossa Senhora<sup>240</sup>, um caderno do ofício de Nossa Senhora e de outros santos, dois missais romanos, um livro dos evangelhos, um caderno com o “foro do Corpo de Deus”<sup>241</sup>, cinco missais pequenos, um livro de baptizar e encomendar e um livro sobre bênçãos e sobre o ofício de ungir<sup>242</sup>. Estes livros encontravam-se presentes em outras instituições de tipo colegial, porém o número e a diversidade de exemplares guardados em São Lourenço era inferior ao preservado noutros cabidos colegiais da diocese lisiponense de dimensão semelhante<sup>243</sup>.

Por outro lado, o prior de São Lourenço era igualmente encarregado de representar a igreja perante poderes exteriores, de confirmar o patrono<sup>244</sup> e os raçoeiros<sup>245</sup>, de fiscalizar anualmente pelo Natal a capela de Mestre Pedro e o seu capelão<sup>246</sup>, de gerir as requisições de livros desta capela feitas pelos estudantes<sup>247</sup>, de confirmar os estudantes apresentados pelo administrador da capela de Mestre Pedro<sup>248</sup> e de nomear, com os raçoeiros e o prior e raçoeiros de São Cristóvão o capelão da capela de Santa Maria de Oeiras<sup>249</sup>. Anualmente, o prior e os raçoeiros elegiam também o apontador<sup>250</sup>, o prioste, o escrivão e o recebedor da fábrica<sup>251</sup>. No plano económico, o prior, pessoalmente ou através de um procurador, deveria realizar com os raçoeiros, durante as reuniões mensais do cabido, os contratos de exploração dos bens da colegiada.<sup>252</sup> Era ainda esperado que o prior e os raçoeiros visitassem anualmente o património imóvel da instituição<sup>253</sup>, não permitindo a documentação disponível conhecer, ao contrário do que acontece com outras instituições<sup>254</sup>, outras responsabilidades do prior.

---

<sup>239</sup>Existiam vários tipos de domingais, “uns eram destinados à missa, outros ao ofício coral, alguns tinham notação musical, responsórios e antífonas, outros destinavam-se apenas ao ofício recitado”. *Ib.*, p. 145.

<sup>240</sup>Sobre as questões em torno da identificação dessa obra, leia-se *ib.*, pp. 150, 151.

<sup>241</sup>Não foi possível identificar este livro, mas seria provavelmente um livro que seria usado na festa do Corpo de Deus.

<sup>242</sup>Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 11v, 13, 21, 21v, 34 (1488, 1492, 1500).

<sup>243</sup>Cfr. TT, *Colegiada de Santiago e São Martinho de Lisboa*, m. 2, n.º 31 (1463); Isaías da Rosa PEREIRA, “Visitações de Santiago de Óbidos (1434-1481) I”, pp. 135, 155, 156, 181, 182, 192, 211; *id.*, “Visitações de Santiago de Óbidos (1501-1540) III”, p. 249; *id.*, “Visitações de S. Miguel de Sintra e de Santo André de Mafra (1466-1523)”, pp. 141-143.

<sup>244</sup>Cfr. TT, *VVNC*, cx. 4, n.º 5 (1455).

<sup>245</sup>Cfr. *Ib.*, cx. 7, n.º 1, fl. 184; cx. 1, n.º 29 e 31 (1449, 1400); cx. 5, n.º 45 (1495); *CSLL*, m. 3, n.º 52 (1483).

<sup>246</sup>Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 75 v (1296).

<sup>247</sup>Cfr. TT, *VVNC*, cx. 5, n.º 30, fl. 3v (1325).

<sup>248</sup>António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, p. 63-64, n.º 105; “Fructos da igreja de S. Lourenço (Lisboa)”, pp. 111-112; Cfr. TT, *VVNC*, cx. 1, n.º 30 (1356); cx. 1, n.º 51 (1363); cx. 5, n.º 45, fl. 13 (1495).

<sup>249</sup>Cfr. TT, *CSLL*, m. 3, n.º 42 (1404).

<sup>250</sup>Cfr. *Ib.*, LV, fl. 19v (1491). A responsabilidade de fiscalizar a presença dos raçoeiros cabia em Santa Maria de Barcelos ao prior. José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, p. 503. Nas colegiadas de Torres Vedras, essa responsabilidade cabia a um raçoeiro. Ana Maria S. A. RODRIGUES, “As Colegiadas de Torres Vedras...”, p. 388.

<sup>251</sup>Cfr. TT, *CSLL*, LV, 49v (1512).

<sup>252</sup>Cfr. *Ib.*, fl. 41v, 46 (1507, 1510).

<sup>253</sup>Cfr. *Ib.*, fl. 41v, 46, 54 (1507, 1510, 1514).

<sup>254</sup>O prior de São Bartolomeu de Coimbra guardava o «livro do tombo e do foro e das rendas» e entregava-o anualmente ao prioste para este proceder à recolha das rendas. O mesmo prior deveria ter para fiscalizar

De acordo com a documentação compulsada, o clérigo apresentado ao priorado de São Lourenço deveria comparecer perante o bispo - ou na sua ausência perante o vigário- e o cabido diocesano e entregar-lhes a carta de apresentação do patrono<sup>255</sup>. Nesse instrumento, o patrono comunicava ao bispo a legitimidade do seu direito de padroado sobre a igreja de São Lourenço<sup>256</sup>, declaração a que mais tarde, já no período dos Nogueira, se acrescentava a informação da legitimidade da administração do morgado de Mestre Pedro<sup>257</sup>. Seguidamente, a carta de apresentação explicava os motivos da vacatura do priorado, podendo essa realidade resultar da morte do prior antecedente, como nos casos de Vasco Eanes (1334-1342)<sup>258</sup> ou Fernando Eanes (1450-1465)<sup>259</sup>, ou apenas por renúncia deste ao cargo, como no caso de Frei Luís (1479)<sup>260</sup>. A renúncia do priorado deveria ser realizada sobre as mãos do vigário episcopal<sup>261</sup>.

O documento apresentava, por fim, o nome do candidato, o seu estatuto clerical, as suas qualidades morais, outros benefícios auferidos e, em alguns casos, outras informações consideradas relevantes<sup>262</sup>. O cuidado do patrono em descrever o apresentado encontra-se bastante nítido, por exemplo, na apresentação de Pedro Eanes (1349), na qual Mestre João das Leis caracteriza o apresentado como idóneo (clérigo com ordens sacras), nascido de um matrimónio legítimo e estudante no Estudo de Lisboa financiado pelos bens da capela de Mestre Pedro<sup>263</sup>.

Uma vez recebida a carta de apresentação, se o bispo ou o vigário confirmava a nomeação, entregava simbolicamente ao apresentado todos os direitos do priorado através da colocação na sua cabeça de um barrete, terminando a cerimónia quando o prior prestava os seus juramentos sobre os Sagrados Evangelhos<sup>264</sup>. Nesse momento, o prior jurava obedecer ao bispo de Lisboa e aos seus enviados especiais, comprometia-se a comparecer aos sínodos, A observar as sentenças dos vigários episcopais bem como as constituições sinodais, aceitando

---

os bens da colegiada uma besta para se deslocar e receber 6 moios de cevada da medida velha para a alimentar (Maria Cristina GUARDADO, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, vol. 1, pp. 42-43). Em Guimarães, o prior da colegiada de Nossa Senhora era responsável pelos encargos relativos à ornamentação da igreja e do altar, às obras de manutenção da igreja e outros edifícios anexos (como o refeitório, o dormitório, o capítulo, a adega, o celeiro e a via sacra) e aos compromissos com outros poderes (Cláudia Maria RAMOS, *O Mosteiro e a Colegiada...*, vol. 1, p. 101). Em Barcelos, as despesas e direito ordinário da colegiada de Santa Maria eram proporcionalmente divididos entre o prior e os raçoeiros (José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, p. 506).

<sup>255</sup> Cfr. TT, *Gav.* XIX, m. 14, n.º 3, fl. 29v e *Leitura Nova. Livro dos Padroados*, liv. 2, fl. 9 (1298); VVNC, cx. 5, n.º 34 e 35 (1479, 1349); cx. 1, n.º 28 (1465).

<sup>256</sup> *Ib.*

<sup>257</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 34 e 35 (1479, 1349); cx. 1, n.º 28 (1465).

<sup>258</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 5, n.º 35 (1349).

<sup>259</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 1, n.º 28 (1465).

<sup>260</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 5, n.º 34 (1479).

<sup>261</sup> *Ib.*

<sup>262</sup> Cfr. TT, *Gav.* XIX, m. 14, n.º 3, fl. 29v e *Leitura Nova. Livro dos Padroados*, liv. 2, fl. 9 (1298); VVNC, cx. 5, n.º 34 e 35 (1479, 1349); cx. 1, n.º 28 (1465).

<sup>263</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 35 (1349).

<sup>264</sup> Cfr. *Ib.*, n.º 34 e 35 (1479, 1349).

estabelecer residência pessoal na referida igreja e a não alienar os bens que lhe eram confiados<sup>265</sup>.

Os juramentos prestados pelo apresentado registam alguns acrescentos na segunda metade do século XV<sup>266</sup>. De acordo com a carta de apresentação de Vicente Vasques, em 1479, passava também a jurar não existir nenhuma simonia na sua nomeação, que sempre pagaria ao cabido episcopal todos os direitos devidos bem como a responder imediatamente ao seu chamamento. O apresentado passava a ter ainda de se comprometer a não se ausentar sem a licença do cardeal D. Jorge da Costa ou dos seus vigários, a cumprir a constituição de Gregório IX e a Epístola de Felisberto, bispo, e a guardar os segredos do cardeal<sup>267</sup>.

Continuando a seguir o mesmo documento, verificamos que os vigários começaram a enviar cartas a anunciar o novo prior aos raçoeiros, fregueses e foreiros de São Lourenço e a ordenar-lhes, sob pena de excomunhão, a receberem o apresentado como verdadeiro prior e reitor da igreja e entregarem-lhe todos os direitos, frutos, rendas e préstimos ligados ao priorado<sup>268</sup>. Os vigários afirmavam ainda que lhes cabia receberem demandas conduzidas pelo prior para recuperação de direitos que lhes pertenciam<sup>269</sup>.

A documentação consultada permitiu identificar, no período em estudo, doze priores em São Lourenço, embora tenhamos a noção de que o seu número possa ser mais elevado, sobretudo na primeira metade do século XIV<sup>270</sup>. As informações recolhidas sobre os vários priorados permitem-nos identificar e sistematizar as suas características sociais, acções governativas e a evolução de ambas durante o período em estudo.

Inicialmente, a dimensão modesta da colegiada terá, tal como nas suas congéneres olisiponenses<sup>271</sup>, afastado o interesse dos membros das camadas sociais mais poderosas. A existência de um escrivão do rei<sup>272</sup>, Vicente Peres (1298-1326), como primeiro prior pode indiciar a possibilidade do rei considerar São Lourenço como uma instituição para colocar as suas clientelas, tanto mais que na altura a colegiada pertencia ao padroado do rei.

A partir da doação do padroado de São Lourenço aos Nogueira, em 1338<sup>273</sup>, os indivíduos nomeados para o cargo de prior passaram a ser homens próximos da família, ou

---

<sup>265</sup> Cfr. *Ib.*, n.º 35 (1349).

<sup>266</sup> As novas cláusulas inseridas no juramento inscrevem-se nas várias medidas da política pastoral de D. Jorge da Costa para corrigir o absentismo e más práticas dos beneficiados, como salientado por Margarida Garcez VENTURA, “As «Visitações gerais» de D. Jorge da Costa: notícia e breve análise” em *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. 3, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património e Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 209-210.

<sup>267</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 34.

<sup>268</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>269</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>270</sup> Sobre os priores e a duração dos seus priorados consulte-se a lista 1 em anexo.

<sup>271</sup> Vd um exemplo entre outros possíveis em Joaquim Bastos SERRA, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama...*, p. 30.

<sup>272</sup> Cfr. TT, Gav. XIX, m. 14, n.º 3, fl. 29v e *Leitura Nova. Livro dos Padroados*, liv. 2, fl. 9 (1298).

<sup>273</sup> Cfr. TT, Gav. XIX, m. 14, n.º 5, fl. 26 (em ementa).

seja, estudantes apoiados pela capela de Mestre Pedro<sup>274</sup> ou pela colegiada<sup>275</sup>, criados<sup>276</sup> ou capelães<sup>277</sup> dos patronos, ou, até mesmo, membros da própria família<sup>278</sup>. Os apresentados raramente tinham exercido previamente funções na colegiada e para a maioria, o priorado de São Lourenço correspondia à primeira etapa num *cursus honorum* que permitia o acesso a dignidades mais elevadas. A única exceção foi Vicente Vasques (1479-1493)<sup>279</sup>, antigo raçoeiro de São Lourenço.

Entre as várias solidariedades sociais destes priores contavam-se, para além da ligação aos patronos, vínculos de grande proximidade com outras famílias das elites camarárias olisiponenses. Foi esse o caso de Estêvão Miguéis, prior entre 1385-1416, que pelo casamento de Gonçalo Miguéis, seu irmão, com Inês Rodrigues, passou a contar com uma relação privilegiada com a linhagem dos Almada<sup>280</sup>. Do mesmo modo, alguns priores mantiveram contactos importantes com alguns dos homens do rei na cidade, como foi o caso de Lourenço Eanes, prior entre 1422-1449, que foi criado de Gonçalo Eanes, alcaide-mor de Lisboa<sup>281</sup>.

O desempenho do cargo de escrivão do rei pelo primeiro prior<sup>282</sup>, o percurso académico de outros<sup>283</sup> e a ausência de referências a iliteracia dos priores nas visitasões da segunda metade do século XV, sugerem que o domínio da escrita e da leitura eram indispensáveis ao exercício do cargo de prior. Na segunda metade do século XIV, os priores optaram por receber formação na universidade. Pedro Eanes frequentou o Estudo Geral de Lisboa<sup>284</sup>, sendo provável que os restantes tenham escolhido o mesmo estabelecimento. Alguns dos priores, antes de receberem o priorado ou durante o exercício dessas funções, beneficiaram dos préstimos da capela de Mestre Pedro ou da colegiada para financiar os seus estudos, como Pedro Eanes (1349-1351)<sup>285</sup> ou Estêvão Miguéis (1385-1416)<sup>286</sup>. João

---

<sup>274</sup> Em 1349, Pedro Eanes assumiu o priorado de São Lourenço e estudava no Estudo de Lisboa apoiado financeiramente pela capela de Mestre Pedro. Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 35.

<sup>275</sup> Estêvão Miguéis recebeu em 1356, antes de assumir o priorado, um préstimo da colegiada para estudantes estipulado por Miguel Vivas. Cfr. *Ib.*, cx. 1, n.º 30.

<sup>276</sup> Estêvão Miguéis era sobrinho de D. Afonso Dinis, filho ilegítimo de Lourenço Peres Sênior e bispo da Guarda e de Évora, e foi criado de Mestre João das Leis e de Afonso Eanes Nogueira, seu filho. Cfr. *Ib.*, cx. 4, n.º 12 (1426); cx. 1, n.º 30 e 31 (1356, 1400). Vicente Vasques (1479-1493) foi criado e capelão de Mem de Brito. Cfr. TT, CSLL, m. 3, n.º 52 (1483); Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 34 (1479).

<sup>277</sup> Em 1465, Vicente Vasques, capelão de Mem de Brito, assume o priorado de São Lourenço. Cfr. *Ib.*, VVNC, cx. 1, n.º 28.

<sup>278</sup> Gomes Nogueira (1467-1478) era filho de Mem de Brito, administrador do morgadio de Mestre Pedro, e de Guiomar de Melo. Cfr. TT, CSLL, m. 9, n.º 161.

<sup>279</sup> Vicente Vasques foi raçoeiro entre 1468-1479. Cfr. *Ib.*, m. 6, n.º 107; TT, VVNC, cx. 5, n.º 34.

<sup>280</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 4, n.º 12 (1426). Sobre os Almada e a sua ligação aos Nogueira, veja-se Mário FARELO, *A oligarquia camarária...*, pp. 368-370.

<sup>281</sup> *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos reis e rainhas. Documentos para a história da cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 73-74.

<sup>282</sup> Cfr. TT, Gav. XIX, m. 14, n.º 3, fl. 29v e *Leitura Nova. Livro dos Padroados*, liv. 2, fl. 9 (1298).

<sup>283</sup> Consulte-se as notas 274, 275, 287.

<sup>284</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 35 (1349).

<sup>285</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>286</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 1, n.º 30 (1356).

Domingues (1356-1385), pelo contrário, não recebeu nenhum préstimo destinado aos estudantes e apenas ingressou na universidade depois de receber o priorado<sup>287</sup>, factos reveladores da importância dos rendimentos do cargo para a prossecução de uma vida académica.

Esses priores seguiram percursos académicos, mormente em Direito, e utilizaram o saber adquirido para obterem outros cargos na diocese lisiponense, em instituições como a colegiada de Santo Estêvão de Alfama e, principalmente, a Sé. Aí, a formação em Direito revelou-se certamente como um capital importante que permitiu aos priores o desempenho de funções representativas do bispo enquanto vigários-gerais e que, nessa qualidade, dirigissem o tribunal episcopal. Um bom exemplo de ascensão por via das competências académicas é o de João Domingues que obteve o bacharelato em direito canónico (1367)<sup>288</sup> e, alguns anos mais tarde, a licenciatura (1374)<sup>289</sup>, habilitações que lhe valeram o cargo de procurador dos clérigos da Colegiada de Santo Estêvão de Alfama em 1368<sup>290</sup>, bem como no mesmo ano um benefício nessa colegiada<sup>291</sup> e o cargo de vigário oficial de D. Guilherme, cardeal de Roma e deão de Lisboa<sup>292</sup>. Além disso, em 1375, D. Agapito de Colona, bispo de Lisboa, nomeou-o seu vigário oficial<sup>293</sup>. Outro bom exemplo da situação apontada é o de Estêvão Miguéis que obteve um bacharelato em Direito Canónico (1385)<sup>294</sup> vindo posteriormente a desempenhar as funções de vigário do bispo<sup>295</sup>.

Contudo, a partir do princípio do século XV os priores deixaram de apostar, ao contrário de alguns dos seus homólogos lisiponenses<sup>296</sup>, na formação académica, o que reduziu o número de priores que desempenhavam outros cargos para apenas dois, Fernando Eanes (1450-1465) e Gomes Nogueira (1467- a. 1478), um facto que tornou a obtenção destes outros cargos fora da colegiada dependentes das ligações sociais. A falta de estudos que apresentava Fernando Eanes e a sua nomeação para o cargo vigário de D. Afonso Nogueira

---

<sup>287</sup> Cfr. TT, *CSLL*, m. 3, n.º 49 (1367).

<sup>288</sup> Cfr. *Ib.*,

<sup>289</sup> Cfr. *Ib.*, m. 3, n.º 46 (1374).

<sup>290</sup> Cfr. TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama*, m. 10, n.º 181.

<sup>291</sup> Cfr. *Ib.*, m. 12, n.º 222; m. 10, n.º 181.

<sup>292</sup> Cfr. *Ib.*, m. 19, n.º 400.

<sup>293</sup> Cfr. TT, *CSLL*, m. 7, n.º 127.

<sup>294</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 10, n.º 8.

<sup>295</sup> Cfr. TT, *Colegiada de Santo Estêvão de Alfama*, m. 14, n.º 273. O documento encontra-se datado da era de César de 1406 (ano de Cristo de 1368) e tem como protagonistas Estêvão Miguéis, identificado como prior de São Lourenço e vigário do bispo de Lisboa, e Gil Martins, como reitor de Santo Estêvão de Alfama. Contudo, a crítica interna do documento não comprova essa datação, devendo-se a refutação ao facto de Estêvão Miguéis assumir apenas o reitorado de São Lourenço depois de 1385, e Gil Martins ocupar o cargo prior de Santo Estêvão de Alfama apenas entre 1386 e 1397. A identificação de Estêvão Miguéis como vigário do bispo de Lisboa aponta, no entanto, para que o documento tivesse sido produzido entre 1386 e a elevação da diocese de Lisboa a arquidiocese. Joaquim Bastos SERRA, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama...*, p. 179.

<sup>296</sup> Na colegiada de Santo Estêvão de Lisboa, por exemplo, o prior Fernando Álvares solícita ao papa dispensa de residência para prosseguir estudos por volta de 1441-1445. *Ib.*, p. 27.

(1462)<sup>297</sup>, bem como o facto de Gomes Nogueira não possuir formação académica e receber, a pedido do rei, o priorado de São Martinho de Moazares (1472)<sup>298</sup> confirmam essa nova situação.

De acordo com a documentação compulsada, alguns priores somaram ainda às suas funções e ao desempenho de outros cargos, a administração de capelas de seus familiares e ainda de outras localizadas em São Lourenço mas sem administradores. Estêvão Miguéis administrou, brevemente, entre 1385 e 1387<sup>299</sup>, a capela de D. Afonso Dinis, seu tio, situada em São Lourenço, tendo delegado rapidamente a governação da capela em Afonso Eanes Nogueira. Alguns anos mais tarde, em 1391, o prior foi indicado por Gonçalo Miguéis, seu irmão, para administrador da sua capela fundada em São Lourenço<sup>300</sup>, mas no entanto apenas podemos confirmar que essa instituição foi administrada por uma das filhas do prior, Leonor Lopes<sup>301</sup>. Ao mesmo prior caberia ainda, em 1387, por vontade de D. João, bispo de Lisboa, a administração de duas capelas localizadas em São Lourenço e sem administrador, a capela de Martim Raimundes Portocarreiro<sup>302</sup> e a de Álvaro Rodrigues<sup>303</sup>. Contudo, a documentação recolhida não permitiu esclarecer se a administração destas últimas capelas teve continuidade nas tarefas da responsabilidade dos priores seguintes.

Certo foi no entanto, que na centúria seguinte, a incapacidade de obter outros cargos susceptíveis de gerarem rendimentos, levou alguns priores, tal como em outras colegiadas<sup>304</sup>, a procurarem aumentar os seus réditos, em parceria com os raçoeiros, através de esforços legais ou sobretudo ilegais, para receberem as rendas de uma capela instituída em São Lourenço, a da Flor da Rosa. Através da leitura do texto da visitação de 1474 ficamos a saber que os visitantes tinham ordenado a Gomes Nogueira e aos raçoeiros na visitação anterior, provavelmente ocorrida em 1473, para solicitarem ao pontífice uma provisão para poderem livremente administrar a capela da Flor da Rosa e assim celebrarem os ofícios litúrgicos pedidos pelo fundador<sup>305</sup>. Contudo, em 1474, os visitantes tomaram conhecimento que os clérigos não tinham cumprido essa determinação e continuavam a administrar a capela e a celebrar os sufrágios por alma do defunto sem permissão papal, o que os levou a ordenar novamente aos clérigos para obterem a autorização pontifícia<sup>306</sup>.

---

<sup>297</sup> Cfr. TT, *CSLL*, m. 2, n.º 31; m. 4, n.º 71.

<sup>298</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 5, n.º 33.

<sup>299</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 10, n.º 8; cx. 7, n.º 1, fl. 163v.

<sup>300</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 4, n.º 12.

<sup>301</sup> Mário FARELO, *A oligarquia camarária...*, p. 369; Depois dela só sabemos que a administração desta capela foi atribuída a João Elvas, procurador do número de Afonso V. *Livro das Igrejas e capelas do padroado dos reis de Portugal*, introdução de Joaquim Veríssimo SERRÃO, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p. 89.

<sup>302</sup> Cfr. TT, *CSLL*, m. 4, n.º 62 (1416); m. 9, n.º 167 (1404); m. 8, n.º 160 (1411).

<sup>303</sup> Cfr. *Ib.*, m. 4, n.º 62 (1416).

<sup>304</sup> Ana Maria S. A. RODRIGUES, “As Colegiadas de Torres Vedras...”, p. 396.

<sup>305</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 37v.

<sup>306</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 37v.

Mais tarde, no priorado de Vicente Vasques (1479-1493), os enviados episcopais observaram durante uma visitação que o prior e os raçoeiros não nomeavam um capelão exterior para celebrar os sufrágios pela alma do fundador da capela da Flor da Rosa, preferindo o cabido realizar essas funções, mesmo sem autorização pontifícia, e receber as somas destinadas aos capelães<sup>307</sup>. Além disso, o prior e os raçoeiros, chegariam mesmo, por vezes, a não celebrarem os sufrágios devidos<sup>308</sup>. Perante isso, os visitantes solicitaram ao prior e aos raçoeiros o documento fundador da capela para assim conhecerem a vontade do instituidor e ordenaram ao cabido que pagasse a um capelão exterior para officiar os sufrágios<sup>309</sup>, mas o cabido cumpriu essa determinação apenas por duas vezes, em 1483<sup>310</sup> e em 1488<sup>311</sup>. A partir de 1491, os textos das visitasções não referem mais esta questão<sup>312</sup>, o que parece indicar que ficou resolvida.

No que concerne ao governo da colegiada, os priores não tinham a capacidade, ao contrário de outros casos homólogos<sup>313</sup>, de nomear membros da sua família ou da sua rede clientelar para posições no cabido. Os priores aceitaram sempre os raçoeiros<sup>314</sup> e estudantes<sup>315</sup> apresentados pelos patronos, sem tentarem impor os seus apresentados, certamente por pertencerem à rede clientelar da família patronal e pretenderem evitar um confronto com os patronos. A única excepção ocorreu em 1342<sup>316</sup>, quando Vasco Eanes nomeou, sem o consentimento do patrono, o escolar Rui Fafes<sup>317</sup> para um préstito da colegiada destinado aos estudantes. Contudo, ainda no mesmo ano, D. João, bispo de Lisboa, admoestou o prior, a pedido dos patronos, instando-o a anular essa colação, o que foi realizado<sup>318</sup>.

Os responsáveis pela colegiada reuniam-se frequentemente com alguns raçoeiros para a redacção dos contratos de exploração das propriedades colegiais pelo menos até meados do século XV<sup>319</sup>, momento a partir do qual, a ausência dos priores e a sua representação por procuradores nesses actos – exceptua-se apenas o prior Vicente Vasques (1479-1493) – torna-se mais usual<sup>320</sup>. A esta ocorrência somam-se ainda as críticas dos enviados diocesanos sobre a incúria dos priores que se traduzia na perda de documentos importantes da colegiada, como a

<sup>307</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 6, 10v, 17v, 19v (1485, 1487, 1490, 1491).

<sup>308</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 7v, 16, 17v (1489, 1490, 1491).

<sup>309</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 6, 10v, 16, 17v, 19v. (1485, 1487, 1489, 1490, 1491).

<sup>310</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 5.

<sup>311</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 13.

<sup>312</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 19v.

<sup>313</sup> Em Torres Vedras, alguns dos priores nomeavam membros da sua família e rede clientelar para rações nas colegiadas. Ana Maria S. A. RODRIGUES, “As Colegiadas de Torres Vedras...”, pp. 385-386.

<sup>314</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 184 (1396); cx. 1, n.º 29 e 31 (1449, 1400); cx. 5, n.º 45 (1495); TT, CSLL, m. 3, n.º 52 (1483).

<sup>315</sup> Sobre essa questão veja-se o terceiro capítulo.

<sup>316</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 26.

<sup>317</sup> Leia-se a nota 212.

<sup>318</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 27 (1342)

<sup>319</sup> Sobre esse assunto consulte-se o quadro 1 em anexo.

<sup>320</sup> *Ib.*



ordenação<sup>321</sup>, nos atrasos na elaboração do livro de tombo<sup>322</sup> e no facto de o cabido não se reunir mensalmente para aprovar os contratos económicos, para além de não se promover a verificação anual do seu património. Tais circunstâncias dificultavam a governação da colegiada e criavam condições para que os raçoeiros mais assíduos assumissem cada vez mais poder interventivo na gestão da instituição.

O priorado em que esses problemas assumiram contornos mais alarmantes foi o de Rui Lopes (1493-1515). O prior foi representado na elaboração dos contratos económicos durante os primeiros meses do seu priorado por João Eanes, clérigo de missa e ecónomo<sup>323</sup>, mas a partir de Outubro de 1493 até 1501, Rui Lopes compareceu sempre na composição dos documentos desta natureza<sup>324</sup>. Entre 1501 e 1510, pelo contrário, Rui Lopes é escassas vezes referido como estando presente na redacção de contratos económicos<sup>325</sup>, pelo que a sua realização foi assegurada frequentemente, apenas pelos raçoeiros presentes<sup>326</sup>. Neste período, o cabido deixou mesmo de se reunir mensalmente para aprovar a produção desses documentos e não se efectuou a visita anual aos bens fundiários da colegiada<sup>327</sup>. Estas actuações foram progressivamente criticadas e reprimidas pelos visitantes em 1508, 1510<sup>328</sup> mas apenas só a partir de 1511 o prior e os raçoeiros voltaram novamente a comparecer ao momento de elaboração dos contratos económicos que a colegiada emitia<sup>329</sup>. Contudo, em 1514<sup>330</sup> e em 1517<sup>331</sup>, os enviados episcopais continuaram ainda a observar e a combater a recusa do cabido em visitar anualmente os seus bens e em reunir-se mensalmente para debater as estratégias económicas da colegiada.

O priorado de Rui Lopes seria igualmente marcado pela incapacidade do prior, nos primeiros tempos do seu governo, em obrigar o prioste a redigir o livro do tombo exigido frequentemente pelos visitantes<sup>332</sup>. Mesmo quando o livro tinha sido redigido em pergaminho, os visitantes salientavam a ausência do registo de medidas das propriedades entre outros erros, pedindo ao cabido colegial para consultar as igrejas mais próximas sobre como redigir o tombo a fim de levar a cabo o seu refazimento<sup>333</sup>.

De acordo com os textos das visitas, a partir dos finais do século XV, os enviados diocesanos conferiram aos priores a guarda de determinadas somas pertencentes à colegiada,

---

<sup>321</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 15v-16, 17 (1489, 1490)

<sup>322</sup> Cfr. *Ib.* fl. 13, 22v, 29v, 31v, 33 (1488, 1494, 1496, 1498, 1500)

<sup>323</sup> Cfr. TT, *CSLL*, m. 1, n.º 16 (1493)

<sup>324</sup> Cfr. *Ib.*, m. 5, n.º 82; m. 7, n.º 122; m. 2, n.º 34; m. 8, n.º 153; m. 6, n.º 101; m. 9, n.º 171

<sup>325</sup> Cfr. *Ib.*, m. 1, n.º 9 et 20; m. 2, n.º 21 e 30; m. 6, n.º 113; m. 7, n.º 134; m. 9, n.º 172.

<sup>326</sup> Sobre a assiduidade dos raçoeiros na realização dos contratos consulte-se o quadro 2 em anexo.

<sup>327</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 42v, 46 (1508, 1510).

<sup>328</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>329</sup> Cfr. TT, *CSLL*, m. 10, n.º 15; m. 5, n.º 83; m. 6, n.º 120; m. 7, n.º 125.

<sup>330</sup> Cfr. *Ib.*, LV, fl. 54.

<sup>331</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 60, 61v.

<sup>332</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 22v, 29v, 31v, 33 (1494, 1496, 1498, 1500).

<sup>333</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 22v, 29v, 31v (1494, 1496, 1498).

mas não lhes permitiram empregá-las sem o consentimento dos visitantes seguintes<sup>334</sup>, situação que não conseguimos verificar se também se praticava em instituições semelhantes. Certo foi, no entanto, que a falta de referências sobre o incumprimento dessa norma pelos priores nos textos das visitas a São Lourenço, permite sugerir que o poder arquiépiscopal conseguiu controlar a aplicação dos dinheiros obtidos por parte da colegiada.

Os priores representavam frequentemente a colegiada nos litígios em que esta participava<sup>335</sup>. Todavia a partir do priorado de Gomes Nogueira (1467-a. 1478), os priores passaram a nomear outros clérigos da colegiada<sup>336</sup> ou, sobretudo, indivíduos fora da colegiada com formação em Direito<sup>337</sup>. Esta opção bem como a sua continuidade que a documentação parece confirmar resultavam não só do crescente absentismo dos priores<sup>338</sup>, mas também devido ao facto dos responsáveis pela colegiada não possuírem, como tinha acontecido com os seus predecessores, uma formação académica em Direito. Também para a escolha de indivíduos fora da colegiada deve ter contribuído, como veremos adiante, o reduzido número de raçoeiros com estudos universitários<sup>339</sup>. Simultaneamente, também devido às crescentes práticas absentistas por parte dos priores, os priores, por imposição dos visitantes, começaram a desempenhar um papel mais participativo nas demandas judiciais<sup>340</sup>.

A maioria dos pleitos que envolveram a colegiada corresponderam a processos que visavam recuperar quantias devidas à igreja (54%), nomeadamente rendas de foreiros e dízimos de fregueses em atraso<sup>341</sup>. As acções em defesa da posse de bens imóveis perfazia 25% do total de pleitos e, logo depois, os relativos a indemnizações que a colegiada deveria receber ou deveria pagar aos seus foreiros que chegavam a uma percentagem de 14%<sup>342</sup>. A distribuição cronológica destes processos é irregular, sendo predominantes durante os

---

<sup>334</sup> Em 1492, os oficiais episcopais mandam o prior guardar os 2000 reais recebidos na demanda do cálice até os próximos visitantes decidirem o seu destino (Cfr. *Ib.*, fl. 21). Em 1494, o prior foi encarregado de guardar os 1436 reais entregues por João Eanes e a soma de Fernando Dias destinada a reparar o cálice e os órgãos (1496) (Cfr. *Ib.*, fl. 22, 29v).

<sup>335</sup> Sobre a presença dos priores nos pleitos judiciais que envolveram a colegiada consulte-se o quadro 5 em anexo.

<sup>336</sup> Em 1507, André Esteves e Marcos Fernandes, raçoeiros, representam a colegiada num pleito para defender a posse de umas casas pelo cabido. Cfr. TT, *CSLL*, m. 7, n.º 123.

<sup>337</sup> Em 1467, Álvaro Dias e Lourenço Vasques, bacharel em *utroque iure*, representaram a colegiada num pleito judicial sobre uma indemnização exigida à igreja (Cfr. *Ib.*, m. 1, n.º 8). Em 1471, Henrique Vaz, escolar em direito canónico, representou a colegiada num pleito judicial para recuperar rendas devidas ao cabido. (*Ib.*, m. 8, n.º 141). Em 1503, Pedro Afonso, bacharel, representa a colegiada num pleito judicial para defender a posse do cabido sobre duas courelas (Cfr. *Ib.*, m. 9, n.º 162).

<sup>338</sup> Sobre esse assunto consulte-se o quadro 5 em anexo.

<sup>339</sup> Sobre esse assunto leia-se o que escrevemos anteriormente sobre a formação universitária dos priores.

<sup>340</sup> Os visitantes mandaram os priores citar um clérigo que tinha um cálice roubado da igreja (1490), um comendador com o foro em atraso (1491) e os parentes de Lopo Fernandes, clérigo defunto, para pagarem uma alva (1512). Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 17, 19, 49v.

<sup>341</sup> Sobre esse assunto consulte-se o quadro 5 em anexo.

<sup>342</sup> *Ib.*

*Ib.*

priorados de Estêvão Miguéis (1385-1416) e Lourenço Eanes (1422-1449)<sup>343</sup>, possivelmente devido aos efeitos das guerras luso-castelhanas do final do século XIV e das dificuldades da Coroa em estabilizar o valor da moeda nas primeiras décadas da centúria seguinte.

Com efeito, as campanhas militares castelhanas fragilizaram em 1372 e, novamente, em 1384 a região em torno de Lisboa<sup>344</sup>, onde se localizava a maioria das parcelas rurais detidas pela colegiada. Por outro lado, os efeitos da guerra aceleraram a progressiva desvalorização que o marco de prata vinha sentido desde 1325 e instalaram uma crise duradoura da moeda durante o reinado de D. João I, principalmente entre 1384 e 1399, cuja resolução apenas teve lugar a partir da reforma da moeda de D. Duarte em 1435<sup>345</sup>. Tais circunstâncias deveriam ter dificultado, certamente, os foreiros e os fregueses de São Lourenço a pagar os direitos devidos à colegiada e, conseqüentemente, motivado os priores a empreenderem demandas judiciais para recuperarem os réditos em atraso pertencentes à instituição.

De igual modo, torna-se ainda importante salientar, no âmbito judicial, a ausência de contendas que envolvessem o prior e a colegiada e outras instituições presentes em Lisboa, bem como entre o prior e os raçoeiros da colegiada<sup>346</sup>. Apesar disso, os textos das visitas referem para o princípio de Quinhentos a troca de gritos e insultos entre beneficiados<sup>347</sup>. Em 1513, André Esteves e Agostinho Fernandes, ambos beneficiados, “se tomavam um com o outro e diziam palavras de escândalo”<sup>348</sup>. Os conflitos dentro do cabido parecem manter-se para além do período em estudo, como evidência as manifestações de desrespeito dos raçoeiros em relação ao prior mencionadas no texto da visita de 1516<sup>349</sup>. Todavia tais confrontos não evoluíram para a forma de pleito judicial apenas parecendo ser a expressão de conflitualidades de pequena dimensão.

A documentação consultada não forneceu informações significativas, para o século XIV e grande parte da centúria seguinte, sobre o zelo dos priores e restantes clérigos de São Lourenço, na concretização do ofício do culto litúrgico e na manutenção da igreja e dos seus bens imóveis. A sobrevivência dos textos das visitas ordenadas por D. Jorge da Costa e por D. Martinho<sup>350</sup>, bem como a sua regularidade quase anual<sup>351</sup> permitiram, no entanto, esclarecer

---

<sup>343</sup> *Ib.*

<sup>344</sup> A. H. Oliveira MARQUES, *Portugal na crise...*, pp. 515, 528. Para uma visão mais aprofunda sobre esse assunto consulte-se: Miguel Gomes MARTINS, *Lisboa e a guerra nos finais da Idade Média (1367-1411)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 123-171.

<sup>345</sup> A. H. Oliveira MARQUES, *Portugal na crise...*, pp. 209-212.

<sup>346</sup> Sobre isso consulte-se as referências documentais citadas no quadro 5 em anexo.

<sup>347</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 50, 52v, 58 (1512, 1513).

<sup>348</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 52v.

<sup>349</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 58.

<sup>350</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 1-57v.

<sup>351</sup> O livro de visitas contém os textos das visitas pastorais de 1474, 1478, 1479, 1483-1492, 1494-1496, 1498, 1500-1502, 1506-1515. *Ib.*

melhor as questões em torno desses temas para o final do período em estudo, apesar de os documentos apenas referirem as falhas cometidas pelos clérigos.

No domínio litúrgico, os visitantes consideram quase sempre que os priores desempenhavam bem as suas funções<sup>352</sup>, mas encontraram, para além da questão da capela da Flor da Rosa, alguns problemas frequentes, entre os quais se contava o facto de alguns priores não comparecerem frequentemente nas celebrações religiosas<sup>353</sup>, o que prejudicava a realização dos rituais litúrgicos e influenciava alguns clérigos, como os ecónomos, a servirem incorrectamente a igreja<sup>354</sup>. A fim de resolver essa situação, os enviados episcopais simultaneamente estabeleceram que o prior ou devia residir na instituição<sup>355</sup> ou então devia aí colocar um clérigo que assegurasse a celebração dos sacramentos eclesiais<sup>356</sup>. Rui Lopes (1493-1515) parece ter sido o prior que menos compareceu nas celebrações litúrgicas, uma vez que foi o que mais críticas recebeu por parte dos visitantes sobre as suas ausências<sup>357</sup> e que mais se fez representar nas visitas por curas<sup>358</sup>.

Por outro lado, os visitantes também verificaram que alguns priores cometiam erros na celebração dos aniversários<sup>359</sup>. Através do texto da visita de 1487, sabemos que Vicente Vasques (1479-1493) não anunciava os aniversários a serem celebrados durante a semana, o que fez que os visitantes determinassem que o prior devia anunciar esses aniversários durante a oferta de domingo<sup>360</sup>. Os problemas com a celebração dos aniversários parecem ter-se agravado no priorado seguinte, o do já mencionado Rui Lopes, durante o qual os aniversários não foram celebrados nos dias escolhidos pelos defuntos<sup>361</sup> e, por vezes, quando foram oficiados impediram a celebração da missa nas terças-feiras<sup>362</sup>. Contudo, em 1510 os visitantes observaram durante a visita que o cabido colegial oficiava os 150 sufrágios pelos quais a colegiada era responsável<sup>363</sup>, parecendo a falta de referências nas visitas seguintes sugerir que a celebração dos aniversários decorria dentro da normalidade. O texto da visita de 1510 e a ausência de referências a este problema nas seguintes parecem apontar para a resolução da questão e que a celebração dos 150 sufrágios pelos quais a colegiada era responsável decorriam dentro da normalidade.

---

<sup>352</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 1-14, 17-57v. Apenas em 1498, os visitantes consideraram que a igreja era mal servida pelo cabido. Cfr. *Ib.*, fl. 15-16v.

<sup>353</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 15, 15v, 24, 29 (1489, 1495, 1496).

<sup>354</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 24 (1495).

<sup>355</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 24 (1495).

<sup>356</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 15, 15v, 24 (1489, 1495).

<sup>357</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 24, 29 (1495, 1496).

<sup>358</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 38-50 (1506-1511). Sobre isso consulte-se o quadro 3 em anexo.

<sup>359</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 10v, 36, 42v (1487, 1502, 1508).

<sup>360</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 10v (1487).

<sup>361</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 36 (1502).

<sup>362</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 42v (1508)

<sup>363</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 46

Os priores revelaram igualmente dificuldades, mesmo seguindo as determinações dos visitantes, em obrigarem os administradores das capelas localizadas em São Lourenço a cumprirem as vontades dos defuntos<sup>364</sup> e, em alguns casos, até mesmo, em assegurarem a manutenção do espaço da capela<sup>365</sup>. Face a isso e, provavelmente, devido às ausências frequentes dos priores, os visitantes começaram a delegar nos priores a responsabilidade de obrigarem os administradores das capelas a cumprirem as determinações dos defuntos<sup>366</sup>. O melhor exemplo dessa ocorrência registou-se quando Simão de Brito administrava a capela de Mestre João das Leis, situação que retomaremos mais tarde<sup>367</sup>.

De igual modo, os visitantes reprimiram ainda alguns desleixos pontuais dos priores no oficiar das celebrações litúrgicas. Tal foi o caso, mais uma vez, de Rui Lopes que foi acusado pelos ecónomos, em 1496, de não rezar muitas vezes as horas canónicas no coro<sup>368</sup>.

Continuando a seguir os textos das visitas, detectamos que os visitantes teceram também algumas considerações sobre a manutenção da igreja, nomeadamente sobre a necessidade de a caiar<sup>369</sup>, de reparar o portal da porta principal<sup>370</sup> e, principalmente, de compor o telhado do templo<sup>371</sup>. Os visitantes preocupavam-se igualmente com a decoração da igreja, ordenando ao prior que mandasse pintar o local onde estavam as relíquias de São Lourenço<sup>372</sup>, bem como as figuras de Santa Maria e São João<sup>373</sup>, e ainda levantar o cruzeiro e mandar aí fazer um retábulo pintado com um crucifixo e as imagens de Nossa Senhora e de São João<sup>374</sup>.

De igual modo, os visitantes não descuraram a correcção de situações relativas à conservação do património móvel e litúrgico da colegiada. Os visitantes ordenaram ao prior a redacção de inventários dos objectos de prata, das vestes litúrgicas e dos livros da colegiada<sup>375</sup>, a encadernação de livros<sup>376</sup> ou a compra de novos<sup>377</sup>, a reparação ou embelezamento de objectos litúrgicos<sup>378</sup>, a recuperação de objectos do culto<sup>379</sup> e o conserto de instrumentos

---

<sup>364</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 5, 16, 17v, 29, 31 (1484, 1489, 1490, 1496, 1491).

<sup>365</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 46, 47, 49, 52, 54 (1510, 1511, 1512, 1513, 1514).

<sup>366</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 47, 49 (1511, 1512).

<sup>367</sup> Sobre a administração de Simão de Brito da capela de Mestre João das Leis leia-se as páginas 123-124.

<sup>368</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 29 (1474).

<sup>369</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 37-37v.

<sup>370</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 44 (1509).

<sup>371</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 15v, 17, 24v (1489, 1490, 1495). As obras de reparação do telhado terminaram em 1496 (*Ib.*, fl. 29v).

<sup>372</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 37-37v (1474).

<sup>373</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 21 (1492). Não foi possível apurar se seriam pinturas ou esculturas.

<sup>374</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 46v (1510).

<sup>375</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 5, 7, 33v (1484, 1486, 1500).

<sup>376</sup> Em 1488 os visitantes mandaram encadernar um santoral e um epistolário e em 1492 um serial de todo o ano e outro dos ofícios novos. Cfr. *Ib.*, fl. 13, 21, 21v (1488, 1492).

<sup>377</sup> Em 1500, os visitantes mandaram o prior e os raçoeiros comprar um baptistério, porque o cabido tinha perdido o anterior. Cfr. *Ib.*, fl. 34 (1500).

<sup>378</sup> Os visitantes mandaram o prior e os beneficiados dourar um cálice, em 1495, e reparar uma patena, em 1513. Cfr. *Ib.*, fl. 24v, 52v (1495, 1513).

musicais<sup>380</sup>. Uma vez que estas observações são esporádicas e tendem mesmo a desaparecer dos textos das visitas, tal pode sugerir que o prior e os raçoeiros estiveram empenhados em preservar o edifício e o património móvel da colegiada durante o período em estudo.

No mesmo sentido, deve ser interpretada a carta do prior e dos raçoeiros dirigida ao vigário episcopal em 1494<sup>381</sup>, pela qual o cabido colegial informava que a colegiada não dispunha de recursos financeiros para custear todos os encargos relativos com a manutenção do edifício. Perante isso, os vigários determinaram que o cabido cumprisse nesse ano as questões mais urgentes e legasse para o ano seguinte a resolução das restantes<sup>382</sup>.

As informações sobre o património próprio ou a residência dos priores são escassas e, por vezes, pouco precisas, como foi o caso de Lourenço Eanes (1422-1449), cuja habitação foi descrita na documentação apenas como sendo constituída por umas casas localizadas em Lisboa<sup>383</sup>. As fontes manuseadas revelaram-se apenas mais elucidativas para o caso de Vicente Vasques (1479-1493), o qual residia antes de 1491 numas casas da colegiada localizadas na freguesia<sup>384</sup>. Em 1491, a colegiada emprazou essas casas ao prior, sendo o imóvel composto por uma casa dianteira, uma loja, uma cozinha, uma câmara sobradada, uma estrebaria e um pardieiro<sup>385</sup>. Note-se, porém, que não foi possível determinar se este imóvel seria sempre destinado ao prior de São Lourenço, bem como se este apenas teria de pagar uma renda devido ao conturbado período financeiro que a colegiada atravessava, como vimos anteriormente.

No que toca aos bens móveis pessoais, alguns dos priores que frequentaram a universidade tinham em sua posse livros ligados à sua área de formação. Era esse o caso de Estêvão Miguéis (1385-1416), bacharel em Direito Canónico, que recebeu por testamento de Gonçalo Miguéis, seu irmão, umas *Clementinas*, uns livros *reportationes* e uns livros “Ordem de *avocacia*”<sup>386</sup>.

No domínio dos comportamentos morais dos priores, a documentação recolhida não refere a existência de filhos ilegítimos para a maioria dos priores, sendo as únicas excepções, Estêvão Miguéis (1385-1416) e Vicente Vasques (1479-1493). O primeiro manteve uma relação com Constança Afonso, mulher solteira, de quem teve quatro filhas: Leonor,

---

<sup>379</sup> Em 1486, os visitantes mandaram o prior e os raçoeiros fazerem diligências para recuperarem um cálice roubado por João Vasques, antigo raçoeiro de São Lourenço, e conservado pelos seus herdeiros. Cfr. *Ib.*, fl. 7v (1486).

<sup>380</sup> Os visitantes ordenaram ao prior e aos beneficiados saberem o custo da reparação dos órgãos da igreja e mandar repará-los. Depois do concerto, em 1507, os visitantes proibiram os clérigos de emprestar os órgãos. Cfr. *Ib.*, fl. 24v, 31v, 40 (1495, 1498, 1507).

<sup>381</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 28v.

<sup>382</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 28.

<sup>383</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 29 (1449); cx. 5, n.º 45, fl. 12v-13 (1495).

<sup>384</sup> Cfr. TT, CSL, m. 4, n.º 73.

<sup>385</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>386</sup> TT, VVNC, cx. 4, n.º 12. Procederemos no capítulo seguinte à identificação destes livros.

Margarida, Beatriz e Catarina<sup>387</sup>, que foram mais tarde legitimadas por D. João I em 1393<sup>388</sup>, mas que sobre o seu destino apenas se conhece que Leonor herdou a administração da capela de Gonçalo Miguéis, seu tio paterno, localizada em São Lourenço<sup>389</sup>. Um século mais tarde, em 1491, Vicente Vasques aparece como pai de Simão Vasques, mas não foi possível determinar o seu percurso de vida.

A avareza de informações disponíveis sobre os legados pios e os locais de sepultura dos priores, não permite adiantar nada de muito concreto, embora se possa colocar a hipótese, à semelhança dos seus homólogos<sup>390</sup>, que doassem o património às igrejas e capelas que administravam e que aí se fizessem sepultar.

## 1.2. Os Raçoeiros

Durante muito tempo, a historiografia portuguesa restringiu a presença dos cónegos nos cabidos colegiais apenas às colegiadas maiores, como Guimarães, Santarém e Barcelos contudo, trabalhos recentes sobre a composição das colegiadas de menor dimensão têm vindo a contestar este panorama<sup>391</sup>. Tais estudos enunciam a equivalência entre prebenda e porção e entre cónego e porcionário até inícios do século XIV, momento a partir do qual as designações dos beneficiados das colegiadas mais modestas e os seus rendimentos ficaram definidos, respectivamente, sob designações de raçoeiro ou porcionário e razão, porção ou préstimo<sup>392</sup>. Para São Lourenço, a escassez de informação para o período de Duzentos não nos permite confirmar a presença de raçoeiros identificados com a designação de cónegos, sendo apenas atestada a organização da colegiada já com a presença de priores e raçoeiros<sup>393</sup>.

Em São Lourenço, os raçoeiros deveriam auxiliar o prior no cântico diário das horas canónicas no coro<sup>394</sup>, na celebração dos sufrágios por alma dos defuntos, nas procissões e nos outros serviços colegiais bem como na gestão da colegiada<sup>395</sup>. Neste último campo, os raçoeiros tinham de realizar, em parceria com o prior, não apenas as reuniões mensais para aprovar a elaboração dos contratos económicos<sup>396</sup>, mas também as visitas anuais às propriedades da colegiada<sup>397</sup> e ainda a eleição anual do apontador<sup>398</sup>, do prioste e do escrivão e

---

<sup>387</sup> *Chancelarias portuguesas: D. João I*, organização e revisão João José Alves DIAS, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2005, vol. II, tomo II, p. 97.

<sup>388</sup> *Ib.*

<sup>389</sup> Mário FARELO, *A oligarquia camarária...*, p. 369.

<sup>390</sup> Sobre esse assunto veja-se um exemplo destas práticas em Maria Cristina GUARDADO, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, vol. 1, pp. 47-48.

<sup>391</sup> Cfr. *Ib.*, pp. 52, 53.

<sup>392</sup> Cfr. *Ib.*, pp. 53; Isaías da Rosa PEREIRA, “As constituições da igreja...”, p. 9.

<sup>393</sup> Sobre a primeira organização da colegiada conhecida leia-se as primeiras páginas deste capítulo.

<sup>394</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 29 (1496).

<sup>395</sup> Maria Cristina GUARDADO, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, vol. 1, p. 55; Joaquim Bastos SERRA, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama...*, p. 26.

<sup>396</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 41v, 46. (1507, 1510).

<sup>397</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 41v, 46, 54 (1507, 1510, 1514).

do recebedor da fábrica da colegiada<sup>399</sup>. Os raçoeiros e o prior nomeavam também, juntamente com o cabido colegial de São Cristóvão de Lisboa, o capelão para a capela de Santa Maria de Oeiras<sup>400</sup>.

Em algumas colegiadas, o raçoeiro mais velho recebia ainda a responsabilidade de administrar as capelas instituídas por outros membros da igreja ou por leigos para além de poder representar a igreja na qualidade de procurador<sup>401</sup>, enquanto em outros cabidos colegiais, os raçoeiros com benefícios simples recebiam a responsabilidade de cuidar da cura das almas dos paroquianos<sup>402</sup>. De acordo com a documentação manuseada, não parecem ter existido em São Lourenço competências especiais adscritas a cada raçoeiro, embora seja possível confirmar que a administração de capelas sem administrador poderia recair colectivamente sobre o cabido<sup>403</sup>.

Os raçoeiros de São Lourenço, como em outras instituições homólogas<sup>404</sup>, eram nomeados pelo patrono e confirmados pelo prior<sup>405</sup>. As informações disponíveis sobre o processo e a cerimónia de concessão de rações apenas existem, ao contrário do que acontece com os priores, a partir da doação do padroado aos Nogueira, ou seja, posteriormente a 1338<sup>406</sup>. O apresentado deveria comparecer junto do prior<sup>407</sup> e mostrar-lhe a carta de apresentação<sup>408</sup>, na qual o patrono, tal como na dos priores, enunciava os seus cargos e a legitimidade do seu direito de padroado<sup>409</sup>. De seguida, o patrono explicava a vacatura da razão, normalmente por morte<sup>410</sup>, troca<sup>411</sup> ou renúncia<sup>412</sup>, sendo que este último caso implicava formalização nas mãos do prior<sup>413</sup>. O patrono apresentava, por fim, o candidato e descrevia a sua formação religiosa e solidariedades sociais<sup>414</sup>. O cuidado na descrição dessas premissas

---

<sup>398</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 19v. A responsabilidade de fiscalizar a presença dos raçoeiros cabia, em Santa Maria de Barcelos, ao prior e em Torres Vedras, a um raçoeiro. José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, p. 503; Ana Maria S. A. RODRIGUES, “As Colegiadas de Torres Vedras...”, p. 388.

<sup>399</sup> Cfr. TT, CSLL, LV, 49v. (1512).

<sup>400</sup> Cfr. TT, CSLL, m. 3, n.º 42. (1406).

<sup>401</sup> Joaquim Bastos SERRA, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama...*, p. 28.

<sup>402</sup> Em 1387, a cura das almas em São Miguel de Torres Vedras foi atribuída no compromisso da colegiada aos raçoeiros com benefícios simples. Ana Maria S. A. RODRIGUES, “As Colegiadas de Torres Vedras...”, p. 387; Carla Patrícia VARANDAS, *A colegiada de S. Pedro de Coimbra...*, vol. 1, p. 102

<sup>403</sup> Sobre isso leia-se o que escrevemos nas páginas 38-39.

<sup>404</sup> Hermínia VILAR, “O clero paroquial”, em Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *História Religiosa de Portugal*, vol. I: *Formação e Limites da Cristandade*, Ana Maria C. M. JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES, coords. Rio de Mouro, Círculo dos Leitores, 2000, p. 250.

<sup>405</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 29 e 31 (1449, 1400); m. 3, n.º 52 (1483); cx. 5, n.º 45, fl. 12-14 (1495).

<sup>406</sup> Cfr. TT, Gav. XIX, m. 14, n.º 5, fl. 26.

<sup>407</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 29 (1449).

<sup>408</sup> Cfr. TT, CSLL, m. 3, n.º 52 (1483).

<sup>409</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 29 e 31 (1449, 1400); CSLL, m. 3, n.º 52. (1483)

<sup>410</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 31 (1400).

<sup>411</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 5, n.º 45, fl. 13v. (1495)

<sup>412</sup> Cfr. TT, CSLL, m. 3, n.º 52. (1483)

<sup>413</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>414</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 29 e 31 (1449, 1400); CSLL, m. 3, n.º 52 (1483).



observa-se, por exemplo, na carta de apresentação de João Esteves (1400-1436)<sup>415</sup>, na qual Afonso Eanes Nogueira informava que o apresentado era clérigo de missa e criado de Bartolomeu Martins, sobrejuiz do rei, e explicava que Bartolomeu Martins lhe tinha pedido para apresentar João Esteves<sup>416</sup>.

Uma vez o candidato aceite pelo prior, deveria colocar-se de joelhos e receber a ração de forma simbólica através da colocação pelo prior de um barrete na sua cabeça<sup>417</sup>, não sendo porém beijado na face por cada um dos restantes beneficiados com acontecia em outras colegiadas<sup>418</sup>. A cerimónia encerrava-se com o juramento do raçoeiro, sob os Sagrados Evangelhos, no qual se comprometia a cumprir os estatutos da instituição<sup>419</sup>, a viver honestamente e sem manceba, sob pena de perder a ração e de permanecer dois meses preso<sup>420</sup>.

As informações sobre as características sociais dos raçoeiros revelam-se, em relação ao caso dos priores, mais escassas e fragmentadas, impedindo a possibilidade de estabelecer um quadro mais global e completo.

Os clérigos apresentados para os cargos de raçoeiros eram, tal como os priores, homens próximos dos patronos, normalmente criados<sup>421</sup>, capelães<sup>422</sup> e, por vezes até, membros da família patronal<sup>423</sup>. Apesar de os patronos controlarem a nomeação dos raçoeiros, alguns clérigos sem ligações conhecidas à família patronal mas interessados nos réditos da colegiada solicitaram directamente ao papa uma ração. Encontram-se nessa situação, João Peres, presbítero da diocese de Viseu (1363)<sup>424</sup>, e Vasco Peres, reitor de São Julião de Lisboa (1380)<sup>425</sup>. No entanto, nenhum dos dois ocupou os cargos pedidos, não permitindo porém a documentação disponível o esclarecimento das razões, ficando sempre a dúvida se a recusa resultou da vontade do pontífice ou da influência dos patronos.

De acordo com a documentação compulsada, os apresentados eram normalmente clérigos de missa<sup>426</sup> que nunca tinham exercido previamente funções na colegiada ou em outras quaisquer, o que transformava o cargo de raçoeiro em São Lourenço na primeira etapa

<sup>415</sup> Sobre os raçoeiros e os anos em que serviram na colegiada consulte-se a lista 2 em anexo.

<sup>416</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 31 (1400).

<sup>417</sup> Cfr. TT, CSLL, m. 3, n.º 52 (1483). Na colegiada de San Miguel de Alfaro a cerimónia de entrega das prebendas era semelhante. Javier GARCÍA TURZA, “La colegiata de San Miguel de Alfaro en la Edad Media: notas para su estudio”, *Aragón en la Edad Media*, 14 (1999), p. 679.

<sup>418</sup> Carla Patrícia VARANDAS, *A colegiada de S. Pedro de Coimbra...*, vol. 1, p. 14; Maria Cristina GUARDADO, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, vol. 1, pp. 55-56; Maria de Rosário MORUJÃO, “Gerald Peres, cónego da Sé de Coimbra no séc. XIV”, *Revista Portuguesa de História*, 31/1 (1996), p. 399.

<sup>419</sup> Esses estatutos seriam certamente a ordenação estipulada por Miguel Vivas.

<sup>420</sup> Cfr. TT, CSLL, m. 3, n.º 52 (1483).

<sup>421</sup> João Cama (1449-1490) foi criado de Afonso Nogueira, arcebispo de Lisboa (Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 29; cx. 5, n.º 45, fl. 12v-13v). Álvaro da Costa (1457) foi criado de Afonso Nogueira, arcebispo de Lisboa (Cfr. *ib.*, cx. 5, n.º 45, fl. 13 v) e Vicente Vasques (1468-1479) foi criado de Mem de Brito.

<sup>422</sup> Vicente Vasques Criado e capelão de Mem de Brito. Cfr. TT, CSLL, m. 3, n.º 52 (1483).

<sup>423</sup> Como no caso de Mestre João Coelho.

<sup>424</sup> António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. 434, n.º 63.

<sup>425</sup> *Ib.*, vol. II, p. 114, n.º 444.

<sup>426</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 29 e 31 (1449, 140); cx. 5, n.º 45, fl. 12-14 (1495); CSLL, m. 3, n.º 52 (1483).

do seu *cursus honorum* eclesiástico. As únicas excepções conhecidas foram as de João Álvares (1483) e de João Álvares, o Moço (1483-1494), que desempenhavam antes de receber a razão, funções, respectivamente, de cônego na sé de Lisboa<sup>427</sup> e raçoeiro em São Cristóvão de Lisboa<sup>428</sup>. Por outro lado, a documentação recolhida não permitiu identificar ligações familiares entre os raçoeiros e os apresentados, sendo a única excepção, mais uma vez, a relação tio-sobrinho entre os beneficiados João Álvares (1483) e João Álvares, o Moço (1483-1494)<sup>429</sup>.

Entre as várias solidariedades sociais dos raçoeiros contavam-se, para além dos patronos, vínculos de grande proximidade com alguns oficiais régios. Foi esse o caso de João Esteves (1400-1436), que foi criado de Bartolomeu Martins, sobrejuiz do rei<sup>430</sup>, e que exactamente a pedido deste oficial recebeu a sua razão na colegiada. Existiam também casos de raçoeiros próximos de outros membros da elite lisiponense, como parece ser o caso de João Eanes (1351-1383) que foi testamenteiro de Constança Eanes, mulher de João Esteves da Rica Solteira<sup>431</sup>. Alguns dos raçoeiros chegariam mesmo a aproximar-se do mundo cortesão, como Diogo Gonçalves (1482-1499), capelão-mor da rainha D. Leonor entre 1482-1498<sup>432</sup>, uma situação muito possivelmente favorecida pela presença cada vez mais frequente da corte em Lisboa<sup>433</sup> e, sobretudo, pela inserção da família patronal na esfera cortesã<sup>434</sup>.

O número de raçoeiros a frequentar a universidade ou outras instituições de ensino foi muito reduzido, tendo-se reduzido, do século XIV para a centúria seguinte<sup>435</sup>, o número de raçoeiros com estudos, ao contrário do que aconteceu noutras colegiadas<sup>436</sup>. Nos casos que podem ser documentados, os raçoeiros com estudos beneficiaram do ensino<sup>437</sup> e da biblioteca da capela de Mestre Pedro<sup>438</sup>, tendo seguido um percurso universitário em Direito, muito

---

<sup>427</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 5, n.º 45, fl. 14 (1495); *CSLL*, m. 3, n.º 52 (1483)

<sup>428</sup> Cfr. TT, *CSLL*, m. 3, n.º 52 (1483)

<sup>429</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>430</sup> Sobre Bartolomeu Martins leia-se: Mário FARELO, *A oligarquia camarária...*, pp.374, 375.

<sup>431</sup> Sobre João Esteves da Rica Solteira consulte-se: *Ib.*, p. 402.

<sup>432</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 5, n.º 45, fl. 13-13v; TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 31, fl. 44-44v.

<sup>433</sup> Sobre esse assunto consulte-se: Rita Costa GOMES, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, p. 241-255; Judite Gonçalves de FREITAS, “O Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrâneo na itinerância régia de meados do século XV” em Natália Marinho ALVES, Maria Cristina Almeida e CUNHA, Fernanda RIBEIRO, eds. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. II, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património e Departamento de História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 502-508, 511.

<sup>434</sup> Sobre isso leia-se as obras de Mário Farello sobre os Nogueira que temos vindo a citar.

<sup>435</sup> Como veremos adiante, Diogo Rodrigues (1368) e Mestre João Afonso Coelhinho (1345-1363) foram os únicos raçoeiros que frequentaram a universidade, escolhendo ambos uma formação em Direito, e João Álvares, o Moço, (1483-1494) foi o único a receber formação na capela de Mestre Pedro.

<sup>436</sup> Hermínia VILAR, “Notas para o estudo clero eborense no século XIV: as súplicas de Roma” em *Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora*, vol. II, Évora, Instituto Superior de Teologia – Seminário Maior de Évora, 1994, p. 24.

<sup>437</sup> Em 1483, João Álvares, o Moço, raçoeiro de São Cristóvão, recebe simultaneamente um lugar como moço, na capela de Mestre Pedro e uma razão em São Lourenço. Cfr. TT, *CSLL*, m. 3, n.º 52.

<sup>438</sup> Em 1368, Mestre João das Leis empresta um *Decreto* a Diogo Rodrigues, raçoeiro em São Lourenço e escolar. Cfr. TT, *VVNC*, cx. 2, n.º 2.

possivelmente na universidade de Lisboa-Coimbra. Mestre João Afonso Coelho, raçoeiro entre 1345-1363, chegaria mesmo a desempenhar a função de professor de leis em Montpellier (antes de 1354 e até 1356)<sup>439</sup> e o cargo de regente de Direito Canónico em Coimbra (1356-1363)<sup>440</sup>, legando, em testamento livros e vastas somas à capela de Mestre Pedro, sendo estas últimas destinadas ao auxílio a estudantes<sup>441</sup>.

Apesar do reduzido número de raçoeiros com formação académica, a acumulação de cargos e benefícios eclesiásticos exteriores também se verificou entre os raçoeiros de São Lourenço, nos séculos XIV e, sobretudo, no XV. Já nas primeiras décadas da centúria seguinte, deixamos de encontrar na documentação compulsada raçoeiros a exercerem outras funções fora da colegiada, possivelmente devido à sua falta de formação académica e ao aumento da concorrência em torno da obtenção dessas funções. Entre os cargos e benefícios ocupados, o mais comum foi a obtenção de um priorado<sup>442</sup> ou de uma ração<sup>443</sup> numa outra igreja ou, por vezes, o lugar de capelão do patrono<sup>444</sup>.

Para alguns raçoeiros, São Lourenço parece ter sido um degrau na ascensão para posições mais importantes em confrarias<sup>445</sup>, em sés<sup>446</sup>, em universidades<sup>447</sup> ou até, em âmbito mais leigo, no mundo cortesão<sup>448</sup>. Para outros, a ração de São Lourenço representou apenas uma maneira de completarem os rendimentos que auferiam em outras instituições, tal como foi

---

<sup>439</sup> Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, p. 167; António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, p. 433-434, n.º 61. Neste último, a súplica informa que Mestre João Afonso Coelho estaria há sete anos como lente na universidade de Coimbra, o que nos faz colocar a hipótese do perito canónico ter permanecido em Montpellier até 1356.

<sup>440</sup> António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, p. 433-434, n.º 61; Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 51.

<sup>441</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 57, 59v (1383); VVNC, cx. 1, n.º 97v (1366).

<sup>442</sup> Gabriel Domingues (1351-† antes de 1374) foi prior da Azambuja (Cfr. TT, CSLL, *Ib.*, m. 3, n.º 46). Martim Afonso (1310-† antes de 1331) foi abade de São Vicente de Ermelo, templo localizado no arcebispado de Braga (*Ib.*, m. 8, n.º 152). Mestre João Afonso Coelho (1345-1363) foi prior de Santiago de Torres Vedras (1363) (António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, p. 433-434, n.º 61). João Álvares (1483) foi prior de Santa Justa de Lisboa (Cfr. TT, CSLL, m. 3, n.º 52). Diogo Gonçalves (1474-1487) foi abade da Igreja de Santa Maria de Moreira (1498) (TT, *Chancelaria de D. Manuel*, Livro 31, fl. 44-44v).

<sup>443</sup> João Vasques (1451-1483) foi raçoeiro na colegiada de Santa Justa de Lisboa (Cfr. TT, *Chancelaria de Afonso V*, liv. 16, fl. 122v (1471). João Álvares, o Moço, (1483-1494) foi raçoeiro na colegiada de São Cristóvão (Cfr. TT, CSLL, m. 3, n.º 52). Diogo Gonçalves (1474-1487) teve uma ração na igreja de Santiago de Torres Novas antes de 1499 (Cfr. TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 16, fl. 77v).

<sup>444</sup> Vicente Vasques (1468-1479) foi capelão de Mem de Brito. Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 34 (1479).

<sup>445</sup> Estêvão Vicente (1360-1383) foi membro da confraria dos Clérigos Ricos de Lisboa (*Documentos da Biblioteca Nacional relativos a Lisboa. Primeira Série. Séculos XIII a XV*, Lisboa, BNL, 1935, p. 39 (1375). João Esteves (1400-1436) foi também membro dessa confraria. Cfr. *Ib.*, p. 77 (1412).

<sup>446</sup> Mestre João Afonso Coelho (1345-1363) foi quaternário na Sé de Lisboa (1363) e cónego prebendado na Sé de Coimbra (1363-1366) (Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, p. 167; António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, p. 433-434, n.º 61). João Rodrigues (1483-1494) foi tesoureiro na Sé de Tânger (Cfr. TT, CSLL, m. 7, n.º 135 (1491). Temos também notícia de um raçoeiro, não identificado, a exercer o cargo de mestre-escola (1494-1506), mas não foi possível determinar onde e qual a sua formação. Cfr. TT, CSLL, LV, fl. 22-38.

<sup>447</sup> Sobre isso leia-se o caso de Mestre João Afonso Coelho que evocámos anteriormente.

<sup>448</sup> Diogo Gonçalves (1482-1499) foi capelão-mor da Rainha D. Leonor (1482-1498). Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 45, fl. 13-13v; TT, *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 31, fl. 44-44v.

o caso de João Álvares (1483) e de João Álvares, o Moço (1483-1494), que desempenhavam também as funções, respectivamente, de cónego na sé de Lisboa<sup>449</sup> e raçoeiro em São Cristóvão<sup>450</sup> antes de receberem a ração em São Lourenço. A maioria das acumulações, tal como acontecia na Colegiada de Santo Estêvão de Alfama<sup>451</sup>, teve lugar no espaço da diocese lisiponense, o que se pode explicar atendendo a que tal lhes permitia uma mais fácil deslocação entre as diferentes instituições a que estavam ligados, mas que também se compreende quando se pensa na riqueza dos benefícios da zona e no peso e valia das redes sociais aí implantadas.

Embora frequente, a prática da acumulação de prebendas e cargos parece, no entanto, tal como em Santo Estêvão de Alfama<sup>452</sup>, não ter tocado uma quantidade bastante significativa de raçoeiros, para os quais a prebenda de São Lourenço parece ter sido a única que alguma vez usufruíram. Note-se porém que esta visão poderá resultar da especificidade das fontes analisadas, pois, como Joaquim Bastos Serra afirma, os tabeliães apenas registavam outros cargos se estes valorizassem o raçoeiro ou ajudassem à sua identificação<sup>453</sup>.

Apesar disso e da reduzida distribuição geográfica das acumulações, o absentismo também se verificou entre os raçoeiros da colegiada. A análise do fenómeno absentista encontra-se frequentemente limitada pelo desaparecimento das constituições, dos registos de presenças e, conseqüentemente, pelo desconhecimento da duração dos períodos durante os quais os clérigos se podiam legitimamente ausentar<sup>454</sup>. O elevado número de contratos de exploração agrária conservados nos cartórios das instituições religiosas, tem influenciado a maioria dos historiadores a recorrerem à inventariação das presenças dos raçoeiros nesses documentos para avaliarem, ainda que de forma indirecta e falível<sup>455</sup>, os seus níveis de absentismo.

Atendendo aos conteúdos dos textos dos prazos e encampações disponíveis para a colegiada em estudo, o número médio de raçoeiros presentes na redacção dos contratos aproximava-se fortemente da totalidade do seu número, ou seja de quatro, até 1401<sup>456</sup>, registando depois um período de oscilações que se estende até 1431 e uma mudança a partir

---

<sup>449</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 45, fl. 14; TT, CSLL, m. 3, n.º 52.

<sup>450</sup> Cfr. TT, CSLL, m. 3, n.º 52.

<sup>451</sup> Cf. Joaquim Bastos SERRA, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama...*, p. 38.

<sup>452</sup> *Ib.*, p. 37.

<sup>453</sup> *Ib.*

<sup>454</sup> Os períodos de ausência autorizada variavam de cabido para cabido, sendo por exemplo de 90 dias em Braga e 90, ou mais, em Évora. José MARQUES, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, p. 383; Hermínia VILAR, *As dimensões de um poder...*, pp.134-135.

<sup>455</sup> Alguns historiadores reconhecem a dificuldade em comprovar se a ausência resulta da normalidade da delegação de poderes na realização desses actos ou do pouco zelo dos beneficiados. Joaquim Bastos SERRA, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama...*, pp. 38-40.

<sup>456</sup> A única excepção corresponde ao período inicial de 1351-1361.

desse ano para valores muito próximos da totalidade, ou seja quatro<sup>457</sup>. Contudo, o absentismo dos raçoeiros no momento da elaboração desses documentos amplia-se rapidamente a partir de 1471, sendo apenas visível uma quebra desse fenómeno e, consequentemente, a aproximação a níveis próximos da totalidade, no período entre 1501-1511. A observação conjunta dos registos das visitas permite igualmente testemunhar os elevados níveis de absentismo dos raçoeiros durante as visitas episcopais ocorridas nessa cronologia, especialmente entre 1486-1504<sup>458</sup>, voltando apenas a partir de 1504 os raçoeiros a comparecerem massivamente durante as visitas.

O crescimento das práticas absentistas dos raçoeiros a partir de 1471, não parece, no entanto, resultar necessariamente do exemplo dado pelos priores absentistas. Por um lado, os níveis de absentismo dos raçoeiros atingiram os seus valores mais altos, quer na redacção dos contratos económicos quer nas visitas, durante o priorado de Vicente Vasques (1479-1493), o único prior que, no final do período em estudo, revelou uma assiduidade exemplar<sup>459</sup>. Por outro lado, os raçoeiros apenas voltaram novamente a comparecer na sua quase totalidade nas actividades a que era suposto estarem presentes, no decorrer do priorado de Rui Lopes (1493-1515), mais concretamente a partir do momento em que o prior deixou de comparecer na redacção dos contratos económicos (1501-1510) e nas visitas (1506-1511)<sup>460</sup>.

A explicação parece residir sim, tal como em outras colegiadas da diocese<sup>461</sup>, no facto dos raçoeiros, alguns possivelmente por desempenharem funções mais importantes do que as havidas em São Lourenço, preferirem não frequentar assiduamente a colegiada e nomear ecónomos para desempenharem as suas funções<sup>462</sup>. O poder episcopal, tal como em outros cabidos colegiais<sup>463</sup>, não sancionava essa prática, mas procurava antes controlá-la e regulamentá-la, sendo disso exemplo os textos das visitas realizadas a São Lourenço. Conforme se atesta pela leitura desses, os enviados episcopais proibiram os raçoeiros absentistas de celebrarem acordos com os seus ecónomos para dividirem as rendas recebidas por estes últimos<sup>464</sup>, bem como ordenaram ao prioste que confirmasse se os ecónomos tinham carta de economia, ou seja, se estavam autorizados pelo poder episcopal a desempenharem funções religiosas<sup>465</sup>. Os visitantes chegaram mesmo a ordenar ao cabido a colocação de ecónomos nas rações de alguns raçoeiros absentistas<sup>466</sup>.

---

<sup>457</sup> Sobre a comparência dos raçoeiros na redacção dos contratos económicos consulte-se o quadro 2 em anexo.

<sup>458</sup> Sobre a comparência dos raçoeiros nas visitas consulte-se o quadro 4 em anexo.

<sup>459</sup> Sobre esse assunto consulte-se os quadros 1, 3 e 5 em anexo.

<sup>460</sup> *Ib.*

<sup>461</sup> Ana Maria S. A. RODRIGUES, “As Colegiadas de Torres Vedras...”, p. 397.

<sup>462</sup> Sobre a presença dos ecónomos nas visitas consulte-se o quadro 4 em anexo.

<sup>463</sup> Ana Maria S. A. RODRIGUES, “As Colegiadas de Torres Vedras...”, p. 397.

<sup>464</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 31 (1498).

<sup>465</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 38 (1506).

<sup>466</sup> Em 1513, os enviados episcopais chegam mesmo a ordenar aos clérigos colocarem um ecónomo na ração de João Viçoso, pois raçoeiro encontrava-se frequentemente ausente. Cfr. *Ib.*, fl. 52 (1513).

A diminuição das práticas absentistas nas primeiras décadas de Quinhentos parece resultar, por sua vez, do facto de os raçoeiros, nessa cronologia não exercerem outras funções fora da igreja<sup>467</sup> e por o prior revelar pouco cuidado com o governo da instituição<sup>468</sup>, situação que forçava os raçoeiros a dispensarem os seus ecónomos, a estarem mais presentes e a serem mais participativos na gestão da colegiada para assim evitarem a diminuição dos seus réditos.

Sobre o zelo dos raçoeiros com o ofício do culto litúrgico, apenas podemos acrescentar, ao cenário que já descrevemos para os últimos priores do período em estudo<sup>469</sup>, algumas considerações emitidas pelos visitantes. Assim, os enviados diocesanos descreveram que os raçoeiros celebravam as horas canónicas separadamente e fora do coro<sup>470</sup> e que oficiavam a missa com o manto aberto e com o cabelo a cobrir a orelha<sup>471</sup>, que faltavam às procissões<sup>472</sup> e que se recusavam a servir a igreja de acordo com o preconizado para a sua função<sup>473</sup>. De igual modo, os visitantes notavam que os raçoeiros permaneciam sentados durante a leitura do evangelho e também durante as missas e as horas canónicas<sup>474</sup>. Note-se, porém, que o carácter pontual destas observações e a ausência de referências a esses problemas nas visitas seguintes parecem indicar a sua rápida resolução.

As informações sobre os bens pessoais dos raçoeiros revelam-se bastante parcas, sendo apenas possível identificar um sobrado<sup>475</sup>, umas casas<sup>476</sup> e umas pousadas<sup>477</sup> localizadas na freguesia de São Lourenço e uma vinha<sup>478</sup> situada em Palma, no termo de Lisboa. O único raçoeiro conhecido com propriedades fora de Lisboa parece ter sido Mestre João Afonso Coelho (1345-1363), uma vez que possuía umas casas localizadas em Coimbra<sup>479</sup>, certamente por aí leccionar no Estudo Geral.

No domínio dos comportamentos morais, a documentação recolhida não refere a existência de filhos ilegítimos para a maioria dos raçoeiros. A única excepção conhecida é a de João Vasques (1451- 1483) que manteve uma relação com Maria Rodrigues, mulher solteira,

---

<sup>467</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto na página 53.

<sup>468</sup> Sobre os problemas na gestão da colegiada no priorado de Rui Lopes (1493-1515) leia-se o que escrevemos na página 40-41.

<sup>469</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto nas páginas 42-45.

<sup>470</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 15 (1489).

<sup>471</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 31 (1498). Este problema regista-se novamente em 1519. Cfr. *Ib.*, fl. 65.

<sup>472</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 21v (1498).

<sup>473</sup> Cfr. *Ib.* fl. 35 (1501). Em 1513, os enviados episcopais chegam mesmo a ordenar aos clérigos que colocassem um ecónomo na ração de João Viçoso, pois o raçoeiro encontrava-se frequentemente ausente. Cfr. *Ib.*, fl. 52.

<sup>474</sup> *Ib.*, fl. 50 (1512).

<sup>475</sup> Não foi possível localizar a propriedade, uma vez que o documento apenas identifica o imóvel como o sobrado da casa que foi de Baças Mendes. Cfr. TT, *CSLL*, m. 8, n.º 152 (1331).

<sup>476</sup> Cfr. *Ib.*, m. 7, n.º 135 (1491).

<sup>477</sup> Cfr. *Ib.*, m. 5, n.º 81 (1390).

<sup>478</sup> Cfr. *Ib.*, m. 3, n.º 53 (1354).

<sup>479</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 1, n.º 51 (1363).

de quem teve Joana Vasques<sup>480</sup>, que veio a ser legitimada em 1471<sup>481</sup>, não sendo possível conhecer o seu destino.

Na esfera da espiritualidade, os raçoeiros preferiam instituir as suas celebrações litúrgicas post-mortem na colegiada a que se encontravam ligados. Foram esses os casos de Martim Afonso<sup>482</sup> que instituiu três aniversários e de Gabriel Domingues que determinou quatro aniversários<sup>483</sup>. A perda do testamento de Mestre João Afonso Coelhinho não nos permitiu esclarecer se este seguiu o exemplo dos seus predecessores, mas como era primo dos patronos tal poderia ter ocorrido, uma vez que parece tratar-se de uma prática acarinhada pela família patronal. Certa foi, no entanto, a sua doação que fez dos seus bens e dos seus livros à capela de Mestre Pedro<sup>484</sup>.

Passemos agora ao estudo dos outros clérigos que auxiliaram o cabido colegial a assegurar as funções da colegiada.

## 2. Cargos Religiosos

### 2.1. Os Curas

Uma das responsabilidades do prior correspondia à actividade pastoral, ou seja, a celebração dos sufrágios por alma dos defuntos, a participação nas procissões, a administração dos sacramentos, a celebração da missa *pro populo* e a direcção dos demais ofícios litúrgicos e serviços colegiais<sup>485</sup>. Se o prior estivesse ausente, a actividade pastoral deveria ser protagonizado por um clérigo de missa, exterior à colegiada denominado de vigário do prior, capelão do cura<sup>486</sup> ou simplesmente, cura<sup>487</sup>. No entanto, sobre estas funções, os historiadores têm opiniões diferentes. Assim, Fortunato de Almeida sugere que as funções do cura estiveram desde o início adscritas ao cargo de prior<sup>488</sup>, enquanto Ana Maria Rodrigues mais recentemente demonstrou que nem sempre, durante todo o período medieval, o prior assegurou a função pastoral<sup>489</sup>.

Em São Lourenço, o prior exerceu sempre a função pastoral e quando se ausentava, nomeava um substituto, denominado nas fontes de cura<sup>490</sup>. O prior não poderia, no entanto, de

---

<sup>480</sup> Cfr. TT, *Chancelaria de Afonso V*, liv. 16, fl. 122v (1471).

<sup>481</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>482</sup> Cfr. TT, CSLL, m. 8, n.º 152 (1331).

<sup>483</sup> Cfr. *Ib.*, m. 3, n.º 46 (1374).

<sup>484</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 57, 59v (1383); VVNC, cx. 1, n.º 97v (1366).

<sup>485</sup> Em São Lourenço, estes eram compostos também pelas obrigações litúrgicas do prior nas várias capelas, como por exemplo as de Constança Eanes Palhavã e Rui Nogueira. Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 96; TT, VVNC, cx. 5, n.º 44 (1429).

<sup>486</sup> Joaquim Bastos SERRA, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama...*, pp. 26.

<sup>487</sup> Cfr. TT, CSLL, LV, fl. 3 (1478).

<sup>488</sup> Vd. Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. 1, p. 102.

<sup>489</sup> O benefício de prior de São Miguel de Torres Vedras parece ter sido, desde o princípio, curado, mas no compromisso de 1387 a função pastoral foi transferida para os raçoeiros com benefícios simples. Cf. Ana Maria S. A. RODRIGUES, “As Colegiadas de Torres Vedras...”, p. 379.

<sup>490</sup> Cfr. TT, CSLL, LV, fl. 3, 4, 24, 38, 40, 44, 46, 47 (1478, 1483, 1495, 1506, 1507, 1509, 1510, 1511)

acordo com as constituições sinodais, nomear um beneficiado ou um ecónomo da colegiada para desempenhar o cargo de cura, sob pena de perder as suas rendas<sup>491</sup>. A presença dos substitutos do prior na igreja de São Lourenço cresceu consideravelmente entre 1506 e 1512 devido ao absentismo do já citado prior Rui Lopes<sup>492</sup>. A documentação, muito avara em informação mais detalhada, apenas menciona os seus nomes e as datas em que estiveram ao serviço da colegiada<sup>493</sup>.

## 2.2. Os Capelães

Os capelães eram clérigos exteriores à igreja de São Lourenço, nomeados pelos administradores das capelas para celebrarem os ofícios litúrgicos nas capelas, e que, pelo desempenho dessa função recebiam uma determinada quantia. Alguns dos fundadores dessas capelas estipulavam que os capelães deveriam ser membros da sua linhagem, como foi o caso de Mestre Pedro que, em 1298, determinava que o seu capelão pertencesse à sua família e não fosse clérigo em São Lourenço<sup>494</sup>.

Com efeito, podemos constatar que o número de capelães sofreu um decréscimo pois enquanto no século XIV a documentação disponível permite identificar sete indivíduos, nas centúrias seguintes apenas são mencionados dois. Tal situação poderia ter resultado da estratégia dos patronos de diminuição das obrigações litúrgicas das suas capelas ou de mesmo não realizarem aí qualquer acto de culto<sup>495</sup>. Na capela da Flor da Rosa, tal ocorrência resultou das tentativas dos priores e dos raçoeiros, como vimos, para desempenhar funções dos capelães a fim de aumentar os seus réditos<sup>496</sup>.

A documentação disponível para São Lourenço revela poucas informações sobre os capelães, possivelmente por estes serem exteriores à colegiada, pelo que não podemos adiantar mais do que acima revelamos<sup>497</sup>.

## 3. Cargos Administrativos

### 3.1. Os Prioste

Os encargos do prioste, de acordo com o quadro normativo, passavam pela gestão financeira da instituição, pela recolha<sup>498</sup> e redistribuição das rendas, pelo pagamento das verbas

---

<sup>491</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 24 (1495)

<sup>492</sup> Sobre isso consulte-se o quadro 3 em anexo.

<sup>493</sup> Sobre os curas e a duração dos seus serviços consulte-se a lista 3 em anexo.

<sup>494</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 73-74 (1296).

<sup>495</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto nas páginas 104, 105, 117, 120, 121, 123 e 124.

<sup>496</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto nas páginas 38 e 39.

<sup>497</sup> Sobre os capelães e os anos em que serviram as capelas consulte-se a lista 4 em anexo.

<sup>498</sup> Em 1512, os visitantes ordenaram que o prioste recuperasse de João Rego 5000 reais que tinham resultado de um escambo. TT, *CSLL*, LV, fl. 49v.



devidas às autoridades eclesiásticas<sup>499</sup>, pela tomada de posse de bens em nome da instituição e ainda, pela representação da igreja nas demandas judiciais<sup>500</sup>. Foram disso exemplo as intimações feitas pelos visitantes aos priostes para que processassem indivíduos que tinham prejudicado a colegiada como era o caso dos processos a mover aos herdeiros de João Vasques, antigo raçoeiro de São Lourenço (1451- 1483) para recuperação de um cálice que este furtara à colegiada<sup>501</sup>, a um comendador para o obrigar a pagar um foro em atraso<sup>502</sup> e aos parentes de Lopo Fernandes, um clérigo já falecido, a fim de que pagassem uma alva que deviam á colegiada<sup>503</sup>.

O prioste era também responsável por obrigar os foreiros a conservarem e repararem as propriedades que traziam emprazadas da colegiada e por pedir traslados da documentação e guardá-los no cartório da instituição. Tais foram os casos de Luís Álvares, Margarida Pimenta<sup>504</sup> e Gonçalo Rodrigues Galo<sup>505</sup> que deveriam ser processados para repararem umas casas da igreja, ou do pedido a Mem de Brito de um traslado do compromisso que regia a igreja<sup>506</sup> ou a necessidade de promoverem a conservação de documentos no cartório da colegiada<sup>507</sup>.

A essas funções, os priostes de São Lourenço somavam ainda, nos finais do século XV, por imposição dos visitantes, algumas responsabilidades relativas à manutenção do património móvel e do edifício da colegiada, possivelmente como resultado do absentismo dos raçoeiros. Os textos das visitas enunciam várias vezes o trabalho dos priostes neste campo, como por exemplo, no restauro das portas da igreja<sup>508</sup>, do telhado do coro e da capela da Flor da Rosa<sup>509</sup>, a encadernação de um epistolário e o restauro de um santoral<sup>510</sup>, a encadernação de um santoral<sup>511</sup>, a reparação do telhado com braceiras de cal<sup>512</sup>, a aplicação de 500 reais de um

---

<sup>499</sup> Os visitantes ordenavam ao prioste que pagasse o custo da redacção do texto da visitação. Cfr. *Ib.*, fl. 37v, 57v (1474, 1515).

<sup>500</sup> Joaquim Bastos SERRA, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama...*, pp. 27; Maria Cristina GUARDADO, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, vol. 1, pp. 60-61.

<sup>501</sup> Cfr. TT, *CSLL, LV*, fl. 7v (1486).

<sup>502</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 10 (1491).

<sup>503</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 49v (1512).

<sup>504</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 7 (1486).

<sup>505</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 10 (1487).

<sup>506</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 15v (1489).

<sup>507</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 49v (1512).

<sup>508</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 3v, 2 (1478, 1479).

<sup>509</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 2 (1479). A data desta visitação não se encontra correcta, porque aponta como prior Gomes Nogueira. Este prior termina o seu priorado antes de 1478, sendo sucedido por Frei Luís e este, em 28 de Novembro de 1479, por Vicente Vasques. Logo a visitação só pode ser anterior a 1478.

<sup>510</sup> Cfr. TT, *CSLL, LV*, fl. 7v (1486).

<sup>511</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 13 (1488).

<sup>512</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 17 (1490).

pano roubado na compra de cortinas para o crucifixo<sup>513</sup> e o restauro da escadaria<sup>514</sup> e da capela-mor<sup>515</sup>.

De igual modo, os visitantes atribuíam também aos priostes, provavelmente pelos mesmos motivos, algumas responsabilidades litúrgicas, nomeadamente na admoestação dos administradores leigos de capelas que não cumpriam determinações exaradas pelos defuntos. Foram esses os casos, como já referimos anteriormente, dos enviados episcopais que mandaram o prioste obrigar Estêvão de Brito e Simão de Brito a mandarem officiar as celebrações litúrgicas nas suas capelas e Simão de Brito a reparar a sua capela<sup>516</sup>.

A escassez de textos normativos esclarecedores bem como de outras informações relativas aos priostes de São Lourenço não nos permitem conhecer as formas de organização financeira da igreja, a renda do prioste<sup>517</sup> e os dias estipulados para a sua eleição, mas podemos afirmar que o prioste era eleito anualmente no mesmo dia da eleição do escrivão e recebedor da fábrica<sup>518</sup>.

O prioste era normalmente um clérigo assíduo que usufruía da confiança dos restantes membros do cabido, tal como o demonstravam as nomeações de antigos priostes para testamenteiros de raçoeiros<sup>519</sup>, para procuradores do cabido ou para ocuparem, por mais de uma vez, o cargo de prioste. Paradigma desses critérios parece ter sido João Esteves, raçoeiro entre 1400-1436 e procurador do prior e raçoeiros em 1416, que exerceu as funções de prioste em 1410, 1412, 1423 e, novamente, em 1426.

O clérigo nomeado para o cargo de prioste teria ainda de dominar a escrita, a leitura e o cálculo, uma vez que cabia ao prioste, nos finais de Quatrocentos, a redacção de um livro do tombo com o registo de todas as propriedades da colegiada e as suas demarcações e medidas. De igual modo, a nomeação de ecónomos<sup>520</sup>, e possivelmente de leigos<sup>521</sup>, para o cargo testemunhava não ser necessário possuir uma ração na igreja para o exercício dessa função.

Até 1479 esse cargo foi confiado maioritariamente a raçoeiros, mas entre 1483 e 1500, o cargo de prioste foi entregue a ecónomos e, possivelmente a leigos, provavelmente em

---

<sup>513</sup>Cfr. *Ib.*, fl. 29v (1496).

<sup>514</sup>Cfr. *Ib.*, fl. 33v (1500).

<sup>515</sup>Cfr. *Ib.*, fl. 35 (1501).

<sup>516</sup>Sobre esses exemplos leia-se as páginas dedicadas a ambos os fidalgos no terceiro capítulo.

<sup>517</sup>Em São Bartolomeu de Coimbra o prioste deveria receber as rendas das propriedades anexas às capelas. Maria Cristina GUARDADO, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, vol. 1, p. 61.

<sup>518</sup>Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 49v (1512).

<sup>519</sup>Veja-se um exemplo no caso de Estêvão Vicente, raçoeiro (1360-1383) e antigo prioste (1361), que foi testamenteiro de Gabriel Domingues, prior da Azambuja e raçoeiro de São Lourenço. Cfr. TT, *CSLL*, m. 3, n.º 46.

<sup>520</sup>Rui Lopes, ecónomo na ração de Diogo Gonçalves entre 1483 e 1484, foi prioste em 1483 e Gonçalo García, ecónomo na ração de ração do Mestre-escola em 1500, foi prioste em 1500. Cfr. *Ib.*, m. 3, n.º 53; *CSLL*, LV, fl. 33-34.

<sup>521</sup>João Eanes (1324) e Estêvão Lourenço (1486) aparecem apenas mencionados na condição de prioste de São Lourenço, não existindo nenhuma referência que permita afirmar se eram clérigos de missa, ecónomos ou raçoeiros. Cfr. TT, *CSLL*, m. 4, n.º 67; TT, *CSLL*, LV, fl. 7.

resultado do elevado absentismo dos raçoeiros durante esse período<sup>522</sup>. Apenas voltamos a encontrar novamente os raçoeiros a desempenharem as funções de prioste a partir 1513<sup>523</sup>, num momento em que os raçoeiros voltam novamente a frequentar com assiduidade, a colegiada.

Sobre a dedicação dos priostes ao exercício das suas funções, os visitantes teceram frequentemente considerações sobre um mesmo problema, a redacção do livro do tombo<sup>524</sup>. De acordo com os textos das visitas, os priostes raramente tinham o livro do tombo redigido e pronto a ser apresentado aos enviados episcopais<sup>525</sup> e mesmo quando o tinham, o livro não cumpria as determinações das constituições sinodais<sup>526</sup>, uma vez que tinha sido escrito em papel e não em pergaminho<sup>527</sup> e não continha as medidas e as demarcações das propriedades<sup>528</sup>. Em 1498, os oficiais episcopais chegaram mesmo a ordenar aos priostes que consultassem as igrejas mais próximas sobre como redigir um tombo a fim de o puderem refazer adequadamente<sup>529</sup>. Contudo, em 1500, o livro do tombo continuava ainda por redigir<sup>530</sup>. As referências dos textos das visitas descrevem que os motivos foram geralmente considerados legítimos pelos visitantes, mas raramente explicitam quais foram as razões do atraso. Uma dessas excepções ocorreu em 1494, quando os visitantes tomaram conhecimento que o prioste não tinha elaborado o livro do tombo devido à morte do prior e a um surto de peste que grassara em Lisboa<sup>531</sup>. A partir de 1500, esse problema deixou de figurar entre as observações dos visitantes, o que sugerir que o livro do tombo já estaria bem redigido.

### 3.2. Os Tesoureiros

Em Portugal, as dignidades capitulares que compunham o cabido oscilavam, de instituição para instituição, tal como mencionamos anteriormente, em número e em hierarquia, sendo neste último caso a terceira posição normalmente disputada entre o mestre-escola e o tesoureiro. As suas responsabilidades consistiam na protecção, disponibilização, reparação e inventariação de alfaia litúrgicas, paramentos e relíquias, contando para isso com a colaboração de porteiros, sacristães e sineiros. Em alguns cabidos, o tesoureiro poderia mesmo substituir o prior na ausência deste<sup>532</sup>.

---

<sup>522</sup> Sobre isso consulte-se a lista 5 em anexo.

<sup>523</sup> Agostinho Fernandes (1509-1515) desempenhou as funções de prioste em 1513 e André Esteves (1504-1515) em 1514. Cfr. *Ib.*, fl. 53, 55.

<sup>524</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 10, 13, 15v, 17, 22v, 23v, 29v, 31v, 33v (1487, 1488, 1489, 1490, 1494, 1495, 1496, 1498, 1500).

<sup>525</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 10, 15v, 17, 22v, 23v (1487, 1489, 1494, 1495)

<sup>526</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 13, 29v, 31v. (1488, 1496, 1498)

<sup>527</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 13. (1488)

<sup>528</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 29v (1496)

<sup>529</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 31v (1498).

<sup>530</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 33v (1500).

<sup>531</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 22v (1494).

<sup>532</sup> Ana Maria S. A. RODRIGUES, “Dignidades Eclesiásticas”, p. 67.

Por oposição, em São Lourenço, tal como em outras colegiadas mais modestas<sup>533</sup>, o tesoureiro não era uma dignidade e o seu lugar na colegiada era semelhante aos dos sacristães, como é demonstrado pela ordenação dos visitantes ao tesoureiro para que assegurasse a limpeza semanal dos altares, dos retábulos e dos ornamentos litúrgicos da colegiada<sup>534</sup>. No mesmo sentido deve ser interpretada a vontade dos enviados episcopais em incumbirem apenas o prior, o cabido colectivamente ou o prior de realizarem as tarefas mais importantes relacionadas com a conservação do edifício e do património imóvel<sup>535</sup>. Foi ainda disso exemplo os visitantes ordenarem ao prior que elaborasse um inventário dos objectos de prata, em que cada peça devia ser pesada individualmente, bem como dos livros e dos ornamentos<sup>536</sup>. Outro caso exemplar é o que resulta da determinação feita pelos visitantes ao prior e aos raçoeiros para que levassem a efeito a reparação de um cálice e também dos órgãos da igreja<sup>537</sup>.

Não obstante, os tesoueiros receberam nos finais do século XV, por imposição dos visitantes, algumas responsabilidades relativas à fiscalização do desempenho dos clérigos nas suas funções litúrgicas<sup>538</sup>. Em 1496, os visitantes ordenaram que os tesoueiros tomassem nota dos nomes dos capelães dos administradores das capelas que não proferiam as missas nas capelas, devendo fornecer anualmente essas informações, durante a visitação, aos enviados diocesanos, a fim de estes saberem quantas missas tinham ficado por officiar<sup>539</sup>. Dois anos mais tarde, em 1498, os visitantes ordenaram que os tesoueiros impedissem o prior, os raçoeiros e os restantes clérigos da colegiada de celebrarem missa com o manto aberto e o cabelo a tapar a orelha<sup>540</sup>.

Sobre o seu processo de recrutamento, apenas podemos colocar a hipótese dos indivíduos apresentados nos finais do século XV para o cargo de tesoureiro dominarem a escrita, uma vez que cabia aos tesoueiros, como afirmamos anteriormente, a redacção de documentos com os nomes dos capelães que não oficiavam as missas<sup>541</sup>. Por outro lado, não seria igualmente desacertado considerar a hipótese que os indivíduos apresentados viessem a

---

<sup>533</sup> Ead., “As Colegiadas de Torres Vedras...”, p. 398; Joaquim Bastos SERRA, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama...*, p. 28; Maria Cristina GUARDADO, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra...*, vol. 1, p. 60, Carla Patrícia VARANDAS, *A colegiada de S. Pedro de Coimbra...*, vol. 1, p. 32; Maria de Fátima BOTÃO, *Poder e influência...*, p. 332.

<sup>534</sup> Apesar desta informação constar no texto da visitação de 1519, consideramos que se não trata de uma inovação, mas sim de uma reiteração das funções antigas do tesoureiro. Cfr. TT, *CSLL, LV*, fl. 65.

<sup>535</sup> Para uma visão mais aprofunda sobre a acção do prior, dos raçoeiros e dos priostes na manutenção do edifício e do património imóvel da colegiada leia-se o que escrevemos sobre esses cargos.

<sup>536</sup> Cfr. TT, *CSLL, LV*, fl. 7 (1486).

<sup>537</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 29v (1496).

<sup>538</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 30, 31 (1496, 1498).

<sup>539</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 30 (1496).

<sup>540</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 31 (1498).

<sup>541</sup> Cfr. *Ib.*

residir nas proximidades da igreja, uma vez que teriam de assegurar semanalmente a limpeza do edifício e dos bens imóveis do templo<sup>542</sup>.

As referências aos tesoureiros na documentação são muito reduzidas uma vez que, na maioria dos casos, apenas surgem citados na condição de testemunhas em contratos económicos<sup>543</sup>, sendo apenas possível extrair os seus nomes e estabelecer, com reservas, o cálculo dos anos que passaram no exercício dessas funções na colegiada de São Lourenço<sup>544</sup>.

### 3.3. Os Ecónomos

Os ecónomos eram clérigos de missa<sup>545</sup> autorizados pelo poder episcopal<sup>546</sup> a serem nomeados para substituírem os raçoeiros ausentes na celebração das horas canónicas, nos ofícios dos defuntos e nos restantes serviços litúrgicos do cabido<sup>547</sup>. Além de desempenharem essas funções, os ecónomos que representaram os raçoeiros de São Lourenço acabariam, no entanto, ao contrário de outros ecónomos<sup>548</sup>, por participarem na redacção dos contratos económicos, bem como, por imposição dos visitantes, representarem a colegiada em pleitos judiciais. Foram disso exemplo João Eanes, clérigo de missa e ecónomo (1491-1495), que emprazou bens da colegiada sozinho e sem ser referido como procurador de algum raçoeiro (1493)<sup>549</sup>, João Álvares, raçoeiro (1498-1510), e Pedro Luís, clérigo de missa e ecónomo (1502-1503), que aparecem na documentação a autorizar a redacção de emprazamentos dos bens da colegiada (1503)<sup>550</sup> e Rodrigo Afonso, ecónomo (1485-1490), que foi mandado citar Antão Vasques, por ordem dos visitantes, para recuperar um cálice furtado à colegiada (1489)<sup>551</sup>. A ocupação destas funções pelos ecónomos parece resultar, tal como as suas nomeações, do crescimento das práticas absentistas dos raçoeiros.

Pelo cumprimento das suas funções, os ecónomos receberiam em São Lourenço, tal com em outras colegiadas<sup>552</sup>, uma parte da ração dos raçoeiros que serviam, sendo essa quantia paga pelo prioste depois de os ecónomos lhe mostrarem as suas cartas de economia<sup>553</sup>.

---

<sup>542</sup> Leia-se a nota 534.

<sup>543</sup> Cfr. TT, *CSLL*, m. 9, n.º 163 (1351); m. 2, n.º 32 (1360); m. 6, n.º 107 a 109 (1468, 1447, 1396); m. 1, n.º 2 e 17 (1479, 1400); m. 7, n.º 128 (1436); m. 4, n.º 71 (1462);

<sup>544</sup> Sobre os tesoureiros e os anos em que serviram na colegiada consulte-se a lista 6 em anexo.

<sup>545</sup> Nessa qualidade são nomeados em documentos da colegiada de 1493 e de 1513. Cfr. TT, *CSLL*, m. 3, n.º 52; m. 1, n.º 16.

<sup>546</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 31, 38, 52 (1498, 1506, 1513)

<sup>547</sup> Joaquim Bastos SERRA, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama...*, p. 29; Ana Maria S. A. RODRIGUES, “As Colegiadas de Torres Vedras...”, p. 397.

<sup>548</sup> Leia-se a nota anterior.

<sup>549</sup> Cfr. TT, *CSLL*, m. 1, n.º 16.

<sup>550</sup> Cfr. *Ib.*, n.º 20.

<sup>551</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 15v.

<sup>552</sup> Joaquim Bastos SERRA, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama...*, p. 29; Ana Maria S. A. RODRIGUES, “As Colegiadas de Torres Vedras...”, p. 397.

<sup>553</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 38.

A presença de ecónomos em São Lourenço iniciou-se e cresceu consideravelmente no final do século XV<sup>554</sup>, em resultado do elevado absentismo dos raçoeiros, e também do apoio às suas nomeações por parte dos oficiais episcopais<sup>555</sup>. Nas primeiras décadas de Quinhentos, no entanto, a sua presença na colegiada torna-se cada vez mais reduzida<sup>556</sup>, uma vez que o absentismo dos raçoeiros diminuiu drasticamente nesse período.

Os ecónomos serviam normalmente apenas um raçoeiro, mas alguns conseguiram ligar-se simultaneamente, a dois. Foi o caso de Pedro Domingues que serviu ao mesmo tempo João Vasques (1489-1492) e João Álvares, o Moço (1483-1494) entre 1491 e 1492<sup>557</sup>, assim como o de João Eanes que serviu simultaneamente João Álvares, o Moço (1483-1494) e o mestre-escola (1494-1506) em 1494<sup>558</sup>. A maioria dos ecónomos esteve pouco tempo presente na colegiada, uma vez que serviram geralmente os seus raçoeiros durante apenas um ou dois anos<sup>559</sup>. Alguns ecónomos, no entanto, conseguiram estar vários anos a servir os raçoeiros da colegiada, mas para isso tiveram de oscilar entre o serviço de vários raçoeiros. Um bom exemplo dessa estratégia foi o caso de Rodrigo Afonso que serviu Diogo Gonçalves (1474-1487) em 1485<sup>560</sup> e 1487<sup>561</sup>, João Vasques (1488-1492) em 1488<sup>562</sup> e João Álvares, o Moço, (1483-1494) em 1489<sup>563</sup> e 1490<sup>564</sup>, bem como o de João Eanes que serviu Estêvão Martins (1491-1492) em 1491<sup>565</sup> e 1492<sup>566</sup>, João Álvares, o Moço (1483-1494) e o mestre-escola (1494-1506) em 1494<sup>567</sup> e Pedro Aires (1494-1496) em 1495<sup>568</sup> e 1496<sup>569</sup>. Outro bom exemplo foi o caso de André Rodrigues que serviu João Álvares (1498-1510) em 1510<sup>570</sup>, Rui Lopes (1507-1513) em 1512<sup>571</sup> e 1513<sup>572</sup> e Domingos Jorge (1514-1515) em 1514<sup>573</sup> e 1515<sup>574</sup>. No entanto, a partir de 1500 as referências esses ecónomos decaíram drasticamente.

---

<sup>554</sup> Os ecónomos aparecem em São Miguel de Torres Vedras no início do século XV e apenas no final do século se estendem a todas as colegiadas da vila. Ana Maria S. A. RODRIGUES, “As Colegiadas de Torres Vedras...”, p. 396; Em Santo Estêvão de Alfama, os ecónomos só aparecem a partir do final do século XV. Joaquim Bastos SERRA, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama...*, p. Sobre a presença dos ecónomos nas visitas consultase o quadro 4 em anexo.

<sup>555</sup> Sobre esses assuntos leia-se o que escrevemos sobre os raçoeiros na página 55.

<sup>556</sup> Sobre a presença dos ecónomos nas visitas consultase o quadro 4 em anexo.

<sup>557</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 19, 21.

<sup>558</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 22.

<sup>559</sup> Sobre isso consultase a lista 7 em anexo.

<sup>560</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 6.

<sup>561</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 10-10v.

<sup>562</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 13.

<sup>563</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 15-16.

<sup>564</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 17-17v.

<sup>565</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 19.

<sup>566</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 21.

<sup>567</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 22.

<sup>568</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 24.

<sup>569</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 29.

<sup>570</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 46.

<sup>571</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 49.

<sup>572</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 52.

<sup>573</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 54.

<sup>574</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 56.

De facto, a ausência de ecónomos permanentes e a sua grande rotatividade poderia resultar da incapacidade financeira da maioria dos raçoeiros em manterem um ecónomo permanentemente nas suas rações, situação que tenderia a agravar-se a partir de 1500, devido à maioria dos raçoeiros não ocuparem outros cargos mais rentáveis fora da colegiada.

O processo de recrutamento, as origens geográficas e as solidariedades sociais dos ecónomos, devido à insuficiência da documentação, tornam-se quase impossíveis de apurar uma vez que esta apenas nos permite conhecer os seus nomes e o seu período de serviço<sup>575</sup>. Apesar disso, atendendo à dimensão da colegiada e ao poder dos raçoeiros na nomeação dos ecónomos, não seria equivocado considerar a hipótese dos ecónomos serem recrutados na diocese de Lisboa e entre as redes clientelares dos raçoeiros.

A formação cultural dos ecónomos revelou-se difícil de avaliar, sendo apenas possível identificar três ecónomos com o bacharelato<sup>576</sup>, possivelmente adquirido na Universidade de Lisboa-Coimbra.

### 3.4. Outros cargos

A organização da igreja de São Lourenço contava ainda com outros cargos que a documentação compulsada não permitiu conhecer, a saber: o apontador, o escrivão e o recebedor da fábrica.

Em 1491, os visitantes ordenaram ao cabido que elegeisse, de acordo com o estipulado na constituição sinodal, um apontador cuja função seria registar por escrito o nome dos raçoeiros que faltavam ao serviço litúrgico na colegiada e não se faziam representar por ecónomos<sup>577</sup>. Cinco anos mais tarde, em 1496, os enviados diocesanos mandaram o apontador tomar nota, para além das ausências dos beneficiados e dos ecónomos, das do prior<sup>578</sup>. Em 1512, as suas funções seriam novamente alargadas, devendo o apontador redigir um rol dos clérigos que provocassem distúrbios na igreja e entregá-lo ao solicitador a fim de ser estabelecida a respectiva sanção punitiva<sup>579</sup>. Todavia, a troca de insultos entre os raçoeiros e entre estes e o prior continuaram durante<sup>580</sup> e para além do período em estudo<sup>581</sup>, mas a documentação compulsada não esclarece os motivos desses conflitos.

---

<sup>575</sup> Sobre isso consulte-se a lista 7 em anexo.

<sup>576</sup> Pedro Domingues (1491-1492) aparece como bacharel em 1491, Brás Lourenço (1497-1498) aparece como bacharel em 1498 e Rui Lopes (1514-1515) aparece como bacharel em 1514. Cfr. TT, CSLL, LV, fl. 21, 31, 54.

<sup>577</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 19v.

<sup>578</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 29.

<sup>579</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 50.

<sup>580</sup> Em 1513, André Esteves e Agostinho Fernandes «trocaram ofensas e tomaram-se um com o outro». Cfr. *Ib.*, fl. 52v.

<sup>581</sup> Os conflitos entre os beneficiados parecem manter-se para além do período em estudo, como evidência o desrespeito dos raçoeiros pelo prior referido no texto da visitação de 1516. Cfr. *Ib.*, fl. 58.

Além do apontador, os enviados episcopais ordenaram também ao prior e aos raçoeiros que elessem anualmente o escrivão e o recebedor da fábrica, no dia da eleição do prioste (1512)<sup>582</sup>. De acordo com as determinações dos visitantes, o recebedor tinha a responsabilidade de receber as quantias pagas pelos defuntos para serem sepultados na igreja, para as suas sepulturas serem ladrilhadas e ainda para a igreja assegurar a manutenção das sepulturas<sup>583</sup>.

Ao escrivão cabia simplesmente a tarefa de redigir um livro com os réditos cobrados e as despesas com a manutenção das sepulturas, o qual seria mostrado aos enviados episcopais durante a visitação, sob pena de excomunhão<sup>584</sup>. Os priores e os curas não poderiam tomar nenhuma decisão sobre o destino das verbas recolhidas, sendo estas aplicadas pelo escrivão e recebedor nas necessidades da igreja<sup>585</sup>.

Terminado o estudo da organização interna da colegiada e dos aspectos sociológicos dos clérigos, passemos agora ao estudo do ensino praticado na colegiada.

---

<sup>582</sup>Cfr. *Ib.*, fl. 49v.

<sup>583</sup>Cfr. *Ib.*, fl. 73v. Apesar de o texto ser da visitação de 1524, consideramos que os enviados episcopais não atribuem novas funções ao escrivão e ao recebedor da fábrica, mas sim reiteram as funções que esses oficiais já exerciam.

<sup>584</sup>Cfr. *Ib.*, fl. 73v.

<sup>585</sup>*Ib.*



### **Capítulo III: A função educativa na Colegiada**

#### **1. A função educativa na Colegiada**

No século XII, a restauração diocesana decorrente do avanço da *Reconquista* foi acompanhada pela preocupação dos poderes episcopais com a formação do seu clero. As autoridades diocesanas fundaram por isso escolas nas catedrais e conferiram ao chantre a responsabilidade de ensinar os clérigos a ler, escrever e as virtudes cristãs<sup>586</sup>, sendo para esse fim criada, nos cabidos catedralícios portugueses, a dignidade de mestre-escola, à qual foram conferidas responsabilidades no domínio do ensino e da correcção dos livros litúrgicos<sup>587</sup>.

Esse modelo, existente nos cabidos catedralícios foi seguido em diversas colegiadas<sup>588</sup>, sendo que pelo exemplo de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães sabemos que o mestre-escola tinha responsabilidades similares no ensino às crianças das primeiras letras, da gramática, do latim, do cálculo e do canto<sup>589</sup>.

Note-se, porém, que nem sempre a iniciativa de desenvolver o ensino nas colegiadas partia das instituições ou dos poderes diocesanos, mas sim de confrarias<sup>590</sup> ou dos fundadores e

---

<sup>586</sup>Francisco da Gama CAEIRO, “As Escolas Capitulares no primeiro século da Nacionalidade Portuguesa”, *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. I, 2 (1966), pp. 1-48; António Resende OLIVEIRA, “As Instituições de ensino” em Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, dirs. *Nova História de Portugal*, vol. III: *Portugal em definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado portucalense à Crise do Século XIV*, Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM, coords. Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 641-643; Isaías da Rosa PEREIRA, “A Vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos sínodos medievais portugueses”, *Lusitânia Sacra*, 10 (1978), pp. 37-74. Sobre as funções litúrgica, veja-se João da Silva PEIXOTO, “Liturgia”, em Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp.138-145.

<sup>587</sup> Sobre a dignidade de mestre-escola e as suas funções leia-se: José ANTUNES, “Ensino I. Época Medieval” em Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 113; Ana Maria S. A. RODRIGUES, “Dignidades Eclesiásticas”, p. 67; A. H. Oliveira MARQUES, *Portugal na crise...*, p. 404; António Resende OLIVEIRA, “As Instituições de ensino”, p. 643; Saul António GOMES, “A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural” em Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *História Religiosa de Portugal*, vol. I: *Formação e Limites da Cristandade*, Ana Maria C. M. JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES, coords. Rio de Mouro, Círculo dos Leitores, 2000, p. 407

<sup>588</sup> Encontramos mestre-escola nas seguintes colegiadas: Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, Santa Maria de Barcelos, Santa Maria da Alcáçova de Santarém, Nossa Senhora de Ourém, Santo Estêvão de Valença, São Martinho de Cedofeita, São Cristóvão de Coimbra e Santiago de Óbidos. Armindo de SOUSA, “1325-1480” em José MATTOSO, dir. *História de Portugal*, vol. II: *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, José MATTOSO, coord. Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 538; Maria de Fátima BOTÃO, *Poder e Influência...*, pp.112-116; Manuela Santos SILVA, “Igrejas-Colegiadas na Idade Média: uma linha de investigação a ser (pros)seguida” em Maria do Rosário Themudo BARATA e Luís KRUS, dirs. *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, p. 588.

<sup>589</sup> António Alberto Banha de ANDRADE, “Colegiadas – sua função, em especial a do ensino” em *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua colegiada*, vol. V, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1982, pp. 14-15.

<sup>590</sup> O exemplo melhor documentado foi a confraria dos «Moozinhos» (entenda-se Mocinhos) que manteve uma escola a funcionar na colegiada de São Salvador de Coimbra para ensinar os meninos do coro. A escola foi, no entanto, extinta na visitação de 1353. Saul António GOMES, “A religião dos clérigos...”, p. 407. Sobre outras confrarias existentes nesse mesmo espaço, veja-se Abílio QUEIRÓS, “«Estatutos» da confraria dos bacharéis da Sé de Coimbra”, *Boletim do arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. XIX-XX (1999-2000), pp. 75- 92.

administradores de capelas<sup>591</sup>. De facto, São Lourenço constitui um exemplo paradigmático das colegiadas deste último grupo, uma vez que a promoção do ensino na colegiada resultou da estratégia do grupo familiar ligado à capela de Mestre Pedro. Tal situação justificou a própria existência deste capítulo onde procuramos expor essa estratégia de fomento do ensino na colegiada e nas suas capelas, bem como analisar as características sociais dos beneficiados dessa formação.

## 2. A estratégia educativa

De acordo com a documentação compulsada, a Colegiada de São Lourenço, ao contrário de vários outros cabidos<sup>592</sup>, nunca possuiu um mestre-escola, possivelmente por a estratégia posta em marcha por Mestre Pedro e os seus sucessores tornar desnecessária a presença dessa dignidade. Assim, a promoção do ensino deveu-se a uma estratégia do grupo familiar dos Nogueira em torno do morgadio de Mestre Pedro e dos sucessores, a que a colegiada foi intrinsecamente associada por Miguel Vivas. No decorrer dessa estratégia, destacam-se os contributos de quatro indivíduos dessa família: Mestre Pedro, Lourenço Peres Sênior, Miguel Vivas e Mestre João das Leis<sup>593</sup>.

No final do século XIII, a fundação em 1288-1290 de uma universidade em Lisboa motivou alguns indivíduos a criarem outras instituições de ensino na cidade<sup>594</sup>. Tal foi o caso de Mestre Pedro, físico de D. Dinis, cónego nas sés do Porto e da Guarda e reitor de Santiago de Óbidos que fundou na igreja de São Lourenço uma capela dedicada a Santa Ana (1298), cujas funções incidiam, primeiramente, na preservação da sua memória e na protecção da sua alma e, num segundo momento, na formação escolar<sup>595</sup>. A capela de Santa Ana apresentava uma posição singular no contexto das outras instituições de ensino entretanto fundadas, uma vez que a capela, ao contrário das suas homólogas, apenas poderia receber como estudantes membros da família do instituidor e deveria fornecer aos alunos apenas uma formação elementar<sup>596</sup>.

Mestre Pedro determinava ainda que o administrador da capela devia escolher três meninos com sete anos pertencentes à família do instituidor, a fim de serem instruídos pelo capelão<sup>597</sup>. Este deveria ter boa conduta moral, saber ler e cantar bem o ofício divino<sup>598</sup> e, se possível, pertencer à família do instituidor<sup>599</sup>, o que demonstrava novamente a intenção de

---

<sup>591</sup> O exemplo melhor documentado foi a fundação do Colégio de São Paulo, São Clemente e Santo Elói por D. Domingos Eanes Jardo em 1291. *Ib.*, p. 412; Mário FARELO, “La vocation scolaire...”, p. 10.

<sup>592</sup> Leia-se a nota 588.

<sup>593</sup> Sobre os vários membros da família patronal consulte-se os esquemas genealógicos em anexo.

<sup>594</sup> Mário FARELO, “La vocation scolaire...”, p. 12.

<sup>595</sup> *Ib.*

<sup>596</sup> *Ib.*, p. 17.

<sup>597</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 74 v-75 (1296).

<sup>598</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 73.

<sup>599</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 74.

Mestre Pedro em privilegiar os seus familiares. Cabia ao capelão, pela quantia de cinco libras, a instrução dos alunos no saltério, no canto, nos costumes e na ciência, ou seja, fornecer aos alunos um ensino elementar que os dotaria das competências que os clérigos deviam dominar.

Mestre Pedro não teceu nenhuma determinação sobre os meios utilizados na aprendizagem. As sucessivas reconstruções e remodelações que a igreja sofreu<sup>600</sup> não nos permitem saber se existiam letras ou alfabetos pintados nas capelas para ensinar as letras aos estudantes como acontecia em instituições semelhantes francesas na mesma cronologia<sup>601</sup>, sendo apenas possível confirmar o uso do saltério para essa finalidade. Ensinado o saltério e o canto, o administrador deveria pagar cinco libras a um bacharel para instruir os alunos em gramática<sup>602</sup>.

Os meninos seriam instruídos durante oito anos e as suas despesas seriam suportadas pelo administrador, devendo este escolher novos alunos quando esse período terminasse<sup>603</sup>. Por essa altura, os alunos que tinham concluído os estudos na capela teriam aproximadamente 15 anos, idade que lhes permitia, juntamente com a formação adquirida, ingressar na universidade<sup>604</sup>.

A ausência de apoios à formação universitária dos alunos, o que impedia a continuidade da sua educação, foi percepcionada e viria a ser colmatada, paulatinamente, pelos seus sucessores.

Em 1321, Lourenço Peres Sênior, irmão de Mestre Pedro<sup>605</sup>, legava em testamento todo o seu património à capela de Santa Ana<sup>606</sup> e assim fomentava o alargamento das funções educativas da instituição. Com efeito, este testador determinava que o administrador devia acolher mais um moço na capela, de acordo com os requisitos e condições estipulados pelo irmão<sup>607</sup>. Não obstante, o carácter inovador da doação residia no facto do testador determinar que o administrador deveria enviar os quatros estudantes para a universidade, uma vez terminada a formação de oito anos na capela<sup>608</sup>. Se porém, algum dos alunos não quisesse frequentar o Estudo Geral, o administrador deveria escolher, aconselhando-se com o prior de São Lourenço, um outro membro da linhagem de Mestre Pedro ou, caso não existisse nenhum, um indivíduo que reunisse as seguintes condições: filiação legítima, falta de recursos

---

<sup>600</sup> Sobre as várias obras de reconstrução e remodelação de São Lourenço veja-se: Teresa de Campos COELHO, “Trabalhos de recuperação...”, pp. 38-41.

<sup>601</sup> Danièle ALEXANDRE-BIDON e Marie-Thérèse LORCIN, *Système Educatif et Cultures dans L'Occident Médiéval*, Paris, Ophrys, 1988, p. 66.

<sup>602</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 74 v-75 (1296).

<sup>603</sup> *Ib.*

<sup>604</sup> Mário FARELO, “La vocation scolaire...”, p. 17.

<sup>605</sup> Sobre Lourenço Peres Sênior leia-se o que escrevemos sobre ele no último capítulo e Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, pp. 146-147.

<sup>606</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 5, n.º 30, fl. 2v.

<sup>607</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 2v-3.

<sup>608</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 3.

económicos, naturalidade obrigatória de Lisboa, Mafra e arredores e que expressasse vontade de ingressar no mundo académico<sup>609</sup>.

Estipulava ainda que os estudantes deviam receber as suas bolsas anualmente, no dia de São Miguel de Setembro, data próxima do início do ano académico<sup>610</sup>, o que parece demonstrar a vontade de Lourenço Peres Sénior em assegurar que os alunos contassem com o apoio financeiro da capela antes do início do ano lectivo. Os estudantes de teologia, direito e física receberiam 50 libras cada um, enquanto os alunos das restantes ciências apenas teriam direito a 25 libras<sup>611</sup>. Deste modo, Lourenço Peres valorizava mais, como era próprio do seu tempo<sup>612</sup>, a teologia, o direito e a física do que as artes, uma vez que as primeiras matérias asseguravam a integração dos estudantes na corte e abriam as portas ao episcopado, sobretudo nos casos dos de teologia e direito. Por fim, Lourenço Peres Sénior atribuía ao prior de São Lourenço o encargo de gerir as requisições dos livros pertencentes à capela feitas pelos estudantes e de receber destes, as cauções estipuladas<sup>613</sup>.

No ano de 1332, Miguel Vivas, primo dos anteriores e testamenteiro de Lourenço Peres Sénior, ligou intimamente a colegiada à estratégia dos Nogueira na promoção do ensino na instituição, ao reorganizar a distribuição das rendas de São Lourenço<sup>614</sup>. O novo ordenamento dividiu os rendimentos em doze porções, quatro para o prior e outras quatro, para os quatro raçoeiros. As restantes quatro seriam destinadas à manutenção, durante oito anos, de estudantes de teologia, direito, medicina ou de outra área para a qual mostrassem apetência, sendo os estudantes beneficiados escolhidos pelo prior com o consentimento do administrador do morgado de Mestre Pedro<sup>615</sup>. Miguel Vivas não determinou que apenas os descendentes de Mestre Pedro poderiam ser nomeados para esses préstimos, mas o papel que destinou ao administrador da capela no processo de nomeação permitia que este, teoricamente pudesse favorecer a nomeação dos seus familiares para esses préstimos.

Na década de quarenta do século XIV, Mestre João das Leis, filho ilegítimo de Lourenço Peres Sénior<sup>616</sup>, sucedeu na administração do morgado de Mestre Pedro a Filipe Lourenço, arcediogo de Viseu e filho de Lourenço Peres Sénior<sup>617</sup>, o qual veio reforçar, à semelhança dos seus predecessores, a vocação pedagógica da capela. Para esse efeito em 1349,

---

<sup>609</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>610</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 3-3v.

<sup>611</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>612</sup> A. H. Oliveira MARQUES, *Portugal na crise...*, p. 415.

<sup>613</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 30, fl. 3v (1321).

<sup>614</sup> Sobre esse assunto leia-se o que escrevemos anteriormente no segundo capítulo.

<sup>615</sup> António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, p. 63-64, n.º 105; “Fructos da igreja de S. Lourenço (Lisboa)”, pp. 111-112.

<sup>616</sup> Sobre Mestre João das Leis leia-se o que escrevemos sobre ele no último capítulo e Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, p. 151. Consulte-se para todos os membros da família os esquemas genealógicos em anexo.

<sup>617</sup> Mestre João das Leis recebe a administração do morgado entre 1348 e 1349. *Ib.*, pp. 150, 163; Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 35.

doou vários bens à capela para manter mais dois estudantes durante oito anos no Estudo Geral, especificando que um seria da sua família e outro, da de Maria Afonso, sua mulher<sup>618</sup>.

A nomeação de membros de outras famílias para os préstimos constitui uma novidade introduzida por este legista, mas Luís de Brito asseverava, em 1499, que a doação tinha caído no esquecimento e que esses alunos nunca tinham sido nomeados<sup>619</sup>. Em 1383, Mestre João das Leis doou ainda 2000 libras de ouro à capela para a compra de bens de raiz localizados em Lisboa e no seu termo<sup>620</sup>. Os réditos desses bens destinavam-se à manutenção dos oito estudantes e dos oito pobres da capela, justificando-se a doação com o objectivo de melhor perpetuar a sua memória e serviço de Deus, o que considerava mais valioso do que a distribuição de esmolas aos pobres ou a outras obras pias<sup>621</sup>.

Ainda no mesmo ano, o legista testou ao administrador da capela de Mestre Pedro vários livros, escrituras de empréstimos de livros<sup>622</sup> e o pagamento de certas quantias a estudantes<sup>623</sup>, solicitando aos seus herdeiros que entregassem à capela as 700 libras doadas por Mestre João Afonso Coelhinho, seu sobrinho, e que Mestre João das Leis tinha gasto<sup>624</sup>. A quantia deveria ser entregue a Pedro Esteves do Hospital e a Fernão Gonçalves, para serem adquiridas, mediante conselho de Afonso Eanes, mais propriedades para a capela de Mestre Pedro<sup>625</sup>.

Para além disso, Mestre João fundou com a sua terça um outro morgadio em São Lourenço e encarregou ainda o seu administrador de assegurar a manutenção, durante oito anos, de três pobres ligados à sua família ou à de Constança Afonso, sua mulher<sup>626</sup>. Os pobres deveriam aprender a ler e, seguidamente, a gramática, a lógica e, se fosse possível, outra ciência, ou seja, uma formação elementar<sup>627</sup>. Por fim, Mestre João testou ao seu morgadio vários livros, proibindo a sua venda ou troca e que destinava à aprendizagem dos filhos e netos<sup>628</sup>. O empréstimo desses livros foi posteriormente alvo de cuidadosa regulamentação<sup>629</sup>.

Além desses incentivos, a estratégia educativa dos Nogueira contou com contributos menores de outros membros da família durante o século XIV. Em 1325, Lourenço Peres Júnior, filho de Lourenço Peres Sénior e de Joana Filipe<sup>630</sup>, deixou em testamento os seus

---

<sup>618</sup> Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, p. 165; TT, *VVNC*, cx. 7, n.º 1, fl. 155-155v.

<sup>619</sup> *Chartularium Universitatis Portugalensis*, ed. de Artur Moreira de Sá, vol. IX: 1491-1500, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986, pp. 408-412, n.º 3844.

<sup>620</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 5, n.º 42.

<sup>621</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>622</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 57 (1383).

<sup>623</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 60v.

<sup>624</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 59v.

<sup>625</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 59v.

<sup>626</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 53v.

<sup>627</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 53v.

<sup>628</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 57.

<sup>629</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 57. Sobre esse assunto leia-se o subcapítulo dedicado aos livros.

<sup>630</sup> Sobre Lourenço Peres Júnior leia-se o que escrevemos sobre ele no último capítulo e Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, p. 147.

livros à capela de Mestre Pedro para os seus irmãos aprenderem por eles<sup>631</sup>. Em 1366, Mestre João Afonso Coelho doou à capela de Mestre Pedro, tal como mencionamos anteriormente, os seus livros e a quantia de 700 libras<sup>632</sup>. Por seu lado, Mestre Afonso Dinis, bispo de Évora, fundou em 1352 uma capela em São Lourenço<sup>633</sup>, legando-lhe a sua biblioteca. A mesma capela recebeu mais tarde, depois de 1391, os livros de Gonçalo Miguéis, ouvidor e sobrinho do bispo<sup>634</sup>.

Resumindo, às primeiras iniciativas de Mestre Pedro para assegurar a formação inicial dos seus sucessores, somaram-se assim as sinergias da sua parentela para alargar o ensino elementar ministrado aos descendentes de Mestre Pedro, bem como para facilitar o seu acesso a uma formação universitária. Depois da morte de Mestre João das Leis, os préstimos por este estabelecidos, assim como por Mestre Pedro, Lourenço Peres e Miguel Vivas permitiam garantir teoricamente a formação elementar de sete alunos e a universitária de dez. Estes totais eram superiores aos que se conhecem para outras fundações pias semelhantes estabelecidas quer no século XIV<sup>635</sup> quer no século XV<sup>636</sup>.

A elucidação da situação vivida a partir dos finais do século XIV torna-se difícil ou mesmo impossível, uma vez que não são conhecidos os textos dos testamentos de membros da família patronal, excepto no caso de Rui Nogueira<sup>637</sup>, e também porque as cartas de apresentação, escassas e com assimetrias cronológicas, tornam difícil qualquer análise diacrónica, limitando-se a conceder-nos visões parciais das estratégias educativas dos últimos Nogueira e dos Brito.

De acordo com a documentação compulsada, a partir dos finais do século XIV, os administradores do morgado de Mestre Pedro não apresentaram nenhum aluno para os préstimos da colegiada destinados aos estudantes. Não foi possível determinar uma explicação

---

<sup>631</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º19.

<sup>632</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 59v (1383). TT, VVNC, cx. 1, n.º 97v (1366).

<sup>633</sup> Sobre Mestre Afonso Dinis leia-se o que escrevemos sobre ele no último capítulo e Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, pp. 163, 164; António Domingues de Sousa COSTA, “Mestre Afonso Dinis, médico e secretário de D. Afonso IV, Professor na Universidade de Paris”, *Itinerarium*, vol. III, 15 (Março-Junho 1957), pp. 370-417 e 16-17 (Julho-Agosto 1957), pp. 510-607.

<sup>634</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 4, n.º12.

<sup>635</sup> Entre as várias instituições, tome-se por exemplo o caso bem documentado do Colégio de São Paulo, São Clemente e Santo Elói fundado na freguesia de São Bartolomeu de Lisboa por D. Domingos Eanes em Jardo em 1291. Esse colégio devia sustentar seis escolares pobres que deveriam dedicar-se ao estudo do Direito Civil e Canónico, da Teologia, da Gramática, da Lógica, da Física ou da Medicina. No século XV, em 1440, a administração do colégio foi entregue aos Lóios. Saul António GOMES, “A religião dos clérigos...”, p. 412.

<sup>636</sup> Entre as várias instituições, consideremos o caso do colégio fundado em 1447 por Diogo Afonso Mangancha. O colégio dispunha uma biblioteca composta sobretudo por livros de Direito para dez clérigos pobres, mas em 1459 o colégio já se encontrava extinto e as suas rendas foram destinadas à Universidade. *Ib.*, p. 412; António Domingues Sousa COSTA, “Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XIV” em *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média, Actas das 1as Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I Lisboa, Instituto da Alta Cultura, 1973, p. 263.

<sup>637</sup> TT, VVNC, TT, VVNC, cx. 5, n.º 44 (1429).

para essa ocorrência, mas consideramos curioso que tal tenha ocorrido num momento em que os priores e os raçoeiros não frequentaram a universidade, com a excepção de João Alvares, o Moço, raçoeiro entre 1483-1494<sup>638</sup>.

Alguns indícios sugerem, no entanto, que as responsabilidades das capelas relacionadas com o estudo se mantiveram durante a centúria de Quatrocentos. Assim, estas não se encontravam no rol de encargos das capelas que os irmãos Rui, Gomes e Afonso Nogueira pediram a Martinho V para abolir em 1426<sup>639</sup>. De igual modo, sabemos pelo testamento de Rui Nogueira de 1429 que o testador determinava que os seus testamenteiros deveriam redigir, com base nos testamentos dos membros da família e nos inventários das capelas, um inventário dos livros pertencentes aos morgadios que administrou, enumerando desde logo alguns dos indivíduos que nessa altura conservavam livros emprestados dessas bibliotecas<sup>640</sup>.

Alguns anos mais tarde, em 1461, D. Afonso Nogueira é mencionado numa súplica dirigida ao Papa, na qual se comprometia a assegurar a realização das funções litúrgicas e a manutenção dos pobres e estudantes das capelas de São Lourenço<sup>641</sup>. Através desse texto também ficamos a saber que não tinha cumprido correctamente esses encargos no passado. Exceptuando o caso de uma apresentação<sup>642</sup> de um estudante para um préstimo da capela de Mestre Pedro por Mem de Brito<sup>643</sup>, herdeiro de D. Afonso Nogueira, apenas voltamos a encontrar informações sobre a estratégia educativa da família no tempo de Luís de Brito ou seja, a partir do ano de 1497.

Com efeito, Luís de Brito seguiu uma estratégia mais vasta para diminuir ou eliminar as responsabilidades das capelas que administrava<sup>644</sup>, na qual procurou, através de diversas acções, eliminar as funções educativas da capela de Mestre Pedro. Assim, em 1497, comunicou ao papa Alexandre VI todas as disposições pias estabelecidas por Mestre Pedro, Lourenço Peres Sénior, Maria Afonso e Rui Nogueira no morgado e na capela de Santa Ana, salientando que vários bens se encontravam delapidados devido às guerras, à peste e à alienação de bens durante a administração de D. Afonso Nogueira, arcebispo de Lisboa<sup>645</sup>. Por esses motivos a reparação dos imóveis excedia a tença<sup>646</sup> de Luís de Brito, impossibilitava-o de usufruir dos rendimentos do morgado e dificultava-lhe, simultaneamente, o pagamento das despesas

<sup>638</sup> TT, VVNC, TT, CSLL, m. 3, n.º 52 (1483).

<sup>639</sup> António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. IV, pp. 131-132, n.º 999. Sobre Rui Nogueira, Afonso Nogueira e Gomes Nogueira leia-se as páginas que lhes dedicamos no último capítulo.

<sup>640</sup> TT, VVNC, cx. 5, n.º 44. Sobre bibliotecas medievais, veja-se a síntese de Ana Maria Leitão BANDEIRA, “Bibliotecas eclesiásticas” em Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 214-217.

<sup>641</sup> António Domingues Sousa COSTA, “Hospitais e albergarias...”, p. 264.

<sup>642</sup> TT, VVNC, TT, CSLL, m. 3, n.º 52 (1483).

<sup>643</sup> Sobre Mem de Brito consulte-se as páginas que lhe dedicamos no último capítulo.

<sup>644</sup> Sobre Luís de Brito e a sua estratégia para reduzir as responsabilidades das capelas leia-se as páginas que lhe dedicamos no último capítulo.

<sup>645</sup> *Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. IX, pp. 282-285, n.º 3714.

<sup>646</sup> O fidalgo recebia 600 ducados pelo serviço militar prestado ao monarca. *Ib.*

inerentes à sua condição nobre. Mais acrescentava o fidalgo, que a dificuldade em encontrar pobres e clérigos para ocuparem os préstimos da capela de Mestre Pedro era devida à peste que grassava há vários em Portugal. Deste modo, Luís de Brito pediu ao Papa para ser autorizado a não executar algumas responsabilidades da capela de Mestre Pedro, entre as quais figurava a função escolar<sup>647</sup>.

Dois anos mais tarde, em 1499, Alexandre VI recebeu cartas de João de Deus, prior da colegiada de Ourém e de Álvaro Eanes, tesoureiro de Santa Maria de Santarém, a comprovarem o que fora avançado por Luís de Brito, pelo que isentou Luís de Brito e os seus sucessores de manterem a função educativa da capela<sup>648</sup>.

No mesmo ano, Luís de Brito informava o Papa que Mestre João das Leis tinha doado alguns bens à capela de Santa Ana com o objectivo de sustentar um capelão que celebrasse diariamente uma missa por sua alma e pela dos seus mais próximos<sup>649</sup>. As propriedades destinavam-se também a manter dois estudantes durante oito anos no Estudo Geral, cabendo ao administrador suportar todas as suas despesas e nomear novos alunos quando o prazo terminasse<sup>650</sup>. Contudo, Luís de Brito afirmava que os seus antecessores não tinham cumprido tal obrigação por desconhcerem a doação, pedindo por isso ao pontífice para exonerá-lo do encargo com os estudantes, o que lhe foi concedido<sup>651</sup>.

No século XV, a ausência de doações feitas pelos Nogueira e pelos Brito para a manutenção de estudantes, associada aos esforços movidos por Luís de Brito para o desmantelamento da actividade pedagógica da capela de Mestre Pedro, revelam não apenas uma progressiva desvalorização da formação escolar, mas sobretudo uma adaptação da família a uma nova posição social entretanto adquirida. A nobilitação dos Nogueira, proporcionada pelo apoio que tinham garantido à dinastia de Avis<sup>652</sup> permitiu que os seus membros passassem a ser criados na corte a expensas da coroa, onde aprendiam a ler, a escrever, a dominar a gramática e, provavelmente, o latim, bem como a dançar e a manejar as armas<sup>653</sup>. A presença das novas gerações de Nogueiras e Britos na corte e a sua proximidade ao monarca ampliou-se devido à celebração de bons matrimónios, como o de Rui Nogueira com D. Aldonça Meneses<sup>654</sup>, e a ocupação de funções importantes e prestigiantes, como a de alcaide-

---

<sup>647</sup> *Ib.*

<sup>648</sup> *Ib.*, pp. 394-399, n.º 3838.

<sup>649</sup> *Ib.*, pp. 408-412, n.º 3844.

<sup>650</sup> *Ib.*

<sup>651</sup> *Ib.*

<sup>652</sup> Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, p. 156.

<sup>653</sup> Armindo de SOUSA, “1325-1480”, p. 539; Humberto Baquero MORENO, “Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo”, *Revista das Ciências do Homem*, Série A, 3 (1970), pp. 178, 181-182.

<sup>654</sup> *Monumenta Henricina*, edição de António Joaquim Dias DINIS, vol. III: 1421-1431, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1961, p. 152. Sobre a importância desse casamento leia-se Nuno Silva CAMPOS, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Edições Colibri - CIDEUS, 2004, p. 147.



mor de Lisboa<sup>655</sup> ou as de conselheiro<sup>656</sup> ou enviado régio<sup>657</sup>. Um bom exemplo disso foi o facto de a partir da nomeação de Afonso Nogueira para o conselho régio, todos os administradores do morgado de Mestre Pedro terem sido membros desse órgão<sup>658</sup>. Outro exemplo da proximidade ao rei foi o caso de Álvaro Nogueira que acompanhou os embaixadores de D. João I ao Concílio de Pisa (1409)<sup>659</sup>, assim como o de Rui Nogueira que acompanhou a Infanta D. Isabel à Borgonha<sup>660</sup>.

Deve ainda notar-se que nesta cronologia, a coroa passou a atribuir um número cada vez mais elevado de tenças destinadas a permitir a realização de estudos universitários por membros da corte<sup>661</sup>, cabendo aos fidalgos uma percentagem considerável<sup>662</sup>. Foi esse o caso de Rui Nogueira, filho de Afonso Nogueira<sup>663</sup>, fidalgo da casa do rei, que recebeu em 1470 uma tença anual de 5000 reais brancos<sup>664</sup>. Esta estratégia foi acompanhada, a partir dos finais de Quatrocentos, pelo crescimento das nomeações pelos monarcas de bacharéis para exercerem

---

<sup>655</sup> Afonso Eanes Nogueira ocupou as funções de alcaide-mor de Lisboa entre 1400 e 1426 e Rui Nogueira, seu filho, desempenhou-as entre 1426-1432 (Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 5; cx. 5, n.º 44; Miguel Gomes MARTINS, *A Alcaldaria e os alcaides de Lisboa durante a Idade Média: 1147-1433*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa Departamento de Bibliotecas e Arquivos Divisão de Gestão de Arquivos, 2006, p. 126; *Monumenta Henricina*, vol. III, p. 129). O *Livro de linhagens do século XVI* afirma, com base numa epígrafe funerária, que Afonso Eanes Nogueira faleceu a 15 de Março de 1416. Contudo, este continua a aparecer em documentação posterior e a sua morte apenas surge noticiada no ano de 1426. Assim, consideramos que o autor do livro de linhagens interpretou erroneamente o epíteto funerário, confundindo 1416 com 1426. Cfr. *Livro de Linhagens do século XVI*, edição de António Machado de FARIA, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1956, p. 354-55. Os respectivos abonos documentais encontram-se em Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 5, 102-102v, 138 (1426, 1420, 1419); MPV, IV, p. 131-132, n.º 999.

<sup>656</sup> Sobre isso leia-se as carreiras dos administradores do morgadio de Mestre Pedro que descrevemos no último capítulo.

<sup>657</sup> Rita Costa GOMES, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, p. 135; Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 44.

<sup>658</sup> Sobre isso leia-se as carreiras dos administradores do morgado de Mestre Pedro que retratamos no último capítulo.

<sup>659</sup> Rita Costa GOMES, *A Corte dos Reis...*, p. 135.

<sup>660</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 44.

<sup>661</sup> Vd. José MATTOSO, “A Universidade e a Sociedade” em *História da Universidade em Portugal*, vol. I, tomo I: (1290-1536), Coimbra, Universidade de Coimbra-Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 320. Sobre a redução de tenças para prosseguimento de estudos entre 1475-1495 e a política joanina de regulamentação da sua atribuição consulte-se: António Domingues Sousa COSTA, “Estudos superiores e universitários em Portugal no reinado de D. João II”, *Biblos*, LXIII (1987), pp. 253-334.

<sup>662</sup> Em 1475, as tenças destinadas a subsidiar os estudos académicos eram conferidas a 42 beneficiados, entre os quais 23 eram fidalgos ou cavaleiros. Ainda no período afonsino, os montantes dessas tenças atribuídos aos fidalgos totalizavam 174300 reais, ficando muito acima da verba atribuída aos legistas (44740), funcionários régios (21771), físicos (15800), outros estatutos profissionais (7060) e indivíduos com profissões indeterminadas (20800). Humberto Baquero MORENO, “Um aspecto da política...”, pp. 196-197.

<sup>663</sup> Não foi possível identificar quem seria este Afonso Nogueira.

<sup>664</sup> Humberto Baquero MORENO, «Um aspecto da política...», p. 205.

funções de ensino nas vilas e cidades do reino<sup>665</sup> e ainda, pelo aparecimento de escolas nos núcleos urbanos destinadas ao ensino de uma formação elementar<sup>666</sup>.

Assim, a nobilitação da linhagem, a ascensão a novas posições na corte, os elevados gastos com a manutenção dos encargos pios e a política cultural régia destinada aos cortesãos, parecem ter consciencializado os últimos Nogueira e os Brito sobre o reduzido benefício de manterem a função pedagógica da capela de Mestre Pedro. Tal opção parece não ter prejudicado os priores e raçoeiros da colegiada, uma vez que estes não frequentaram a universidade nesse período<sup>667</sup> e os préstimos da colegiada destinados a estudantes não foram eliminados.

### 3. Os Estudantes

Os préstimos da capela de Mestre Pedro<sup>668</sup> e da ordenação de Miguel Vivas<sup>669</sup> destinados aos estudantes eram outorgados pelo prior, com o consentimento do administrador da capela, revelando as cartas de apresentação<sup>670</sup> que tal decorria numa cerimónia muito semelhante à realizada na atribuição dos benefícios eclesiásticos. O prior identificava o apresentado referindo o nome dos seus pais<sup>671</sup> ou de outros parentes<sup>672</sup>, ou a sua ligação à família patronal<sup>673</sup> ou ainda, os cargos que o apresentado exercia<sup>674</sup> ou tinha exercido<sup>675</sup>. Um bom exemplo disso foi a descrição que Vicente Vasques, prior entre 1479-1493, fez de João Álvares, o Moço, raçoeiro de São Cristóvão e sobrinho de João Álvares, antigo raçoeiro de São Lourenço (1383), cónego na sé de Lisboa e prior de Santa Justa<sup>676</sup>. O prior explicava ainda os motivos da vacatura do préstimo, podendo tal situação resultar do estudante anterior ter

---

<sup>665</sup> Sobre essa temática, veja-se o arrolamento de bacharéis a ensinar nos núcleos urbanos feito por António Domingues Sousa COSTA, “Estudos superiores...”, pp. 254-255.

<sup>666</sup> A. H. de Oliveira MARQUES, «As instituições de cultura» em Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, dirs. *Nova História de Portugal*, vol. V: *Portugal. Do Renascimento à Crise Dinástica*, João José Alves DIAS, coord. Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 468.

<sup>667</sup> Sobre esse assunto leia-se o que escrevemos sobre esses cargos no segundo capítulo.

<sup>668</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 74v- 75 (1296); VVNC, cx. 1, n.º 30 e 51 (1356, 1363); cx. 5, n.º 45, fl. 13 (1400); CSLL, m. 3, n.º 52 (1483).

<sup>669</sup> António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, p. 63-64, n.º 105; “Fructos da igreja de S. Lourenço (Lisboa)”, pp. 111-112.

<sup>670</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 30 e 51 (1356, 1363); cx. 5, n.º 45, fl. 13 (1400); CSLL, m. 3, n.º 52 (1483).

<sup>671</sup> O prior afirmou que Fernão Gonçalves era filho Gonçalo Eanes de Torres Vedras. Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 51 (1363).

<sup>672</sup> Vasco Eanes referiu que Estêvão Vasquez era irmão de João Vasquez, antigo estudante beneficiado com um préstimo da coelgiada. Cfr. *Ib.*, cx. 5, n.º 45, fl. 13 (1400). O prior referiu que João Alvares, o Moço, era sobrinho de João Alvares, antigo raçoeiro de São Lourenço (1483). Cfr. TT, CSLL, m. 3, n.º 52.

<sup>673</sup> O prior afirmou que Fernão Gonçalves era membro da família dos Nogueira. Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 51 (1363). De igual modo, foi referido que Estêvão Miguéis era criado de Mestre João das Leis. Cfr. *Ib.*, n.º 30 (1356).

<sup>674</sup> O prior informou que João Alvares, o Moço, desempenhava as funções de raçoeiro em São Cristóvão. Cfr. TT, CSLL, m. 3, n.º 52 (1483)

<sup>675</sup> O prior afirmou que Fernão Gonçalves tinha sido criado na capela de Mestre Pedro, ou seja, teria usufruído um préstimo. Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 51 (1363)

<sup>676</sup> Cfr. TT, CSLL, m. 3, n.º 52 (1483).

terminado os seus estudos ou ter falecido no seu decorrer<sup>677</sup>. Por fim, o prior conferia o préstimo, com o consentimento do administrador através da colocação de um capeirote (chapéu) na cabeça do apresentado<sup>678</sup>.

A ausência de informações sobre os estudantes da capela de Mestre João das Leis apenas nos permite conhecer os alunos confirmados pelo administrador da capela de Mestre Pedro, sendo possível identificar no período em estudo nove indivíduos que usufruíram de um préstimo da capela, ou de um da colegiada ou, até mesmo, de ambos. As informações recolhidas sobre os vários estudantes permitiram-nos, seguidamente, esclarecer quem usufruiu destes préstimos, identificar as suas características sociais e conhecer as suas carreiras.

De acordo com a documentação analisada, os préstimos parecem ter servido menos alunos do que tinha sido previsto, sendo as atribuições mais numerosas durante o século XIV<sup>679</sup>, principalmente no tempo de Mestre João das Leis e mais raramente, no século XV<sup>680</sup>. A evolução do número de préstimos outorgados parece poder ser explicada, em parte, se considerarmos a estratégia de ascensão social dos seus principais beneficiados, os membros da família patronal. No século XIV, vários membros da família optaram por uma formação académica a fim de puderem ingressar no oficialato régio e, conseqüentemente, reforçar a sua presença junto do rei e da corte, o que os fazia recorrerem aos préstimos da capela ou da colegiada para subsidiarem os seus estudos<sup>681</sup>. Por oposição, os patronos de Quatrocentos já se encontravam inseridos na corte, recebendo aí a sua formação e servindo o monarca nos campos de batalha, no conselho régio e na diplomacia, o que tornava desnecessário frequentar o ensino elementar na capela ou a universidade e, conseqüentemente, a requisição dos préstimos da capela ou da colegiada<sup>682</sup>.

Por outro lado, foram conferidos mais préstimos da igreja do que da capela<sup>683</sup>, o que demonstrava que os patronos, mesmo fomentando a função educativa da capela de Mestre Pedro, preferiram financiar a formação dos estudantes através dos réditos da colegiada para, certamente, salvaguardarem os seus rendimentos. Os estudantes receberam normalmente

---

<sup>677</sup> Em 1334, Estêvão Vasquez recebeu um préstimo da colegiada devido à morte de João Vasquez, antigo estudante beneficiado com o préstimo e seu irmão. Cfr. TT, *VVNC*, cx. 5, n.º 45, fl. 13 (1400)

<sup>678</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 1, n.º 51 (1363); *CSLL*, m. 3, n.º 52 (1483)

<sup>679</sup> No século XIV, foram atribuídos préstimos da colegiada a João Vasquez (antes de 1334), Estêvão Vasquez (1334), Rui Fafes (1342), Afonso [...] de Carnide (antes de 1356), Estêvão Migueis (1356), João (antes 1363) e Fernão Gonçalves (1363). Os préstimos da capela de Mestre Pedro foram outorgados a Pedro Eanes (1349) e Fernão Gonçalves (antes de 1363). Cfr. TT, *VVNC*, cx. 1, n.º 30 e 51; cx. 5, n.º 45, fl. 13.

<sup>680</sup> Só foi possível encontrar a apresentação de João Alvares, o Moço, para um préstimo da capela de Mestre Pedro (1383). Cfr. TT, *CSLL*, m. 3, n.º 52.

<sup>681</sup> Sobre esse assunto leia-se o que escrevemos nas páginas 71-73 e os artigos de Mário Farelo sobre os Nogueira que temos vindo a citar.

<sup>682</sup> Sobre esse assunto leia-se o que escrevemos nas páginas 71-73 e as informações que avançamos no último capítulo sobre as carreiras e a ascensão social dos patronos no século XV.

<sup>683</sup> Leia-se as notas 679 e 680.

apenas um préstimo da capela ou da colegiada<sup>684</sup>, sendo Fernão Gonçalves o único caso conhecido de alguém que auferiu de um préstimo da capela (antes 1363) e de outro da colegiada (1363)<sup>685</sup>, o que demonstrava que a acumulação de préstimos era possível. Se considerarmos o facto de Fernão Gonçalves ter frequentado a Universidade de Orleães (1378-1380)<sup>686</sup>, não seria totalmente despropositado considerar a hipótese de que acumulação de préstimos seria favorecida se o estudante frequentasse universidades estrangeiras, uma vez que as despesas educativas seriam aí mais elevadas<sup>687</sup>.

Os alunos apresentados para os préstimos da capela de Mestre Pedro, seguiam os critérios de nomeação da instituição, sendo homens próximos<sup>688</sup> ou, principalmente, membros da família patronal<sup>689</sup>. De igual modo, apesar da ordenação de Miguel Vivas não restringir a concessão dos préstimos da colegiada à família patronal, estes acabariam por ser outorgados apenas a membros da família patronal<sup>690</sup> e aos seus apaniguados, revelando-se o prior incapaz de impôr os seus próprios protegidos. Foi o caso de Vasco Eanes, prior de São Lourenço, que nomeou Rui Fafes, filho de Rui Fafes e de Maria Eanes<sup>691</sup>, sem o consentimento do administrador da capela, para um préstimo da colegiada em 1342<sup>692</sup>. No mesmo ano, os patronos comunicaram essa situação ao bispo de Lisboa e este obrigou Vasco Eanes a anular a colação, tendo o prior acatado a admoestação do bispo<sup>693</sup>.

Mais se acrescenta que os alunos apresentados tinham, por vezes, ligações familiares com antigos estudantes beneficiados com préstimos ou com antigos raçoeiros da colegiada. Foi o caso de Estêvão Vasques (1334) que foi irmão de João Vasques, antigo estudante<sup>694</sup>, bem como de João Álvares, o Moço, (1483) que foi sobrinho de João Álvares, antigo raçoeiro de São Lourenço<sup>695</sup>.

Outra das características dos alunos apresentados para os préstimos da capela e da colegiada foi o facto de não exercerem, à data da apresentação, funções na colegiada<sup>696</sup>, o que demonstrava uma vez mais que os préstimos serviam mais os interesses dos patronos do que as necessidades do cabido colegial.

---

<sup>684</sup> Leia-se as notas 679 e 680.

<sup>685</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 51.

<sup>686</sup> Mário FARELO, *A oligarquia camarária...*, p. 408.

<sup>687</sup> Sobre a questão das despesas dos estudantes portugueses consulte-se: *Id.*, *La peregrinatio academica portugaise vers l'Alma mater parisienne, XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles*, dissertação de Mestrado em História, Université de Montreal, 1999.

<sup>688</sup> Estêvão Miguéis, por exemplo, foi criado de Mestre João das Leis. TT, VVNC, cx. 1, n.º 30 (1356).

<sup>689</sup> Fernão Gonçalves, por exemplo, era sobrinho de Mestre João das Leis. *Ib.*, cx. 5, n.º 42 (1363).

<sup>690</sup> Cf os casos anteriormente aludidos de Estêvão Migueis e Fernão Gonçalves (1363) receberam ambos um préstimo da colegiada. VVNC, cx. 1, n.º 30 (1356) e cx. 5, n.º 42 (1363).

<sup>691</sup> Leia-se a nota 212.

<sup>692</sup> Cf. TT, VVNC, cx. 1, n.º 26.

<sup>693</sup> Cf. *Ib.*, n.º 27.

<sup>694</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 5, n.º 45, fl. 13 (1334).

<sup>695</sup> Cfr. TT, CSLL, m. 3, n.º 52 (1400).

<sup>696</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 30 e 51 (1356, 1363); cx. 5, n.º 45, fl. 13 (1334); CSLL, m. 3, n.º 52 (1400).

A documentação compulsada não permitiu esclarecer qual a universidade que a maioria dos estudantes frequentou, mas seria possível que a maioria tivesse seguido o exemplo de Pedro Eanes (1349)<sup>697</sup> e frequentado a universidade de Lisboa-Coimbra. O único caso conhecido de um estudante a frequentar uma universidade estrangeira foi o de Fernão Gonçalves, tendo este optado, tal como outros estudantes do seu tempo<sup>698</sup>, por estudar na universidade de Orleães (1378-1380)<sup>699</sup>. De acordo com a documentação reunida, a maioria dos estudantes seguiu um percurso em Direito, sendo Fernão Gonçalves, mais uma vez, o único caso conhecido a obter a licenciatura<sup>700</sup>.

Nos casos conhecidos, a formação universitária e, certamente, também os seus vínculos à família patronal, permitiram aos estudantes o desempenho de cargos importantes nas sés e, até mesmo na própria colegiada, o que permitiu recompensar um pouco o cabido colegial pelo seu apoio financeiro aos estudantes. Foi esse o caso de Pedro Eanes que ocupou o priorado de São Lourenço (1349-1351)<sup>701</sup>, assim como o de Estêvão Miguéis que desempenhou as funções de prior em São Lourenço (1385-1416) e de vigário do bispo na Sé de Lisboa<sup>702</sup>. Não obstante, o exemplo de maior progressão social permitida pelos estudos e pela ligação aos patronos foi o caso de Fernão Gonçalves. Este foi criado na capela de Mestre Pedro e recebeu um préstimo da colegiada em 1363<sup>703</sup>. Entre 1378 e 1380, Fernão Gonçalves leccionou como bacharel em leis *de quatro volumine* na Universidade de Orleães, onde obteve a licenciatura em leis<sup>704</sup>. Em 1383, pediu ao Papa para acrescentar um canonicato prebendado na sé de Lisboa ao que usufruía na sé de Évora e ao préstimo temporal em São Lourenço<sup>705</sup>.

De regresso ao reino, desempenhou as funções de desembargador e acompanhou a rainha D. Leonor Teles na fuga para Santarém, sendo referido ainda no desempenho desse cargo em 29 de Novembro de 1386<sup>706</sup>. Segue-se uma breve passagem pelo cargo de juiz do cível de Lisboa, interrompida, como sublinhou Mário Fareló, por ter sido incumbido de uma missão diplomática à corte pontifícia e a Inglaterra entre os anos de 1388 e 1389<sup>707</sup>. Fernão Gonçalves retomou, seguidamente o lugar de desembargador e abandonou a vida religiosa

---

<sup>697</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 35.

<sup>698</sup> Sobre a preferência dos estudantes portugueses de Trezentos pelas universidades francesas leia-se: Mário FARELO, *La peregrinatio academica...*; António Resende OLIVEIRA, “As Instituições de ensino”, pp. 345-346.

<sup>699</sup> Mário FARELO, *A oligarquia camarária...*, p. 408.

<sup>700</sup> *Ib.*, p. 408.

<sup>701</sup> Sobre os priores e a duração dos seus priorados consulte-se a lista de priores em anexo.

<sup>702</sup> Leia-se a nota 295.

<sup>703</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 51. O nome do estudante oscila nesse documento entre Fernão Gonçalves e Afonso Gonçalves, mas uma súplica de 1383 ao referir esse préstimo mostra decisivamente que o aluno se chamava Fernão Gonçalves. António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. II, p. 17, n.º 95.

<sup>704</sup> Mário FARELO, *A oligarquia camarária...*, p. 408.

<sup>705</sup> António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. II, p. 17, n.º 95.

<sup>706</sup> Mário FARELO, *A oligarquia camarária...*, p. 408.

<sup>707</sup> *Ib.*, p. 408

antes de 1399 para desposar Margarida Esteves, filha e herdeira de Francisco Esteves<sup>708</sup>. As últimas informações sobre Fernão Gonçalves colocam-no a desempenhar as funções de chanceler régio entre 1407 e 1414<sup>709</sup>.

Atente-se, porém, que a documentação reunida enumera indivíduos que, mesmo sem concessão de um préstimo da capela ou da colegiada, conseguiram beneficiar das suas funções educativas. Esta situação manifestou-se através do empréstimo de livros, assunto que trataremos seguidamente.

#### 4. Os livros e a sua circulação

O desenvolvimento das responsabilidades educativas das capelas e da colegiada foi também acompanhado pela constituição de bibliotecas nessas instituições, espólios livrescos que trataremos agora separadamente.

As fontes ideais para o conhecimento das bibliotecas das capelas seriam os inventários mencionados por Rui Nogueira no seu testamento de 1429<sup>710</sup>, os quais todavia se perderam. As informações sobre os livros chegam-nos contudo, através de referências nos testamentos<sup>711</sup> e escrituras de empréstimo de livros<sup>712</sup>, razões pelas quais apenas conhecemos o título e, principalmente, as temáticas por eles tratadas. Mesmo apresentando-se como uma realidade fragmentária não deixa de nos proporcionar uma visão relativamente alargada desse universo, na medida em que podemos conhecer os responsáveis pelas doações, as capelas beneficiadas, os livros doados e a dimensão e o conteúdo de algumas das bibliotecas, bem como algumas das normas de conservação e empréstimo dos livros e os requisitantes.

De acordo com a documentação reunida, os livros foram doados às capelas no século XIV<sup>713</sup>, não sendo conhecidas doações no século XV. Os livros foram legados pelos fundadores<sup>714</sup>, pelos administradores<sup>715</sup>, e por outros membros da família<sup>716</sup>. Entre estes últimos, a maioria ostenta uma formação académica, possivelmente, apoiada pelas capelas da família, o que poderia justificar uma intencionalidade de retribuir o apoio recebido, através de

<sup>708</sup> Sobre esse casamento leia-se: *Ib.*, p. 409.

<sup>709</sup> *Ib.*, p. 408. Para mais informações sobre Fernão Gonçalves consulte-se: *Ib.*, p. 407-409; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo régio (1320-1433)*, Porto, INIC-Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 300-301.

<sup>710</sup> VVNC, cx. 5, n.º 44

<sup>711</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 51-61v, 72-76v; VVNC, cx. 4, n.º 12 (1391); cx. 5, n.º 30 e 44 (1321, 1429); cx. 1, n.º 19 (1325); cx. 7, n.º 1, fl. 23 (1352).

<sup>712</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 5, 6v, 7, 16v (1429, 1379, 1395, 1358); cx. 2, n.º 2 (1368).

<sup>713</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 51-61v, 72-76v (1383, 1296); VVNC, cx. 5, n.º 30 (1356); cx. 1, n.º 19 (1325); cx. 4, n.º 12 (1391); cx. 7, n.º 1, fl. 23 (1352).

<sup>714</sup> Mestre Pedro (1296), Mestre Afonso Dinis (1352), Mestre João das Leis (1383) e Gonçalo Miguéis. Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, pp. 163-164; Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 23 (1352), cx. 4, n.º 12 (1391); TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 56v (1383).

<sup>715</sup> Lourenço Peres Sénior (1321) e Lourenço Peres Júnior (1325) doaram os seus livros à capela de Mestre Pedro. Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 30, fl. 3v (1321); cx. 1, n.º 19 (1325).

<sup>716</sup> Miguel Vivas doou um *Corpo de leis* à capela de Mestre Pedro. Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 57 (1383).

legados que poderiam beneficiar as gerações vindouras da família. Foi esse o caso de Mestre João Afonso Coelho que doou à capela de Mestre Pedro, juntamente com somas monetárias, todos os seus livros (1366)<sup>717</sup>, bem como o de Gonçalo Migueis, bacharel em Direito Canónico, que doou à capela de D. Afonso Dinis umas *Clementinas*<sup>718</sup>, um *Archediago*<sup>719</sup> e os seus livros de *reportationes*<sup>720</sup> e um de “Ordem de *avocacia*”<sup>721</sup> (antes de 1391)<sup>722</sup>. A capela de Mestre Pedro foi a que recebeu mais doações de livros<sup>723</sup>, seguindo-se as de D. Afonso Dinis<sup>724</sup> e de Mestre João das Leis<sup>725</sup>.

A maioria dos livros doados pertencia às áreas da Teologia, da Medicina e, sobretudo, do Direito. Os livros legados e as suas temáticas reflectiam os percursos académicos e profissionais dos seus doadores. Os livros legados permitem-nos avaliar ainda os percursos académicos que os donatários consideravam mais vantajosos para os alunos. Mestre Pedro, físico do rei, doou à sua capela 12 livros de medicina<sup>726</sup>, entre os quais provavelmente figurariam o livro de astronomia e o *Canon Medicinae Avicena*<sup>727</sup> que surgem referidos no testamento de Rui Nogueira (1429)<sup>728</sup>. Os livros doados por D. Afonso Dinis, licenciado em Medicina (1331)<sup>729</sup> e mestre em Teologia (1346)<sup>730</sup>, à sua capela não são conhecidos<sup>731</sup>, mas seria provável que fossem livros de teologia e de medicina. Mestre João das Leis, licenciado

---

<sup>717</sup> Sobre Mestre João Afonso Coelho leia-se o que escrevemos sobre ele no cargo dos raçoeiros. Cfr. *Ib.*, fl. 57, 59v (1383); *VVNC.*, cx. 1, n.º 97v (1366).

<sup>718</sup> Compilação de normas canónicas feita no pontificado de Clemente V em 1317. Mário Júlio de Almeida COSTA, “O Direito (Cânon e Leis)” em *História da Universidade em Portugal*, vol. I, tomo I: (1290-1536), Coimbra, Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 279.

<sup>719</sup> Este livro poderia ser um exemplar do comentário ao *Decreto* elaborado por Guido de Blásio em 1300. <http://faculty.cua.edu/pennington/1298a-z.htm> [11 de Novembro de 2012]

<sup>720</sup> Eram os apontamentos que os alunos tiravam nas aulas de Direito. James E. BRUNDAGE, *The Medieval Origins of the Legal Profession. Canonists, Civilians and Courts*, Chicago, Chicago University Press, 2008, p. 147; *Ead.*, “The Teaching and Study of Canon Law in the Law Schools”, in *The History of Medieval Canon Law in the Classical Period, 1140-1234. From Gratian to the Decretals of Pope Gregory IX*, eds. Wilfried HARTMANN and Keneth PENNINGTON, Washington DC, The Catholic University of America Press, 2008, p. 110.

<sup>721</sup> Não foi possível identificar os livros de “Ordem de *avocacia*”, mas parecem estar ligados à área do Direito.

<sup>722</sup> Cfr. TT, *VVNC.*, cx. 4, n.º 12

<sup>723</sup> A capela de Mestre Pedro recebeu livros legados pelo seu fundador, por Lourenço Peres Sénior, por Lourenço Peres Júnior, por Miguel Vivas e ainda por Mestre João Afonso Coelho. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 57-57v, 74 v-75; *VVNC.*, cx. 5, n.º 30, fl. 3v (1325); cx. 1, n.º 19 (1325). Sobre a grandeza das doações a esta capela e às restantes leia-se o parágrafo e a página seguintes.

<sup>724</sup> A capela de D. Afonso Dinis recebeu livros do seu fundador e de Gonçalo Miguéis. Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, pp. 163-164; TT, *VVNC.*, cx. 7, n.º 1, fl. 23 (1352); cx. 4, n.º 12 (1491).

<sup>725</sup> Mestre João das Leis foi o único membro da família conhecido a doar livros à sua capela. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 56v (1383).

<sup>726</sup> *Ib.*, fl. 57v.

<sup>727</sup> Sobre esse livro consulte-se: António Domingues Sousa COSTA, “Mestre Afonso Dinis, médico e secretário de D. Afonso IV, Professor na Universidade de Paris”. *Itinerarium*. Braga. vol. III, 15 (Maio-Junho 1957) p. 381.

<sup>728</sup> Cfr. TT, *VVNC.*, cx. 5, n.º 44

<sup>729</sup> António Domingues Sousa COSTA, “Mestre Afonso Dinis...”, p. 383.

<sup>730</sup> *Ib.*, p. 401.

<sup>731</sup> Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, pp. 163-164; Cfr. TT, *VVNC.*, cx. 7, n.º 1, fl. 23 (1352).

em Direito (1346)<sup>732</sup>, legou à sua capela um vasto espólio, que adiante descreveremos. Aos exemplos anteriores soma-se o caso de Miguel Vivas que doou à capela de Mestre Pedro um corpo de leis<sup>733</sup>.

Sem a consulta dos seus inventários, de acordo com a documentação compulsada, a avaliação da dimensão das bibliotecas das capelas tornou-se difícil e, em alguns casos, mesmo impossível. A documentação existente apenas permite conhecer a extensão do espólio livresco das capelas de Mestre Pedro e de Mestre João das Leis, e mesmo assim apenas para um preciso momento cronológico, o ano de 1383, uma vez que Mestre João das Leis redigiu nesse ano o seu testamento e arrolou nele os livros dessas capelas.

Por esse documento, foi possível determinar que a biblioteca da capela de Mestre Pedro seria formada por um corpo de leis com 12 volumes, um corpo de leis incompleto, livros canónicos do cível<sup>734</sup>, umas *Clementinas*, um “bagaçote”<sup>735</sup>, doze livros de Física, alguns livros de Teologia e sermões, um breviário de couro vermelho e outros livros que ele diz estarem inventariados no livro de missa da capela<sup>736</sup>. Durante a sua administração, a capela possuía ainda uma genealogia dos fundadores e administradores da capela desde Mestre Pedro a Mestre João das Leis, que entretanto se perdeu<sup>737</sup>. Já a biblioteca da capela de Mestre João das Leis era formada pelos livros de Direito que o legista possuísse à hora da morte, o que, segundo esse mesmo documento, incluía um corpo de leis inteiro, umas *Decretais*<sup>738</sup>, um *Sexto*<sup>739</sup>, umas *Clementinas*, umas *Joaninas*<sup>740</sup>, bem como um *Decreto*<sup>741</sup> e 25 ou 26 livros de Poesia, Física e Teologia que tinham sido de Mestre Afonso, físico da Rainha, e que Mestre João comprara por 140 libras<sup>742</sup>. Os principais morgados da linhagem somavam, assim, um espólio livresco formado por mais de 70 volumes, número muito considerável para a época<sup>743</sup>. As informações do testamento de Mestre João das Leis permitem igualmente salientar mais uma vez a posição maioritária que os livros de Teologia, de Medicina e de Direito ocupavam nas bibliotecas das capelas.

---

<sup>732</sup> *Ib.*, p. 152.

<sup>733</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 57.

<sup>734</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>735</sup> Não foi possível identificar esta obra.

<sup>736</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 57 (1383).

<sup>737</sup> Esta estava redigida no livro do tomo das propriedades doadas por Mestre Pedro e Lourenço Peres Sénior à capela. Cfr. TT, VVNC, cx. 7, nº 1, fl. 19v (sem data).

<sup>738</sup> Livro de Direito Canónico promulgado por Gregório IX em 1234. *Ib.*, p. 278.

<sup>739</sup> Compilação de normas canónicas feita no pontificado de Bonifácio VIII em 1298. *Ib.*, p. 279.

<sup>740</sup> Leis Extravagantes de João XXII. *Ib.*, p. 279.

<sup>741</sup> Livro de Direito Canónico redigido por Graciano, monge e professor em Bolonha, por volta de 1140. Mário Júlio de Almeida COSTA, *Ib.*, p. 278.

<sup>742</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 56v (1383).

<sup>743</sup> Por exemplo, D. Mem Peres de Oliveira, deão de Évora e bacharel de Direito Canónico, legou no seu testamento a sua livraria de mão, composta por 31 volumes, para ser consultada pelos alunos do Estudo Geral. Saul António GOMES, “A religião dos clérigos...”, p. 94.



No século XIV, os patronos redigiram vários inventários das bibliotecas das capelas<sup>744</sup>, mas a sua preocupação com a conservação dos livros torna-se mais evidente no cuidado que demonstraram na elaboração das determinações relativas ao seu empréstimo. Na década de vinte do século XIV, Lourenço Peres Sénior e Lourenço Peres Júnior, seu filho, encarregaram o prior de gerir as requisições dos livros do morgadio de Mestre Pedro<sup>745</sup>, bem como obrigaram os requisitantes a apresentar um fiador ou outra pessoa que jurasse devolver os livros<sup>746</sup>. Contudo, essa função parece ter sido sempre desempenhada pelo administrador da capela, como evidenciam as escrituras de empréstimos de livros<sup>747</sup>. Mais tarde, em 1383, Mestre João das Leis, ao contrário do seu pai e do seu irmão, preferiu responsabilizar o provedor do seu morgado pelo cumprimento dessa tarefa<sup>748</sup>. O testador proibiu a venda ou escambo dos livros da sua capela e determinou que os requisitantes apresentassem um fiador e jurassem, sobre os Sagrados Evangelhos, entregar as obras quando o administrador o solicitasse<sup>749</sup>. O zelo dos fundadores e administradores das capelas parece também ser demonstrado pelo facto dos livros não terem sido perdidos. A única excepção parece ter sido Filipe Lourenço, administrador do morgadio de Mestre Pedro (1326 – 1348), que perdeu alguns livros do corpo de leis legado por Miguel Vivas a essa capela<sup>750</sup>.

No século XV, a documentação compulsada não permitiu identificar novas normas criadas pelos administradores para regulamentar os empréstimos de livros das capelas, o que poderia resultar dos administradores considerarem dispensável a redacção de novas determinações, ou do facto de não termos acesso aos testamentos da maioria dos administradores desse período. Nessa centúria, no entanto, parece não ter existido um controlo tão eficaz dos empréstimos dos livros da capela de Mestre Pedro. Em 1429, por exemplo, Rui Nogueira mencionava no seu testamento os livros que emprestara, mas informava que não sabia quais os que emprestara a Mestre Martinho, ao prior de Santa Marinha de Lisboa, a Rui Taveira, a João de Beja, criado de Pedro Eanes, a Frei Francisco de Astronomia e a João de Guimarães<sup>751</sup>. Alguns anos mais tarde, em 1434, o rei obrigou Afonso Nogueira, administrador do morgado de Mestre Pedro, a recolher e juntar os livros que tinham ficado à morte do seu pai e entregá-los aos juízes de Lisboa<sup>752</sup>. Não foi possível, no entanto, esclarecer os motivos que levaram à intervenção da coroa, nem se os livros referidos seriam aqueles acerca dos quais Rui Nogueira desconhecia o paradeiro.

---

<sup>744</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 44 (1429).

<sup>745</sup> Cfr. *Ib.*, n.º 30, fl. 3v (1321).

<sup>746</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 1, n.º 19 (1325).

<sup>747</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 7, n.º 1, fl. 5, 6v, 7, 16v (1429, 1379, 1395, 1358); cx. 2, n.º 2 (1368).

<sup>748</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 56v-57.

<sup>749</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 57.

<sup>750</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>751</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 44 (1429).

<sup>752</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 7, n.º 1, fl. 130v.

Sobre o empréstimo de livros, apenas conhecemos a prática da capela de Mestre Pedro. O administrador e o requisitante redigiam uma escritura do empréstimo, na qual o administrador comunicava os títulos dos livros emprestados ao requisitante, avaliava o preço dos livros e obrigava o peticionário a devolver o livro quando o administrador solicitasse, sob pena de pagar o preço previsto e uma taxa de juro por cada dia de infracção<sup>753</sup>. Foi um bom exemplo disso o empréstimo que Mestre João das Leis fez de um *Decreto* a Diogo Rodrigues, escolar e raçoeiro de São Lourenço (1368), determinando na escritura que o livro valia 300 libras portuguesas e a taxa de juro seria de 20 soldos de dinheiros portugueses<sup>754</sup>. Assim, a visão dos administradores sobre os livros, mesmo considerando o valor económico destes, demonstrava uma filosofia mais assente na preocupação em facilitar o acesso à leitura do que na perspectiva do investimento, ao contrário de alguns homólogos<sup>755</sup>.

De acordo com a documentação compulsada, os livros foram emprestados sobretudo durante as administrações de Mestre João das Leis<sup>756</sup> e Rui Nogueira<sup>757</sup>, não sendo conhecidos empréstimos de livros depois da morte deste último. Não foi possível identificar a maioria dos requisitantes, mas pelos livros requisitados parece lógico inferir que seriam estudantes de Direito e Medicina, possivelmente próximos aos Nogueira<sup>758</sup>, como parece indicar o facto de que os poucos requisitantes que conseguimos identificar pertencem à família patronal<sup>759</sup> contando-se apenas um raçoeiro da colegiada<sup>760</sup>. Isto pode indicar que os patronos beneficiariam muito mais dos livros da capela do que os membros da cabido colegial. Além disso, foi ainda possível detectar o empréstimo de livros no início do século XV a figuras

<sup>753</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 7, n.º 1, fl. 5, 6v, 7, 16v (1429, 1379, 1395, 1358); cx. 2, n.º 2 (1368).

<sup>754</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 2, n.º 2 (1368).

<sup>755</sup> Cfr. D. Diogo Afonso Mangacha no colégio que fundou em Lisboa e, mais tarde, D. Fernando da Guerra na biblioteca que criou em Braga obrigavam os livros a estarem presos por correntes. Saul António GOMES, “A religião dos clérigos...”, pp. 412-413.

<sup>756</sup> Entre 1358 e 1383, Mestre João das Leis emprestou umas *Decretais* a Afonso Eanes de Mafra, um *Decreto* a Diogo Rodrigues, raçoeiro de São Lourenço, uns livros de Lógica velha a João Fernandes, umas *Decretais* a Geraldo Martins, umas *Clementinas* e um “*Bagaçoto*” a Diogo Rodrigues e um *Breviário* de couro vermelho a Fernão Gonçalves, licenciado em leis. Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 57v (1383); VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 6v e 7 (1379, 1379), cx. 2, n.º 2 (1368).

<sup>757</sup> Rui Nogueira tinha emprestado, antes de 1429, livros de Teologia e de outras temáticas a Afonso Nogueira, seu irmão, e a Lourenço Martins, dois livros de Física, um *Canon Medicinæ Avicena* e outro que o testante não se lembrava o nome a Mestre Martinho e dois livros de Astronomia a D. Beatriz de Meneses, os quais esta emprestara a D. Isabel, mulher do Infante D. João. O administrador não sabia que livros emprestou ao prior de Santa Marinha de Lisboa, a Rui Taveira, a João de Beja, criado de Pedro Eanes, a Frei Francisco de Astronomia e a João de Guimarães. Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 44 (1429). Em 1429, certamente por ordem de Rui Nogueira, D. Aldonça Meneses, sua mulher, emprestou a João de Guimarães um *Digesto Velho* e, o que pareciam ser, três livros da compilação de Inocêncio III. VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 5 (1429).

<sup>758</sup> Consulte-se as duas notas anteriores.

<sup>759</sup> Filipe Lourenço, administrador do morgadio de Mestre Pedro (1326-1348), emprestou a Mestre João das Leis um *Corpo de Leis* (Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 26v (sem data). Mestre João das Leis, por sua vez, emprestou a Fernão Gonçalves um *Breviário* antes de 1383. Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 57v (1383). Rui Nogueira emprestou livros de teologia e de outras temáticas a Afonso Nogueira. Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 44 (1429).

<sup>760</sup> Mestre João das Leis emprestou um *Decreto* a Diogo Rodrigues, raçoeiro de São Lourenço (1383). Cfr. TT, VVNC, cx. 2, n.º 2.

importantes na corte, o que demonstrava a boa integração dos patronos nesse espaço. Tal foi o caso do empréstimo feito por Rui Nogueira de dois livros de Astronomia a D. Beatriz de Meneses, os quais esta emprestou a D. Isabel, mulher do Infante D. João<sup>761</sup>. Os livros académicos foram os mais requisitados, sobretudo os de Direito e Medicina, ocupando os livros litúrgicos uma posição reduzida nos empréstimos efectuados<sup>762</sup>.

Uma última consideração pode ainda ser tecida sobre os livros das capelas. Tendo em vista que se pode demonstrar com relativa segurança que a nobreza doa as suas armas, bandeiras e estandartes às suas capelas para ostentar a identidade e a memória guerreira da linhagem<sup>763</sup>, talvez possamos interpretar as doações de livros pelos Nogueira às suas capelas e a conservação e empréstimo dos mesmos como demonstrações óbvias da identidade e da memória que a linhagem pretendia transmitir, nas quais o saber representava um meio para a ascensão social<sup>764</sup>. Parece reforçar esta linha de pensamento o facto revelador de que a falta de informações sobre os livros da capela comece ao mesmo tempo que a linhagem começa a desenvolver uma imagem mais nobilitadora<sup>765</sup>.

Sobre a biblioteca da colegiada, propriamente dita, existe um inventário que nos dá informações sobre a sua dimensão no final do período em estudo. De acordo com os textos das visitas de 1488 e 1492, como anteriormente referimos, o cabido colegial dispunha de um conjunto de livros religiosos, a saber: um epistolário, dois santorais, um ferial de todo o ano, outro ferial dos ofícios novos, um domingal, uma Bíblia, três Saltérios<sup>766</sup>, um Livro de ofícios de santos e dos milagres de Nossa Senhora, um Caderno do ofício de Nossa Senhora e de outros santos, dois missais romanos, um livro dos evangelhos, um Caderno com o foro do corpo de Deus, cinco missais pequenos, um livro de baptizar e encomendar e um livro sobre bênçãos e sobre o ofício de ungir<sup>767</sup>. A biblioteca da colegiada resume-se a livros litúrgicos, que como salientamos anteriormente, existiam entre cabidos colegiais.

Assim, as bibliotecas das capelas revelam um espólio livresco muito mais numeroso e diversificado nas suas temáticas do que a da colegiada, onde os livros existentes estavam

---

<sup>761</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 5, n.º 44 (1429).

<sup>762</sup> Consulte-se as notas 756 e 757.

<sup>763</sup> Maria Lurdes ROSA, “A religião no século: vivências e devoções dos leigos” em Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *História Religiosa de Portugal*, vol. I: *Formação e Limites da Cristandade*, Ana Maria C. M. JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES, coords. Rio de Mouro, Círculo dos Leitores, 2000, pp. 491-492.

<sup>764</sup> Sobre esta questão, vd. Maria Helena da Cruz COELHO, *Ead.*, “Les relations du Savoir et du Pouvoir dans le Portugal médiéval (XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles)” em R. AVERORN, W. EBERHARD, R. HAAS e B. SCHMIES, eds. *Europa und die Welt in der Geschichte. Festschrift für Dieter Berg zu seinem 60. Geburtstag*, Bochum, Verlag Dr. Dieter Winkler, 2004, p. 313-334.

<sup>765</sup> Sobre esse assunto leia-se o que escrevemos no último capítulo sobre a ascensão social dos patronos na centúria de Quatrocentos.

<sup>766</sup> Não foi possível identificar o empréstimo dos livros da colegiada aos estudantes, mas não seria totalmente despropositado considerarmos a hipótese que os saltérios da colegiada poderiam servir os meninos da capela de Mestre Pedro.

<sup>767</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 11v, 13, 21, 21v, 34 (1488, 1492, 1500). Sobre esse livros leia-se o que escrevemos na página 32.

apenas relacionados com o culto litúrgico. A grande diferença entre as bibliotecas parece poder ser explicada, mais uma vez, pela diferença que os patronos estabeleceram entre as suas capelas e a colegiada, privilegiando as primeiras em relação à última.

## Capítulo IV – Os Patronos

No período tardomedieval, as estratégias de ascensão social preconizadas pelas elites urbanas de Lisboa não deixaram de conceder um lugar importante à espiritualidade e à promoção de práticas devocionais, expressas sobretudo no âmbito de fundação e manutenção de capelas nas instituições eclesiásticas da cidade<sup>768</sup>.

Esta última instituição representava, em simultâneo, o local de inumação do defunto e da celebração frequente, se não mesmo diária, de várias cerimónias litúrgicas pela memória de sua alma<sup>769</sup>. Os fundadores optaram geralmente por instituí-las nas igrejas ou nos conventos onde eram fregueses, devotos ou onde tinham familiares ou confrades sepultados<sup>770</sup>. Para isso, destinavam às respectivas capelas um conjunto diversificado de bens imóveis, segundo um regime vincular, de forma a custear o programa de encargos litúrgicos e assistências que instituíam pela sua alma<sup>771</sup>. Também nomeavam normalmente os seus familiares, quase sempre os mais próximos, para administrarem o património das suas capelas e assegurarem o cumprimento das suas responsabilidades<sup>772</sup>, bem como determinavam que os administradores legassem bens a essas instituições para que os encargos litúrgicos e pios continuassem a ser executados e se pudesse assim, manter a instituição<sup>773</sup>. A administração do morgadio e o cumprimento dos encargos das capelas permitiam ao administrador beneficiar das propriedades, do património simbólico e da intercessão espiritual dos seus antepassados, conferindo-lhe, assim, uma consciência linhagística e uma posição privilegiada no seio do seu próprio grupo familiar e mesmo no seio da sociedade onde se encontrava inserido<sup>774</sup>.

No caso das elites urbanas de Lisboa, verificou-se que alguns dos seus membros procuraram complementar a fundação de capelas com outras iniciativas religiosas. Entre estas, destacava-se uma estratégia, seguida por algumas famílias fortemente inseridas no oficialato

---

<sup>768</sup> Sobre as capelas instituídas em Lisboa entre 1400 e 1521 consulte-se Maria Lurdes ROSA, «*As almas herdeiras*». *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, dissertação de Doutoramento EHESS-Paris e Universidade Nova de Lisboa, 2005; Teresa COSTA e Filipe CALVÃO, “Fundação de capelas na Lisboa Quatrocentista: da morte à vida eterna”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 13-14 (2001-2002), pp. 337-368.

<sup>769</sup> Hermínia VILAR, *A Vivência da Morte na Estremadura Portuguesa (1300-1500)*, Redondo, Patrimonia, 1995, p. 220.

<sup>770</sup> Maria Lurdes ROSA, “A religião no século...”, p. 483; *Ead.*, «*As almas herdeiras*»..., pp. 258, 261, 265-267.

<sup>771</sup> Hermínia VILAR, *A Vivência da Morte*..., p. 220.

<sup>772</sup> *Ib.*; Maria Lurdes ROSA, “A religião no século...”, p. 481.

<sup>773</sup> Maria Lurdes ROSA, «*As almas herdeiras*»..., pp. 279-280.

<sup>774</sup> *Ead.*, “A religião no século...”, p. 481. Sobre o efeito das capelas na manutenção de identidade ou consciências linhagísticas veja-se: Maria Lurdes ROSA, «*As almas herdeiras*»..., p. 279; Maria Antonietta VISCEGLIA, “Corpo e sepultura nei testamenti della nobiltà napoletana (XVI-XVIII) secolo”, *Quaderni Storici*, ano XVII, 50/22 (Agosto de 1982), pp. 604-606; Jonathan HUGHES, *Pastors and visionaries. Religion and secular life in late medieval Yorkshire*, Woodbridge, The Boydell Press, 1988, pp. 39ss.; Christine CARPENTER, “The religion of the gentry of fifteenth-century England” em Daniel WILLIAMS, de. *England in the fifteenth century*, Woodbridge, The Boydell Press, 1987, pp. 69ss; Joel ROSENTHAL, *The purchase of Paradise. Gift giving among the aristocracy, 1307-1485*, Londres/Toronto, Routledge and Kegan Paul/ University of Toronto Press, 1972, p. 49.

régio, e que permitia transformar algumas das colegiadas em «igrejas-panteão» para a perpetuação da sua memória linhagística<sup>775</sup>. Tais instituições culminavam uma relação privilegiada mantida entre o referido instituto eclesiástico e uma determinada família, a qual se traduzia não raras vezes pelo estabelecimento no seu interior da maioria das sepulturas da linhagem, pela sua escolha como sede dos morgadios da linhagem, pela fixação da residência familiar nas suas proximidades e pelo usufruto do direito de padroado<sup>776</sup>. Bons exemplos dessa ocorrência evidenciam-se na ligação entre os Mirandas e a colegiada de São Cristóvão<sup>777</sup>, da família Privado com a de São Salvador<sup>778</sup>, dos Castelo Branco com a de São Martinho<sup>779</sup> e, a que mais interessa para esta dissertação, a relação entre os Nogueira com a de São Lourenço<sup>780</sup>.

Partindo dessas premissas, procurámos estudar no presente capítulo os contributos das sucessivas gerações de patronos para a fundação e administração de capelas na colegiada, assim como os seus esforços para transformar e preservar a colegiada São Lourenço como uma «igreja-panteão».

## **1. A família patronal no século XIV: Os Nogueira**

A documentação reunida não identifica as origens dos Nogueira, mas permite observar que o grupo familiar já se encontrava implantado em Lisboa, pelo menos, desde a segunda metade do século XIII, nas pessoas de dois irmãos, Mestre Pedro e Lourenço Peres Sénior<sup>781</sup>.

### **1.1. Os primeiros patronos: Mestre Pedro, Lourenço Peres Sénior e Miguel Vivas**

Nos finais do século XIII, Mestre Pedro, cónego nas sés do Porto e da Guarda e reitor de Santiago de Óbidos, é o primeiro indivíduo pertencente ao grupo familiar dos Nogueiras que atesta uma relação com a colegiada de São Lourenço<sup>782</sup>. Este último, tal como outros

---

<sup>775</sup> Mário FARELO, *A oligarquia camarária...*, p. 250. Sobre o conceito de «igreja-panteão» consulte-se Maria Lurdes ROSA, «*As almas herdeiras*...», pp. 262, 488.

<sup>776</sup> Maria Lurdes ROSA, «*As almas herdeiras*...», p. 262.

<sup>777</sup> Sobre esse caso consulte-se: J. M. Cordeiro de SOUSA, “A inscrição tumular do Bispo D. Fernando de Miranda” em *id.*, *Colectânea olisiponense*, 2ª edição, vol. II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1982, pp. 71-82; *id.*, “Ainda a “capela dos Mirandas” na igreja de S. Cristóvão” em *id.*, *Colectânea olisiponense*, 2ª edição, vol. II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1982, p. 83-84; Inês MATOSO, “Um apontamento de Tumulário Medieval – O Conjunto da Igreja de São Cristóvão em Lisboa”, *Arqueologia e História*, 53 (2001), pp. 75-90.

<sup>778</sup> Sobre a Colegiada de São Salvador consulte-se: António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja...”, p. 1-150; Carlos Eduardo de VERDIER, *D. João Esteves da Azambuja: exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*, dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.

<sup>779</sup> Mário FARELO, *A oligarquia camarária...*, p. 250.

<sup>780</sup> Consulte-se as obras do autor sobre esse caso que temos vindo a citar.

<sup>781</sup> Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, p. 146. Para uma visão mais detalhada sobre os Nogueira do século XIV, consulte-se os artigos do professor Mário Farelo que temos citado ao longo da dissertação e que se encontram na bibliografia final. Sobre o período de administração dos morgadios e capelas consulte-se as listas de administradores em anexo. Consulte-se também em anexo os esquemas genealógicos sobre os Nogueira e os Brito.

<sup>782</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 73 (1296).

clérigos do seu tempo<sup>783</sup>, fundou nessa igreja com os seus bens uma capela dedicada a Santa Ana e mandou aí sepultar o seu corpo<sup>784</sup>. Para além do mais, o clérigo delineou igualmente um plano de encargos educativos, assistenciais e litúrgicos, pelo qual regulamentava a selecção e os comportamentos dos administradores, capelães e testamenteiros.

Sobre a forma de sucessão dos administradores da sua capela, Mestre Pedro nomeou em primeiro lugar para o cargo o seu irmão Lourenço Peres Sénior, certamente por ele próprio não ter gerado descendentes. Este devia administrar a referida instituição durante um período máximo de dezasseis anos, findos os quais o referido encargo era transmitido ao seu primogénito ou, caso este tivesse falecido, para o filho seguinte e, mais tarde, para os seus netos<sup>785</sup>. De igual modo, determinou que se o administrador fosse menor de idade, o governo da capela tinha de ser entregue a um tutor, devendo o herdeiro redigir o seu testamento ao atingir a maioridade e, antes de tomar posse efectiva dos bens<sup>786</sup>. Outra das preocupações de Mestre Pedro foi o afastamento, da sucessão e da administração da sua capela da descendência feminina e dos membros eclesiásticos da família com menos de 20 anos ou que ascendessem ao governo de uma diocese<sup>787</sup>. Estas últimas limitações podem ser interpretadas como uma tentativa do fundador para apoiar os membros da família que pudessem não auferir rendimentos tão elevados como os gerados pelo desempenho de um cargo episcopal.

De igual modo, Mestre Pedro determinou que o administrador da capela mantivesse um capelão na igreja de São Lourenço regulamentando cuidadosamente, como outros testadores o viriam a fazer posteriormente, os critérios de recrutamento do capelão<sup>788</sup>, os quais já foram anteriormente explicitados neste trabalho<sup>789</sup>. Proibia, no entanto, aos seus familiares com rações em São Lourenço o desempenho de funções de capelão da sua capela<sup>790</sup>, o que pode ser interpretado como uma vontade do fundador em apoiar outros clérigos da família mais carenciados e evitar a intervenção da colegiada na capela.

Mestre Pedro não descurou igualmente a determinação das responsabilidades litúrgicas do capelão<sup>791</sup>. Acresciam, à celebração dos ofícios litúrgicos funções associadas à formação

---

<sup>783</sup> Tais foram os casos, por exemplo, dos bispos D. Geraldo Domingues e D. João Martins de Soalhães que fundaram os seus morgados no início do século XIV. Sobre esses casos leia-se: Maria de Lurdes ROSA, *O Morgadio em Portugal, séculos XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, pp. 119, 185-186.

<sup>784</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 73 (1296).

<sup>785</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 73-74 (1296).

<sup>786</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 74v (1296).

<sup>787</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 73-74v (1296).

<sup>788</sup> Tome-se, por exemplo, mesmo sendo de uma cronologia mais avançada, o caso de João do Rego que determinava que o seu capelão tivesse boa conduta moral e fosse escolar em Gramática, Teologia ou Cânones. Maria Lurdes ROSA, «*As almas herdeiras*»..., p. 516.

<sup>789</sup> Sobre esta questão, veja-se o capítulo II.

<sup>790</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 73-74 (1296).

<sup>791</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 73, 73 v (1296).

das gerações mais novas da família<sup>792</sup>, recebendo por isso anualmente, nas terças<sup>793</sup> do ano, 60 libras, quantia que poderia ser ampliada em caso de necessidade<sup>794</sup>.

Um dos aspectos mais importantes das presentes disposições verifica-se no facto de que Mestre Pedro retirou ao cabido colegial de São Lourenço qualquer jurisdição sobre a sua capela<sup>795</sup>. A ligação da fundação pia com a colegiada fez-se através da nomeação do prior para desempenhar as funções de testamenteiro do fundador, juntamente com Lourenço Peres Sênior e os vigários da sé de Lisboa<sup>796</sup>. Embora todos tivessem de visitar anualmente no Natal o capelão e, caso fosse necessário, repreende-lo ou substituí-lo<sup>797</sup>, Mestre Pedro apenas mandava aos vigários trazerem um traslado do seu testamento e destinava-lhes, se o trouxessem, 100 libras pelo seu serviço<sup>798</sup>. A estes caberia ainda retirar a administração da capela ao provedor se este vendesse ou alienasse bens da instituição ou não cumprisse, após três admoestações canónicas, os compromissos da capela<sup>799</sup>. Nesse caso eles deveriam entregar o governo da instituição ao membro mais próximo da família do fundador<sup>800</sup>. Deste modo, o reforço das funções dos vigários em detrimento dos outros testamenteiros, mostrava como o fundador pretendia uma entidade externa com poder judicial para assegurar o cumprimento das suas últimas vontades, mesmo contra alguém da sua própria família.

Em nítido contraste com Mestre Pedro, o seu irmão seguiu outra estratégia. Com efeito, Lourenço Peres Sênior desposou Joana Filipe, membro de uma importante família de mercadores escalabitanos<sup>801</sup>, e desempenha na última década do século XIII funções de alvazil de Lisboa transitando, entre 1301 e 1308 para o serviço régio, uma vez que desempenhou as funções de almoxarife em Lisboa. Posteriormente, entrado no círculo estrito do serviço do infante D. Afonso, foi seu uchão em 1318, já nos alvares da guerra civil<sup>802</sup>. O irmão de Mestre Pedro desempenhou ainda em 1311 a função de procurador de Lourenço Peres Júnior, seu filho e administrador do morgadio de Mestre Pedro<sup>803</sup>. Contudo, a documentação compulsada apenas permite elucidar a relação de Lourenço Peres Sênior com as capelas e a colegiada para o período próximo da sua morte.

---

<sup>792</sup> Sobre esta questão, veja-se o capítulo II.

<sup>793</sup> Mestre Pedro determinava o administrador pagasse 20 libras no início do ano, outras 20 libras no meio e as restantes 20 no final. Cfr. *Ib.* (1296).

<sup>794</sup> Cfr. *Ib.* (1296).

<sup>795</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 75v (1296).

<sup>796</sup> Cfr. *Ib.* (1296).

<sup>797</sup> Cfr. *Ib.* (1296).

<sup>798</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 75v-76 (1296).

<sup>799</sup> Cfr. *Ib.* (1296).

<sup>800</sup> Cfr. *Ib.* (1296).

<sup>801</sup> Joana Filipe era filha de Filipe Guilherme, mercador escalabitano importante. Para uma visão mais detalhada sobre o casamento de Lourenço Peres Sênior e Joana Filipe leia-se: Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, pp. 147, 160.

<sup>802</sup> Sobre Lourenço Peres Sênior consulte-se: *Ib.*, pp. 147, 159, 160.

<sup>803</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 10, n. 1,2 e 3. (1311)



De acordo com o seu testamento de 1321, Lourenço Peres Sênior pretendeu distanciar-se de Mestre Pedro na escolha da forma como a sua memória seria perpetuada, preferindo mandar sepultar o seu corpo da igreja de São Lourenço, mas na capela de Santa Catarina<sup>804</sup>. Esta capela fora fundada por Constança Eanes Palhavã<sup>805</sup>, mulher do seu primogénito, sendo provável que esta se encontrasse ainda em processo de construção, como demonstra o legado testamentário de Lourenço Peres Sênior, no valor de 200 libras, destinado a ajudar a pagar a sua construção<sup>806</sup>. A escolha da capela de Santa Catarina não é de fácil interpretação, mas talvez seja possível sugerir a hipótese que tal decisão tenha resultado da vontade do testador em fazer dessa capela o seu «panteão» familiar.

Assim, Lourenço Peres Sênior mostrava novamente vontade de demarcar-se da forma de perpetuação da memória escolhida pelo seu irmão, determinando que o administrador dos seus bens mantivesse um capelão para cantar diariamente na capela de Santa Catarina pela sua alma, pela do seu pai e pela de sua mãe<sup>807</sup>, apenas permitindo ao capelão que oficiasse as celebrações litúrgicas na capela de Mestre Pedro ou no altar-mor, se fosse impedido de o fazer na capela de Santa Catarina<sup>808</sup>. O testador, no entanto, determinava que o capelão fosse nomeado, pago e oficiasse as celebrações litúrgicas de acordo com as normas estabelecidas por Mestre Pedro para a sua capela<sup>809</sup>. Tal determinação implicava a nomeação de um membro da sua família para desempenhar as funções de capelão, o que demonstrava a vontade de Lourenço Peres, tal como o seu irmão<sup>810</sup>, em privilegiar os seus familiares.

A perpetuação da sua memória, bem como a dos seus familiares, foi garantida pelo recurso à fundação de aniversários<sup>811</sup>, a terem lugar na colegiada. Assim, em 1318, Lourenço Peres Sênior e Joana Filipe doaram ao prior e raçoeiros de São Lourenço todos os seus bens localizados em Almada e no seu termo, a fim de os clérigos, todas as quintas-feiras, celebrarem uma missa oficiada do Espírito Santo por alma de Marinha Peres, irmã de Lourenço Peres<sup>812</sup>. Três anos mais tarde, legou em testamento uma casa que rendia à colegiada cinco morabitinos, a fim de custear a celebração de um aniversário por sua alma e outro, pela de Joana Filipe, no aniversário das suas mortes<sup>813</sup>.

---

<sup>804</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 5, n.º 30, fl. 1.

<sup>805</sup> Sobre Constança Eanes Palhavã leia-se a página 92 e as seguintes.

<sup>806</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 5, n.º 30 (1321).

<sup>807</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 1-1v. (1321).

<sup>808</sup> Cfr. *Ib.* (1321).

<sup>809</sup> Cfr. *Ib.* (1321).

<sup>810</sup> Leia-se o que escrevemos mais acima sobre as responsabilidades litúrgicas estipuladas por Mestre Pedro para a sua capela.

<sup>811</sup> O aniversário consistia na celebração anual de uma ou mais missas num dia escolhido pelo defunto e frequentemente acompanhadas por *saimentos* sobre a sepultura, sendo as despesas cerimoniais pagas por uma propriedade ou renda doada pelo defunto à instituição. Hermínia VILAR, *A Vivência da Morte...*, p. 219.

<sup>812</sup> Cfr. TT, *CSLL*, m. 3, n.º 41.

<sup>813</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 5, n.º 30.

Além disso, Lourenço Peres procurou contemplar entre os seus legados testamentários, as principais instituições regulares da cidade, assim como algumas instituições assistenciais, a saber: os conventos de São Domingos e de S. Francisco com quinze libras, o convento de Santo Agostinho e o mosteiro de São Vicente de Fora com dez morabitos cada um; os mosteiros de Santa Clara, Chelas, Santos e de Odivelas com dez morabitos cada um para pitaças, não ficando de fora as Emparedadas, a quem Lourenço Peres deixou dez libras, o dobro da soma legada aos gafos e mesmo assim superior às três libras deixadas à obra de São Vicente<sup>814</sup>.

Apesar disso, em 1321, Lourenço Peres não negligenciou, nas suas últimas vontades, a capela de Mestre Pedro, doando-lhe todos os seus bens e pedindo a Joana Filipe que fizesse o mesmo<sup>815</sup>. O testador, como vimos anteriormente, continuaria o esforço de Mestre Pedro para desenvolver as funções educativas da capela<sup>816</sup>, mas ao contrário do seu irmão, foi muito mais longe no desenvolvimento das funções assistenciais da capela, tornando-a quase um hospital.

Com efeito, determinou que o administrador da capela sustentasse oito homens da descendência de Mestre Pedro, pessoas que dificilmente conseguissem assegurar a sua sobrevivência. O testador refere ainda que, caso não existisse o número adequado de pessoas nas condições estabelecidas, estes podiam ser procurados entre os pobres naturais de Lisboa, Mafra ou dos seus espaços envolventes<sup>817</sup>. O testador estipulou ainda que os pobres deveriam ser envergonhados e a sua pobreza não poderia advir da prática de maus costumes<sup>818</sup>, ou seja, seriam indivíduos reduzidos à pobreza por dificuldades económicas ou por razões pessoais. O testador procurava, assim, ajudar os membros mais carenciados da sua família.

Lourenço Peres mostrava ainda a sua preocupação com os pobres ao regulamentar cuidadosamente como o administrador deveria satisfazer as necessidades primárias destes. Este último deveria habitar ou colocar outra pessoa a residir nas casas do paço da família, localizadas na freguesia de São Lourenço, para distribuir diariamente aos pobres para a sua alimentação um arrátel de carneiro, ou caso não fosse possível, de porco; quatro dinheiros no dia do pescado; três pães de trigo sem mistura e ainda uma “tagara”<sup>819</sup> do vinho que existisse na adega da capela ou seis dinheiros, se tal não fosse possível<sup>820</sup>. O administrador deveria dar anualmente aos pobres doze libras a fim de puderem adquirir panos e dois dinheiros para comprar linhas bem como oito varas de pano de linho para a confecção de camisas e bragas, cinco soldos para a sua costura e três libras para o calçado<sup>821</sup>. Deste modo, o testador

---

<sup>814</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>815</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>816</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto nas páginas 65 e 66.

<sup>817</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 30, fl. 1v. (1321).

<sup>818</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>819</sup> Não foi possível identificar esta palavra, mas parece ser uma unidade de medida.

<sup>820</sup> Cfr. *Ib.*, fl.1v-2v. (1321).

<sup>821</sup> Cfr. *Ib.* (1321).

demonstrava, como outros o fariam mais tarde<sup>822</sup>, a sua intenção de inscrever o administrador no quotidiano da instituição eclesiástica que acolhia a capela.

Lourenço Peres determinou que os pobres assistissem às missas celebradas durante as horas canónicas em São Lourenço<sup>823</sup> e regulamentou as suas ausências. Caso os pobres estivessem doentes ou apresentassem motivos legítimos ficariam isentos de comparecerem nas missas e de comerem nas casas do paço da capela, continuando assim a receber a ração diária<sup>824</sup>. Contudo, se os pobres faltassem sem justificação perderiam metade da ração<sup>825</sup>.

A documentação compulsada demonstra ainda como a capela de Mestre Pedro e a colegiada serviam como elementos que contribuía para a coesão do grupo familiar, como foi visível no desejo de Lourenço Nogueira<sup>826</sup>, de Afonso Pais Merchão<sup>827</sup> e Lourenço Peres Cochom<sup>828</sup>, sobrinhos de Mestre Pedro, em apoiar economicamente a capela de Santa Ana bem como a vontade de Lourenço Nogueira em fazer-se sepultar em São Lourenço<sup>829</sup>. No mesmo sentido devem ser interpretados os esforços de Miguel Vivas, já anteriormente mencionados<sup>830</sup>, para reforçar a ligação dos Nogueira com a colegiada.

Para explicar esta última, é necessário perspectivar o seu percurso. Com efeito, sabemos que Miguel Vivas foi privado de Afonso IV, padrinho da infanta D. Leonor e ocupou os priorados de Santa Maria de Sendim, na diocese de Lamego, Santa Maria de Guimarães e São Pedro de Penalva, na arquidiocese de Braga, aos quais conseguiu anexar vários canonicatos prebendados nas sés de Lisboa, de Braga, de Viseu, de Guarda e de Évora. Contudo o elemento mais relevante do seu trajecto benéfico é, sem dúvida, a sua nomeação para a Mitra de Viseu. Referido por várias vezes o seu papel na colegiada, focamo-nos agora na sua relação com as capelas.

Em 1327, Constança Eanes Palhavã nomeou-o como um dos seus testamenteiros e encarregou-o da administração da sua capela instituída em São Lourenço<sup>831</sup>, certamente porque se tratava então do membro mais influente do grupo familiar, uma vez que os filhos de Lourenço Peres, uns tinham morrido, outros encontravam-se no estudo e outros seriam

---

<sup>822</sup> Tome-se, por exemplo, o caso bem documentado de Nuno Martins da Silveira. Em 1431, este determinou que o provedor do morgado ou o seu representante comparecesse na missa semanal realizada na capela da família. Maria Lurdes ROSA, “A religião no século...”, p. 486.

<sup>823</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 30, fl. 2v. (1321).

<sup>824</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>825</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>826</sup> Em 1318, Lourenço Nogueira legou todos os seus bens à capela de Mestre Pedro. Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 31

<sup>827</sup> Afonso Pais Merchão, mercador, legou à capela umas casas localizadas sob a rua dos Ourives, perante a albergaria dos Palmeiros. Branca Domingues, viúva de Afonso Pais Merchão, apenas outorgou esta doação em 1345. Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, p. 161.

<sup>828</sup> Em 1354, Lourenço Peres Cochom, mercador, deixou à capela umas casas situadas na Porta do Mar. Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 86.

<sup>829</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 31 (1318)

<sup>830</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto nas páginas 21, 29 e 30.

<sup>831</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 96-96v.

certamente ainda demasiado jovens<sup>832</sup>. Ainda que a documentação compulsada não permita esclarecer se Miguel Vivas administrou essa capela, sabemos no entanto que foi aí sepultado<sup>833</sup>.

## **1.2. Na fase de ascensão social: Os filhos de Lourenço Peres Sénior e Constança Eanes Palhavã**

Os elementos mais importantes da segunda geração da família patronal foram os descendentes de Lourenço Peres Sénior.

O primogénito, Lourenço Peres Júnior, ao contrário do pai, preferiu reforçar as suas ligações às elites mercantis de Lisboa, através do casamento com Constança Eanes Palhavã<sup>834</sup>. Não obstante e à semelhança de seu pai, ele prosseguiu uma carreira no oficialato régio como cevadeiro-mor (1314-1317), ouvidor da corte (1314) e tesoureiro de Afonso IV (1317)<sup>835</sup>. De acordo com a documentação, Lourenço Peres aparece pela primeira vez como administrador da capela de Mestre Pedro em 1311, mantendo essas funções até à sua morte<sup>836</sup>.

Nos finais de 1325, Lourenço Peres Júnior, aquando da redacção do seu testamento, parece ter prestado um especial cuidado em regulamentar as finalidades da sua terça. Esta seria legada primeiro a Constança Eanes Palhavã e, quando esta falecesse, a Miguel Vivas, embora à morte de ambos a terça deveria ser integrada na capela de Mestre Pedro<sup>837</sup>. Caberia, então, ao administrador da capela utilizar esses bens para manter um capelão que deveria officiar nos sábados uma missa de Santa Maria pela alma do testador e pela dos seus mais próximos<sup>838</sup>. A escolha de Lourenço Peres em sufragar a sua memória na capela do seu tio e não na de Santa Catarina, erguida pela sua mulher e apoiada pelo seu pai<sup>839</sup>, pode indiciar como o testador considerava o poder simbólico da capela de Mestre Pedro mais importante.

No mesmo documento, Lourenço Peres escolhia a igreja de São Lourenço para receber a sua sepultura, ainda que não siga o exemplo do seu pai ou da sua mulher<sup>840</sup> na doação de somas monetárias à colegiada ou a outras instituições religiosas da cidade<sup>841</sup>. A ausência dessas doações reitera mais uma vez a importância da doação da terça à capela de Mestre Pedro.

---

<sup>832</sup> Sobre a descendência de Lourenço Peres Sénior leia-se o que escrevemos mais adiante.

<sup>833</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 55v-56.

<sup>834</sup> Sobre Constança Eanes Palhavã e a sua família consulte-se: Mário FARELO, *A oligarquia camarária...*, p. 486, nota 3303; Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, pp. 147-148; Miguel Gomes MARTINS, “A família Palhavã...”, p. 35-93; Ana Cláudia SILVEIRA, “Entre Lisboa e Setúbal: os Palhavã” em Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís FONTES, coords. *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa Livros Horizonte, 2007, pp. 197-213.

<sup>835</sup> Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, pp. 147, 148, 160, 161

<sup>836</sup> *Ib.*, p. 147 Sobre a duração da sua administração da capela de Mestre Pedro consulte-se a lista de administradores do morgadio de Mestre Pedro em anexo.

<sup>837</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 1, n.º 19.

<sup>838</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>839</sup> Sobre isso leia-se o que escrevemos nas páginas 88 e 92.

<sup>840</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto nas páginas 89 e 93.

<sup>841</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 1, n.º 19.

Na mesma década, a referida Constança Eanes Palhavã adoptou a proximidade espiritual dos Nogueira à colegiada de São Lourenço, instituindo aí uma capela dedicada a Santa Catarina, como vimos anteriormente<sup>842</sup>. Em 1327, a fundadora legou no seu testamento os seus bens à capela<sup>843</sup> e determinou que a sua terça servisse para construir aí a sua sepultura<sup>844</sup>. Todavia, Constança Eanes Palhavã não esteve sempre enterrada na sua capela, uma vez que em 1340, Álvaro Gonçalves de Moura, com quem ela casara em segundas núpcias, afirmava no seu testamento que a sua mulher estava sepultada na capela de São Francisco de Lisboa que o próprio instituirá<sup>845</sup>. De acordo com o testamento de Mestre João das Leis de 1383, o corpo de Constança Eanes Palhavã parece apenas ter sido trasladado para a capela de Santa Catarina depois da morte do referido Álvaro Gonçalves de Moura<sup>846</sup>.

Ainda segundo o seu testamento, datado de 1327, a fundadora da capela de Santa Catarina, ao contrário de outros fundadores, não regulamentou detalhadamente as normas de sucessão dos administradores da capela. Constança Eanes nomeou como provedores da sua capela Miguel Vivas e, quando este falecesse, Álvaro Gonçalves de Moura, legando-lhes poder para nomearem outros administradores quando estes falecessem<sup>847</sup>. Se os administradores não nomeassem ninguém, Constança Eanes estipulava que o vigário do bispo de Lisboa teria o poder de nomear como administrador o indivíduo da linhagem da testante com mais direito a herdar a administração<sup>848</sup>. Constança Eanes determinava que o administrador recebesse anualmente cem libras e as rendas da capela<sup>849</sup>.

A fundadora parece ter estado, no entanto, mais preocupada em regulamentar a fiscalização do cumprimento das responsabilidades da capela, pois a mesma chegou a determinar que, durante as visitas dos vigários, os administradores deveriam comunicar as rendas da capela aos delegados episcopais, depois de jurarem sobre os Evangelhos<sup>850</sup>. De igual modo, a fundadora estabelecia que o seu capelão da capela comunicasse aos vigários os incumprimentos do administrador<sup>851</sup>. Uma vez mais, a supervisão dos actos do administrador passava para a competência de uma entidade externa à referida capela, para a qual Constança Eanes legava a soma anual de cinco libras<sup>852</sup>. Entre estas determinações, torna-se visível a ausência de referências ao prior e aos raçoeiros de São Lourenço, o que demonstrava, tal como

---

<sup>842</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto na página 88.

<sup>843</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 96.

<sup>844</sup> Cfr. TT, *Registo do Arquivo. Arquivo do Arquivo*, liv. 7, fl. 95.

<sup>845</sup> José Hermano SARAIVA, “O Testamento de Álvaro Gonçalves de Moura”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, 35 (1995), pp. 212-213.

<sup>846</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 55v-56.

<sup>847</sup> Cfr. TT, *Leitura Nova, Livro 5º da Estremadura*, fl. 3v-4 (1469).

<sup>848</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>849</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 96v (1327).

<sup>850</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 97 (1327).

<sup>851</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>852</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 96v-97 (1327).

no caso de Mestre Pedro<sup>853</sup>, a vontade da fundadora em não permitir a intervenção da colegiada na sua capela. A fundadora, tal como Mestre Pedro, preferia sim delegar a fiscalização do cumprimento das suas últimas vontades no vigário episcopal, uma entidade externa com poder judicial ao nível do direito aplicável a todos aqueles sob jurisdição ordinária.

Relativamente à perpetuação da sua memória, Constança Eanes distinguiu nitidamente, como os restantes membros da família patronal, os locais onde a sua alma seria perpetuada. A fundadora determinava que o administrador mantivesse dois capelães na sua capela para rezarem pela sua alma, recebendo cada um pelos seus serviços cinquenta libras<sup>854</sup>. Tal como o seu sogro<sup>855</sup>, ela pretendeu perpetuar a sua memória com a fundação de aniversários na colegiada, determinando que o administrador desse cinco libras ao prior e raçoeiros de São Lourenço para que estes celebrassem um aniversário, com missa oficiada de *requiem*, no dia da sua sepultura<sup>856</sup>. Terminada a cerimónia, caberia ao administrador distribuir cinco dinheiros a cada pobre pelas chagas de Cristo, se as rendas da capela o permitissem<sup>857</sup>. Além disso, o administrador deveria ainda legar vinte libras ao cabido colegial para que estes celebrassem todos os sábados uma missa oficiada de Santa Maria pela alma da defunta<sup>858</sup>.

Contudo, se os réditos da capela fossem inferiores às suas despesas, a defunta determinava que o administrador recebesse menos rendimentos da capela e reduzisse o número de capelães para um, mas que não reduzisse as responsabilidades litúrgicas que a defunta legara à colegiada<sup>859</sup>. Deste modo, Constança Eanes, ao contrário dos restantes membros da família patronal, privilegiava mais a perpetuação da sua memória na colegiada do que na sua capela.

Constança Eanes foi igualmente mais longe do que os casos anteriores na perpetuação da sua memória, uma vez que foi a única a fundar aniversários em outras instituições eclesiásticas da cidade. A testante destinou dez libras às donas de Santa Clara para que celebrassem uma missa de *requiem* oficiada no dia da sua sepultura, e dez libras às freiras de Odivelas para a celebração de uma missa oficiada no dia do seu enterro<sup>860</sup>.

Além disso, a testante determinou que fossem outorgadas no dia do seu enterro cem libras à colegiada de São Lourenço, bem como cinco libras para cada um dos seguintes mosteiros que comparecesse na cerimónia, a saber: o de São Francisco, de São Domingos, de

---

<sup>853</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto na página 87.

<sup>854</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 96v (1327).

<sup>855</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto na página 88.

<sup>856</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 96v-97 (1327).

<sup>857</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>858</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 96.

<sup>859</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 97 (1327).

<sup>860</sup> Cfr. TT, *Registo do Arquivo. Arquivo do Arquivo*, liv. 7, fl. 95 (1327).

Santo Agostinho, de São Vicente de Fora e da Trindade<sup>861</sup>. A geografia dos legados testamentários aproximava, assim, Constança Eanes do seu sogro<sup>862</sup>.

Filipe Lourenço, irmão de Lourenço Peres Júnior e arcediogo de Viseu, recebeu do seu irmão a administração do morgado de Mestre Pedro, antes de 1326<sup>863</sup>, e manteve-a até à sua morte, provavelmente entre 1348 e 1349<sup>864</sup>. Durante esse período, a documentação compulsada apenas permitiu observar que surgiram dissensões em dois momentos entre o administrador da capela de Mestre Pedro e o prior da colegiada, um a nível patrimonial e outro sobre a distribuição de um préstimo da colegiada, como vimos no capítulo anterior<sup>865</sup>.

O primeiro conflito ocorreu em 1326 pela posse de uma casa localizada em Alfama entre Filipe Lourenço e Vicente Peres, prior entre 1298 e 1326<sup>866</sup>, e Domingos Eanes, raçoeiro entre 1320 e 1331<sup>867</sup>. O primeiro afirmou que Maria Peres, irmã de Lourenço Nogueira, doara por sua alma essa casa, a qual pertencia à capela de Mestre Pedro, ao prior e raçoeiros de São Lourenço<sup>868</sup>. Em resposta, o prior e os raçoeiros contestaram os argumentos de Filipe Lourenço e demonstraram como a casa pertencia à igreja há vários anos<sup>869</sup>. Tal conflito demonstrava, mais uma vez, como os patrimónios da colegiada e da capela eram distintos.

De acordo com a documentação compulsada, a prole ilegítima de Lourenço Peres Sênior assumiu, à semelhança da descendência legítima, uma posição importante na relação da família com a colegiada e as capelas.

Afonso Dinis, clérigo e filho natural de Lourenço Peres Sênior<sup>870</sup>, obteve a licenciatura de Medicina (1331)<sup>871</sup> e Teologia (1346)<sup>872</sup> na Universidade de Paris, tendo aí desempenhado funções docentes durante a década de 1340<sup>873</sup>. A sua formação e, certamente, as suas solidariedades sociais permitiram-lhe aproximar-se do rei, como demonstra o desempenho pelo

---

<sup>861</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>862</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto na página 89.

<sup>863</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 1, n.º 52; cx. 4, n.º 10.

<sup>864</sup> Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, pp. 150, 163.

<sup>865</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto na página 75.

<sup>866</sup> Sobre a duração do período de funções do prior e do raçoeiro consulte-se as listas de priores e raçoeiros em anexo.

<sup>867</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 1, n.º 52.

<sup>868</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>869</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>870</sup> Para uma visão mais aprofundada sobre D. Afonso Dinis leia-se: António Domingues de Sousa COSTA, “Mestre Afonso Dinis...”, pp. 370-417 e 510-607; Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, pp. 150-151, 164; José Maria da Cruz PONTES, “Afonso Dinis de Portugal” em António Banha de ANDRADE, dir. *Dicionário da História da Igreja em Portugal*, vol. I, Lisboa, Resistência, 1980, p. 56; Manuel Cadafaz de MATOS, “Contributo para o estudo da recepção dos textos de Averróis (1126-1198) na Península Ibérica entre os séculos XIII e XV numa perspectiva da história do livro”, *Hvmanitas*, L, (1998), p. 450-452; José MEIRINHOS, MEIRINHOS, “Afonso Dinis de Lisboa : percurso de um filósofo, médico, teólogo, tradutor e eclesiástico do século XIV”, *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 4 (2007), p. 47-64.

<sup>871</sup> António Domingues de Sousa COSTA, “Mestre Afonso Dinis...”, p. 383.

<sup>872</sup> *Ib.*, p. 401.

<sup>873</sup> *Ib.*, p. 394-395.

clérigo das funções de secretário e físico régio (desde 1332 até antes de 1342<sup>874</sup>), de testemunha na doação de Afonso IV a D. Leonor pelo seu casamento com D. Pedro IV de Aragão (1347)<sup>875</sup>, e de membro da comitiva que acompanhou essa infanta a Aragão (1347-1348)<sup>876</sup>. O sucesso deste clérigo manifestou-se também na esfera eclesiástica com a acumulação do reitorado de Santiago de Murça (1331)<sup>877</sup>, com canonicatos prebendados nas sés da Guarda (1332)<sup>878</sup> e de Lisboa (1342)<sup>879</sup>. Nas últimas décadas da sua vida, Afonso Dinis ascendeu à mitra da Guarda (1346-1347)<sup>880</sup> e, depois, à de Évora (1347-1352)<sup>881</sup>.

A relação deste prelado com as capelas e a colegiada foi particularmente visível a dois níveis, a saber: a sucessão na capela de Constança Eanes Palhavã e a fundação da sua própria capela. Assim, Álvaro Gonçalves de Moura determinou em 1340 que a administração da capela de Constança Eanes Palhavã passasse para Martinho Afonso de Brito, seu primo, ou para Afonso Dinis, dependendo daquele que passasse mais tempo no reino<sup>882</sup>. Não sabemos quem foi incumbido nos anos seguintes desse encargo, pese embora a morte de Martinho Afonso no final da década de 1340 faça pensar que a responsabilidade foi dessa forma passada para o segundo. É pois, nessa qualidade, que ele estabelecerá a cadeia de sucessão aquando da elaboração do seu testamento em 1352. Em virtude desse documento, o prelado atribui a administração da capela ao seu filho Afonso Peres, concedendo igualmente o poder de nomear os administradores seguintes a Mestre João das Leis<sup>883</sup>, irmão de Afonso Dinis. Ainda de acordo com o mesmo documento, o prelado fundava uma capela em São Lourenço, na qual mandava sepultar o seu corpo e instituíra duas missas e seis aniversários<sup>884</sup>. A cadeia de sucessão para a sua capela era a mesma da anterior, uma vez que ele deixava a administração da sua capela também ao seu filho Afonso Peres e, posteriormente, aos filhos de Mestre João das Leis<sup>885</sup>. Deste modo, Afonso Dinis preferia beneficiar os filhos do seu irmão João das Leis com a administração das duas capelas do que os descendentes do seu filho.

Sobre o percurso de Lourenço Dinis, irmão do anterior, as informações reunidas tornam-se mais avaras. Lourenço Dinis, também ele filho natural de Lourenço Peres Sênior, esteve mais próximo do Infante D. Pedro do que de Afonso IV, sendo referido na documentação como servidor e vassalo do primeiro<sup>886</sup>. Lourenço Dinis foi também próximo de

---

<sup>874</sup> *Ib.*, p. 380.

<sup>875</sup> *Ib.*, p. 512.

<sup>876</sup> *Ib.*

<sup>877</sup> *Ib.*, p. 374.

<sup>878</sup> *Ib.*, p. 379.

<sup>879</sup> *Ib.*, p. 394.

<sup>880</sup> *Ib.*, pp. 407-408.

<sup>881</sup> *Ib.*, pp. 408, 511.

<sup>882</sup> Mário FARELO, “Os morgadios dos Nogueiras...”, p. 199.

<sup>883</sup> *Id.*, “Ao serviço da Coroa...”, pp. 163, 164; Cfr. TT, *VVNC*, cx. 7, n.º 1, fl. 23 (1352).

<sup>884</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 7, n.º 1, fl. 23 (1352).

<sup>885</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>886</sup> Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, pp. 150, 163.



Miguel Vivas, seu primo, sendo membro da sua casa<sup>887</sup>. Contudo, o seu caso revela como nem sempre os membros da família preferiram ser sepultados em São Lourenço, uma vez que este fundou uma igreja dedicada a São Lourenço em Azeitão e escolheu aí ser sepultado<sup>888</sup>. O fundador determinou que o seu túmulo deveria ser ornamentado com uma epígrafe com os seus feitos escritos e os seus sinais<sup>889</sup>. Ainda assim, Lourenço Dinis ao escolher o orago de São Lourenço<sup>890</sup> para a igreja que fundara revelava como o santo, tal como os sinais da família, representava um elemento agregador e identitário da família.

A documentação reunida não fornece informações para os restantes filhos bastardos de Lourenço Peres Sénior, com a exceção de Mestre João das Leis.

Este, filho ilegítimo de Lourenço Peres Sénior e de Sancha Domingues<sup>891</sup>, foi criado por Lourenço Peres Júnior<sup>892</sup>, seu meio-irmão, e licenciou-se ou mesmo doutorou-se em Direito Civil<sup>893</sup>. A sua formação académica e as suas solidariedades sociais granjearam-lhe uma inserção nos meandros da Corte régia, desempenhando as funções de embaixador régio na Cúria apostólica entre 1345 e 1346<sup>894</sup>. Foi também membro do conselho de Afonso IV<sup>895</sup> e testamenteiro da Rainha D. Beatriz (1358)<sup>896</sup>. Contudo, esta posição de grande valia junto do monarca não se manteve após a morte de Afonso IV pelo que, tal como afirma Mário Farelo, o reinado de D. Pedro constituiu para ele uma autêntica «travessia no deserto»<sup>897</sup> que terminaria apenas com a ascensão ao trono de D. Fernando, quando o legista surge como aquantado da casa do rei<sup>898</sup> e seu conselheiro<sup>899</sup>.

João das Leis, tal como o seu meio-irmão Lourenço Peres, privilegiou uma aliança com uma família de mercadores de Lisboa importante e com ligações à corte, na pessoa de Maria Afonso<sup>900</sup>. Com a morte desta última, certamente antes de 1349<sup>901</sup>, Mestre João aproveitou para contrair um novo casamento e, assim, reforçar os seus rendimentos e as suas alianças. O legista escolheu novamente uma família lisiponense, uma vez que o bisavô e avô de Constança Afonso, mulher com quem casou em segundas núpcias, foram vizinhos de

---

<sup>887</sup> *Id.*, “Os morgadios dos Nogueiras...”, p. 188.

<sup>888</sup> *Id.*, “Ao serviço da Coroa...”, pp. 150, 163.

<sup>889</sup> *Ib.*, pp. 150, 163.

<sup>890</sup> *Ib.*

<sup>891</sup> *Ib.*, p. 151.

<sup>892</sup> *Ib.*, p. 152.

<sup>893</sup> *Ib.*

<sup>894</sup> *Ib.*, p. 151.

<sup>895</sup> *Ib.*; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo régio...*, pp. 343-344.

<sup>896</sup> Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, p. 151.

<sup>897</sup> *Ib.*; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo régio...*, pp. 343-345.

<sup>898</sup> Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, p. 151.

<sup>899</sup> *Id.*, p. 189.

<sup>900</sup> Maria Afonso foi filha de Afonso Eanes Carregueiro, mercador ligado aos Pachecos e dizimeiro da portagem de Lisboa. *Id.*, “Ao serviço da Coroa...”, 151. Sobre a descendência de Afonso Eanes Carregueiro consulte-se *id.*, *A oligarquia camarária...*, pp. 649-654.

<sup>901</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 155-155v.

Lisboa<sup>902</sup>. No entanto, a família desta última não estava ligada à mercancia, mas sim “embrenhada no mesmo processo de afirmação social pelo serviço régio e integração no alto clero do reino”<sup>903</sup> que o próprio grupo familiar de Mestre João. Deste modo, a sua carreira e os seus casamentos demonstram como este seguiu a estratégia de afirmação social da família, baseada nas alianças com a elite urbana de Lisboa e na ligação ao oficialato régio<sup>904</sup>.

Mestre João das Leis procurou por seu turno concentrar em si a administração do maior número possível de morgadios e de capelas familiares, tendo começado pela de Mestre Pedro. As disposições de Mestre Pedro para afastar a descendência ilegítima da governação do seu morgadio e a condição bastarda de João das Leis, impossibilitavam ao legista de suceder na administração da capela ao seu meio-irmão Filipe Lourenço<sup>905</sup>. Ele procurou ultrapassar essas adversidades através da obtenção de uma habilitação para suceder no referido morgadio, a qual corporizou-se da conquista de uma legitimação régia, da realização de acordos com os restantes sobrinhos de Mestre Pedro e do pedido ao pontífice, em 1345, para receber uma dispensa papal com vista a poder ser habilitado para herdar o referido morgadio<sup>906</sup>.

Atendendo à vontade do legista, Clemente VI requereu no mesmo ano a D. Jorge, bispo de Coimbra, para que este inquirisse sobre as pretensões e a validade da proposta de Mestre João e a posição dos herdeiros legítimos relativa a essa habitação<sup>907</sup>. No ano seguinte, a 20 de Outubro, o mesmo prelado habilitava João das Leis a herdar a administração da capela depois de consultar a carta, a inquirição, outros documentos e de ter comprovado a idoneidade do beneficiado<sup>908</sup>. Com a morte de Filipe Lourenço, provavelmente entre 1348-1349<sup>909</sup>, o legista afonsino pôde assim, em toda a legitimidade, suceder a seu irmão na administração do morgadio de Mestre Pedro.

Alguns anos mais tarde, Mestre João conseguiu o controlo dos morgadios que estavam sob administração do filho de Afonso Dinis, uma vez que, como vimos, este último assim o tinha decidido depois que o seu próprio filho tivesse deixado a administração da capela de Constança Eanes Palhavã e da sua própria capela<sup>910</sup>. Sabemos que Mestre João das Leis acabou depois da morte deste último por chamar a si ambas as administrações, beneficiando das disposições estabelecidas por Afonso Dinis<sup>911</sup>.

---

<sup>902</sup> Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, p. 152.

<sup>903</sup> *Ib.* Constança Afonso foi filha de Afonso Esteves foi sobrejuiz, ouvidor na corte e membro do conselho do rei. Para uma visão mais detalhada do percurso de Afonso Esteves. consulte-se *ib.*, pp. 152, 165; Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo régio...*, pp. 267-269.

<sup>904</sup> Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, pp. 153-157.

<sup>905</sup> *Ib.*, pp. 152, 153, 166.

<sup>906</sup> *Ib.*

<sup>907</sup> *Ib.*

<sup>908</sup> *Ib.*

<sup>909</sup> *Ib.* pp. 150, 163.

<sup>910</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto na página 95.

<sup>911</sup> Mestre João das Leis aparece pela primeira vez como administrador da capela de D. Afonso Dinis em 1381 e da de Constança Eanes Palhavã em 1383, o que significa que Afonso Peres teria falecido

Além dos morgadios e das capelas dos Nogueira, João das Leis conseguiu, através do seu casamento com Constança Afonso, gerir os morgadios fundados por dois dos seus cunhados. O primeiro destes foi João Afonso<sup>912</sup>, prior de Santa Maria de Guimarães e sucessor de Afonso Dinis na mitra de Évora, o qual fundou em 1352 um morgadio para o seu filho Afonso Peres. Dez anos depois, em 1362, coube a Afonso Esteves, primogénito de João das Leis e Constança Afonso, aceitar a administração do morgadio de D. João, uma vez que Afonso Peres tinha falecido<sup>913</sup>. Não obstante, Mestre João surge na documentação reunida a administrar o morgadio entre 1363 e 1368, desta feita em nome do seu filho<sup>914</sup>. Por essa mesma altura, mais concretamente em 1362, encontramos Maria Afonso, irmã de Constança Afonso e mulher do desembargador Mestre Gonçalo das Leis<sup>915</sup>, na qualidade de fundadora de dois morgadios, um com as propriedades de Azeitão e outro na colegiada de Santa Cruz. Ainda que a administração de ambos tenha sido legada aos filhos de Mestre João das Leis e Constança Afonso<sup>916</sup>, de acordo com a documentação reunida, o referido letrado afonsino começou a administrar esses morgadios antes de 1373<sup>917</sup>.

Apesar de concentrar a administração dos morgadios e capelas na sua pessoa, Mestre João das Leis regulamentou cuidadosamente no seu testamento a divisão dessas instituições pelos seus dois filhos mais velhos. Ao seu primogénito e herdeiro do morgadio de Mestre Pedro caberia igualmente a administração do morgadio de Afonso Dinis<sup>918</sup> e possivelmente o de D. João, ainda que as fontes disponíveis não o possam demonstrar com toda a certeza. Já no caso de Maria Afonso sabemos pelo seu testamento que deu preferência ao primogénito desse casal na sucessão dos seus morgadios<sup>919</sup>.

João das Leis determinou ainda que a administração da capela de Constança Eanes Palhavã recaísse sobre o administrador do morgadio fundado pelo próprio para manter a descendência secundogénita<sup>920</sup>. A separação da capela de Mestre Pedro da de Mestre João revestia-se de grande importância para o legista, chegando mesmo a proibir o provedor da capela de Mestre Pedro de administrar o seu morgadio<sup>921</sup>, bem como a permitir, ao contrário do que aconteceu com Mestre Pedro<sup>922</sup>, que a sua descendência feminina pudesse suceder na

---

obrigatoriamente antes de 1381. Cfr. TT, VVNC, cx. 7, nº 1, fl. 4; *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 55v.

<sup>912</sup> Sobre D. João consulte-se: Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, pp. 161, 162; Hermínia VILAR, *As dimensões de um poder...*, pp. 91-92.

<sup>913</sup> Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, p. 162

<sup>914</sup> Leia-se a nota anterior.

<sup>915</sup> Sobre esse legista consulte-se: Armando Luís de Carvalho HOMEM, *O Desembargo régio...*, pp. 267-269; Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa...”, p. 165.

<sup>916</sup> *Id.*, “Os morgadios dos Nogueiras...”, p. 189

<sup>917</sup> *Ib.*, p. 203.

<sup>918</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 60v (1383).

<sup>919</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 4, nº 7 (1362).

<sup>920</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 55v-56 (1383).

<sup>921</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 53 (1383).

<sup>922</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto na página 86.

administração do seu próprio morgadio<sup>923</sup>. João das Leis iria novamente mais longe do que o seu tio-avô Mestre Pedro ao autorizar que os seus herdeiros naturais e ilegítimos pudessem também herdar o morgadio, caso não existissem descendentes legítimos<sup>924</sup>. Tais medidas demonstravam a preocupação de João das Leis em assegurar o futuro dos seus descendentes secundogénitos num período conturbado como foi o final do século XIV.

A preocupação com a sua descendência secundogénita torna-se também visível na regulamentação cuidadosa dos comportamentos dos administradores e dos mecanismos de consolidação e gestão patrimonial do seu morgadio. No que respeita à promoção simbólica, João das Leis determinava que o administrador usasse os sinais dos pais e avós do fundador, trazendo-os de uma parte ou da outra até trinta dias depois de receber a administração, sob pena de perder a administração do referido vínculo<sup>925</sup>. Uma tal determinação atestava o conhecimento heráldico do legista e a importância conferida por Mestre João a esses sinais para demonstrar o poder da família. Para consolidar o património do seu morgadio, João das Leis determinava que o administrador legasse no seu testamento a sua terça ao morgadio, bem como estipulava a incorporação automática de todos os bens no morgadio dos administradores que não tivessem redigido o seu testamento<sup>926</sup>. João das Leis estabelecia ainda que o património dos filhos varões que morressem com menos de 14 anos e os das filhas com menos de 12 fosse integrado no seu morgadio<sup>927</sup>. Sobre a gestão patrimonial, João das Leis autorizava o administrador a solicitar ao prior de São Lourenço os documentos que necessitasse e determinava que ele redigisse um livro do tombo<sup>928</sup>, medidas que se destinavam a evitar a perda de propriedades do morgadio.

A relação de Mestre João das Leis com as capelas foi também marcada pela vontade do legista em reforçar o património das instituições que administrava. Em 1349, João das Leis doou várias propriedades à capela de Mestre Pedro para apoiar as funções pedagógicas e litúrgicas da capela<sup>929</sup>. Muito mais tarde, a 17 de Março de 1383, Mestre João doou 2000 dobras de ouro à capela de Mestre Pedro para que fossem compradas propriedades em Lisboa e no seu termo, a fim de ajudar a manter os estudantes e os pobres dessa capela<sup>930</sup>. Três dias depois, o legista determinava no seu testamento que os seus herdeiros pagassem à mesma capela as 700 libras, legadas por Mestre João Afonso Coelho e que Mestre João tinha

---

<sup>923</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 53 (1383).

<sup>924</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>925</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 53v (1383).

<sup>926</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 52 (1383).

<sup>927</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>928</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 55 (1383).

<sup>929</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 155-155v.

<sup>930</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 5, n.º 42.

despendido<sup>931</sup>. Essa quantia deveria ser igualmente aplicada na aquisição de propriedades para a capela.

De igual modo, João das Leis deixava consagrado no seu testamento que os seus herdeiros deveriam pagar também as somas que ele devia à capela de Afonso Dinis, bem como deviam recolher as quantias dessa capela que o legista emprestara, aplicando todos esses réditos na compra de propriedades para a capela<sup>932</sup>. João das Leis demonstrava as mesmas intenções em relação ao seu morgadio, na medida em que ordenava que o provedor que perdesse a administração entregasse metade da sua terça ao morgadio a fim de serem compradas propriedades para a capela<sup>933</sup>. A vontade de João das Leis em investir as quantias monetárias dos morgadios e capelas na compra de propriedades, sobretudo em 1383, poderia ser uma medida destinada a evitar a desvalorização do património dessas instituições, uma vez que a conjuntura ditava uma progressiva desvalorização da moeda<sup>934</sup> e as propriedades apresentavam-se como um investimento seguro.

No ocaso da sua vida, a 20 de Março de 1383, Mestre João redigia no seu testamento que pretendia ser sepultado em São Lourenço<sup>935</sup>. De acordo com um livro de linhagens do século XVI, o legista foi sepultado no local mais prestigioso do templo e reservado apenas para os indivíduos mais importantes, a capela-mor<sup>936</sup>. Tal ocorrência demonstrava a vontade do legista, tal como a do seu pai e dos seus meios-irmãos ilegítimos<sup>937</sup>, em distinguir a perpetuação da sua memória daquela dos membros da família sepultados na capela de Mestre Pedro, assim como ocupar o lugar mais importante na «igreja-panteão» da sua família. O mausoléu de João das Leis foi ornamentado com uma epígrafe que descrevia o defunto como conselheiro de Afonso IV, padroeiro dessa igreja e administrador da capela de Mestre Pedro<sup>938</sup>, símbolo da vontade do legista em reafirmar e em perpetuar a memória da sua proximidade ao monarca e do seu poder sobre a colegiada.

Para além disso, João das Leis pretendeu perpetuar a sua memória também na sua capela, determinando que o administrador mantivesse um capelão para celebrar missa junto do túmulo do fundador pela sua alma e pela de Constança Afonso<sup>939</sup>. Mestre João, tal como os restantes fundadores, delegou numa entidade externa com poderes judiciais a fiscalização do

---

<sup>931</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 59v. Essa soma era constituída por 100 peças de ouro e 10 marcos de prata.

<sup>932</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 59v-60 (1383).

<sup>933</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 54v, 55 (1383).

<sup>934</sup> Sobre a desvalorização da moeda nesse período consulte-se: A. H. Oliveira MARQUES, *Portugal na crise...*, pp. 209-212.

<sup>935</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 51v.

<sup>936</sup> Dionísio DAVID, *Escultura funerária portuguesa no século XV*, dissertação de mestrado em História da Arte Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa, 1990, vol. 1, pp. 16-19; *Livro de linhagens do século XVI...*, p. 354.

<sup>937</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto nas páginas 94-96.

<sup>938</sup> *Livro de linhagens do século XVI...*, p. 354.

<sup>939</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 54 (1383).

cumprimento das responsabilidades litúrgicas e das restantes<sup>940</sup>, por parte do administrador. Contudo, ao contrário dos casos de Mestre Pedro e Constança Eanes Palhavã, o referido letrado não delegou essas responsabilidades no vigário do bispo, mas sim no alvazil de Lisboa, ao qual destinava três libras no dia da visita à capela<sup>941</sup>. O legista autorizava o alvazil a retirar a administração ao provedor da capela se este não cumprisse os encargos ou não demonstrasse vontade em cumpri-los até 30 dias após a admoestação<sup>942</sup>.

Simultaneamente, João das Leis não redigiu nenhuma cláusula no seu testamento para fazer perpetuar a sua memória através de celebrações litúrgicas na capela de Mestre Pedro, possivelmente por o testante possuir nessa altura a sua própria capela e preferir sufragar a sua alma nesta e, como veremos, na colegiada. O legista parece apenas ter pretendido eternizar a sua memória na capela de Mestre Pedro num período bastante anterior, em 1349, no momento em que Maria Afonso, sua primeira mulher, havia falecido e que João das Leis não possuía ainda a sua capela<sup>943</sup>.

Seguindo o exemplo do seu pai<sup>944</sup>, João das Leis escolheu também eternizar a sua memória na colegiada através da fundação de um aniversário. Em 1383, ele redigiu no seu testamento que Constança Afonso, sua mulher, pagasse anualmente 25 libras ao cabido colegial a fim de celebrarem durante as sextas-feiras uma missa oficiada em honra da paixão do filho de Deus, pela alma do defunto e pela de Constança Afonso<sup>945</sup>. Mais adiante no mesmo documento, Mestre João estipulava que 5 libras dessa quantia seriam pagas por sua mulher e o restante pelo administrador do seu morgadio<sup>946</sup>. Para além disso, João das Leis testou à colegiada uma herdade que valesse 200 libras<sup>947</sup>, caso não a tivesse legado em vida, mas não estipulava legados para as restantes instituições religiosas da cidade, ao contrário do caso do pai<sup>948</sup>. Esta constatação pode sugerir que Mestre João considerava que os legados testados às capelas e à colegiada seriam suficientes para perpetuar a sua memória. De igual modo, não consideramos despropositado considerar que tal ocorrência parece revelar como ele admitia as suas capelas e a colegiada como os espaços religiosos mais importantes para projectar a sua memória sobre a cidade.

Uma última consideração pode ainda ser apontada sobre as últimas vontades de Mestre João, nomeadamente o que respeita ao cuidado acordado à memória e ao espaço fúnebre dos

---

<sup>940</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto na página 68.

<sup>941</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 55 (1383).

<sup>942</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 54v-55.

<sup>943</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 7, n.º 1, fl. 155-155v.

<sup>944</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto na página 88.

<sup>945</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 56-56v (1383).

<sup>946</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>947</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 51v (1383).

<sup>948</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto na página 89.

seus familiares, expresso no seu testamento pela doação de parte da sua terça para construir uma sepultura rasa para a capela de Afonso Dinis, seu meio-irmão<sup>949</sup>.

Convém salientar que a segunda mulher de João das Leis, Constança Afonso, participou igualmente no esforço de gestão dos morgadios do grupo familiar, embora só se consiga registar na documentação reunida a administração do morgadio de sua irmã Maria Afonso entre 1386-1399<sup>950</sup>. As informações reunidas sobre os legados testamentários de Constança Afonso revelaram-se de uma grande parcimónia, uma vez que não dispomos do seu testamento. Apenas foi possível determinar que esta deixou alguns encargos na capela de Constança Eanes Palhavã<sup>951</sup> e que Afonso Eanes, filho da defunta, aplicou em 1419 a terça da sua progenitora na compra de propriedades para a capela de Mestre Pedro<sup>952</sup>.

Relativamente aos parentes colaterais, para além do contributo de Mestre João Afonso Coelho, várias vezes referido<sup>953</sup>, apenas sabemos que Lourenço Eanes, filho de João Vivas e sobrinho de Miguel Vivas, foi sepultado numa capela da Sé de Lisboa dedicada a São Lourenço e ornamentada com o elemento heráldico do mártir laurentino<sup>954</sup>. Este caso, tal como o do seu primo Lourenço Dinis<sup>955</sup>, demonstra mais uma vez como o culto a São Lourenço funcionou como um símbolo identitário da família, até mesmo para aqueles que não se faziam sepultar na colegiada.

### 1.3. A nobilitação de uma família: Afonso Eanes Nogueira e Joana Vaz de Almada

Falecido Mestre João das Leis, em 1383, o seu filho Afonso Eanes Nogueira veio a assumir a direcção da família e, por conseguinte, a administração dos vários vínculos estabelecidos anteriormente pelo grupo familiar<sup>956</sup>.

Afonso Eanes Nogueira, ou das Leis, foi criado do rei D. Fernando e integrou o corpo de vassallos de D. João Afonso Telo IV, conde de Barcelos, recebendo mais tarde a nobilitação pelo apoio à causa do mestre de Avis<sup>957</sup>. Uma vez nobilitado, foi membro do conselho régio (1399-1425)<sup>958</sup> e alcaide-mor de Lisboa (1400-1425)<sup>959</sup>. A sua nova posição social levou-o a

---

<sup>949</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 59v. (1383).

<sup>950</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 7, n.º 1, fl. 35v, 143v.

<sup>951</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 100v (1492).

<sup>952</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 138.

<sup>953</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto na página 54.

<sup>954</sup> Mário FARELO, “Os morgadios dos Nogueiras...”, p. 200.

<sup>955</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto nas páginas 95 e 96.

<sup>956</sup> Mário FARELO, “Os morgadios dos Nogueiras...”, pp. 189, 191.

<sup>957</sup> Rita Costa GOMES, *A Corte dos Reis...*, p. 135.

<sup>958</sup> *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, vol. II, tomo 3, pp. 121-122; Cfr. TT, *VVNC*, cx. 16, n.º 19. Sobre Afonso Eanes nesse órgão leia-se: Armando Luís de Carvalho HOMEM, “Conselho real ou conselheiros do Rei? A propósito dos «Privados» de D. João I”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. II, 4 (1987), pp. 36, 43, 44, 46, 65. Sobre a conjuntura política nessa altura, veja-se, por exemplo, a síntese de *id.*, “A sociedade política joanina (1383-1433): para uma visão de conjunto”, *En la España medieval*, 12 (1989), pp. 231-242.

<sup>959</sup> Miguel MARTINS, *A Alcaidaria e os alcaides...*, p. 126; Cfr. TT, *VVNC*, cx. 16, n.º 19.

alterar as estratégias matrimoniais seguidas anteriormente pelos Nogueira, preferindo estabelecer uma aliança com uma família da mercancia olisiponense também ela chegada recentemente à nobreza, os Almada, na pessoa de Joana Vaz de Almada<sup>960</sup>.

Depois da morte de Mestre João das Leis, as normas sobre a sucessão dos morgadios estabelecidas pelo legista não foram cumpridas, recaindo a administração dos morgadios de Mestre Pedro e D. Afonso Dinis, respectivamente, sobre Fernão Gonçalves<sup>961</sup> e Estêvão Miguéis<sup>962</sup>. Se consideramos que estes não foram nomeados como tutores e mantiveram, posteriormente, boas relações com Afonso Eanes, tornar-se difícil compreender este fenómeno<sup>963</sup>. Não obstante, ainda na mesma década, Afonso Eanes passou a administrar os morgadios de Mestre Pedro e, certamente, de D. Afonso Dinis<sup>964</sup>, como lhe competia em virtude de ser o primogénito<sup>965</sup>.

Seguindo o exemplo de seu pai, Afonso Eanes pretendeu reunir em si a administração dos restantes morgadios e capelas. Entre 1396 e 1397, ele aparece pela primeira vez como administrador dos morgadios de D. João<sup>966</sup>, de Mestre João das Leis<sup>967</sup> e, certamente, da capela de Constança Eanes Palhavã. Se consideramos a ausência de referências a Gomes Eanes, secundogénito de João das Leis, como administrador dos dois últimos morgadios, bem como a infracção das normas de sucessão do morgadio de Mestre João, podemos colocar a hipótese de Gomes Eanes nunca ter administrado esses mesmos vínculos. Como efeito, no início de Quatrocentos, Afonso Eanes aparece a administrar o morgadio de Maria Afonso<sup>968</sup>.

Em paralelo, ele compartilhou com o pai<sup>969</sup> a preocupação em reforçar o património dos morgadios, sobretudo o de Mestre Pedro. Em 1386, Afonso Eanes comprou a Fernão Domingues e Catarina Esteves, sua mulher, um casal de herdade localizado no Urzal<sup>970</sup>. Dois

---

<sup>960</sup> Sobre os Almada consulte-se: Carlos Guilherme RILEY, “Da origem inglesa dos Almadás: genealogia de uma ficção linhagística”, *Arquipélago. História (Revista da Universidade dos Açores)*, XI (1989), pp. 153-169; Mário FARELO, *A oligarquia camarária...*, p. 338-372, 663-666. Acerca do casamento de Afonso Eanes Nogueira com Joana Vaz de Almada leia-se: Rita Costa GOMES, *A Corte dos Reis...*, pp. 135-136.

<sup>961</sup> Consulte-se a lista 8 em anexo.

<sup>962</sup> Consulte-se a lista 10 em anexo.

<sup>963</sup> Em 1386 e 1403, Estêvão Miguéis aparece como testemunha na redacção dos contractos das propriedades compradas por Afonso Eanes Nogueira (Cfr. TT, *VVNC*, *Ib.*, cx. 5, n.º 37; cx. 9, n.º 26). Em 1388, o fidalgo entregou a Fernão Gonçalves e a Pedro Esteves do Hospital as somas testadas por Mestre João das Leis às capelas de Mestre Pedro e D. Afonso Dinis, para que fossem aplicadas na compra de propriedades para essas instituições. Cfr. *Ib.*, cx. 7, n.º 1, fl. 89v.

<sup>964</sup> Depois de Estêvão Miguéis, a documentação reunida só volta a revelar o administrador do morgadio de D. Afonso Dinis em 1432. Nesse ano, quem aparece a administrá-lo Rui Nogueira, o qual, associado às práticas de acumulação de vínculos por parte dos antecessores, sugere que deveria tê-la herdado do pai. Cfr. *Ib.*, cx. 1, n.º 11 (1432).

<sup>965</sup> Sobre o período em que esteve à frente dos destinos desses morgadios consulte-se as listas de administradores dos respectivos vínculos em anexo.

<sup>966</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 16, n.º 19; cx. 7, n.º 1, fl. 36v-37.

<sup>967</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 7, n.º 1, fl. 90v.

<sup>968</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 5.

<sup>969</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto nas páginas 99 e 100.

<sup>970</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 5, n.º 37.



anos depois, em 1388, o fidalgo entregou a Fernão Gonçalves<sup>971</sup> e a Pedro Esteves do Hospital<sup>972</sup> as somas destinadas por Mestre João das Leis às capelas de Mestre Pedro e D. Afonso Dinis, para que fossem empregues na compra de propriedades para essas instituições<sup>973</sup>. Poder-se-á ainda aduzir mais alguma casuística, uma vez que as fontes existem: em 1403, Afonso Eanes comprou a Vasco Martins, cónego da Guarda, todos as propriedades que este herdara dos pais localizadas em Sequeiro, termo de Sintra<sup>974</sup>. No ano seguinte, o fidalgo comprou uma casa e os pardieiros que foram de Rui Lourenço localizados próximo da calçada de Pai de Nabais<sup>975</sup>. Mais tarde, em 1419, Afonso Eanes empregou, como já referimos, a terça de Constança Afonso, sua mãe, na compra de propriedades para a capela de Mestre Pedro<sup>976</sup>. A explicação da vontade do fidalgo em comprar mais propriedades poderia resultar em parte dos motivos avançados pelos seus filhos numa bula de 1426, pouco após a morte de Afonso Eanes, com o objetivo de reduzirem os encargos das capelas<sup>977</sup>.

De acordo com o texto da bula, Rui Nogueira, Afonso Nogueira e Gomes Nogueira informavam Martinho V que algumas rendas destinadas ao cumprimento de encargos pios tinham diminuído, como resultado dos efeitos das guerras, das variações monetárias, do valor da terra e da esterilidade dos bens possuídos<sup>978</sup>. Tal ocorrência dificultava a satisfação de todas vontades de alguns dos seus antepassados que haviam sido assumidas por Afonso Eanes, nomeadamente a manutenção de pobres e a celebração de missas e aniversários. Perante isto, Martinho V acedeu ao pedido dos fidalgos<sup>979</sup>, o que representaria o primeiro passo para a redução das responsabilidades das capelas.

A perda do testamento de Afonso Eanes Nogueira não nos permitiu esclarecer totalmente a estratégia do fidalgo para perpetuar a sua memória. Ainda de acordo um livro de linhagens do século XVI, Afonso Eanes foi sepultado na igreja de São Lourenço num túmulo ornamentado com uma epígrafe, sendo apresentado nela como cavaleiro da batalha real<sup>980</sup>, membro do conselho de D. João I e do Infante D. Duarte e alcaide-mor de Lisboa<sup>981</sup>. Tal descrição revelava o desejo do cavaleiro, à semelhança do pai<sup>982</sup>, de imortalizar e difundir a

---

<sup>971</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto nas páginas 76 e 77.

<sup>972</sup> Sobre Pedro Esteves do Hospital consulte-se: Mário FARELO, *A oligarquia camarária...*, pp. 619-621.

<sup>973</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 89v.

<sup>974</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 9, n.º 26.

<sup>975</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 1, n.º 48.

<sup>976</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 7, n.º 1, fl. 138.

<sup>977</sup> António Domingues de Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. IV, pp. 131-132, n.º 999.

<sup>978</sup> *Ib.*

<sup>979</sup> *Ib.*

<sup>980</sup> Certamente a batalha de Aljubarrota.

<sup>981</sup> O ano indicado no livro de linhagens não se encontra correcto, visto a morte de Afonso Eanes Nogueira ocorrer entre 1425 e Junho de 1426. Assim, consideramos que o autor do livro de linhagens possa ter interpretado mal a epígrafe, ou seja, ter confundido 1416 com 1426. *Livro de linhagens do século XVI...*, pp. 354-355; Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 5.

<sup>982</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto na página 100.

memória do seu serviço à Coroa e o poder do grupo, à qual que não seria alheia a vontade de fomentar uma imagem mais nobilitadora da linhagem.

A mulher de Afonso Eanes Nogueira, Joana Vaz de Almada<sup>983</sup>, parece ter compartilhado igualmente com o marido o esforço para construir uma imagem mais nobre da linhagem, uma vez que a fidalga adoptou uma das características da espiritualidade nobre, a proximidade ao mundo regular<sup>984</sup>. No ocaso da sua vida, entre 1427 e 1428, ela preteriu a inserção em São Lourenço pela fundação de duas capelas no Mosteiro do Salvador de Lisboa, uma com a terça parte dos bens da sua terça e a outra com as 1000 coroas que rendia um casal que fora de Álvaro Nogueira, seu filho<sup>985</sup>. A primeira seria administrada pelos mordomos de Nossa Senhora do Paraíso, enquanto a segunda deveria ser gerida por Afonso Nogueira ou, caso este não quisesse, por Maria Nogueira, sua irmã<sup>986</sup>.

Apesar de não sufragar a sua memória nas capelas ou na «igreja-panteão» dos Nogueira, Joana Vaz de Almada não negligenciou contudo as capelas dos antepassados da linhagem do marido, uma vez que ela mandou refazer a capela de Mestre Pedro<sup>987</sup>.

Sobre os parentes colaterais, a documentação reunida apresentou dois elementos que mostram como alguns destes quiseram fazer perpetuar a sua memória na colegiada, o que demonstrava que a igreja de São Lourenço continuava a servir como um pólo agregador dos vários ramos da família.

O primeiro caso foi o de Gonçalo Miguéis, sobrinho de Afonso Dinis e irmão de Estêvão Miguéis, que contraiu matrimónio com Inês Rodrigues, mulher ligada também aos Almada<sup>988</sup>. Este obteve o bacharelato em Direito Canónico e desempenhou as funções de ouvidor de D. Fernando<sup>989</sup>.

Em 1391, ele fundou no seu testamento uma capela em São Lourenço e determinou que nela fosse sepultado, o que constitui um elemento perfeitamente revelador da intenção em individualizar a sua memória dos restantes membros da família<sup>990</sup>. O fundador determinava assim que o administrador mantivesse um capelão na capela que celebrasse missa pela alma do defunto, pela dos seus pais e pela do seu irmão<sup>991</sup>. Por outro lado, ele pretendeu envolver o cabido colegial no processo de eternização da sua memória, testando-lhes uma propriedade que custeasse a celebração de quatro aniversários pela sua alma, pela do seu pai, pela de sua mãe e

---

<sup>983</sup> Leia-se a nota 960.

<sup>984</sup> Hermínia VILAR, *A Vivência da Morte...*, p. 154.

<sup>985</sup> Sobre esse Álvaro Nogueira leia-se o que escrevemos na página 107.

<sup>986</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 101v-102v.

<sup>987</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 5, n.º 44 (1429).

<sup>988</sup> Leia-se a nota 280.

<sup>989</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 4, n.º 12 (1491).

<sup>990</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>991</sup> Cfr. *Ib.*

pela de outras pessoas de quem recebera bem. O testador legou também a São Lourenço de Alhos Vedros e à Sé de Lisboa, nas quais era freguês, dez libras para cada uma<sup>992</sup>.

Uma última consideração pode ainda ser tecida sobre as últimas vontades de Gonçalo Miguéis, nomeadamente o facto de que este não nomeou nenhum dos membros do ramo principal da família para herdar a administração da sua capela. Na verdade ele quis que a administração da sua capela passasse primeiro para a sua mulher Inês Rodrigues, e, depois da sua morte ou segundas núpcias, ao seu irmão Estêvão Miguéis<sup>993</sup>. Sobre os administradores da capela a documentação compulsada apenas permitiu identificar dois: Leonor Lopes, sua sobrinha<sup>994</sup>, e João Elvas, procurador do número de Afonso V<sup>995</sup>. A nomeação régia deste último para a administração do morgadio e a ausência de informações sobre esta capela, principalmente no arquivo da família patronal, revelam que este morgadio conseguiu escapar ao controlo da descendência de Mestre João das Leis.

O segundo elemento digno de análise encarnou-se na figura de Leonor Fafes, filha de Rui Fafes e Maria Eanes<sup>996</sup>, que procurou envolver o cabido colegial no processo de perpetuação da sua alma da mesma forma que Gonçalo Miguéis. Em 1401, esta testou ao cabido colegial todos os seus bens para que estes celebrassem seis aniversários pela alma da defunta, pela de Inês Vicente, criada desta última, e pela daqueles de quem recebera bem<sup>997</sup>. Os aniversários deveriam ser executados nos dias de Todos os Santos, Natal, Páscoa, Ascensão, Pentecostes e de Santa Maria de Setembro, revelando que a testante seguia uma tendência dos testadores do seu tempo de pretender ligar os aniversários com a celebração de um santo ou de uma festa cíclica a fim de reforçar a intercessão pela sua alma e pelas dos restantes<sup>998</sup>. Se os clérigos não quisessem celebrar os aniversários, os bens deveriam ser vendidos e a quantia arrecadada distribuída por esmolas, missas e outras actividades que fossem mais serviço de Deus e benéficas pelas almas de Leonor Fafes e dos restantes<sup>999</sup>.

Apesar dos casos de Gonçalo Miguéis e Leonor Fafes, a documentação compulsada deixa de referir parentes colaterais nas gerações seguintes que pretenderam perpetuar a sua memória na colegiada, o que parece demonstrar que a igreja de São Lourenço perdeu o seu valor identitário para esses parentes.

---

<sup>992</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>993</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>994</sup> Mário FARELO, *A oligarquia camarária...*, p. 369.

<sup>995</sup> *Livro das Igrejas e capelas...*, p. 89.

<sup>996</sup> Leia-se a nota 212.

<sup>997</sup> Cfr. TT, *CSLL*, m. 5, n.º 97.

<sup>998</sup> Hermínia VILAR, *A Vivência da Morte...*, p. 226.

<sup>999</sup> Cfr. TT, *CSLL*, m. 5, n.º 97.

## 2. A família patronal no século XV: dos últimos Nogueira à afirmação dos Brito

### 2.1. A derradeira geração Nogueira: Os filhos de Afonso Eanes Nogueira

De uma maneira geral, os testamentos foram a principal fonte para compreender as linhas mestres das políticas e das propostas religiosas dos Nogueira no século XIV. Contudo, a perda da maioria dos testamentos dos membros da família patronal do século seguinte dificulta o conhecimento dessas temáticas e apresenta uma realidade fragmentária, sendo apenas possível iluminar um pouco mais o cenário histórico através do recurso a alguns focos intensos, mas pontuais, de informação.

Nos inícios do século XV, o protagonismo da relação da primeira geração da linhagem com São Lourenço recaiu sobre os filhos de Afonso Eanes Nogueira, sendo Álvaro Nogueira o primeiro caso conhecido. Este fidalgo acompanhou os enviados régios ao concílio de Pisa (1409)<sup>1000</sup> e participou na conquista de Ceuta em 1415, tendo falecido nesse ano vítima de peste<sup>1001</sup>. Álvaro Nogueira foi sepultado na capela de Mestre Pedro<sup>1002</sup> e os seus bens foram divididos entre Catarina Gonçalves, sua mulher, e Afonso Eanes Nogueira<sup>1003</sup>. Não se sabe, assim, a influência que Álvaro Nogueira teria desempenhado na gestão dos vínculos familiares. Mais documentados apresentam-se os percursos dos seus irmãos Rui Nogueira, Afonso Nogueira e, em menor escala, Gomes Nogueira.

Rui Nogueira, tal com o pai e o irmão, prosseguiu uma carreira militar ao serviço da Coroa, servindo na casa do Infante D. Duarte (1426)<sup>1004</sup>, participando na defesa de Ceuta<sup>1005</sup> e ocupando o cargo de alcaide-mor de Lisboa (1426-1432)<sup>1006</sup>. Com a morte de seu pai em 1426, Rui Nogueira passou a liderar a família e acumulou a administração da maioria dos morgadios geridos pelo seu pai, nomeadamente o de Mestre Pedro<sup>1007</sup>, de D. Afonso<sup>1008</sup>, de D. João<sup>1009</sup> e de Maria Afonso<sup>1010</sup>. Talvez, por essa altura, terá desposado D. Aldonça de Meneses, filha bastarda de D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real<sup>1011</sup>, casamento que demonstrava a intenção do fidalgo de ligar os Nogueira a famílias nobres mais poderosas. Três anos mais tarde, em 1429, na cidade de Lisboa, Rui Nogueira redigiu o seu testamento antes de

---

<sup>1000</sup> Rita Costa GOMES, *A Corte dos Reis...*, p. 135.

<sup>1001</sup> António Dias DINIS, *Monumenta Henricina*, vol. III, p. 153-154.

<sup>1002</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 5, n.º 44 (1429).

<sup>1003</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 7, n.º 1, fl. 102-102v. (1420)

<sup>1004</sup> António Dias DINIS, *Monumenta Henricina*, vol. III, pp. 129, 152-153.

<sup>1005</sup> *Ib.*, p. 152.

<sup>1006</sup> *Ib.*, p. 129, 153; ANTT, *VVNC*, cx. 5, n.º 44.

<sup>1007</sup> Cfr. ANTT, *VVNC*, cx. 10, n.º 15.

<sup>1008</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 1, n.º 11.

<sup>1009</sup> Cfr. *Ib.*, n.º 12.

<sup>1010</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 7, n.º 1, fl. 5.

<sup>1011</sup> Sobre D. Aldonça Meneses e a sua ligação à casa de vila Real veja-se: Nuno Silva CAMPOS, *D. Pedro de Meneses...*, p. 147.

acompanhar a Infanta D. Isabel à Borgonha e entregou-o a Lourenço Eanes, prior de São Lourenço (1422-1449), guardando o clérigo o documento até à morte do cavaleiro<sup>1012</sup>.

Em 1432, Rui Nogueira foi assassinado por João Rodrigues Pereira, fidalgo de D. Afonso V, e João Alvares Faria, escudeiro do referido João Rodrigues Pereira, sendo os responsáveis homiziados<sup>1013</sup> e o cavaleiro enterrado numa sepultura grande na capela de Mestre Pedro, ao fundo da de Mestre Pedro e da de Álvaro Nogueira<sup>1014</sup>. A escolha de Rui Nogueira, tal como o seu irmão<sup>1015</sup>, da capela de Mestre Pedro para acolher a sua sepultura e o facto de não fundar capela própria, parece demonstrar a intenção do fidalgo de beneficiar do prestígio simbólico oferecido pelo principal e mais antigo morgadio da família.

Centrando-nos agora nas suas últimas vontades<sup>1016</sup>, verificamos a preocupação de Rui Nogueira, tal como nos casos do avô e do pai<sup>1017</sup>, em reforçar o património da capela de Mestre Pedro, tendo para isso regulamentado cuidadosamente a entrega à capela das 2000 coroas relativas ao dote de D. Aldonça Meneses. No caso de não ter filhos, Rui Nogueira permitia que D. Aldonça Meneses auferisse essa soma durante a sua vida, mas mandava doá-la à capela quando falecesse ou então se casasse novamente<sup>1018</sup>. O cavaleiro determinava que, se as 2000 coroas não fossem entregues em propriedades, o prior de São Lourenço e o administrador do morgadio de Mestre João deveriam aplicar a verba na compra de bens para a capela, sendo apenas o prior pago pelo seu serviço<sup>1019</sup>. A entrega dessa responsabilidade ao prior e ao provedor do morgadio de Mestre João destinava-se a impedir que o administrador da capela de Mestre Pedro retivesse algumas propriedades para si e não as integrasse no morgadio.<sup>1020</sup> Note-se, porém, que essa soma apenas foi incorporada no morgadio de Santa Ana no tempo de Luís de Brito, fruto de sucessivas demandas travadas entre esse fidalgo e os herdeiros de D. Aldonça<sup>1021</sup>.

Continuando a seguir o testamento de Rui Nogueira, este tecia algumas breves considerações sobre os morgadios que administrava ou que poderia vir a administrar. O fidalgo pedia ao administrador do morgadio de Maria Afonso que mantivesse duas mulheres que foram suas amas, bem como mandava os seus testamenteiros que seguissem as determinações

---

<sup>1012</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 44.

<sup>1013</sup> Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira...*, p. 925; AZEVEDO, Pedro de, *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, tomo I, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1915, pp. 384-385, n.º 337.

<sup>1014</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 44.

<sup>1015</sup> Leia-se sobre isso a página anterior.

<sup>1016</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 44.

<sup>1017</sup> Sobre Mestre João das Leis leia-se as páginas 99 e 100 e sobre Afonso Eanes Nogueira as 103 e 104.

<sup>1018</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 44.

<sup>1019</sup> O prior deveria receber cinco côvados de (panos) de Bristol. Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 44.

<sup>1020</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>1021</sup> Sobre as demandas de Luís de Brito com os herdeiros de D. Aldonça de Meneses consulte-se: Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 24, 46v, 93-94v (1506, 1505, 1505).

do fundador, caso herdasse o morgadio de Mestre João, não se esquecendo de destinar a terça da sua terça ao morgado do legista<sup>1022</sup>.

Sobre a perpetuação da sua memória, Rui Nogueira aproveitou o dote de D. Aldonça para custear as comemorações litúrgicas pela sua alma na capela de Mestre Pedro, ordenando que o administrador mantivesse aí com essa verba um capelão para cantar pela sua alma, pela dos seus pais e pela de todos aqueles que lhe tinham feito bem<sup>1023</sup>. A intenção do fidalgo em fazer perpetuar a sua memória nesta capela parece mais uma vez reiterar a sua vontade em beneficiar do capital simbólico desta instituição.

O fidalgo, tal como os seus antepassados<sup>1024</sup>, continuou a tradição de escolher a colegiada como o segundo local de eternização da sua memória. O testador determinava que o prior e os raçoeiros de São Lourenço recebessem duas coroas velhas das 2000 coroas para que celebrassem anualmente seis aniversários, a saber: um no dia em que falecesse, outro no dia de Pão por Deus, outro no de São Lourenço, o quarto no Natal, o quinto em Santa Maria de Agosto e o último na Páscoa<sup>1025</sup>. Deste modo, o fidalgo compartilhava a vontade de Leonor Fafes e de outros em ligar a perpetuação da sua memória ao culto dos santos e festas cíclicas a fim de reforçar a intervenção pela sua alma<sup>1026</sup>. O mesmo cabido receberia outras duas coroas velhas do dote para oficiarem diariamente um “responso com cruz e água benta cantando quando saíssem da missa do dia”<sup>1027</sup> sobre o lugar onde o testante estivesse enterrado.

No entanto, Rui Nogueira foi mais longe do que os seus antepassados para assegurar que a sua memória seria perpetuada na colegiada, porquanto estabeleceu que o cabido colegial pedisse as coroas velhas ao administrador e, se este recusasse, que o mesmo fosse passível de citação perante o vigário<sup>1028</sup>. Porém, se os incumprimentos do administrador continuassem, caberia ao cabido cumprir os encargos, através do recebimento de metade das 2000 coroas e da aplicação da outra metade na celebração de missas pela alma de Rui Nogueira e daqueles de quem o defunto recebera bem<sup>1029</sup>. Deste modo, o fidalgo parecia dar mais valor às celebrações litúrgicas oficiadas pelos clérigos de São Lourenço do que às do seu capelão.

A grande estima de Rui Nogueira pela colegiada seria novamente evidente no âmbito dos legados financeiros efectuados, uma vez que a colegiada recebeu a quantia mais elevada para o efeito, 50000 libras<sup>1030</sup>. O cavaleiro foi mais longe do que a sua mãe na aproximação da família ao mundo regular, sobretudo ao mendicante, pois outorgou 200 reais ao Mosteiro do

---

<sup>1022</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 5, n.º 44 (1429).

<sup>1023</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>1024</sup> Leiam-se os exemplos de Lourenço Peres Sénior, Constança Eanes Palhavã, Mestre João das Leis que já referimos anteriormente.

<sup>1025</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 44.

<sup>1026</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto na página 106.

<sup>1027</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 44.

<sup>1028</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>1029</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>1030</sup> Cfr. *Ib.*

Salvador e outros 200 reais ao de São Domingos de Benfica<sup>1031</sup>. Tal ocorrência parece sugerir que Rui Nogueira aderiu ao esforço da sua mãe para aproximar as práticas devocionais da família às dos nobres, mas sem que isso prejudicasse ou colocasse em causa a posição primordial das capelas e da colegiada na vida espiritual da família. Rui Nogueira doou, por fim, 100 reais aos gafos de São Lázaro, justificando a doação aos leprosos por serem seus criados e ter recebido bom serviço deles<sup>1032</sup>. Este legado apenas encontra paralelo na família no caso do pai do seu avô, Lourenço Peres Sénior<sup>1033</sup>, símbolo que a família seguia uma tendência generalizada na sociedade estremenha para diminuir os legados a essas instituições<sup>1034</sup>.

Com a morte de Rui Nogueira, em 1432<sup>1035</sup>, o seu irmão Afonso Nogueira passou a ser o beneficiário das administrações dos vínculos e a liderar a família. Este, destacando-se pela sua condição de clérigo, foi apoiante de D. Pedro durante a regência<sup>1036</sup> e desempenhou, tal como o seu pai, as funções de membro do conselho régio (1449-1459)<sup>1037</sup>. Afonso Nogueira parece ter sido o único membro da família patronal durante o século XV a frequentar a universidade, tendo recebido o grau de Doutor em Cânones e Leis na Universidade de Bolonha<sup>1038</sup>. O sucesso deste clérigo manifestou-se também na esfera eclesiástica com o desempenho das funções de prior em São Julião de Lisboa (1430)<sup>1039</sup> e de protonotário apostólico (1442-1451)<sup>1040</sup>, mas sobretudo com a elevação à mitra conimbricense (1453-1460)<sup>1041</sup> e, alguns anos mais tarde, com a transferência para a arquidiocese de Lisboa (1460-1464)<sup>1042</sup>.

Nos finais da década de 20 do século XV e depois da morte dos seus pais, Afonso Nogueira herdou a administração das capelas de Joana Vaz de Almada<sup>1043</sup>, de Constança Eanes Palhavã e o morgadio de Mestre João das Leis<sup>1044</sup>. Falecido Rui Nogueira, em 1432, o

---

<sup>1031</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>1032</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>1033</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto na página 89.

<sup>1034</sup> Hermínia VILAR, *A Vivência da Morte...*, p. 199.

<sup>1035</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 5, n.º 44 (1432).

<sup>1036</sup> Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira...*, p. 58.

<sup>1037</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 29; cx. 5, n.º 45, fl. 12v-13; Anísio SARAIVA e Maria de Rosário MORUJÃO, “Sigilografia heráldica medieval portuguesa no *Archivo Histórico Nacional* de Espanha” em Miguel Metelo de SEIXAS e Maria de Lurdes ROSA, coords. *Estudos de Heráldica Medieval*, Lisboa, IEM-CLEGH-Caminhos Romanos, 2012, p. 115.

<sup>1038</sup> Anísio SARAIVA e Maria de Rosário MORUJÃO, “Sigilografia heráldica medieval...”, p. 115.

<sup>1039</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 33; cx. 7, n.º 1, fl. 46.

<sup>1040</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 1, n.º 22; cx. 1, n.º 25.

<sup>1041</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 10, n.º 20; Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira...*, vol. I, p. 58; ANTT, CSLL, m. 1, n.º 15; Artur Moreira de SÁ, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. VI, p. 184; Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967, p. 513.

<sup>1042</sup> Cfr. TT, CSLL, m. 1, n.º 15; Artur Moreira de SÁ, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. VI, p. 184; Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967, p. 513.

<sup>1043</sup> Mário FARELO, *A oligarquia camarária...*, p. 666; Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 101v-102v; *Leitura Nova, Livro 5º da Estremadura*, fl. 1v-2 (1469).

<sup>1044</sup> Em 1432, Afonso Nogueira tomou posse de todos os morgadios administrados por Rui Nogueira, seu irmão, quando este morreu. Nesse momento, a documentação refere que Afonso Nogueira passou alguns

clérigo somou aos vínculos que já controlava a administração dos morgadios de Mestre Pedro, de D. Afonso Dinis, de D. João e de Maria Afonso<sup>1045</sup>. A acumulação do que já tinha com a administração do morgadio de Mestre Pedro levou-o a entregar ao seu irmão Gomes Nogueira a administração do morgadio de Mestre João das Leis, mas o mesmo não aconteceu com a capela de Constança Eanes Palhavã<sup>1046</sup>. A morte de Gomes Nogueira na década seguinte, levou novamente a administração do morgadio de Mestre João das Leis a recair em Afonso Nogueira<sup>1047</sup>. Deste modo, o clérigo seguia a estratégia dos seus antecessores de acumular o maior número possível de vínculos da família, mesmo que isso significasse contrariar as normas de sucessão dos fundadores.

Afonso Nogueira foi mais longe do que Joana Vaz de Almada e do que Rui Nogueira na sua ligação ao mundo regular. O clérigo revelou mais interesse, ao contrário dos casos anteriores, não tanto pelos mendicantes, mas sim pelos movimentos observantes. No mundo regular, espaço sempre fértil à ideia de reforma, esses movimentos realizavam esforços para regressar ao cumprimento da regra e das normas prescritas e combater o relaxamento e a decadência instalados, paulatinamente, na vida regular, assim como restaurar a vida comum em clausura e promover a austeridade e a pobreza real no modo de vida pessoal e comunitário<sup>1048</sup>. Tais intenções manifestaram-se não só na restauração de mosteiros e na fundação de novas congregações ou ordens, mas também na influência e transformação dos modelos espirituais tradicionais seguidos pelas elites cortesãs<sup>1049</sup>. Nesse ambiente, Afonso Nogueira aproximou-se e apoiou vivamente o esforço dos clérigos que viriam a constituir a Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista, mais conhecidos como Lóios.

Entre 1420 e 1423, Afonso Nogueira frequentou os primeiros encontros na igreja de São Julião de Lisboa que precederam a fundação dos Lóios e participou nas primeiras experiências de vivência comunitária da congregação na igreja dos Olivais e, mais tarde, na de Campanhã<sup>1050</sup>. Aquando a transferência da comunidade do Porto para Braga, aproximadamente entre 1424 e 1426, sendo ainda leigo, regressou a Lisboa, possivelmente para assumir a administração dos vínculos herdados com a morte do pai<sup>1051</sup>. Em 1426, Afonso

---

morgadios que administrava anteriormente para Gomes Nogueira, seu irmão, mostrando a documentação que este último apenas usufruiu do Morgado de Mestre João das Leis. Esta realidade sugere vivamente que Afonso Nogueira administrou o morgado de Mestre João até 1432. Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 158v.

<sup>1045</sup>Sobre o período em que esteve à frente dos destinos desses morgadios consulte-se as listas de administradores dos respectivos vínculos em anexo.

<sup>1046</sup> Leia-se a nota anterior.

<sup>1047</sup> Gomes Nogueira aparece pela última vez na documentação reunida em 1437 e Afonso Nogueira ocupa já em 1439 o cargo de administrador do morgadio de Mestre João das Leis. Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 16v, 143-143v; cx. 1, n.º 45.

<sup>1048</sup> Maria Isabel Castro PINA, *Os Lóios em Portugal: origens e primórdios da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista*, dissertação de Doutoramento em História, especialidade História Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, pp. 43-50.

<sup>1049</sup> *Ib.*

<sup>1050</sup> *Ib.*, p. 84.

<sup>1051</sup> *Ib.*



Nogueira partiu juntamente com Rui e Gomes Nogueira para Itália<sup>1052</sup>. De acordo com Paulo de Portalegre, Afonso Nogueira pretendia prosseguir os estudos em Bolonha<sup>1053</sup>.

Uma vez em Itália, Afonso Nogueira requereu a licença de ordenação, recebendo aí mesmo as ordens sacras<sup>1054</sup>. Concomitantemente, ele prosseguiu uma estratégia, por vezes com o auxílio de D. Gomes, abade de Santa Maria de Florença<sup>1055</sup>, para obter uma cópia dos privilégios dos cônegos de São Jorge de Alga e vários privilégios papais para os Lóios. Afonso Nogueira conseguiu a aprovação pontifícia da forma de vida dos cônegos de Vilar de Frades e da concessão do mosteiro de Vilar de Frades feita pelo arcebispo de Braga à congregação, bem como obteve para a congregação uma “indulgência plenária em artigo de morte”<sup>1056</sup>, a possibilidade de receber o direito de padroado de igrejas paroquiais e de colocar nessas instituições membros da congregação como sacerdotes e o prior poder absolver todos os pecados<sup>1057</sup>. Outra das actividades do prelado em Itália foi a compra de livros, breviários, paramentos e objectos religiosos<sup>1058</sup>, sendo alguns destes possivelmente destinados ao embelezamento do ritual litúrgico de São Lourenço<sup>1059</sup> e da congregação nascente.

Depois do regresso a Portugal, em 1427, Afonso Nogueira encontrou-se com Mestre João, Martim Lourenço, João Rodrigues e outros clérigos em Vilar de Frades e entregou-lhes o hábito, a capa azul e as constituições dos cônegos de São Jorge de Alga<sup>1060</sup>. De acordo com a

---

<sup>1052</sup> *Ib.*

<sup>1053</sup> Paulo de PORTALEGRE, *Novo Memorial do Estado Apostólico. Primeira crónica dos Lóios*, ed. Cristina SOBRAL, Lisboa, Roma Editora, 2007, p. 91.

<sup>1054</sup> Maria Isabel Castro PINA, *Os Lóios em Portugal...*, p. 85.

<sup>1055</sup> Sobre D. Gomes consulte-se: Eduardo Borges NUNES, *Dom Frey Gomez: abade de Florença, 1420-1440*, Braga, Edição do Autor - Livraria Editora Pax, 1963; António Domingues de Sousa COSTA, “D. Gomes, reformador da Abadía de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV”, *Studia Monastica*, vol. 5, 1 (1963), pp. 123-160; Guido BATTELI, “Due celebri monaci portughesi in Firenze nella prima meta del XV secolo: L’Abate Gomes e l’Abate Velasco di Portogallo”, *Archivio Storico Italiano*, XCVI (1938), pp. 218-227; Ivo Carneiro de SOUSA, “A rainha D. Leonor e as murate de Florença (notas de investigação)”, *Revista da Faculdade de Letras- História*, IV (1987), pp. 119-133; Giovanni. SPINELLI, “Monachesimo e società tra XIV e XV secolo nell’ambiente di Ambrogio Traversari. 4. L’abate Gomes e i monasteri diorentini” em Gian Carlo GARFAGNINI, ed. *Ambrogio Traversari nel VI centenario della nascita*, Florence, 1988, pp. 61-64; Albinia de la MARE, “Notes on Portuguese patrons of the Florentine books trade in the fifteenth century” em Kate J. P. LOWE, ed. *Cultural Links between Portugal and Italy in the Renaissance*, Oxford-New York, Oxford University Press, 2000, pp. 168-170; Kate LOWE, “Rainha D. Leonor of Portugal’s patronage in Renaissance Florence and Cultural Exchange” em Kate J. P. LOWE, ed. *Cultural Links between Portugal and Italy in the Renaissance*, Oxford-New York, Oxford University Press, 2000, p. 228; Rita Costa GOMES, “Letters and Letter-writing in Fifteenth Century Portugal” em Regina SCHULTE e Xenia von TIPPELSKIRCH, eds. *Reading, Interpreting and Historicizing: Letters as Historical Sources. European University Institute Working Paper HEC. N° 2004/2*, Florence, Badia Fiesolana, 2004, pp. 11-36. Refira-se que o seu epistolário encontra-se em processo de edição por esta última autora. Rita Costa GOMES, “Letters and Letter-writing...”, p. 12; Mário FARELO, *A oligarquia camarária...*, pp. 504-509.

<sup>1056</sup> Maria Isabel Castro PINA, *Os Lóios em Portugal...*, p. 109.

<sup>1057</sup> *Ib.*, pp. 108-110, 208-209.

<sup>1058</sup> *Ib.*, p. 85. Cfr. Eduardo Nunes, *Dom Frey Gomez...*, p. 358.

<sup>1059</sup> Não sabemos se Afonso Nogueira comprou nesse período os pequenos órgãos que dou à colegiada, mas esta já os tinha em 1455. Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 41v-43; *CSLL*, LV, fl. 12.

<sup>1060</sup> Maria Isabel Castro PINA, *Os Lóios em Portugal...*, p. 208-209.

cronística, Afonso Nogueira pretendeu doar nesse momento os morgadios que administrava aos Lóios, mas os religiosos recusaram a doação e justificaram a sua atitude por pretenderem evitar o peso da administração dos morgadios e manter a paz das suas consciências<sup>1061</sup>.

De facto, tal reacção revela-se muito peculiar e, até mesmo, curiosa se consideramos os benefícios que os morgadios, a que se somariam os do seu irmão em 1432, poderiam trazer para uma instituição ainda numa fase tão embrionária. Por um lado, estas instituições poderiam permitir aos membros da congregação aumentar as suas disponibilidades financeiras e beneficiar da estratégia educativa dos Nogueira<sup>1062</sup>. Pelo outro lado, a congregação poderia recorrer ao direito de padroado sobre São Lourenço e ao paço da linhagem para, à semelhança de outros clérigos<sup>1063</sup>, transformar esses espaços numa casa religiosa sua ou, até mesmo, na sede da nova instituição. Essa sedentarização em Lisboa reforçaria ainda a presença da congregação junto da corte e da Coroa, principais espaços de recrutamento de novos membros e de benefícios para a Ordem. Não deixa de ser igualmente curioso, no entanto, a estratégia menos purista dos Lóios na década de quarenta do século XV, no momento em que eles recebem a administração do hospital e colégio de Santo Elói, fundado por D. Domingos Eanes Jardo na freguesia de São Bartolomeu de Lisboa, e transformam-na na terceira casa da congregação<sup>1064</sup>.

Note-se, porém, que a vontade de Afonso Nogueira em legar os seus morgadios à congregação foi apenas referida pela cronística<sup>1065</sup>, a qual como sabemos é muitas das vezes apologética. A documentação diplomática compulsada não permitiu confirmar essa vontade de Afonso Nogueira e, por conseguinte, não permite esclarecer se o clérigo pretenderia transformar a igreja de São Lourenço na sede dos Lóios, assim como assumir um papel de maior destaque na liderança da congregação.

Depois da recusa dos clérigos, Afonso Nogueira abandonou a congregação provavelmente em 1432, de acordo com Maria Isabel Castro Pina<sup>1066</sup>. Essa situação impele-nos a questionar se a recusa da doação dos morgadios e a consequente saída de Afonso Nogueira não seriam sinais de descontentamento de alguns clérigos sobre o crescente protagonismo do prelado na vida da congregação. Seja como fôr, mesmo com a saída da congregação, o desempenho das funções de arcebispo de Lisboa acabariam por levar Afonso Nogueira a manter contactos com os Lóios, nomeadamente no relativo à confirmação de

---

<sup>1061</sup> *Ib.*, p. 111. Cf. Paulo de PORTALEGRE, *Novo Memorial...*, p. 91.

<sup>1062</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto nas páginas 63 e seguintes.

<sup>1063</sup> Sobre a transformação de colegiadas em instituições monásticas, veja-se a acção de D. João Afonso da Azambuja na transformação da Colegiada do Salvador de Lisboa num convento dominicano feminino: Carlos Eduardo de VERDIER, *D. João Esteves da Azambuja...*, pp. 57-60; António Domingues de Sousa COSTA, “D. João Afonso de Azambuja...”, pp. 61ss.

<sup>1064</sup> Maria Isabel Castro PINA, *Os Lóios em Portugal...*, pp. 135-137.

<sup>1065</sup> Leia-se a nota 1061.

<sup>1066</sup> Maria Isabel Castro PINA, *Os Lóios em Portugal...*, p. 111.

doações e a resolução de questões financeiras relativas aos conventos da congregação nessa diocese<sup>1067</sup>.

Já na década de 1450, terminada há muito a experiência nos Lóios, Afonso Nogueira regressa à estratégia religiosa dos seus antecessores de privilegiar entre as instituições eclesiásticas a relação com a Colegiada de São Lourenço. Ele começou por desenvolver uma grande proximidade e cumplicidade com Fernando Eanes, prior de São Lourenço (1450-1465). Para o efeito, o prelado nomeou-o, primeiro, prior de São Lourenço (1450-1465)<sup>1068</sup> e, posteriormente, vigário episcopal em Lisboa (1462)<sup>1069</sup>. De igual modo, Afonso Nogueira pediu a D. Afonso V para privilegiá-lo e recebê-lo sob a sua guarda (1450)<sup>1070</sup>. A proximidade entre ambos os clérigos poderia ser anterior ao momento em que Fernando Eanes recebeu o priorado em São Lourenço, caso o prior seja o homónimo, clérigo de missa de Afonso Nogueira, responsável por tomar posse, em seu nome, em 1432 dos bens e morgadios deixados por Rui Nogueira<sup>1071</sup>.

A ascensão de Afonso Nogueira ao episcopado, em 1453<sup>1072</sup>, levou à perda temporária da administração do morgadio de Mestre Pedro, *grossa modo* entre 26 de Outubro de 1455 e 20 de Fevereiro de 1456<sup>1073</sup>, assunto ao qual retomaremos adiante. Apesar de tudo, este facto parece ter levado o prelado a reforçar a sua ligação com a colegiada e, em menor escala, com o Mosteiro do Salvador, uma vez que ele preferiu perpetuar a sua memória nessas instituições. Em Dezembro de 1455, Afonso Nogueira testou umas casas localizadas na Rua dos Fornos de Lisboa ao morgadio de Mestre Pedro, determinando que o administrador mandasse celebrar doze missas pela sua alma e pela daqueles de quem recebera bem<sup>1074</sup>. O prelado estipulava que dez missas fossem oficiadas no primeiro dia de cada mês na igreja de São Lourenço, enquanto as restantes seriam celebradas nos dias de Santo Estêvão e São João Evangelista no Mosteiro do Salvador<sup>1075</sup>. Além dessas missas, o administrador deveria mandar custear com esses bens a celebração de uma missa no dia de Todos-os-Santos na igreja de São Lourenço pelos fiéis de Deus<sup>1076</sup>. Deste modo, o prelado mantinha, tal como Rui Nogueira, a ligação ancestral dos Nogueira com a colegiada e a ligação materna com o Mosteiro de São Salvador.

Outro sinal da reaproximação de Afonso Nogueira à colegiada foi a utilização da figura de São Lourenço para compor os seus selos, enquanto bispo de Coimbra e arcebispo de

---

<sup>1067</sup> *Ib.*

<sup>1068</sup> Cfr. TT, *CSLL*, m. 4, n.º 63; *VVNC*, cx. 1, n.º 28.

<sup>1069</sup> Cfr. TT, *CSLL*, m. 2, n.º 31; m. 4, n.º 71.

<sup>1070</sup> Cfr. TT, *Chancelaria de Afonso V*, liv. 34, fl. 127v.

<sup>1071</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 1, n.º 1; cx. 16, n.º 16.

<sup>1072</sup> Leia-se a nota 1041.

<sup>1073</sup> Leia-se a nota 1079-1081.

<sup>1074</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 62, fl. 42 (1296).

<sup>1075</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>1076</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 43.

Lisboa<sup>1077</sup>. Tal prática revelava como a figura do mártir continuava a ser um símbolo da identidade da família.

Na mesma década, Afonso Nogueira foi obrigado a resolver as incompatibilidades entre a administração de alguns morgadios e a ocupação das mitras e, principalmente, a solucionar a sucessão dos vínculos da família. Assim, de acordo com as normas dos vínculos de Mestre Pedro e de Mestre João das Leis, o prelado não poderia administrar o morgadio de Mestre Pedro e de D. Afonso Dinis depois de ocupar um bispado<sup>1078</sup>. Certamente por não dispor de descendentes directos, a solução escolhida foi a passagem da administração do morgadio de Mestre Pedro e, provavelmente, de D. Afonso Dinis para as mãos do seu sobrinho Mem de Brito, o primogénito de sua irmã Violante Nogueira. Dessa forma, em 26 de Outubro de 1455, o prelado nomeou o seu sobrinho como administrador dos morgadios de Mestre Pedro<sup>1079</sup> e de D. Afonso Dinis<sup>1080</sup>, tendo a respectiva tomada de posse ocorrido no mesmo dia. Contudo, uma vez que o fidalgo estaria em Castela, foi acordado que o prelado conservaria na sua ausência a administração do morgadio de Mestre Pedro e, por conseguinte, o padroado de São Lourenço.

Certamente depois do retorno do seu sobrinho, D. Afonso Nogueira e Mem de Brito realizaram um novo acordo em 1456 sobre a administração desses morgadios. Desta feita, o prelado ficaria com a administração dos morgadios durante a sua vida e teria de entregar ao fidalgo a quinta da Amora, os casais de Mafra e uma quantia anual de 20 mil reais, 10 moios de trigo e 10 pipas de vinho, enquanto Mem de Brito e os seus descendentes herdariam os morgadios com a condição de se chamarem Nogueira, sob pena de perderem os morgadios e de receberem a maldição do bispo e dos seus antepassados<sup>1081</sup>. Três anos mais tarde, Mem de Brito e D. Afonso Nogueira reformulariam o acordo, passando o fidalgo a receber do prelado a soma anual de 35 mil reais pelas rendas da instituição<sup>1082</sup>.

Tais acordos permitiram ao bispo manter as administrações dos morgadios durante a sua vida e, principalmente, assegurar a perpetuação do nome e do poder simbólico da sua linhagem. Para Mem de Brito os acordos serviram para reforçar os seus réditos e garantir a transição pacífica para si desses morgadios, e provavelmente da maioria dos restantes. É

---

<sup>1077</sup> Anísio SARAIVA e Maria de Rosário MORUJÃO, “Sigilografia heráldica medieval...”, pp. 115-119.

<sup>1078</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto na página 86.

<sup>1079</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 4, n.º 5. Este documento desmente a ideia transmitida por um livro de linhagens do século XVI e, mais tarde, por Humberto Baquero Moreno de que Mem de Brito teria herdado o morgadio directamente da Violante Nogueira, sua mãe. Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira...*, vol. II, p. 747; *Livro de Linhagens do século XVI...*, p. 357.

<sup>1080</sup> Em 1455, Mem de Brito tomou posse do morgadio de Mestre Pedro, mas nesse documento não são feitas referências ao de D. Afonso Dinis. No entanto, num documento do ano seguinte, Mem de Brito afirma que Afonso Nogueira perdeu a administração de alguns morgadios para este, o que parece comprovar que a administração do vínculo de D. Afonso Dinis também transitou para Mem de Brito em 1455. Cfr. TT, VVNC, cx. 4, n.º 5; cx. 7, n.º 1, fl. 98v.

<sup>1081</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 98v.

<sup>1082</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 21v, 24.

igualmente importante de salientar que ao fidalgo também não teria sido alheio o capital simbólico do grupo familiar que temos vindo a estudar, uma vez que os seus filhos mais novos, possivelmente nascidos depois destes acordos, viriam a carregar o apelido Nogueira<sup>1083</sup>.

No ocaso da sua vida, D. Afonso Nogueira tentou cumprir algumas responsabilidades das capelas que não tinha assegurado anteriormente. Em 1461, o prelado informava numa súplica ao pontífice que não tinha cumprido correctamente a realização das funções litúrgicas, assistenciais e educativas das capelas de São Lourenço, mas comprometia-se a executá-las no futuro<sup>1084</sup>. Provavelmente tê-las-á realizado antes da sua morte em Alenquer em Agosto de 1464 causada pela peste<sup>1085</sup>.

Gomes Nogueira, último filho de Afonso Eanes Nogueira, faleceu antes do seu irmão e não deixou, aparentemente descendentes, o que não lhe permitiu herdar os vínculos administrados por D. Afonso Nogueira ou deixar descendência para a sua administração. Apesar das poucas informações sobre Gomes Nogueira, a documentação reunida revela o papel importante do fidalgo na promoção religiosa da colegiada de São Lourenço. Nessa perspectiva, em 1427, durante a viagem a Itália com os irmãos, Gomes Nogueira comunicou ao Papa Martinho V que as estruturas e edifícios de São Lourenço encontravam-se em ruínas, não sendo possível repará-las apenas com as esmolas e sufrágios oferecidos à igreja<sup>1086</sup>. Afirmando possuir uma grande devoção por esse templo, Gomes Nogueira pedia indulgências ao pontífice para que os visitantes contribuíssem para a reparação da igreja. Martinho V acedeu ao pedido do fidalgo e doou-lhe também preciosas relíquias de São Lourenço para aumentar o culto<sup>1087</sup>. Deste modo, Gomes Nogueira demonstrava a preocupação, tal como outros homens da sua centúria, em preservar o templo que acolhia as capelas da sua família<sup>1088</sup> e transformar essa igreja num espaço de peregrinação<sup>1089</sup>.

## 2.2 Irmãos e patronos: Mem de Brito e Álvaro de Brito

Falecido D. Afonso Nogueira, a administração dos morgadios e capelas dos Nogueira transitaram para a linhagem dos Brito. Os elementos mais antigos da linhagem a beneficiar da

---

<sup>1083</sup> Sobre esse assunto consulte-se o esquema genealógico dos Brito em anexo.

<sup>1084</sup> António Domingues Sousa COSTA, “Hospitais e albergarias...”, p. 264.

<sup>1085</sup> Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, p. 513.

<sup>1086</sup> António Domingues Sousa COSTA, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. IV, p. 233, n.º 1145.

<sup>1087</sup> *Ib.*

<sup>1088</sup> A preocupação com a manutenção e embelezamento do templo que acolhia a capela foi uma característica compartilhada por outros testadores ou fundadores da mesma centúria. Sobre isso veja-se, por exemplo, o caso bem documentado e amplamente estudado da acção de D. Isabel de Sousa na Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa: Maria Lurdes ROSA, «*As almas herdeiras*»..., p. 521; Fernando MARTINS, *A Colegiada de Santa Cruz do Castelo e a capela de D. Isabel de Sousa*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996, pp. 64-80.

<sup>1089</sup> A vontade de transformar as instituições que acolhiam as capelas ou somente as capelas em locais de peregrinação foi compartilhada por vários instituidores, como João Rodrigues de Sá, alcaide-mor do Porto, na sua capela ou os Viscondes de Ponte de Lima na sua capela sediada no convento da mesma localidade. Sobre a acção desses fidalgos veja-se: *Ib.*, pp. 512, 514-515.

administração desses vínculos foram os filhos mais velhos de João Afonso de Brito<sup>1090</sup> e Violante Nogueira: Mem de Brito e Álvaro de Brito.

Mem de Brito privilegiou uma aliança com uma família nobre bem integrada no mundo cortesão, na pessoa de D. Guiomar de Melo, filha de Estêvão Soares, Senhor de Melo, e donzela da Rainha D. Leonor<sup>1091</sup>. A estratégia de Mem de Brito para aproximar-se da Coroa levou-o também a combater primeiro no Crato a favor da regência de D. Pedro e contra os partidários da Rainha D. Leonor e, mais tarde, de acordo com Humberto Baquero Moreno, a favor de Afonso V em Alfarrobeira (1449)<sup>1092</sup>. Teria sido talvez pela sua ajuda nessa batalha que o monarca lhe outorgaria no mesmo ano metade do senhorio de Aveiras de Baixo (1449-1490)<sup>1093</sup>, que havia pertencido a Gonçalo de Ataíde, partidário do Infante D. Pedro e marido de Isabel de Brito. Depois da morte de D. Afonso Nogueira, em 1464, Mem de Brito sucedeu ao prelado como membro do conselho régio (1465-1483)<sup>1094</sup>.

Sobre a sua sucessão nos morgadios, Mem de Brito continuou a estratégia de tentar acumular o maior número de vínculos familiares possíveis. Em 1436, Mem de Brito recebeu do seu pai alguns bens do morgadio de Santo Estêvão de Beja<sup>1095</sup>, herdando a administração desse morgadio dois anos mais tarde<sup>1096</sup>. Pouco depois, em Abril de 1449, o fidalgo foi nomeado por Martim Mendes Cerveira, marido da sua tia Ousenda de Brito<sup>1097</sup>, como administrador do morgado de D. Pedro Peres<sup>1098</sup>. Depois da morte de D. Afonso Nogueira, o fidalgo acumulou os morgadios de Mestre Pedro<sup>1099</sup>, de D. Afonso Dinis<sup>1100</sup>, de D. João<sup>1101</sup>, e, provavelmente, de Maria Afonso<sup>1102</sup>. Finalmente, em 1469, Afonso V autorizou-o a administrar a capela de Joana Vaz de Alamada<sup>1103</sup>. O fidalgo manteve a administração de todos os vínculos até falecer, em 1490<sup>1104</sup>.

<sup>1090</sup> Sobre João Afonso de Brito leia-se: Mário FARELO, *A oligarquia camarária...*, p. 461, 463.

<sup>1091</sup> Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira...*, vol. II, p. 747

<sup>1092</sup> *Ib.*, p. 746

<sup>1093</sup> *Ib.*; Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 21.

<sup>1094</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 1, n.º 28; CSLL, m. 3, n.º 52.

<sup>1095</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 81. Sobre o morgadio de Santo Estêvão de Beja consulte-se: D. Marcus de Noronha da COSTA, *O Morgadio de Santo Estevão de Beja*, Ponta Delgada, s.e., 2005.

<sup>1096</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 155v-156.

<sup>1097</sup> Mário FARELO, *A oligarquia camarária...*, p. 463.

<sup>1098</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 93v.

<sup>1099</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 32v, 159.

<sup>1100</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 1, n.º 5.

<sup>1101</sup> Cfr. *Ib.*, n.º 44. Consulte-se as listas de administradores desses vínculos em anexo para saber a duração do período governação de que cada administrador.

<sup>1102</sup> Depois de D. Afonso Nogueira, a documentação reunida só volta a revelar o administrador do morgadio de Maria Afonso em 1497. Nesse ano, quem aparece a administrar o morgadio era Luís de Brito, o que associado às práticas de acumulação de vínculos por parte dos antecessores sugere que deveria tê-la herdado do pai. Artur Moreira de Sá, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. IX, p. 282-285, n.º 3714.

<sup>1103</sup> Cfr. TT, *Leitura Nova, Livro 5º da Estremadura*, fl. 1v-2.

<sup>1104</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 30.

De acordo com a documentação compulsada, Mem de Brito parece ter estado empenhado em cumprir as responsabilidades litúrgicas das capelas que administrou, apesar da diminuição dos rendimentos de algumas dessas fundações. No morgadio de Santo Estêvão, o fidalgo pretendeu diminuir legalmente as responsabilidades litúrgicas do vínculo, a fim de conseguir adaptar os rituais de perpetuação da memória dos seus antepassados à diminuição dos réditos do vínculo. Em 1448, o fidalgo comunicou ao pontífice que as guerras tinham diminuído os rendimentos desse vínculo e que, conseqüentemente, tornava-se praticamente insustentável a manutenção dos encargos litúrgicos, pedindo por isso a Nicolau V que reduzisse os quatro capelães que deveriam officiar as quatro missas quotidianas<sup>1105</sup>. Decorridos dois anos, D. Vasco, bispo de Évora, depois de inquirir por ordem de Nicolau V a petição de Mem de Brito<sup>1106</sup>, autorizou o fidalgo a reduzir o número de capelães para dois e meio<sup>1107</sup>.

Sobre os morgadios e capelas herdados dos Nogueira, a documentação reunida parece indicar que Mem de Brito não teve necessidade de reduzir as responsabilidades das capelas. O fidalgo mandou normalmente officiar as celebrações litúrgicas das capelas, sendo as únicas excepções os anos de 1484<sup>1108</sup> e 1489<sup>1109</sup>.

Mem de Brito parece ter mantido uma relação favorável com a colegiada de São Lourenço, tendo-lhe doado um cálice dourado novo, com dois marcos e meio de prata<sup>1110</sup>, e mostrado disponibilidade para emprestar um traslado da ordenação de Miguel Vivas<sup>1111</sup>. A documentação reunida não permitiu esclarecer a relação do fidalgo com outras instituições eclesiásticas. Apenas foi possível apurar que Mem de Brito testou parte da sua terça à cruzada<sup>1112</sup>, símbolo do seu desejo em apoiar a luta contra os inimigos da Cristandade. Tal doação constituiu uma inovação quando comparada com os legados testamentários dos Nogueira.

Acerca do seu irmão Álvaro de Brito<sup>1113</sup>, a documentação compulsada apenas reporta as dificuldades e, por vezes, a impossibilidade do fidalgo em suceder na administração dos morgadios que lhe competiam por direito depois da morte de D. Afonso Nogueira. Álvaro de Brito travou uma contenda com Mem de Brito sobre alguns bens do morgadio de Mestre João das Leis. O conflito judicial terminou apenas a 27 de Outubro de 1474, tendo apenas nesse momento Álvaro de Brito tomado posse efectiva de todos os bens do vínculo<sup>1114</sup>.

---

<sup>1105</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 43v; cx. 5, n.º 32.

<sup>1106</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 5, n.º 32, cx. 7, n.º 1, fl. 92.

<sup>1107</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 7, n.º 1, fl. 45.

<sup>1108</sup> Cfr. TT, *CSLL*, *LV*, fl. 5.

<sup>1109</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 15v-16.

<sup>1110</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 11 (1487).

<sup>1111</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 15v-17 (1489, 1490).

<sup>1112</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 7, n.º 1, fl. 103 (1501).

<sup>1113</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 113-113v. (1474).

<sup>1114</sup> *Ib.*

Este último não conseguiu, no entanto, tal como em outras gerações, fazer respeitar as normas de sucessão da capela de Constança Eanes Palhavã impostas por Mestre João das Leis e, por conseguinte, chamar a si administração dessa capela. Em 1469, o seu sobrinho Luís de Brito pediu a Afonso V a administração da Capela de Constança Eanes Palhavã, justificando o seu pedido com as normas de sucessão da defunta, a morte dos administradores anteriores da capela e a ausência de membros da linhagem da defunta para herdar a administração<sup>1115</sup>. Afonso V aceitou o pedido de Luís de Brito<sup>1116</sup>. Em data incerta, possivelmente depois de tomar posse efectiva de todos os bens do morgadio de Mestre João das Leis, Álvaro de Brito travou uma contenda judicial com Luís de Brito, alegando as normas de sucessão impostas pelo legista na capela da cunhada<sup>1117</sup>. No entanto, Álvaro de Brito perdeu no pleito a administração da capela<sup>1118</sup>.

As dificuldades de Álvaro de Brito em assumir as funções do morgadio de Mestre João das Leis parecem ter dificultando o cumprimento das funções litúrgicas da capela. Em Junho de 1474, os visitantes mandavam que o fidalgo colocasse meio capelão na capela para officiar as missas enquanto não tivesse tomado posse efectiva de todos os bens do morgadio, devendo colocar um capelão quando o tivesse feito<sup>1119</sup>. A ausência de referências a essa questão nas visitas seguintes parece indicar a sua resolução com a tomada de posse de Álvaro de Brito dos bens do morgadio.

### 2.3. Apogeu de uma família: Luís de Brito e Simão de Brito

Na geração seguinte, o protagonismo na linhagem recaiu sobre os primogénitos de Mem de Brito e Álvaro de Brito: Luís de Brito e Simão de Brito.

Luís de Brito, primogénito de Mem de Brito e de D. Guiomar de Melo<sup>1120</sup>, casou com D. Isabel da Cunha e, em segundas núpcias, com D. Joana de Ataíde<sup>1121</sup>. O fidalgo seguiu a estratégia do seu progenitor de afirmação social pelo serviço militar prestado à Coroa. Luís de Brito participou nos conflitos bélicos entre D. Afonso V e os futuros Reis Católicos<sup>1122</sup> em Castela. Tudo indica que acompanhou D. Afonso V na sua viagem a França, uma vez que depois de receber um hábito da Ordem de Santiago de Sisto IV, a 17 de Abril de 1477<sup>1123</sup>, o rei redigiu pessoalmente, no mês seguinte em Paris, um documento a autorizar essa concessão<sup>1124</sup>.

<sup>1115</sup> Cfr. TT, *Leitura Nova, Livro 5º da Estremadura*, fl. 3v-4.

<sup>1116</sup> *Ib.*

<sup>1117</sup> Note-se que neste documento Álvaro de Brito é referido como administrador do morgadio de Mestre Afonso das Leis, o que releva um erro do escrivão que deveria ter escrito “Mestre João das Leis”. Cfr. TT, *Registo do Arquivo. Arquivo do Arquivo*, liv. 7, fl. 93.

<sup>1118</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>1119</sup> Cfr. TT, *CSLL, LV*, fl. 37.

<sup>1120</sup> Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira...*, vol. II, p. 747.

<sup>1121</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 91, fl. 169 (1519).

<sup>1122</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 7, n.º 1, fl. 9, 61 (1477, 1475).

<sup>1123</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 45v.

<sup>1124</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 9



Depois de regressar ao reino e da morte de Mem de Brito, Luís de Brito sucedeu-o como membro do conselho régio (1519)<sup>1125</sup> e no senhorio de Aveiras (1490)<sup>1126</sup>.

Luís de Brito seguiu a mesma estratégia dos antecessores de tentar acumular a administração do maior número possível de morgadios e capelas. A primeira foi, como vimos, a de Constança Eanes Palhavã (1469)<sup>1127</sup>, tendo sucedido, mais tarde, em 1490, a Mem de Brito na administração dos morgadios de Mestre Pedro<sup>1128</sup>, de D. Afonso Dinis<sup>1129</sup>, de D. João<sup>1130</sup>, de Maria Afonso<sup>1131</sup>, de Santo Estêvão de Beja<sup>1132</sup>, de D. Pedro Peres<sup>1133</sup> e de Joana Vaz de Almada<sup>1134</sup>. Esta estratégia tinha sido iniciada ainda durante a administração de seu pai. Como efeito, no momento em que a administração dos vínculos é Mem de Brito, ele consegue que D. Afonso V aceite em 1475 que o seu primogénito suceda na administração dos vínculos geridos pelo avô, caso ele falecesse durante a guerra<sup>1135</sup>.

Luís de Brito foi consistente nessa ideia, na medida em que ao suceder ao seu pai na administração dos vínculos, ele legou imediatamente, ao contrário dos seus antecessores, a administração de um vínculo aos seus filhos. A partir de 1490, Estêvão de Brito, seu primogénito, passou a ser referido na documentação reunida como administrador da capela de Constança Eanes Palhavã, mas a partir de 1492 essa responsabilidade passou para o seu irmão Mem de Brito<sup>1136</sup>. Tal ocorrência demonstrava a preocupação de Luís de Brito, um pouco à semelhança de Mestre João das Leis, em apoiar a sua descendência secundogénita.

O mesmo Luís de Brito promoveu igualmente a estratégia do pai em reduzir as responsabilidades das capelas e adequar as últimas vontades dos seus antecessores às disponibilidades económicas dos vínculos. Entre 1497 e 1500, Luís de Brito comunicou a Alexandre VI a dificuldade em cumprir rigorosamente todos os encargos da capela de Mestre Pedro, devido à diminuição dos rendimentos do morgadio e à dificuldade do fidalgo em pagar as despesas inerentes à sua condição nobre<sup>1137</sup>. Mais acrescentava o fidalgo que os clérigos não podiam cumprir rigorosamente as responsabilidades da capela, uma vez que tinham de ir

---

<sup>1125</sup> Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 91, fl. 167.

<sup>1126</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 7, n.º 1, fl. 21.

<sup>1127</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto nas páginas 117-118.

<sup>1128</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 7, n.º 1, fl. 30 (1490); Artur Moreira de Sá, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. IX, pp. 282-285, n.º 3714. Sobre o período em que governou este e outros morgadios e capelas consulte-se as listas de administradores de cada um desses vínculos.

<sup>1129</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 7, n.º 1, fl. 30 (1490).

<sup>1130</sup> Mário FARELO, “Os morgadios dos Nogueiras...”, p. 204

<sup>1131</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 7, n.º 1, fl. 30(1490); Artur Moreira de Sá, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. IX, pp. 282-285, n.º 3714. Leia-se a nota 1102.

<sup>1132</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 7, n.º 1, fl. 30 (1490); ANTT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 91, fl. 167 (1519).

<sup>1133</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 7, n.º 1, fl. 30 (1490).

<sup>1134</sup> Cfr. *Ib.*

<sup>1135</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 61.

<sup>1136</sup> Sobre isso consulte-se a lista 9 em anexo.

<sup>1137</sup> Artur Moreira de Sá, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. IX, pp. 282-285, n.º 3714; pp. 408-412, n.º 3844.

imediatamente para as aulas do Estudo Geral após as celebrações das missas<sup>1138</sup>. Por último, Luís de Brito afirmava, tal como vimos anteriormente, a dificuldade em encontrar pobres e estudantes para a capela devido à peste<sup>1139</sup>. Deste modo, Luís de Brito pediu ao pontífice para reduzir os encargos da capela, algo que o papa aceitou, passando apenas o administrador da capela a ser obrigado a mandar officiar apenas cinco missas diárias<sup>1140</sup> e a pagar anualmente 60 libras para a celebração de missas pelas almas de Mestre João das Leis e de sua mulher<sup>1141</sup>. A redução dos encargos desta capela permitia ao fidalgo auferir uma quantia, retiradas as despesas, de 98596 reais<sup>1142</sup>.

Pela mesma altura, em 1499, Luís Brito conseguiu também a confirmação de Alexandre VI relativa à redução do número de capelães de quatro para dois e meio no morgadio de Santo Estêvão de Beja<sup>1143</sup>, seguida em 1515 de um novo pedido de redução de encargos sobre o qual não dispomos de dados tangíveis para aferir do seu eventual sucesso<sup>1144</sup>.

A redução das funções litúrgicas, pias e educativas das capelas não deixou de representar um golpe na perpetuação da memória dos seus antepassados, quer fossem da linhagem dos Brito, quer fossem do grupo familiar dos Nogueira. No entanto, a memória e o património simbólico destes últimos parece ter sido o mais afectado, uma vez que Luís de Brito não só não deu o nome Nogueira aos seus descendentes<sup>1145</sup>, como Mem de Brito e D. Afonso Nogueira assentaram<sup>1146</sup>, como fundou um novo panteão para a família<sup>1147</sup>.

Note-se, porém, que apesar de Luís de Brito pretender diminuir os encargos das capelas, o fidalgo procurou normalmente assegurar a sua realização, algo que é confirmado pelos enviados episcopais durante as visitas às capelas dos Brito em 1497<sup>1148</sup> e 1498<sup>1149</sup> e pelos textos das visitas de São Lourenço<sup>1150</sup>. De igual modo, verifica-se ainda a referência no inventário do arquivo da família patronal a documentos sobre o pagamento dos encargos das capelas sediadas em São Lourenço e Santa Cruz do Castelo desde 1499 a 1502<sup>1151</sup>.

---

<sup>1138</sup> *Ib.*

<sup>1139</sup> *Ib.*

<sup>1140</sup> Uma por Mestre Pedro, uma por Lourenço Peres Sênior e outra por Rui Nogueira em São Lourenço e duas por Maria Afonso em Santa Cruz do Castelo. *Ib.*, pp. 282-285, n.º 3714.

<sup>1141</sup> *Ib.*, pp. 408-412, n.º 3844.

<sup>1142</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 77v-78 (1499).

<sup>1143</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 45.

<sup>1144</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 48v.

<sup>1145</sup> Sobre esse assunto consulte-se o esquema genealógico dos Brito em anexo.

<sup>1146</sup> Leia-se o que escrevemos sobre esse assunto nas páginas 115 e 116.

<sup>1147</sup> Leia-se sobre isso a página seguinte.

<sup>1148</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 49.

<sup>1149</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 48v.

<sup>1150</sup> Cfr. TT, CSLL, LV, fl. 34 (1500).

<sup>1151</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 32v. Apenas encontramos sinais de incumprimento dos encargos litúrgicos no texto da visitação a São Lourenço de 1496, na qual os enviados episcopais descobriram que alguns dos capelães das capelas de Luís de Brito não celebravam todas as missas. Para resolver esse problema, os visitantes determinaram que o tesoureiro apontasse o nome desses capelães e comunicasse anualmente ao provedor do arcebispo quantas missas não tinham sido oficiadas. A solução dos visitantes

Sobre a relação do fidalgo com a colegiada, Luís de Brito viu a legitimidade do seu direito de padroado sobre a instituição ser posto em causa algumas vezes por outros poderes presentes na cidade, sendo obrigado a provar, por vezes a contragosto, a autenticidade do seu direito. Em 1495, o vigário, o provisor e os procuradores da sé de Lisboa questionaram a autenticidade do direito de padroado de Luís de Brito sobre São Lourenço e acordaram com o fidalgo um prazo de oito dias para este provar a legitimidade do seu direito<sup>1152</sup>. Seguindo o acordado, Luís de Brito mostrou várias cartas de apresentação de rações e de préstimos e solicitou a comparência de testemunhas das cerimónias de apresentação dos benefícios, comprovando, assim, a legitimidade do seu direito de padroado<sup>1153</sup>. Alguns anos mais tarde, em 1498, seria o monarca a pedir a Luís de Brito para apresentar os títulos dos morgadios que administrava, ordem que o fidalgo cumpriu a contragosto<sup>1154</sup>. A perda do documento sobre esse processo no arquivo da linhagem, bem como a impossibilidade de localizá-lo nos livros de registo da chancelaria régia não nos permitem completar a breve notícia sobre esse acontecimento avançada num registo do inventário do arquivo dos patronos. Não obstante, parece tornar evidente a vontade do fidalgo em manter sobre o seu domínio a instituição.

Outra das facetas da relação de Luís de Brito com a colegiada foi a sua preocupação com o património móvel da colegiada, sobretudo o que tinha sido doado pelos seus antepassados. De acordo com o texto da visitação de 1496, os oficiais episcopais afirmavam a disponibilidade de Luís de Brito para custear parte das despesas da reparação dos órgãos da colegiada<sup>1155</sup>, os mesmos que D. Afonso Nogueira doara décadas antes<sup>1156</sup>.

Não obstante, a grande novidade da estratégia de Luís de Brito seria mais tarde, em 1523, a fundação juntamente com Joana Ataíde, sua mulher, de um convento de dominicanas observantes, sobre a invocação de Nossa Senhora da Rosa, perto do paço da linhagem na freguesia de São Lourenço, assim como a vontade em sepultar os seus corpos numa capela aí edificada<sup>1157</sup>. Tais iniciativas parecem ser por um lado o culminar da estratégia iniciada pelos últimos Nogueira para diversificar as ligações espirituais da linhagem e aproximar a família patronal dos clérigos regulares e construir uma imagem mais nobilitante da família. Por outro lado, tais exemplos demonstravam a vontade de Luís de Brito e de Joana Ataíde em criar um

---

parece ter surtido efeito, uma vez que não voltamos a encontrar esse problema no texto das visitasções. Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 30.

<sup>1152</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 5, n.º 45, fl. 11-12.

<sup>1153</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 11v-14v.

<sup>1154</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 7, n.º 1, fl. 48.

<sup>1155</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 31.

<sup>1156</sup> Leia-se a nota 1059.

<sup>1157</sup> Sobre esse convento consulte-se: Cfr. TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 91, fl. 167-188 (1519); Cfr. Frei Luís de SOUSA, *História de S. Domingos*, vol. II, Porto, Lello & Irmão, 1977, p. 379. Nesse período, vários membros das camadas mais elevadas da nobreza fundaram as suas capelas em cenóbios observantes, como o condestável D. Pedro e Rui Figueiredo em S. Bento de Xabregas e Joana Silva, mulher de Vasco Eanes Corte-Real, senhor das ilhas Terceira e S. Jorge, em S. Francisco de Xabregas. Maria Lurdes ROSA, «*As almas herdeiras*»..., p. 267.

novo destino para a descendência feminina dos Brito e um novo espaço para o desenvolvimento e manutenção das redes clientelares da família, mas principalmente o seu desejo em criar um novo panteão para a linhagem. Deste modo, a fundação do convento não deixava de significar mais um corte de Luís de Brito com a memória dos seus antepassados, sobretudo com a dos Nogueira, uma vez que o fidalgo não seguiu a tradição do administrador ser sepultado nas capelas ou na colegiada de São Lourenço, ao mesmo tempo que favoreceu e contribuiu para a criação de um novo panteão familiar par as gerações vindouras.

Sobre a vida do seu primo Simão de Brito, filho de Álvaro de Brito<sup>1158</sup>, a documentação compulsada apenas permite determinar que o fidalgo desposou D. Maria de Sousa<sup>1159</sup>, pediu sucessivos empréstimos a Mem de Brito<sup>1160</sup> e travou algumas demandas com Luís de Brito relativas a questões patrimoniais<sup>1161</sup>. O fidalgo aparece pela primeira vez à frente dos destinos do morgadio de Mestre João das Leis em 1486<sup>1162</sup>.

A administração de Simão de Brito foi marcada inicialmente pelo desleixo do fidalgo no cumprimento das funções litúrgicas da capela. De acordo com os textos das visitas desde 1490<sup>1163</sup>, os enviados episcopais verificaram sempre que Simão de Brito nunca mandou officiar missa na capela de Mestre João, apesar das sucessivas admoestações dos visitantes<sup>1164</sup>. Para resolver este problema, em 1494, os visitantes determinaram que o cabido colegial mandasse que Simão de Brito procedesse à apresentação do documento que instituía a capela e entregasse à igreja um traslado do documento, a fim de os clérigos saberem os encargos que o provedor deveria satisfazer<sup>1165</sup>. Em 30 de Março de 1495, Galaz Galo, escudeiro de Simão de Brito, pediu em nome de Simão de Brito a Afonso Lopes, cavaleiro da casa do duque de Beja e juiz ordinário em Torres Vedras, um traslado do compromisso de Mestre João das Leis para entregar ao provedor do cardeal D. Jorge<sup>1166</sup>, sendo o documento entregue aos clérigos de São Lourenço antes de 1 de Abril do mesmo ano<sup>1167</sup>. Contudo, apesar da rapidez na entrega do traslado, Simão de Brito continuou a não mandar celebrar as missas na capela<sup>1168</sup>. Apenas em 1500 os visitantes atestam o cumprimento dos encargos litúrgicos da capela<sup>1169</sup>, sugerindo a ausência desse problema nos textos das visitas seguintes a sua resolução definitiva.

---

<sup>1158</sup> Manuel José da Costa Felgueiras GAYO, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, vol. III, Braga, Carvalhos de Basto, 1989-1990, p. 81.

<sup>1159</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 10, n.º 29 (1492).

<sup>1160</sup> Cfr. *Ib.*, cx. 7, n.º 1, fl. 42-42v (1483, 1486).

<sup>1161</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 104 (1498).

<sup>1162</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 39.

<sup>1163</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 17v.

<sup>1164</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 19, 21, 22 (1491, 1492, 1494).

<sup>1165</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 22 (1494).

<sup>1166</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 16-16v

<sup>1167</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 24.

<sup>1168</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 29, 31 (1496, 1498).

<sup>1169</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 34.

Todavia, depois desse período, Simão de Brito negligenciou a conservação do espaço da capela. Entre 1510 e 1514, os visitantes observaram que Simão de Brito não mandou reparar ou assegurar a manutenção da capela, apesar das sucessivas admoestações e multas pecuniárias dos visitantes<sup>1170</sup>. Contudo, como a partir de 1514 não encontramos nenhuma referência sobre Simão de Brito na documentação compulsada, não foi possível esclarecer se o fidalgo acatou as ordens dos oficiais episcopais ou se faleceu por essa altura. Deste modo, Simão de Brito foi mais longe do que Luís de Brito no seu corte com a memória dos Nogueira e com a Colegiada de São Lourenço.

## 2.4. Os últimos Brito medievais: Os filhos de Luís de Brito

Na última geração medieval, a documentação reunida permite conhecer um pouco a relação dos dois filhos de Luís de Brito com os morgadios e as capelas.

Estêvão de Brito, primogénito de Luís de Brito e D. Inês da Cunha<sup>1171</sup>, desposou D. Isabel Nunes Alvares (1529)<sup>1172</sup>, filha de Fernão Gonçalves de Miranda e D. Branca de Sousa<sup>1173</sup>. O fidalgo foi vereador em Lisboa (1510)<sup>1174</sup> e sucedeu a Luís de Brito no senhorio de Aveiras de Baixo (1528)<sup>1175</sup> e, provavelmente, nos morgadios e capelas.

Estêvão de Brito administrou durante pouco tempo a capela de Constança Eanes Palhavã, sendo a sua administração marcada por alguns incumprimentos das funções litúrgicas da capela. Em 1490<sup>1176</sup>, os oficiais episcopais observaram durante a visita anual que o fidalgo não manteve um capelão a officiar missa quotidianamente na capela. Em 1491, mesmo com as admoestações dos visitantes, o fidalgo continuava a não colocar nenhum capelão<sup>1177</sup>, mas em Fevereiro de 1492 esse problema já tinha sido solucionado<sup>1178</sup>.

Sobre o seu irmão, Mem de Brito, secundogénito de Luís de Brito e de D. Inês da Cunha<sup>1179</sup>, casou com D. Catarina Sottomayor, filha de Fernão de Sousa de Botelhas e de D. Inês de Sottomayor<sup>1180</sup>. De acordo com Felgueiras Gayo, o fidalgo parece não ter servido como o pai a Coroa no campo militar, mas sim preferido ocupar o cargo de juiz da alfândega de Lisboa<sup>1181</sup>.

---

<sup>1170</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 46, 47, 49, 52, 54.

<sup>1171</sup> Manuel José da Costa Felgueiras GAYO, *Nobiliário de Famílias...*, vol. II, p. 69.

<sup>1172</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 46v.

<sup>1173</sup> Manuel José da Costa Felgueiras GAYO, *Nobiliário de Famílias...*, vol. II, p. 69.

<sup>1174</sup> Cfr. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 136.

<sup>1175</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 21.

<sup>1176</sup> Cfr. TT, CSLL, LV, fl. 17v.

<sup>1177</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 19.

<sup>1178</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 21.

<sup>1179</sup> Manuel José da Costa Felgueiras GAYO, *Nobiliário de Famílias...*, vol. II, p. 69; Cfr. TT, CSLL, m. 8, n.º 153 (1496).

<sup>1180</sup> Cfr. TT, CSLL, m. 8, n.º 153 (1496). Fernão de Sousa de Botelhas foi juiz da Alfândega de Lisboa (Manuel José da Costa Felgueiras GAYO, *Nobiliário de Famílias...*, vol. II, p. 70).

<sup>1181</sup> Manuel José da Costa Felgueiras GAYO, *Nobiliário de Famílias...*, vol. II, p. 70.

Mem de Brito, como anteriormente referimos, sucedeu a Estêvão de Brito na administração da capela de Constança Eanes Palhavã, movendo pouco depois esforços, precedendo o exemplo do seu pai, para diminuir legalmente as responsabilidades litúrgicas da capela. Em 1492, Alexandre VI pediu aos vigários de Lisboa para que inquirissem a validade da petição de Mem de Brito para diminuir os encargos que Constança Afonso, mulher de Mestre João das Leis, deixou nessa capela e, se caso considerassem, reduzissem-nos<sup>1182</sup>. Apesar da documentação reunida não nos permitir esclarecer se os encargos foram efectivamente reduzidos, podemos observar a vontade do fidalgo em diminuir legalmente os encargos e não optar, tal como Simão de Brito, pelo desleixo no seu cumprimento.

De acordo com os textos das visitas de São Lourenço, Mem de Brito parece apenas ter negligenciado a conservação do espaço da capela entre 1514 e 1516. Em 1514, os visitantes verificam a capela estava sempre aberta, sem chave e sem grades para a proteger<sup>1183</sup>. Entre 1515 e 1516, os enviados episcopais descobriram que a capela não tinha alguns paramentos<sup>1184</sup>. A partir de 1516, Mem de Brito deixa de aparecer na documentação reunida, não sendo possível esclarecer se o fidalgo acatou as ordens dos oficiais episcopais ou se faleceu por essa altura.

---

<sup>1182</sup> Cfr. TT, *VVNC*, cx. 7, n.º 1, fl. 100v.

<sup>1183</sup> Cfr. TT, *CSLL*, LV, fl. 55.

<sup>1184</sup> Cfr. *Ib.*, fl. 58v-59.

## Conclusão

Ao longo dos vários capítulos que compõem a presente dissertação, procuramos estudar a Colegiada de São Lourenço de Lisboa sobre três perspectivas distintas, mas complementares: a análise institucional e sociológica dos membros do cabido colegial e dos seus estudantes, a questão do ensino praticado em São Lourenço e, por fim, a relação dos patronos com a colegiada. Chegados ao termo deste trabalho, pretendemos agora sintetizar as conclusões avançadas pelo nosso estudo.

A colegiada de São Lourenço de Lisboa apresentava uma estrutura e um modelo de organização próximo do da maioria das colegiadas portuguesas. Apesar dos esforços dos patronos para aumentarem o número de raçoeiros, primeiro para quatro e depois para sete, a instituição nunca chegaria a ser servida por mais do que quatro raçoeiros, situação reveladora da posição modesta que a instituição ocupou relativamente a outros cabidos colegiais do reino.

O cabido colegial, como outros do seu tempo, foi ocupado pelos clérigos próximos ou familiares dos patronos da instituição. Os apresentados eram clérigos de missa que raramente tinham exercido funções na colegiada ou em quaisquer outras antes da sua nomeação e que, consoante os cargos, deveriam dominar algumas competências específicas. Os priores, por exemplo, pareciam obrigados a dominar a escrita e a leitura. De facto, as características do recrutamento dos membros do cabido levam-nos a questionar qual seria a capacidade de intervenção do papado de Avinhão nesses processos e, principalmente, qual a atractividade dos cabidos colegiais portugueses para os clérigos estrangeiros, linhas de investigação que consideramos promissoras.

Os membros do cabido colegial contrariaram a tendência do aumento de priores e raçoeiros a frequentarem ou a pretender frequentar a universidade nos finais da Idade Média, uma vez que o número de clérigos de São Lourenço com estudos foi muito reduzido e diminuiu, significativamente, com a passagem para centúria de Quatrocentos. Os poucos que frequentaram o mundo académico estudaram normalmente Direito na Universidade de Lisboa-Coimbra, em virtude dessa formação favorecer a sua ascensão na carreira eclesiástica.

Os clérigos de São Lourenço desempenharam outros cargos e ocuparam outros benefícios eclesiásticos, apesar do reduzido número de membros do cabido com formação universitária. Os priores acumularam mais cargos e benefícios no século XIV do que no XV, enquanto os raçoeiros seguiram o sentido inverso. Os clérigos desempenharam normalmente as funções de capelães, raçoeiros e priores. Para alguns clérigos, a colegiada de São Lourenço parece ter sido o primeiro passo na promoção para posições mais prestigiantes em confrarias, em sés, em universidades ou, no mundo cortesão. Para outros, a razão de São Lourenço representou apenas um complemento aos réditos que recebiam de outras instituições. A maioria das acumulações ocorreu no espaço da diocese de Lisboa, o que poderia ser explicado

pelo facto de lhes permitir uma fácil deslocação entre as diferentes instituições a que estavam ligados, mas também pela riqueza dos benefícios eclesiásticos da zona e pelo peso e força das redes sociais aí implantadas.

Apesar da distribuição espacial das acumulações, ficou provado que a colegiada de São Lourenço sentiu no final de Quatrocentos, como outros cabidos colegiais da diocese, os efeitos do absentismo dos seus membros. Os raçoeiros foram os primeiros a aderir às práticas absentistas a partir de 1471, sendo apenas seguidos pelos priores, muito mais tarde, cerca de 1501-1511. Essas ausências fortaleceram a posição dos raçoeiros presentes, dos curas, dos priores e dos ecónomos no funcionamento da instituição. Tal ocorrência parece sugerir a necessidade de mais estudos sobre o cargo de ecónomo a fim de esclarecermos melhor as suas funções.

Os visitantes, como em outros locais da diocese, não procuraram eliminar as práticas absentistas do prior e raçoeiros mas sim, regulamentá-las. O retorno da quase totalidade dos raçoeiros à colegiada apenas ocorreu no princípio de Quinhentos, num momento em que os raçoeiros não acumulavam outros benefícios eclesiásticos e que as práticas absentistas do prior punham em causa a administração da instituição e, por conseguinte, os seus réditos.

O crescimento das práticas absentistas nesse final de século parece, no entanto, não ter conduzido a uma falta de zelo dos clérigos na celebração dos ofícios litúrgicos. Não obstante, os visitantes encontraram alguns problemas recorrentes na celebração dos aniversários, assim como as tentativas ilegais dos clérigos de administrarem uma das capelas da instituição, a da Flor da Rosa e assim assegurarem as funções que competiam aos capelães, a fim de aumentarem os seus réditos. De igual modo, o absentismo parece não ter levado os clérigos a demonstrarem desleixo na conservação do edifício, dos paramentos e das alfaías litúrgicas.

No domínio do ensino, a colegiada, ao contrário do que aconteceu em outros cabidos colegiais, nunca teve um mestre-escola, possivelmente porque a estratégia dos patronos tivesse tornado desnecessária essa dignidade. Uma das famílias patronais, a dos Nogueira fundou capelas com responsabilidades educativas em São Lourenço e reorganizou as rendas da colegiada de modo a que contribuíssem para a formação dos estudantes das capelas, numa clara intenção de assim garantir, através dos réditos da colegiada, parte dos estudos da família. Tal permitiu à família patronal continuar a promover a ascensão social dos seus membros e protegidos através do serviço régio em tarefas que a sua formação académica favorecia. Uma vez nobilitada a família e assegurada a sua presença na corte, os patronos acabariam por negligenciar as funções educativas das capelas e, por vezes, chegaram mesmo a extingui-las.

Deste modo, os clérigos da colegiada viram parte da rendas da instituição serem aplicadas no apoio a alunos universitários, mas poucos beneficiaram dessa ajuda. A colegiada parece apenas ter beneficiado da estratégia dos patronos com a nomeação de dois estudantes para o cargo de prior, nomeadamente Pedro Eanes (1349-1351) e Estêvão Miguéis (1385-



1416). Apesar de a colegiada continuar a possuir préstimos dedicados aos estudantes, mesmo depois da nobilitação da família patronal, os clérigos parecem não ter continuado a beneficiar dessas quantias. Não sabemos se teria sido esse o motivo para a quebra do número de clérigos com formação universitária em São Lourenço na centúria de Quatrocentos.

A estratégia dos Nogueira no apoio a estudantes universitários contou também com a formação e conservação de bibliotecas associadas às capelas, como foi o caso das iniciativas de Mestre Pedro, de D. Afonso Dinis e de Mestre João das Leis. Os livros doados reflectiam os percursos académicos dos doadores e os que estes consideravam mais vantajosos para os alunos, sendo por isso o espólio livresco formado principalmente por livros de Teologia, Medicina e, mormente, Direito. O espólio acumulado acabaria por ser muito superior ao de outras bibliotecas do seu tempo, sobretudo quando comparado com o da colegiada.

Os Nogueira, ao contrário de outros homens da sua época, não instituíram uma consulta obrigatória dos livros *in loco*, mas favoreceram sim o empréstimo dos livros. Paladinos dessa prática parecem ter sido os casos de Mestre João das Leis e Rui Nogueira, uma vez que foram os administradores que mais livros emprestaram. Os requisitantes parecem ter sido provavelmente estudantes das áreas de Medicina e Direito próximos dos Nogueira, mas a nobilitação da família levaria também algumas figuras da corte a requisitar esses livros. Uma vez mais, os clérigos de São Lourenço ocuparam uma posição reduzida entre os requisitantes dos livros.

O fim dos empréstimos de livros parece ter sido concomitante com a diminuição da concessão do número de préstimos das capelas e da colegiada, símbolo da vontade dos Nogueiras do século XV, recentemente nobilitados.

A relação dos Nogueira com a colegiada de São Lourenço iria muito para além da estratégia da família em custear a formação universitária dos seus membros e protegidos com os réditos da instituição. A primeira geração pretendeu desde logo dominar a colegiada através da fundação da capela de Mestre Pedro, da reorganização dos rendimentos da igreja e, por fim, da obtenção do direito de padroado, dando os primeiros passos para transformar a colegiada numa «igreja-panteão».

As gerações vindouras perceberam a importância dessa estratégia para a sua afirmação social e perpetuação da sua memória. No século XIV, fundaram e sediaram os seus morgadios e capelas em São Lourenço, mas na centúria seguinte deixaram de fundar vínculos e procuraram apenas beneficiar do património e capital simbólico dos já existentes. Os vínculos tinham como objectivos, à semelhança do que acontecia em outros casos do seu tempo, assegurar a indissolubilidade do património da família e custear com este as funções litúrgicas, pias e educativas das capelas. Os fundadores e administradores regulamentaram as normas de sucessão dos administradores, os seus comportamentos e os mecanismos de consolidação

patrimonial dos vínculos. Alguns privilegiaram a descendência primogênita, enquanto outros preferiram apoiar a descendência secundogênita.

Mestre João das Leis foi o primeiro a tentar reunir em si a administração do maior número possível de vínculos, vindo essa estratégia a ser seguida pelos seus sucessores, mesmo quando isso implicava contrariar as normas de sucessão estabelecidas pelos fundadores e pelos administradores anteriores. Os administradores tiveram sempre a preocupação de reforçar o património das instituições que administraram, sobretudo nos períodos de crise. Nesses momentos os administradores procuraram investir as quantias monetárias dos morgadios e capelas em propriedades, de modo que a pudessem beneficiar de um investimento sólido que não desvalorizasse devido à conjuntura de crise.

Até aos Brito, os membros da família preferiram geralmente ser sepultados nas suas capelas ou na igreja de São Lourenço. Mesmo os que se recusaram a fazê-lo, fundaram e foram sepultados em igrejas e capelas dedicadas a São Lourenço, símbolo de como a devoção à figura do mártir laurentino acabaria por se revelar como um elemento importante na identidade da família e ainda como um dos seus elementos aglutinadores.

Os testantes pretenderam eternizar a sua memória principalmente nas capelas que fundaram ou naquelas em que seriam sepultados, através da regulamentação das suas funções litúrgicas e do número, das funções, dos critérios de recrutamento e dos réditos dos capelães. No mesmo sentido deve ser interpretada a manutenção por algumas capelas, dos pobres envergonhados da família uma vez que as suas orações contribuiriam para a salvação da alma dos defuntos e permitiam ao administrador ocupar um lugar no quotidiano da colegiada e assim demonstrar o poder do seu morgadio. A preocupação dos fundadores em assegurarem não só a boa gestão do património mas principalmente, o cumprimento das suas determinações litúrgicas e pias, levava-os a delegar numa autoridade externa com poder judicial a fiscalização dessas matérias, embora nem sempre revelassem sucesso na execução dessas funções.

Os Nogueira escolheram normalmente a colegiada como o segundo local para perpetuarem a sua memória, o que não só deixou de revelar mais uma vez a diferença que estabeleciam entre o património e o capital simbólico das suas capelas e da colegiada, como também que foi esse o campo em que a colegiada mais beneficiou da sua relação com os patronos. Os testadores pretenderam eternizar a sua memória na colegiada através da fundação de aniversários seguindo, a sua escolha dos dias, a tendência da época.

Além disso, a colegiada foi a instituição eclesiástica à qual os Nogueira fizeram mais doações e deixaram os legados mais substanciais, sendo a maioria formada por somas monetárias. De acordo com a proposta de Hermínia Vilar para outras instituições eclesiásticas, a diferença nos tipos de legados outorgados seria determinada, mormente, em função da

condição social dos doadores<sup>1185</sup>, sendo neste caso para os Nogueira, como membros da elite urbana, mais fácil dispor de quantias em numerário do que de imóveis. No entanto, as últimas vontades dos Nogueira matizaram esta hipótese e sugerem uma leitura diferente, na qual o reduzido número de doações de propriedades às instituições religiosas resultava antes da progressiva vontade dos membros da família em doarem todos os seus bens imóveis às suas capelas, ou serem impedidos pelas normas de alguns dos fundadores de doar a sua terça.

A relação dos Nogueira com a colegiada permitiu também, como em outros casos, embelezar e preservar o templo religioso, uma vez que os patronos se empenharam em ornamentar os seus túmulos, em repararem os dos seus antepassados, assegurando ainda a conservação do templo, doando instrumentos musicais e relíquias à colegiada e assim transformando a colegiada num local de peregrinação.

No entanto, a partir da nobilitação, os patronos começaram a revelar outras práticas devocionais e a aproximarem-se das ordens monásticas para construírem uma imagem mais nobilitante da família, o que paulatinamente punha em causa a sua relação com as capelas e, sobretudo, com a colegiada.

A chegada dos Brito, no final do século XV, fez com que os esforços dos Nogueira para eternizarem a sua memória sofressem um rude golpe. Por um lado, alguns patronos tiveram de adequar legitimamente as responsabilidades de algumas capelas às novas disponibilidades económicas dos vínculos, o que ditou uma redução drástica das cerimónias de perpetuação da memória dos Nogueira a cargo dessas capelas. Por outro lado, alguns administradores, sendo o caso mais gritante o de Simão de Brito, revelaram desleixo no cumprimento das responsabilidades litúrgicas e da conservação do espaço da capela e, por conseguinte, da colegiada.

Não obstante, o principal corte com a memória dos Nogueira e com a colegiada, acabaria por ser a fundação de um convento de dominicanas observantes por Luís de Brito e Joana Ataíde e, sobretudo, a intenção do casal de se fazer sepultar numa capela instituída nessa instituição, o que dava novo lugar ao panteão da família. De facto, a ligação primeiro de D. Afonso Nogueira e, depois, de Luís de Brito e a sua mulher aos observantes, leva-nos a equacionar a influência desses movimentos na transformação das práticas devocionais tradicionais dos membros das elites urbanas e cortesãs.

Tal como qualquer trabalho histórico, a nossa investigação resultou de um conjunto de opções permitidas pela documentação reunida. Temos noção que a documentação permitiria o estudo de outros aspectos do funcionamento da colegiada, mas que os prazos para a realização de uma dissertação de mestrado e as nossas escolhas iniciais não nos permitiram desenvolver, como é o estudo da formação e da gestão do património da instituição. Temas, que a serem

---

<sup>1185</sup> Hermínia VILAR, *A Vivência da Morte na Estremadura Portuguesa (1300-1500)*, Redondo, Patrimonia, 1995, p. 175

trabalhados, colocariam certamente novas questões e completariam a imagem que pretendemos aqui traçar sobre a colegiada de São Lourenço de Lisboa.

## Bibliografia

### 1. Fontes manuscritas

#### LISBOA

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

*Chancelarias régias*

*Chancelaria de D. Afonso V*

Livros – 16, 34

*Chancelaria de D. Manuel*

Livro – 31

*Gavetas*

XIX – maço 14

*Leitura Nova*

Livro dos Padroados

Livro – 2

Livros da Estremadura

Livro – 5

*Registo do Arquivo. Arquivo do Arquivo,*

Livro – 7

*Arquivo do Hospital de S. José*

Livro – 62

Livro – 91

*Arquivos Particulares*

*Arquivo da Casa dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira*

Cx – 1, 4, 5, 7, 10

*Colegiada de Santo Estêvão de Alfama*

Maços – 10, 12, 14, 19

*Colegiada de S. Lourenço de Lisboa*

Maços – 1-8

*Colegiada de Santiago e São Martinho de Lisboa*

Maço - 2

## **2. Fontes impressas**

*A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado.* Introdução de Maria João V. BRANCO. Edição, tradução e notas de Aires A. NASCIMENTO, Lisboa, Vega, 2001.

AZEVEDO, Pedro A. de, “Pergaminhos de S. Pedro de Óbidos”, *O Archeologo Português*, vol. XVII, 1-9 (Janeiro-Setembro 1912), pp. 196-204, 299-303; vol. XVIII, 1-12 (Janeiro-Dezembro 1913), pp. 108-129; vol. XIX, 1-6 (Janeiro-Junho 1914), pp. 46-83.

AZEVEDO, Pedro de, *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, tomo I (1413-1450), Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1915.

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. 3 vols.

BOISSELLIER, Stéphane, *Registres fiscaux et administratifs de bénéfices ecclésiastiques du royaume portugais XIII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles (Édition et présentation). Contribution à l'étude du phénomène administratif*, Memória inédita de Habilitação para dirigir projectos de Investigação, Université Paris I – Sorbonne, 2002.

*Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos reis e rainhas. Documentos para a história da cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954.

*Chancelaria de D. Afonso III – Livro I e Livros II e III*, edição de Leontina VENTURA e António Resende de OLIVEIRA, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007-2011. 3 vols.

*Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*. Organização de A. H. de Oliveira MARQUES, Lisboa, INIC, 1990-1992. 3 vols.

*Chancelarias portuguesas: D. Duarte*, organização e revisão de João José Alves DIAS, Lisboa, Universidade Nova-Centro de Estudos Históricos, 2002. 3 vols em 4 tomos.

*Chancelarias portuguesas: D. João I*, organização e revisão João José Alves DIAS, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2005.

*Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I*. Edição preparada por A. H. de Oliveira MARQUES, Lisboa, INIC, 1982.

CONCEIÇÃO, Fr. Apolinário da, *Demonstraçam historica da primeira e real parochia de Lisboa de que há singular patrona e titular N. S. dos Martyres.*, Lisboa, Off. Ignacio Rodrigues, 1750.

DINIS, António Joaquim Dias, *Monumenta Henricina*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1960-1978. 15 vols.

COSTA, António Domingues de Sousa, *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Roma-Braga, Editorial Franciscana, 1968-1982. 4 vols.

CUNHA, D. Rodrigo da *História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa. Vida e acçoens de sevs prelados & varões eminentes em santidade, que nella florecerão*, Lisboa, Manoel da Silva, 1642.

*Documentos da Biblioteca Nacional relativos a Lisboa. Primeira Série. Séculos XIII a XV*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1935.

“Fructos da igreja de S. Lourenço (Lisboa)”, *Revista Archeologica*, III (1889), pp. 111-112.

GAMA, Eurico, *Pergaminhos da Colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Elvas*, Lisboa, s.n., 1968.

*Livro das Igrejas e capelas do padroado dos reis de Portugal*, introdução de Joaquim Veríssimo SERRÃO, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

*Livro de Linhagens do século XVI*, edição de António Machado de FARIA, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1956.

MARTINS, Ana Maria, *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa. Da Produção Primitiva ao Século XVI*. Lisboa, IN-CM, 2001.

MENDONÇA, Manuela, *Tombos de Três Igrejas de Lisboa. S. Pedro de Alfama, S. João da Praça e Sta. Marinha do Outeiro (Séculos XV-XVI)*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a história de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1887. 17 vols.

*Pergaminhos da Colegiada de S. Pedro de Évora*, Évora, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora – Serviços de Turismo da Câmara Municipal, 1941.

PEREIRA, Isaías da Rosa, “Visitações de Santiago de Óbidos (1434-1481) I”, *Lusitânia Sacra*, 8 (1967-1969), pp. 103-221.

*Id.*, “Visitações de Santiago de Óbidos (1482-1500) II.”, *Lusitânia Sacra*, 9 (1970-1971), pp. 79-116.

*Id.*, “As visitas paroquiais como fonte histórica”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III série, 15 (1971), pp. 11-71.



*Id.*, “Visitações de S. Miguel de Sintra e de Santo André de Mafra (1466-1523)”, *Lusitânia Sacra*, 10 (1978), pp. 135-257.

*Id.*, “Livros de aniversários de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e de Santiago de Coimbra”, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 34, (1978), pp. 379-394

*Id.*, “As constituições da igreja de São Pedro de Almedina de cerca de 1348”, *Revista da Universidade de Coimbra*, 31 (1985), pp. 223-236.

*Id.*, “Visitações de Santo Estêvão de Alfama: 1528-1539”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, vol. 32/1 (1989), pp. 297-357.

*Id.*, “Visitações de Santiago de Óbidos (1501-1540)”, *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, 1 (1989), pp. 245-335.

*Id.*, “Visitas paroquiais dos séculos XIV, XV e XVI”, *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, 4 (1992), pp. 311-344.

*Id.*, “Visitações da igreja de São Miguel de Torres Vedras (1462-1524)”, *Lusitânia Sacra*, 2ª Série, 7 (1995), pp. 181-252.

PORTALEGRE, Paulo de, *Novo Memorial do Estado Apostólico. Primeira crónica dos Lóios*, ed. Cristina SOBRAL, Lisboa, Roma Editora, 2007.

SYLVA, Joaquim Roberto da, *Relaçam da Solemne Procissam do Corpo de Deos, que aos dous de Setembro de 1582. fez a Irmandade do Santissimo Sacramento da Freguesia de S. Juliaõ desta Cidade, em acçam de graças pela vitoria, que as nossas armas alcançaraõ no mesmo tempo da Armada Franceza*, Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1731.

SÁ, Artur Moreira de; Francisco da Gama CAEIRO e António Domingues de Sousa COSTA, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Lisboa, Instituto da Alta Cultura,

Instituto Nacional de Investigação Científica e Fundação Para a Ciência e a Tecnologia, 1966-2004. 16 vols.

SOUSA, J. M. Cordeiro de, *Inscrições Portuguesas de Lisboa (séculos XII a XIX)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940.

*Synodicum Hispanum*. Dirigido por Antonio GARCIA Y GARCIA. Vol. II : *Portugal*. Edição de Francisco RODRIGUEZ et alii. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.

*Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora. A comemoração dos que passaram deste mundo*, edição de Maria José Azevedo SANTOS, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2008.

### **3. Instrumentos de pesquisa**

*As Gavetas da Torre do Tombo*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977, 12 vols.

AZEVEDO, Pedro A. de; BAIÃO, António, *O Arquivo da Torre do Tombo. Sua história, corpos que o compõem e organização*, fac-símile da ed. de 1905, nota prévia de Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Livros Horizonte, 1989.

*Chancelaria de Dom Afonso V*, edição do Centro de Estudos Damião de Góis, s.d. (sumários dos documentos da chancelaria desse monarca em base de dados).

COSTA, Avelino de Jesus da, “Arquivos eclesiásticos” em António Banha de ANDRADE, dir. *Dicionário da História da Igreja em Portugal*, Lisboa, vol. I, 1980, pp. 515-553.

*Documentos Medievais (1179-1383)*. Arquivo Municipal de Lisboa, Catálogo, coordenação de Inês Morais VIEGAS e Miguel Gomes MARTINS; investigação,

textos e índices de Miguel Gomes MARTINS, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa – Departamento de Património Cultural/Arquivo Municipal de Lisboa, 2003.

FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias; JARA, Anabela Azevedo, *Mesa da Consciência e Ordens*, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo, 1997.

*Id.*; RAMOS, Maria de Fátima Dentinho Ó, *Núcleo Antigo - Inventário*, Lisboa, Arquivos Nacionais-Torre do Tombo, 1996.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, “A Chancellaria de D. Afonso V”, *Arquivo Histórico Português*, vol. II, (1904), pp. 479-487; vol. III, (1905), pp. 62-74, 130-154, 212-236, 401-440.

*Id.*, “A Chancellaria de D. João II”, *Arquivo Histórico Português*, vol. II, (1904), pp. 337-343.

*Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo. Primeira Parte: Instituições do Antigo Regime*, vol. I e II – *Administração Central*, coord. José MATTOSO, Maria Madalena Moura Machado GARCIA, Maria do Carmo Jasmins Dias FARINHA, José MARIZ e António FRAZÃO, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo, 1998-1999.

*Guia Preliminar dos Fundos de Arquivo da Biblioteca Nacional*, introd. e org. Lúcia de Azevedo MARTINS, Maria da Luz Nogueira REI, Maria Madalena GARCIA e Teresa A. S. Duarte FERREIRA, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1994.

MARQUES, A. H. de Oliveira, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, 3ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1988.

*Medieval and Early Modern Jurists: A Bio-Bibliographical Listing*, Keneth PENNINGTON coord., <http://faculty.cua.edu/pennington/biobibl.htm> [11 de Novembro de 2012].

PEREIRA, Arnaldo António, “Arquivos Históricos de Lisboa: contribuição para um roteiro”, *CLIO- revista do centro de História da Universidade de Lisboa*, 4, (1982), 95-120.

PEREIRA, Isaiás da Rosa, “Manuscritos do Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa”, in *Lumen*, Ano XXX, Vol. XXX, (1966), pp. 465-472.

*Ead.*, “Inventário Provisório do Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa”, in *Lusitânia Sacra*, Nº 9, (1970-1971), pp. 311-385.

ROSA, Maria de Lurdes Rosa, *Relatório do trabalho executado pelo grupo de Estagiários do Curso de Técnicos Adjuntos de Arquivo-Variante de Arquivos Religiosos no Arquivo do Patriarcado de Lisboa*, Lisboa, s.n, 2000.

*Ead.*, e PENTEADO, Pedro, “Arquivos Eclesiásticos”, em Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2000, pp. 118-133.

RAU, Virgínia, “Arquivos de Portugal: Lisboa”, in *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Presença, 1985, pp. 178-210.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; Isabel Castro PINA; Maria Filomena ANDRADE e Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva SANTOS, *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

#### **4. Estudos**

ALEXANDRE-BIDON, Danièle e Marie-Thérèse LORCIN, *Système Educatif et Cultures dans L'Occident Médiéval*, Paris, Ophrys, 1988.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, edição preparada e dirigida por Damião PERES. Porto, Portucalense Editora, 1967-1971. 4 vols.

- AMARO, Clementino, “Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível” em *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 61-71.
- ANDRADE, Amélia Aguiar, *Vilas, poder régio e fronteiras: o exemplo do Entre Lima e Minho Medieval*, Tese de doutoramento em História da Idade Média, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 1994.
- Ead., “La dimensión urbana de un espacio atlántico: Lisboa” em *XXXIII Semana de Estudios Medievales. Estella, 17 a 21 de julio de 2006*, Pampluna, Gobierno de Navarra, 2007, pp. 347-375.
- ANDRADE, António Alberto Banha de, “Colegiadas – sua função, em especial a do ensino” em *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua colegiada*, vol. V, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1982, pp. 9-15.
- ANTUNES, José, “Ensino I. Época Medieval” em Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 110-117.
- Carlos AYLLÓN GUTIÉRREZ, “Iglesia y Poder en El Marquesado de Villena. Los orígenes de la Colegiada de Belmonte”, *Hispania Sacra*, 121 (2008), pp. 95-130.
- BANDEIRA, Ana Maria Leitão, “Bibliotecas eclesiásticas” em Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 214-217.
- BARROS, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2ª edição dirigida por Torquato de Sousa SOARES, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945. 11 vols.
- BATTELI, Guido, “Due celebri monaci portughesi in Firenze nella prima metà del XV secolo: L’Abate Gomes e l’Abate Velasco di Portogallo”, *Archivio Storico Italiano*, XCVI (1938), pp. 218-227.

- BOISSELLIER, Stéphane, *Le peuplement médiéval dans le Sud du Portugal. Constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires (XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles)*, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003.
- BOTÃO, Maria de Fátima, *Poder e influência de uma igreja medieval: a colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém*, Cascais, Patrimonia, 1998.
- BRANCO, Maria João, “A conquista de Lisboa revisitada”, *Arqueologia Medieval*, 7 (2001), p. 217-234.
- Ead., “Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração”, *Lusitânia Sacra*, 2<sup>a</sup> série, 10 (1998), pp. 55-94.
- BRUNDAGE, James E., *The Medieval Origins of the Legal Profession. Canonists, Civilians and Courts*, Chicago, Chicago University Press, 2008.
- Ead., “The Teaching and Study of Canon Law in the Law Schools”, in *The History of Medieval Canon Law in the Classical Period, 1140-1234. From Gratian to the Decretals of Pope Gregory IX*, eds. Wilfried HARTMANN and Kenneth PENNINGTON, Washington DC, The Catholic University of America Press, 2008, pp. 98-121.
- CAEIRO, Francisco da Gama, “As Escolas Capitulares no primeiro século da Nacionalidade Portuguesa”, *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol. I, 2 (1966), pp. 1-48.
- CAMPOS, Maria Amélia, “Estudar uma Colegiada Urbana Medieval no contexto de um projecto de doutoramento” em Flávio MIRANDA e Joana SEQUEIRA, coords. *Incipit 1. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2009-10*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, 2012, pp. 57-64.
- CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa, Edições Colibri - CIDEUS, 2004.

- CARPENTER, Christine, “The religion of the gentry of fifteenth-century England” em Daniel WILLIAMS, ed. *England in the fifteenth century*, Woodbridge, The Boydell Press, 1987, pp. 53-74
- CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, 3ª edição transcrita da 2ª edição revista e ampliada pelo autor e com anotações de Augusto Vieira da SILVA, Lisboa, Imprensa Municipal da CML, 1934-1938. 12 vols.
- CASTRO, Alberto Pereira de, *A Igreja de Santo Estêvão de Valença do Minho e a formação da colegiada*, Valença, Comissão da Fábrica da Igreja paroquial de Santa Maria dos Anjos, 2000.
- CLEMENTE, Manuel, “LISBOA, Diocese e patriarcado de” em Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 93-113.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, “Les relations du Savoir et du Pouvoir dans le Portugal médiéval (XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles)” em R. AVERORN, W. EBERHARD, R. HAAS e B. SCHMIES, eds. *Europa und die Welt in der Geschichte. Festschrift für Dieter Berg zu seinem 60. Geburtstag*, Bochum, Verlag Dr. Dieter Winkler, 2004, p. 313-334.
- Ead.*, “O que se vem investigando em História da Igreja em Portugal em tempos Medievais”, *Medievalismo*, ano 16, 16 (2006), pp. 205-223.
- COELHO, Teresa de Campos, “Trabalhos de recuperação da Igreja de S. Lourenço de Lisboa”, *Revista Pedra & Cal*, 0 (Out.-Dez. 1998), pp. 38-41.
- CONDE, Manuel Sílvio *Uma Paisagem Humanizada. O Médio Tejo nos Finais da Idade Média*, vol. I, Cascais, Patrimónia, 2000. 2 vols.

COSTA, Adelaide Millan da, “O espaço dos vivos e o espaço dos mortos na cidade (séculos XIV e XV)” em José MATTOSO, dir. *O reino dos mortos na Idade Média*, Lisboa, Sá da Costa, 1996, pp. 177-186.

*Ead.*, *Projecção espacial de domínios. Das relações de poder ao burgo portuense (1385-1502)*, dissertação de Doutoramento em História, Universidade Aberta de Lisboa, 1999.

*Ead.*, “Prosopografia das elites concelhias e análise racional: a intersecção de duas abordagens” em Filipe Themudo BARATA, *Elites e Redes Clientelares na Idade Média: Problemas Metodológicos*, Lisboa, Edições Colibri-CIDEHUS-Universidade de Évora, 2001, pp. 63-70.

COSTA, António Domingues de Sousa, “Mestre Afonso Dinis, médico e secretário de D. Afonso IV, Professor na Universidade de Paris”, *Itinerarium*, vol. III, 15 (Março-Junho 1957), pp. 370-417 e 16-17 (Julho-Agosto 1957), pp. 510-607.

*Id.*, “D. Gomes, reformador da Abadía de Florença, e as tentativas de reforma dos mosteiros portugueses no século XV”, *Studia Monastica*, vol. 5, 1 (1963), pp. 123-160.

*Id.*, “Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XIV” em *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média, Actas das 1<sup>as</sup> Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I Lisboa, Instituto da Alta Cultura, 1973, pp. 259-327.

*Id.*, “Colegiada”, em Joel SERRÃO, dir. *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, p. 99.

*Id.*, “Estudos superiores e universitários em Portugal no reinado de D. João II”, *Biblos*, LXIII (1987), pp. 253-334.



- Id.*, “D. João Afonso de Azambuja, cortesão, bispo, arcebispo, cardeal e fundador do convento das dominicanas do Salvador de Lisboa”, *Arquivo Histórico Dominicano Português*, vol. IV, 2 (1989), pp. 1-150.
- COSTA, Maria Antonieta Moreira da, *O Cabido de Braga na Segunda metade da centúria de Duzentos (1245-1278)*, dissertação de Mestrado, Braga, Universidade do Minho, 2000.
- COSTA, D. Marcus de Noronha da, *O Morgadio de Santo Estevão de Beja*, Ponta Delgada, s.e., 2005.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida, “O Direito (Cânones e Leis)” em *História da Universidade em Portugal*, vol. I, tomo I: (1290-1536), Coimbra, Universidade de Coimbra/Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 271-283.
- COSTA, Teresa e Filipe CALVÃO, “Fundação de capelas na Lisboa Quatrocentista: da morte à vida eterna”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 13-14 (2001-2002), pp. 337-368.
- CRISTINO, Luciano Coelho, «A colegiada de Ourém das origens ao século XVII» in *Ourém. Estudos e Documentos*, Ourém, 1982, p. 26-27
- DAVID, Dionísio, *Escultura funerária portuguesa no século XV*, dissertação de mestrado em História da Arte Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas- Universidade Nova de Lisboa, 1990. 2 vols.
- DE CEVINS, Maria-Madeleine, “Relations de dépendence spirituelle entre corps de ville et églises paroissiales en Hongrie au bas Moyen Âge”, *Revue d' Histoire Ecclésiastique*, 92/2 (1997), pp. 395-418.
- FARELO, Mário, *La peregrinatio academica portugaise vers l'Alma mater parisienne, XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles*, dissertação de Mestrado em História, Université de Montreal, 1999.
- Id.*, *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus Cónegos (1277-1377)*, dissertação de Mestrado em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003. 3 vols.

*Id.*, “O direito de padroado na Lisboa medieval”, *Promontoria*, 4 (2006), pp. 267-289.

*Id.*, “Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa, os «Nogueiras»” em Luís KRUS; Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís FONTES, dirs. *Lisboa Medieval: os rostos da cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 145-168.

*Id.*, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, dissertação de Doutoramento em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008.

*Id.*, “La vocation scolaire de la chapelle de maître Pierre de Lisbonne au XIV<sup>e</sup> siècle”, *Medievalista online*, 7 (2009), pp. 1-44.

*Id.*, “Os morgadios dos Nogueiras: entre a medieval estratégia de poder e a moderna lógica documental” em Maria de Lurdes ROSA, dir. *Colóquio internacional Arquivos de família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM-CHAM-Caminhos Romanos, 2012, pp. 185-204.

FERNANDES, Hermenegildo, *Organização do Espaço e Sistema Social no Alentejo. O caso de Beja*, dissertação de Mestrado em História Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa, 1991.

FERREIRA, Catarina; Sandra LOPES e Pedro HENRIQUES, “Solução baseada na Web para Aquisição e Tratamento de Fontes Históricas” [[www3.di.uminho.pt/~gepl/SIEP/docs/CAPSI04Siepv9.doc](http://www3.di.uminho.pt/~gepl/SIEP/docs/CAPSI04Siepv9.doc)].

FREITAS, Judite Gonçalves de, “O Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrâneo na itinerância régia de meados do século XV” em Natália Marinho ALVES, Maria Cristina Almeida CUNHA e Fernanda RIBEIRO, eds. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. II, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património e Departamento de História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 497-511.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Braga, Carvalhos de Basto, 1989-1990, 12 vols.

GARCÍA TURZA, Javier, “La colegiata de San Miguel de Alfaro en la Edad Media: notas para su estudio”, *Aragón en la Edad Media*, 14 (1999), pp. 675-692.

GOMES, Rita Costa, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.

*Id.*, “Letters and Letter-writing in Fifteenth Century Portugal” em Regina SCHULTE e Xenia von TIPPELSKIRCH, eds. *Reading, Interpreting and Historicizing: Letters as Historical Sources. European University Institute Working Paper HEC. N° 2004/2*, Florence, Badia Fiesolana, 2004, pp. 11-36.

GOMES, Saul António, “Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no priorado de Leiria nos séculos XII a XV”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 4 (1992), pp. 163-310.

*Id.*, “Mundo rural e mundo urbano” em Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, dirs. *Nova História de Portugal*, vol. III: *Portugal em definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado portugalense à Crise do Século XIV*, Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM, coords. Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 386-399.

*Id.*, “A religião dos clérigos: vivências espirituais, elaboração doutrinal e transmissão cultural” em Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *História Religiosa de Portugal*, vol. I: *Formação e Limites da Cristandade*, Ana Maria C. M. JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES, coords. Rio de Mouro, Círculo dos Leitores, 2000, pp. 339-419.

GRAF, Carlos Eduardo de Verdier, *D. João Esteves da Azambuja: exemplo da interligação de poderes (séculos XIV e XV)*, dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.

GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves, *A colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em tempos medievais: das origens ao início do séc. XV*, dissertação de mestrado em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000, 2 vols.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, “Conselho real ou conselheiros do Rei? A propósito dos «Privados» de D. João I”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. II, 4 (1987), p. 9-68.

*Id.*, “A sociedade política joanina (1383-1433): para uma visão de conjunto”, *En la España medieval*, 12 (1989), pp. 231-242.

*Id.*, *O Desembargo régio (1320-1433)*, Porto, INIC-Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho e Judite Gonçalves FREITAS, “A Prosopografia dos Burocratas Régios (Séculos XIII-XV): da elaboração à exposição dos dados” em Filipe Themudo BARATA, coord. *Elites e Redes Clientelares na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri-CIDEHUS-Universidade de Évora, 2001, pp. 171-210.

HUGHES, Jonathan, *Pastors and visionaries. Religion and secular life in late medieval Yorkshire*, Woodbridge, The Boydell Press, 1988.

JORGE, Ana Maria, “A vida monástica na Hispânia durante a Antiguidade Tardia” em Carlos Moreira de AZEVEDO, dir. *História Religiosa de Portugal*, vol. I: *Formação e Limites da Cristandade*, Ana Maria C. M. JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES, coords. Rio de Mouro, Círculo dos Leitores, 2000, pp. 203-212.

*Id.*, “*Fasti Ecclesiae Portugaliae*: prosopografia do clero catedralício português (1071-1325)”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 13-14 (2001-2002), pp. 665-666.

*Id.*; Ana Maria S. A. RODRIGUES; Hermínia V. VILAR; Pedro R. HENRIQUES e Sandra LOPES, “Construção e exploração de uma base de dados prosopográfica normalizada do clero na Idade Média”, *Cadernos Neps*, 2, pp. 49-67.

*Id.*; Bernardo de SÁ-NOGUEIRA; Filipa ROLDÃO e Mário FARELO, “La dimension europeénne du clergé de Lisbonne (1147-1325)” em *A Igreja e o Clero Português no contexto europeu*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa – Universidade Católica Portuguesa, 2005, pp. 19-43.

LAVAJO, Joaquim Chorão, “Islão e cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa” em Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *História Religiosa de Portugal*, vol. I: *Formação e Limites da Cristandade*, Ana Maria C. M. JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES, coords. Rio de Mouro, Círculo dos Leitores, 2000, pp. 91-133.

LIMA, Maria Justiniana Pinheiro Maciel, *O Cabido de Braga no tempo de D. Dinis (1278-1325)*. Dissertação de Mestrado em História e Cultura Medievais, Universidade do Minho, 1998. Publicação Cascais, Patrimónia, 2003.

LOPES, Fernando Félix, “Das actividades políticas e religiosas de D. Fr. Estêvão, bispo que foi do Porto e de Lisboa”, *Lusitânia Sacra*, VI (1962-1963), pp. 25-90.

LOWE, Kate, “Rainha D. Leonor of Portugal’s patronage in Renaissance Florence and Cultural Exchange” em Kate J. P. LOWE, ed. *Cultural Links between Portugal and Italy in the Renaissance*, Oxford-New York, Oxford University Press, 2000, pp. 225-248

MARE, Albinia de la, “Notes on Portuguese patrons of the Florentine books trade in the fifteenth century” em Kate J. P. LOWE, ed. *Cultural Links between Portugal and Italy in the Renaissance*, Oxford-New York, Oxford University Press, 2000, pp. 163-182.

MARQUES, António H. de Oliveira, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1987.

*Id.*, “As instituições de cultura” em Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, dirs. *Nova História de Portugal*, vol. V: *Portugal. Do Renascimento à Crise Dinástica*, João José Alves DIAS, coord. Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 468-482.

MARQUES, José, «Património e rendas da colegiada de Guimarães, em 1442» in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua colegiada*, vol. II, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1982, p. 213-237.

*Id.*, «A colegiada de Guimarães no priorado de Dom Afonso Gomes de Lemos (1449-1487)» in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua colegiada*, vol. 2, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1982, p. 239-323.

*Id.*, *A Arquidiocese de Braga no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

*Id.*, *A colegiada e o hospital de Santa Maria de Abade de Neiva nos séculos XIV e XV*, Barcelos, [s.n.], 1993.

MARQUES, Maria Alegria, “Alguns aspectos do padroado nas igrejas e mosteiros da diocese de Braga (meados do séc. XIII)” em *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Actas do Congresso Internacional*, vol. II/1, Universidade Católica Portuguesa-Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 359-387.

*Id.*, “O Clero-Homens de oração” em Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, dirs. *Nova História de Portugal*, vol. III: *Portugal em definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado portucalense à Crise do Século XIV*, Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM, coords. Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 225-251.

MARQUES, Maria Inês Gonçalves, *A Colegiada de S. Martinho de Sintra nos séculos XIV e XV: Património e gestão*, Cascais, Patrimonia, 1999.

MARTÍN Y MARTÍN, José Luis, “El poblamiento de Portugal según «collectoriae» vaticanas del siglo XIV: diócesis de Lisboa y Coimbra”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – História*, IIª série, vol. XIII (1996), pp. 123-151.

MARTINS, Fernando, *A Colegiada de Santa Cruz do Castelo e a capela de D. Isabel de Sousa*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996.

MARTINS, Miguel Gomes, “A família Palhavã (1253-1357). Elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXII (1997-1998), pp. 35-93.

*Id.*, “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 3 (1999), pp. 10-60.

*Id.*, “Estêvão Vasques Filipe: O percurso de um guerreiro em finais de Trezentos”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 5 (2001), pp. 10-47.

*Id.*, “Estêvão Cibrães e João Esteves: A família Pão e Água em Lisboa (1269-1342)”, *Arqueologia e História*, 53 (2001), pp. 67-74.

*Id.*, *Lisboa e a guerra nos finais da Idade Média (1367-1411)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

*Id.*, “Os Alvernazes: Um percurso familiar e institucional entre finais de Duzentos e inícios de Quatrocentos”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 6 (2002), pp. 10-43.

*Id.*, *A Alcaidaria e os alcaides de Lisboa durante a Idade Média: 1147-1433*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa Departamento de Bibliotecas e Arquivos Divisão de Gestão de Arquivos, 2006.

MASSONI, Anne, “Les chanoines ont-ils été compositeurs ? La place de la création musicale dans les cathédrales et collégiales de France du Nord et de Belgique du XIV<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> siècle” em Sophie CASSAGNES-BROUQUET, Geneviève NORE e Martine YVERNAULT, eds. *Poètes et artistes: la figure du créateur en Europe au Moyen Âge et à la renaissance : colloque international*, Faculté des lettres et sciences humaines de Limoges, Limoges, Presses universitaires de Limoges, 2007, pp. 359-372.

*Ead.*, “Un nouvel instrument de travail pour la communauté scientifique: le répertoire des collégiales séculières de France à l’époque médiévale”, *Revue d’histoire ecclésiastique*, vol. 102, 3-4 (2007), pp. 918-922.

MATOS, João da Cunha, *A colegiada de São Cristóvão de Coimbra (sécs. XII e XIII)*, Trabalhos para concurso de provas para professor Coordenador, Tomar, Instituto Politécnico de Tomar, 1998.

MATOS, Manuel Cadafaz de, “Contributo para o estudo da recepção dos textos de Averróis (1126-1198) na Península Ibérica entre os séculos XIII e XV numa perspectiva da história do livro”, *Hvmanitas*, L, (1998), pp. 441-476.

MATOSO, Inês, “Um apontamento de Tumulário Medieval – O Conjunto da Igreja de São Cristóvão em Lisboa”, *Arqveologia e História*, 53 (2001), pp. 75-90.

MATTOSO, José, “A história das paróquias em Portugal” em José MATTOSO, *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, pp. 37-56.

*Id.*, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001. 2 vols.

*Id.*, “1096-1325” em José MATTOSO, dir. *História de Portugal*, vol. II: *A Monarquia Feudal*, coord. de José MATTOSO, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 9-309.

*Id.*, “Portugal no Reino Asturiano-Leonês” em José MATTOSO, dir. *História de Portugal*, vol. I: *Antes de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 441-565.

*Id.*, “A Universidade e a Sociedade”, *História da Universidade em Portugal*, vol. I, tomo I: (1290-1536), Coimbra, Universidade de Coimbra-Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 303-335.

*Id.*, “PARÓQUIA. I. Até ao século XVIII” em Carlos Moreira de AZEVEDO, dir. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 372-376.



- MEIRINHOS, José F., “Afonso Dinis de Lisboa : percurso de um filósofo, médico, teólogo, tradutor e eclesiástico do século XIV”, *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 4 (2007), p. 47-64.
- MILLET, Hélène, “Notice biographique et enquête prosopographique”, *Mélanges de l’École Française de Rome – Moyen Âge et Temps Modernes*, 100 (1988), pp. 88-90.
- Ead.*, “Circonscrire et dénombrer, pour quoi faire ?” em Jean-Philippe GENET e Günther LOTTES, eds. *L’État moderne et les élites, XIII<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles : apports et limites de la méthode prosopographique : actes du colloque international CNRS-Paris I, 16-19 octobre 1991*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1996, pp. 265-275.
- MONTEIRO, Nuno; SILVA, Fernando Vieira da e Sousa, Bernardo Vasconcelos e, “O Livro das despesas do Prioste do Cabido da Sé de Évora (1340-1341)”, *Revista de História Económica e Social*, nº 9, (1982), pp. 91-143.
- MORENO, Humberto Baquero, “Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo”, *Revista das Ciências do Homem, Série A*, 3 (1970), pp. 177-205.
- Id.*, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, vol. I, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1979.
- MORUJÃO, Maria de Rosário, “Geraldês Peres, cônego da Sé de Coimbra no séc. XIV”, *Revista Portuguesa de História*, 31/1 (1996), p. 393-430.
- Ead.* e Anísio Miguel de Sousa SARAIVA, “O chantre de Viseu e cônego de Coimbra Lourenço Esteves de Formoselha (...1279-1318†): uma abordagem prosopográfica”, *Lusitânia Sacra*, 2<sup>a</sup> série, 13-14 (2001-2002), pp. 75-137.
- NUNES, Eduardo Borges, *Dom Frey Gomez: abade de Florença, 1420-1440*, Braga, Edição do Autor - Livraria Editora Pax, 1963.

OLIVEIRA, António Resende de, *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*, Lisboa, Edições Colibri, 1994.

*Id.*, “As Instituições de ensino” em Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, dirs. *Nova História de Portugal*, vol. III: *Portugal em definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado portucalense à Crise do Século XIV*, Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM, coords. Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 635-659.

OLIVEIRA, Luís Filipe, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve, 2009.

OLIVEIRA, Manuel Alves de, “Historia da Real Colegiada de Guimarães”, Guimarães, [s.n.], 1978. *Separata de Boletim de Trabalhos Históricos*, 28 (1975-1977).

OLIVEIRA, Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, edição revista e actualizada. Lisboa, Publicações Europa-América, 1994.

PINA, Maria Isabel Castro, *Os Lóios em Portugal: origens e primórdios da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista*, dissertação de Doutoramento em História, especialidade História Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/NOVA, 2011.

PEIXOTO, João da Silva, “Liturgia”, em Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp.138-145.

PEREIRA, Isaías da Rosa, *As obras de misericórdia na Idade Média: as mercearias de Maria Esteves. Actas das 1<sup>as</sup> Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, Lisboa, 1972*, Lisboa, s.n., 1373, pp. 719-759.

*Id.*, “A Vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos sínodos medievais portugueses”, *Lusitânia Sacra*, 10 (1978), pp. 37-74.

*Id.*, “Dos livros e dos seus nomes. Bibliotecas litúrgicas medievais”, *SIGNO. Revista de Historia de la Cultura Escrita*, 3 (1996), pp. 133-161.

PONTES, José Maria da Cruz, “Afonso Dinis de Portugal” em António Banha de ANDRADE, dir. *Dicionário da História da Igreja em Portugal*, vol. I, Lisboa, Resistência, 1980, p. 56.

PRADALIÉ, Gérard, *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Edições Palas, 1975.

QUEIRÓS, Abílio, “«Estatutos» da confraria dos bacharéis da Sé de Coimbra”, *Boletim do arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. XIX-XX (1999-2000), pp. 75- 92.

RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva, *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, 2 vols.

RIBEIRO, João Carlos Taveira, *A Instituição Capitular Bracarense no Século XIV (1325-1374)*. Dissertação de Mestrado em História e Culturas Medievais, Universidade do Minho, 1998.

RODRIGUES, Ana Maria S. A, *La collégiale de S. Pedro de Torres Vedras (fin XIII<sup>e</sup>-fin XV<sup>e</sup> siècles). Étude économique et sociale*, tese de Doutoramento, Universidade Paris IV, 1981.

*Ead.*, «La formation et l’exploitation du domaine de la Collégiale de S. Pedro de Torres Vedras (fin XIII<sup>e</sup>-fin XV<sup>e</sup> siècles)», *Arquivo do Centro Cultural Português*, Vol. XIX, (1983), p. 3-37.

*Ead.*, “As Colegiadas de Torres Vedras nos séculos XIV e XV”, *Didaskalia*, XV (1985), pp. 369-436.

Ead., «O domínio rural e urbano da colegiada de São Pedro de Torres Vedras no final do século XV», *Revista de História Económica e Social*, Nº 17, (1986), p. 71-88.

Ead., *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

Ead., “O Poder Económico, Social e Político do Cabido da Sé de Braga nos finais da Idade Média (séculos XIII-XVI): um projecto de investigação”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 10 (1998), pp. 335-345.

Ead., «Clero Secular. I. Época Medieval», em Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 358-361.

Ead., “Colegiadas”, em Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 399-403.

Ead., “Dignidades Eclesiásticas”, em Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2000, p. 67-68.

Ead., “Contribution to the Study of the Portuguese Urban Elites: Cathedral and Collegiate Canons” em Marc BOONE e Peter STABEL, eds. *Shaping Urban Identity in Late Medieval Europe*, Leuven-Apeldorn, Garant, 2000, pp. 237-253.

Ead., “Patrimónios, direitos e rendimentos eclesiásticos” em *História Religiosa de Portugal*, vol. I: *Formação e limites da Cristandade*, Ana Maria JORGE e Ana Maria RODRIGUES, coords. Lisboa, Círculo dos Leitores, 2001, pp. 261-301.

Ead., “A Formação da rede paroquial no Portugal medievo” em Manuel GONZÁLEZ JIMÉNEZ e Isabel MONTES ROMERO-CAMACHO, eds. *La Península Ibérica entre el Mediterráneo y el Atlántico. Siglos XIII-XV*, Sevilla – Cadiz, Diputación de Cádiz – Sociedad Española de Estudios Medievales, 2006, pp. 685-695.

Ead., João Carlos Taveira COSTA, Maria Antonieta Moreira da COSTA e Maria Justiniana Pinheiro MACIEL, *Os capitulares bracarenses (1245-1374): notícias biográficas*, Lisboa, Centre de Estudos de História Religiosa, 2005.

ROSA, Maria Lurdes, *O Morgadio em Portugal, séculos XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

Ead., “A religião no século: vivências e devoções dos leigos” em Carlos Moreira AZEVEDO, dir. *História Religiosa de Portugal*, vol. I: *Formação e Limites da Cristandade*, Ana Maria C. M. JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES, coords. Rio de Mouro, Círculo dos Leitores, 2000, pp. 423-510.

Ead., “Contributos para o estudo da Reforma dos “Corpos Pios” no reinado de D. Manuel. A história institucional do *Juízo das Capelas de Lisboa*” em *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua época*, vol. 3, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 519-544.

Ead., «*As almas herdeiras*». *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*, dissertação de Doutoramento, EHESS-Paris e Universidade Nova de Lisboa, 2005.

Ead., “Sociabilidades e Espiritualidades na Idade Média: A historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 21 (2009), pp. 75-124.

Ead., “Catálogo de testamentos e tombos (1296-1521) da Provedoria das Capelas de Lisboa” em Maria do Rosário Themudo BARATA e Luís KRUS, dirs; Amélia Aguiar ANDRADE, Hermenegildo FERNANDES e João Luís FONTES, eds. *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscopio, 2009, pp. 539-552.

Ead., “Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV-XIX” em Maria de Lurdes ROSA, dir. *Colóquio*

*internacional Arquivos de família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM-CHAM-Caminhos Romanos, 2012, pp. 571-596.

RILEY, Carlos Guilherme, “Da origem inglesa dos Almadás: genealogia de uma ficção linhagística”, *Arquipélago. História (Revista da Universidade dos Açores)*, XI (1989), pp. 153-169.

ROSENTHAL, Jöel, *The purchase of Paradise. Gift giving among the aristocracy, 1307-1485*, Londres/ Toronto, Routledge and Kegan Paul/ University of Toronto Press, 1972.

SARAIVA, Anísio, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Leiria, Magno, 2003.

*Ead.*, e Maria de Rosário MORUJÃO, “Sigilografia heráldica medieval portuguesa no *Archivo Histórico Nacional* de Espanha”, in Miguel Metelo de SEIXAS e Maria de Lurdes ROSA, coords. *Estudos de Heráldica Medieval*, Lisboa, IEM-CLEGH-Caminhos Romanos, 2012, pp. 93-122.

SARAIVA, José Hermano, “O Testamento de Álvaro Gonçalves de Moura”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, 35 (1995), pp. 211-224.

SERRA, Joaquim Bastos, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa nos finais da Idade Média: os homens e a gestão da riqueza patrimonial*, Cascais, Patrimonia, 2003.

*Id.*, «A propriedade da Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa no tecido urbano e periurbano da cidade (inícios do século XVI)” in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 3: *População, Sociedade e Economia*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, p. 191-210.

*Id.*, «Mutações urbanas na Lisboa de finais da Idade Média» in *A Nova Lisboa Medieval*, coordenação do Núcleo Científico de Estudos Medievais/Instituto de Estudos Medievais, FCSH/UNL, Lisboa, Colibri, 2005, p. 131-151.

*Id.*, “Instituições religiosas e dinâmica urbana nos «pergaminhos avulsos» da Biblioteca Évora”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 17 (2005), pp. 405-418.

*Id.*, “Senhorios e Foreiros no momento da rescisão do Contrato. Encampações de bens de duas colegiadas de Évora nos finais da Idade Média” em Maria do Rosário Themudo BARATA e Luís KRUS, dirs; Amélia Aguiar ANDRADE, Hermenegildo FERNANDES e João Luís FONTES, eds. *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 571-582.

SILVA, Augusto Vieira da, *O Castelo de S. Jorge de Lisboa. Estudo histórico-descritivo*, 2ª edição, Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1937.

*Id.*, *A Cerca Moura de Lisboa e o Esteiro do Tejo na Baixa, Estudo histórico-descritivo*, 2ª edição, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1939.

*Id.*, *Epigrafia de Olisipo. Subsídios para a história da Lisboa romana*. Lisboa, Câmara Municipal, 1944.

*Id.*, *A cerca fernandina de Lisboa*, 2ª edição, Lisboa, Câmara Municipal, 1987. 2 vols.

*Id.*, *Dispersos*, Lisboa, Biblioteca de Estudos Olisiponenses, 1960. 3 vols.

*Id.*, *As muralhas da Ribeira de Lisboa.*, 3ª edição, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987. 2 vols.

SILVA, Carlos Guardado da, *Lisboa Medieval: A organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

SILVA, José Custódio Vieira da, “Arquitectura” em Maria Adelaide MIRANDA e José Custódio Vieira da SILVA, coords. *História da Arte Portuguesa Medieval*, Lisboa, Universidade Aberta, 1997, pp. 55-126.

*Id.*, “Da galilé à capela-mor. O percurso do espaço funerário na arquitectura gótica portuguesa” em *id.*, *O Fascínio do Fim*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997, pp. 45-59.

SILVA, Manuela Santos, “Contribuição para o Estudo das Oligarquias Urbanas Medievais: a instituição de capelas funerárias em Óbidos na baixa Idade Média” em Maria José Ferro TAVARES, ed. *A Cidade. Jornadas Inter e pluridisciplinares. Actas*, vol. II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 113-127.

*Ead.*, *Óbidos e a sua Região na Baixa Idade Média*, dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996.

*Ead.*, “Igrejas-Colegiadas na Idade Média: uma linha de investigação a ser (pros)seguida” em Maria do Rosário Themudo BARATA e Luís KRUS, dirs; Amélia Aguiar ANDRADE, Hermenegildo FERNANDES e João Luís FONTES, eds. *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 583-590.

*Ead.*, “Ensaio para uma monografia das colegiadas de Óbidos”, *Clio*, nova série, 3 (1998), pp. 7-24.

SILVEIRA, Ana Cláudia, “Entre Lisboa e Setúbal: os Palhavã” em Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís FONTES, coords. *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*, Lisboa Livros Horizonte, 2007, pp. 197-213.

SOUSA, Armindo de, *As cortes medievais portuguesas: 1385-1490*, Porto, INIC, 1990. 2 vols.

*Id.*, “1325-1480” em José MATTOSO, dir. *História de Portugal*, vol. II: *A Monarquia Feudal (1096-1480)*, José MATTOSO, coord. Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 263-466.

SOUSA, Bernardo de, “Linhagem e identidade social na nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV”, *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. LXVII, 227 (septiembre-diciembre 2007), p. 881-898.



*Id.*, e; Nuno MONTEIRO e Rui RAMOS, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009.

SOUSA, Frei Luís de *História de S. Domingos*, Porto, Lello & Irmão, 1977. 2 vols.

SOUSA, Ivo Carneiro de, “A rainha D. Leonor e as murate de Florença (notas de investigação)”, *Revista da Faculdade de Letras- História*, IV (1987), pp. 119-133.

SOUSA, J. M. Cordeiro de, “A inscrição tumular do Bispo D. Fernando de Miranda” em *id.*, *Colectânea olisiponense*, 2ª edição, vol. II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1982, pp. 71-82.

*Id.*, “Ainda a “capela dos Mirandas” na igreja de S. Cristóvão” em *id.*, *Colectânea olisiponense*, 2ª edição, vol. II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1982, p. 83-84.

SPINELLI, Giovanni, “Monachesimo e società tra XIV e XV secolo nell’ambiente di Ambrogio Traversari. 4. L’abate Gomes e i monasteri diorentini” em Gian Carlo GARFAGNINI, ed. *Ambrogio Traversari nel VI centenario della nascita*, Florence, 1988, pp. 61-64.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa, Editorial Presença, 1989.

TORQUEBIAU, Pierre, “Chapitres des Chanoines”, *Dictionnaire du Droit Canonique*, vol. III, direcção de R. NAZ, Paris, Librairie Letouzey, 1942, col. 530-595.

VARANDAS, Carla Patrícia Rana, *A colegiada de S. Pedro de Coimbra das origens ao final do século XIV: estudo económico e social*, dissertação de mestrado em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, 2 vols.

VARGAS, José Manuel, “As freguesias de Lisboa e do seu termo na idade média”, *Olisipo*, 2ª série, 17 (2002), pp. 47-62.

VENTURA, Margarida Garcês, *Igreja e poder no século XV. Dinastia de Avis e liberdades eclesiásticas (1383-1450)*, Lisboa, Edições Colibri, 1997.

Ead., *A colegiada de Santo André de Mafra: século XV-XVII: transcrição paleográfica do fundo documental e estudo introdutório*, Mafra, Câmara Municipal, 2002.

Ead., “As «Visitações gerais» de D. Jorge da Costa: notícia e breve análise” em Natália Marinho ALVES, Maria Cristina Almeida CUNHA e Fernanda RIBEIRO, eds. *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. III, Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património e Departamento de História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 201-225.

VIANA, Mário, “Uma perspectiva do património de duas colegiadas de Santarém”, *Media Aetas*, 2 (1999), p. 79-101.

VILAR, Hermínia Vasconcelos, “Notas para o estudo do clero eborense na segunda metade do século XIV: as súplicas a Roma” em *Actas do Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora. Actas*, vol. II, Évora, Instituto Superior de Teologia – Seminário Maior de Évora, 1994, p. 17-25.

Ead., *A vivência da morte no Portugal medievo: A Estremadura portuguesa (1300 a 1500)*, Cascais, Patrimonia, 1995.

Ead., *As dimensões de um poder: a Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

Ead., “A procura da perfeição longe do mundo: da reforma beneditina à influência cluniacense” em Carlos Moreira de AZEVEDO, dir. *História Religiosa de Portugal*, vol. I: *Formação e Limites da Cristandade*, Ana Maria C. M. JORGE e Ana Maria S. A. RODRIGUES, coords. Rio de Mouro, Círculo dos Leitores, 2000, pp. 206-212.

Ead., “O clero paroquial” em Carlos Moreira de AZEVEDO, dir. *História Religiosa de Portugal*, vol. I: *Formação e Limites da Cristandade*, Ana Maria C. M. JORGE e Ana

Maria S. A. RODRIGUES, coords. Rio de Mouro, Círculo dos Leitores, 2000, pp. 248-252.

*Ead.*, “História da Igreja em Portugal: um percurso possível pelas provas académicas (1995-2000)”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, XIII-XIV (2001-2002), p. 569-582.

*Ead.*, “Réseau paroissial et droit de patronage dans le diocèse d’Évora (XIII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles)” em Monique BOURIN e Stéphane BOISSELLIER, eds. *L’espace rural au Moyen Âge. Portugal, Espagne, France (XIIe-XIVe siècle). Mélanges en l’honneur de Robert Durand*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2002, pp. 125-142.

*Ead.*, “Canons and Cities: Cathedral Chapters and Their Social Composition in Medieval Portugal”, *e-JPH*, vol. 5, 2 (Winter 2007), pp. 1-19 [www.brown.edu/Departments/Portuguese\_Brazilian\_Studies/ejph].

*Ead.*, “Estruturas e Protagonistas Religiosos na Historiografia Medieval Portuguesa”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 21 (2009), pp. 125-151.

*Ead.*, e ROSA, Maria de Lurdes “The Church and Religious Practices” em José MATTOSO, dir; Maria de Lurdes ROSA, Bernardo de Vasconcelos SOUSA e Maria João BRANCO, eds. *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 323-347.

VISCEGLIA, Maria Antonietta, “Corpo e sepoltura nei testamenti della nobiltà napoletana (XVI-XVIII) secolo”, *Quaderni Storici*, ano XVII, 50/2 (Agosto de 1982), pp. 583-614.

## Anexos

<b>Lista 1: Os Priores da Colegiada de São Lourenço de Lisboa (1298-1515)</b>			
<b>Nome do Prior</b>	<b>Duração do priorado</b>	<b>Outros cargos exercidos na Colegiada<sup>1186</sup></b>	<b>Fontes<sup>1187</sup></b>
Vicente Peres	1298-1326		TT, <i>Gav.</i> 19, m. 14, n.º 3, fl. 29v TT, <i>VVNC</i> , cx. 1, n.º 52
Vasco Eanes	1334-1349		TT, <i>VVNC</i> , cx. 5, n.º 45, fól. 13 TT, <i>VVNC</i> , cx. 5, n.º 35
Pedro Eanes	1349-1351		TT, <i>VVNC</i> , cx. 5, n.º 35 TT, <i>CSLL</i> , m. 9, n.º 163
João Domingues	1356-1385		TT, <i>VVNC</i> , cx. 1, n.º 30 TT, <i>CSLL</i> , m. 4, n.º 68
Estêvão Miguéis	1385-1416		TT, <i>VVNC</i> , cx. 10, n.º 8 TT, <i>CSLL</i> , m. 4, n.º 62
Lourenço Eanes	1422-1449		TT, <i>CSLL</i> , m. 8, n.º 143 TT, <i>VVNC</i> , cx. 5, n.º 45, fól. 12 v.-13
Fernando Eanes	1450-1465		TT, <i>CSLL</i> , m. 4, n.º 63 TT, <i>VVNC</i> , cx. 1, n.º 28
Vicente Vasques	1465		TT, <i>VVNC</i> , cx. 1, n.º 28
Gomes Nogueira	1467- 1474		TT, <i>CSLL</i> , m. 5, n.º 88 TT, <i>CSLL</i> , m. 9, n.º 161
Frei Luís	1478-1479		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 3 TT, <i>VVNC</i> , cx. 5, n.º 34
Vicente Vasques	1479-1493	Raçoieiro (1468-1479) Prioste (antes de 1478)	TT, <i>CSLL</i> , m. 6, n.º 107 TT, <i>CSLL</i> , m. 6, n.º 119
Rui Lopes	1493-1515		TT, <i>CSLL</i> , m. 5, n.º 82 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 56

<b>Lista 2: Os Raçoieiros da Colegiada de São Lourenço de Lisboa (1298-1515)</b>			
<b>Nome do Raçoieiro</b>	<b>Período em que ocupou a ração</b>	<b>Outros cargos exercidos na Colegiada<sup>1188</sup></b>	<b>Fontes<sup>1189</sup></b>
Estêvão Gonçalves	1305-1320		TT, <i>Arquivo do Hospital de São José</i> , liv. 62, fol. 27 v-28 v TT, <i>CSLL</i> , m. 2, n.º 35
Vasco Gil	1305		TT, <i>Arquivo do Hospital de São José</i> , liv. 62, fol. 27 vº-28 vº
Martim Afonso	1310-1320		TT, <i>Arquivo do Hospital</i>

<sup>1186</sup> Sobre as referências documentais desses cargos consulte-se as listas desses cargos.

<sup>1187</sup> A primeira referência documental corresponde à primeira menção do prior a exercer as suas funções, enquanto a segunda corresponde à última.

<sup>1188</sup> Sobre as referências documentais desses cargos consulte-se as listas desses cargos.

<sup>1189</sup> A primeira referência documental corresponde à primeira menção do raçoieiro a exercer as suas funções, enquanto a segunda corresponde à última.

			<i>de São José</i> , liv. 62, fl. 72-76v. TT, <i>CSLL</i> , m. 2, nº 35
Gonçalo Esteves	1316-1320		TT, <i>CSLL</i> , m. 6, nº 118 TT, <i>CSLL</i> , m. 2, nº 35
Domingos Eanes	1320-1331		TT, <i>CSLL</i> , m. 2, nº 35 TT, <i>CSLL</i> , m. 8, nº 152
Mestre João Afonso Coelhinho	1345-1363		CUP, Vol. 1, p. 156. MPV, I, p. 433-434, nº 61.
João Eanes	1351-1383	Prioste (1351-1352)	TT, <i>CSLL</i> , m. 9, nº 163 TT, <i>Arquivo do Hospital de São José</i> , liv. 62, fl. 51-61v.
Gabriel Domingues	1351- 1367		TT, <i>CSLL</i> , m. 9, nº 163 TT, <i>CSLL</i> , m. 3, nº 49
Estêvão Vicente	1360-1383	Prioste (1361)	TT, <i>CSLL</i> , m. 2, nº 32; TT, <i>Arquivo do Hospital de São José</i> , liv. 62, fl. 51-61v.
Diogo Rodrigues	1368		TT, <i>VVNC</i> , cx. 2, nº 2
Afonso Esteves	1375-1400		TT, <i>CSLL</i> , liv. nº 2, fl. 4 TT, <i>CSLL</i> , m. 1, nº 17
Diogo Martins	1396-1406		TT, <i>CSLL</i> , m. 6, nº 109 TT, <i>CSLL</i> , m. 8, nº 144
Pedro de Oeiras	1396-1400		TT, <i>CSLL</i> , m. 6, nº 109 TT, <i>CSLL</i> , m. 1, nº 17
Diogo Domingues	1400		TT, <i>VVNC</i> , cx. 5, nº 45, fól. 12 v.
João Esteves	1400-1436	Prioste (1410, 1412, 1423, 1426)	TT, <i>CSLL</i> , m. 1, nº 17 TT, <i>CSLL</i> , m. 7, nº 128
Pedro Esteves	1400-1406		TT, <i>VVNC</i> , cx. 1, nº 31 TT, <i>CSLL</i> , m. 5, nº 84
Pedro Eanes	1404		TT, <i>CSLL</i> , m. 5, nº 87
Diogo Gonçalves	1411-1450		TT, <i>CSLL</i> , m. 8, nº 160 TT, <i>CSLL</i> , m. 4, nº 63
Fernão Peres	1414-1422		TT, <i>CSLL</i> , m. 8, nº 143 TT, <i>CSLL</i> , m. 8, nº 143
Lourenço Dinis	1416-1431	Prioste (1431)	TT, <i>CSLL</i> , m. 4, nº 62 TT, <i>CSLL</i> , m. 7, nº 132
Lourenço Eanes	1429-1436		TT, <i>CSLL</i> , m. 8, nº 155 TT, <i>CSLL</i> , m. 7, nº 128
Pedro Eanes	1438-1451		TT, <i>CSLL</i> , m. 2, nº 24 TT, <i>CSLL</i> , m. 8, nº 151
João Vasques	1438-1443	Prioste (1439)	TT, <i>CSLL</i> , m. 2, nº 24 TT, <i>CSLL</i> , m. 1, nº 18
João Vasques da Lapa	1441-1443		TT, <i>CSLL</i> , m. 7, nº 139 TT, <i>CSLL</i> , m. 1, nº 18
Fernando Eanes	1444-1447		TT, <i>CSLL</i> , m. 3, nº 44 TT, <i>CSLL</i> , m. 5, nº 100
João Vasques	1444-1450	Prioste (1446)	TT, <i>CSLL</i> , m. 2, nº 26 TT, <i>CSLL</i> , m. 4, nº 63
João Cama	1449-1490	Prioste (1478, 1485)	TT, <i>VVNC</i> , cx. 1, nº 29 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 17
Álvaro Fernandes	1451-1468		TT, <i>CSLL</i> , m. 8, nº 151

			TT, <i>CSLL</i> , m. 6, nº 107
João Vasques	1451-1483	Prioste (1451)	TT, <i>CSLL</i> , m. 8, nº 151 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 4
Álvaro da Costa	1457		TT, <i>CSLL</i> , m. 6, nº 112
Pedro Eanes	1460-1462		TT, <i>CSLL</i> , m. 1, nº 15 TT, <i>CSLL</i> , m. 4, nº 71
Vicente Vasques	1468-1479	Prioste (antes de 1478) Prior (1479-1493)	TT, <i>CSLL</i> , m. 6, nº 107 TT, <i>VVNC</i> , cx. 5, n.º 34
Diogo Gonçalves	1474-1487		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 37 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 10,
João Alvares	1483		TT, <i>CSLL</i> , m. 3, nº 52
João Rodrigues	1483-1494		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 4 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 22
João Alvares, o Moço	1483-1494		TT, <i>CSLL</i> , m. 3, nº 52 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 22
João Vasques	1488-1492		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 13 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 21
Estêvão Martins	1491-1492		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 19 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 21
Pedro Aires	1494-1496		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 22 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 29
Mestre-escola	1494-1506		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 22 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 38
Gonçalo Peres	1495		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 24
Francisco Dias	1495-1497		TT, <i>VVNC</i> , cx. 5, n.º 45 TT, <i>CSLL</i> , m. 9, nº 165
João Fernandes	1496-1500		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 29 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 33
Pedro Eanes	1498		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 31
Estêvão Gonçalves	1498		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 31
João Alvares	1498-1510		TT, <i>CSLL</i> , m. 6, nº 101 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 46
Pedro Aires	1500-1502		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 33 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 36
João Vasques	1501		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 35
Marcos Fernandes	1502-1507		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 36 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 40
André Esteves	1504-1515	Prioste (1514)	TT, <i>CSLL</i> , m. 5, nº 90 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 56
Rui Lopes	1507-1513		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 40 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 52
Pedro Fernandes	1509		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 44
Agostinho Fernandes	1509-1515	Prioste (1513)	TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 44 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 56
João Viçoso	1511-1514		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 47 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 54
Domingos Jorge	1514-1515		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 54 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 56
Afonso Lopes	1515		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 56

<b>Lista 3: Os Curas da Colegiada de São Lourenço de Lisboa (1298-1515)</b>		
<b>Nome do Cura</b>	<b>Período em que exerceu o cargo</b>	<b>Fontes<sup>1190</sup></b>
Fernão Gonçalves	1478	TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 3
Fernão Rodrigues	1483	TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 2
João Eanes	1495	TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 24
Duarte Dias	1506-1507	TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 38 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 40
Diogo Fernandes	1509-1510	TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 44 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 46
João Peres	1511	TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 47
Diogo Eanes	1512	TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 49

<b>Lista 4: Os Capelães da Colegiada de São Lourenço de Lisboa (1298-1515)</b>		
<b>Nome do Capelão</b>	<b>Período em que exerceu o cargo</b>	<b>Fontes</b>
Lourenço Esteves	1375	TT, <i>CSLL</i> , m. 7, nº 127
Afonso Esteves	1375	TT, <i>CSLL</i> , m. 7, nº 127
Leonardo Esteves	1376	TT, <i>CSLL</i> , m. 7, nº 126
Afonso Gonçalves	1380	TT, <i>CSLL</i> , m. 5, nº 81
Afonso Eanes	1382	TT, <i>CSLL</i> , m. 1, nº 4
Cristóvão Martins	1396	TT, <i>CSLL</i> , m. 6, nº 109
Álvaro Afonso	1396	TT, <i>CSLL</i> , m. 6, nº 109
Lourenço Dinis	1406	TT, <i>CSLL</i> , m. 8, nº 144
Jacome Garcia	1491	TT, <i>CSLL</i> , m. 7, nº 135

<b>Lista 5: Os Prioste da Colegiada de São Lourenço de Lisboa (1298-1515)</b>			
<b>Nome do Prioste</b>	<b>Período em que exerceu o cargo</b>	<b>Outros cargos exercidos na Colegiada<sup>1191</sup></b>	<b>Fontes</b>
João Eanes	1324		TT, <i>CSLL</i> , m. 4, nº 67
João Eanes	1351-1352	Raçoieiro (1351-1383)	TT, <i>CSLL</i> , m. 9, nº 163 TT, <i>CSLL</i> , m. 8, nº 149
Estêvão Vicente	1361	Raçoieiro (1360-1383)	TT, <i>CSLL</i> , m. 3, nº 50
João Esteves	1410, 1412, 1423, 1426	Raçoieiro (1400-1436)	TT, <i>CSLL</i> , m. 4, nº 77 TT, <i>CSLL</i> , m. 4, nº 80 TT, <i>CSLL</i> , m. 8, nº 156 TT, <i>CSLL</i> , m. 7, nº 132
Lourenço Dinis	1431	Raçoieiro (1416-1431)	TT, <i>CSLL</i> , m. 7, nº 132
João Vasques	1439	Raçoieiro (1438-1443)	TT, <i>CSLL</i> , m. 2, nº 37
João Vasques	1446	Raçoieiro (1444-1450)	TT, <i>CSLL</i> , m. 5, nº 96
João Cama	1478, 1485	Raçoieiro (1449-1490)	TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 3 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 7
João Vasques	1451	Raçoieiro (1451- 1483)	TT, <i>CSLL</i> , m. 7, nº 137
Vicente Vasques	antes de 1478	Raçoieiro (1468-1479) Prior (1479-1493)	TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 2

<sup>1190</sup> A primeira referência documental corresponde à primeira menção do cura a exercer as suas funções, enquanto a segunda corresponde à última.

<sup>1191</sup> Sobre as referências documentais desses cargos consulte-se as listas desses cargos.

Rui Lopes	1483	Ecónomo (1483-1484)	TT, <i>CSLL</i> , m. 3, nº 52
Estêvão Lourenço	1486		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 7
Gonçalo Garcia	1500	Ecónomo (1500)	TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 33
Agostinho Fernandes	1513	Raçoeiro (1509-1515)	TT, <i>CSLL</i> , LV, fl.53
André Esteves	1514	Raçoeiro (1504-1515)	TT, <i>CSLL</i> , LV, fl.55

**Lista 6: Os Tesoureiros da Colegiada de São Lourenço de Lisboa (1298-1515)**

Nome do Tesoureiro	Período em que exerceu o cargo	Fontes
Domingos Ramos	1351	TT, <i>CSLL</i> , m. 9, nº 163
Afonso Esteves	1360	TT, <i>CSLL</i> , m. 2, nº 32
André Afonso	1396	TT, <i>CSLL</i> , m. 6, nº 109
Afonso Domingues	1400	TT, <i>CSLL</i> , m. 1, nº 17
Antão Lourenço	1436	TT, <i>CSLL</i> , m. 7, nº 128
João Fernandes	1443	TT, <i>CSLL</i> , m. 1, nº 18
Rui Lourenço	1447	TT, <i>CSLL</i> , m. 6, nº 108
João Fernandes	1451	TT, <i>CSLL</i> , m. 8, nº 151
João Rodrigues	1462	TT, <i>CSLL</i> , m. 4, nº 71
Antão Rodrigues	1468	TT, <i>CSLL</i> , m. 6, nº 107
Antão Gonçalves	1479	TT, <i>CSLL</i> , m. 1, nº 2
João Cerveira	1497	TT, <i>CSLL</i> , m. 9, nº 165

**Lista 7: Os Ecónomos da Colegiada de São Lourenço de Lisboa (1298-1515)**

Nome do Ecónomo	Período em que exerceu o cargo	Outros cargos exercidos na Colegiada <sup>1192</sup>	Fontes
João de Évora	1474		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 37
Rui Lopes	1483, 1484	Prioste (1483)	TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 4 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 5
João Gonçalves	1484		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 5
Rodrigo Afonso	1485, 1487, 1488, 1489, 1490		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 6, 10, 13, 15, 17
Martim Peres	1486		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 7
Gil Gonçalves	1490		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 17
Pedro Domingues	1491, 1492		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 19, 21
João Eanes	1491, 1492, 1494, 1495, 1496		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 19, 21, 22, 24, 29
João de Moraes	1494		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 22
João Peres	1495		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 24
João Nogueira	1496		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 29
Rafael Fernandes	1496, 1497, 1498		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 29, 31 TT, <i>CSLL</i> , m. 9, nº 165
Brás Lourenço	1497, 1498		TT, <i>CSLL</i> , m. 9, nº 165
Pedro Vogado	1498		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 31
Diogo Lopes	1498, 1500		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 31 TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 33

<sup>1192</sup> Sobre as referências documentais desses cargos consulte-se as listas desses cargos.



Rui Lopes	1500, 1502		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 33, 36
Diogo Peres	1500		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 33
Gonçalo Garcia	1500	Prioste (1500)	TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 33
Fernão Martins	1502		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 36
Aires Afonso	1502		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 36
Pedro Luís	1502, 1503		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 36 TT, <i>CSLL</i> , m. 1, n.º 20
Gaspar Bravo	1506		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 38
João de Bairos	1506		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 38
Gaspar Fernandes	1507		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 40
João Peres	1507		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 40
Rafael Gil	1509		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 44
André Rodrigues	1510, 1512, 1513, 1514, 1515		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 46, 47, 49, 52, 54, 56.
Rui Lopes	1514, 1515		TT, <i>CSLL</i> , LV, fl. 54, 56

**Lista 8: Os administradores do Morgadio de Mestre Pedro (Fundado em 1296)**

Nome do Administrador	Período de Administração	Fontes <sup>1193</sup>
<b>Lourenço Peres I</b>	16 anos	Mário FARELO, “Os morgadios dos Nogueiras...”, p. 204
<b>Lourenço Peres II</b>	<sup>1194</sup> ...1311-1317... [1325/1326] <sup>1195</sup>	
<b>Filipe Lourenço</b>	...1326 – 1348...	
<b>Mestre João das Leis</b>	...1349-1383	
<b>Fernão Gonçalves</b>	...1383...	
<b>Afonso Eanes Nogueira</b>	1386-1419 [1426]	
<b>Rui Nogueira</b>	...1427-1432	
<b>D. Afonso Nogueira</b>	1432-1455 1456-1464	TT, <i>VVNC</i> , cx. 1, n.º 3 TT, <i>VVNC</i> , cx. 7, n.º 1, fl. 98v. TT, <i>VVNC</i> , cx. 7, n.º 1, fl. 21v TT, <i>VVNC</i> , cx. 7, n.º 1, 159
<b>Mem de Brito I</b>	1455-1456 1464-1490	TT, <i>VVNC</i> , cx. 7, n.º 1, 98v. TT, <i>VVNC</i> , cx. 7, n.º 1, 21v TT, <i>VVNC</i> , cx. 7, n.º 1, 159 TT, <i>VVNC</i> , cx. 7, n.º 1, fl. 30.
<b>Luís de Brito</b>	1490-1513...[1523]	TT, <i>VVNC</i> , cx. 10, n.º 26 TT, <i>VVNC</i> , cx. 7, n.º 1, fl. 113v

**Lista 9: Os administradores da Capela de Constança Eanes Palhavã (Fundada em 1327)**

Nome do Administrador	Período de Administração	Fontes
<b>Álvaro Gonçalves de Moura</b>	...1340	Mário FARELO, “Os morgadios dos Nogueiras...”, pp. 190, 204
<b>D. Afonso Dinis</b>	1340-1352	
<b>Afonso Peres</b>	Antes de 1383	
<b>Mestre João das Leis</b>	... 1383	
<b>Afonso Eanes Nogueira</b>	<sup>1196</sup>	

<sup>1193</sup> A primeira referência documental corresponde à primeira menção do administrador a exercer as suas funções, enquanto a segunda corresponde à última.

<sup>1194</sup> A reticências antes ou depois do número indicam o primeiro ou último ano conhecido do administrador à frente dos destinos do morgadio.

<sup>1195</sup> Corresponde ao ano da morte do administrador e, possivelmente, ao último do seu período à frente do morgadio.

<b>D. Afonso Nogueira</b>	...1430-1432...[1464]	
<b>Luís de Brito</b>	1469-1489...	TT, <i>Leitura Nova, Livro 5º da Estremadura</i> , fl. 3v-4. TT, <i>CSLL, LV</i> , fl. 16
<b>Estêvão de Brito</b>	...1490-1492	TT, <i>CSLL, LV</i> , fl. 17v TT, <i>CSLL, LV</i> , fl. 21
<b>Mem de Brito II</b>	1492-1516...	TT, <i>VVNC</i> , cx. 7, n.º 1, fl. 100v TT, <i>CSLL, LV</i> , fl. 58v, 59

<b>Lista 10: Os administradores do Morgadio de D. Afonso Dinis (Fundado em 1352)</b>		
<b>Nome do Administrador</b>	<b>Período de Administração</b>	<b>Fontes</b>
<b>Afonso Peres</b>	1352...	TT, <i>Arquivo do Hospital de São José</i> , liv. 62, fl. 51-61v
<b>Mestre João das Leis</b>	...1381-1383	TT, <i>VVNC</i> , cx. 7, n.º 1, fl. 4 TT, <i>Arquivo do Hospital de São José</i> , liv. 62, fl. 51-61v
<b>Estêvão Miguéis</b>	...1385-1387...	Mário FARELO, “Os morgadios dos Nogueiras...”, p. 204
<b>Afonso Eanes Nogueira</b>		
<b>Rui Nogueira</b>		
<b>D. Afonso Nogueira</b>	...1433-1455 1456-1464	TT, <i>VVNC</i> , cx. 1, n.º 11 TT, <i>VVNC</i> , cx. 7, n.º 1, fl. 98v. TT, <i>VVNC</i> , fl. 21v TT, <i>VVNC</i> , cx. 10, n.º 26
<b>Mem de Brito I</b>	1455-1456 1464-1490	TT, <i>VVNC</i> , cx. 7, n.º 1, fl. 98v. TT, <i>VVNC</i> , fl. 21v TT, <i>VVNC</i> , cx. 10, n.º 26 TT, <i>VVNC</i> , cx. 7, n.º 1, fl. 30.
<b>Luís de Brito</b>	1490...[1523]	TT, <i>VVNC</i> , cx. 7, n.º 1, fl. 30.

<b>Lista 11: Os administradores do Morgadio de D. João (Fundado em 1356)</b>		
<b>Nome do Administrador</b>	<b>Período de Administração</b>	<b>Fontes</b>
<b>Afonso Peres</b>	1352-1362	Mário FARELO, “Os morgadios dos Nogueiras...”, p. 204
<b>Afonso Esteves</b>	1362-1369...	
<b>Mestre João das Leis</b>		
<b>Afonso Eanes Nogueira</b>	...1396-1425... [1426]	TT, <i>VVNC</i> , cx. 16, n.º 19 Mário FARELO, “Os morgadios dos Nogueiras...”, p. 204
<b>Rui Nogueira</b>	...1428-1432	Mário FARELO, “Os morgadios dos Nogueiras...”, p. 204
<b>D. Afonso Nogueira</b>	1432-1444...[1464]	
<b>Mem de Brito I</b>	...1467-1490	Mário FARELO, “Os morgadios dos Nogueiras...”, p. 204 TT, <i>VVNC</i> , cx. 7, n.º 1, fl. 30.
<b>Luís de Brito</b>	1490-1497...	TT, <i>VVNC</i> , cx. 7, n.º 1, fl. 30. Mário FARELO, “Os morgadios dos Nogueiras...”, p. 204

<b>Lista 12: Os administradores do Morgadio de Maria Afonso (Fundado em 1362)</b>		
<b>Nome do Administrador</b>	<b>Período de Administração</b>	<b>Fontes</b>
<b>Mestre João das Leis</b>	... 1373...	Mário FARELO, “Os morgadios dos Nogueiras...”, p. 204
<b>Constança Afonso</b>	...1386-1399...	

<sup>1196</sup> A ausência de referências sobre o período de governo resultou do facto de apenas sabermos que esses administradores governariam esses morgadios ou capelas porque estes se encontravam ligados a outros vínculos que esses indivíduos administravam.

<b>Afonso Eanes Nogueira</b>	...1425...	
<b>Rui Nogueira</b>	1426-1431...[1432]	
<b>D. Afonso Nogueira</b>	...1434-1444...	TT, VVNC, cx. 1, n.º 12 Mário FARELO, “Os morgadios dos Nogueiras...”, p. 204
<b>Mem de Brito I</b>		Mário FARELO, “Os morgadios dos Nogueiras...”, p. 204
<b>Luís de Brito</b>	1490-1499...	Artur Moreira de SÁ, <i>Chartularium Universitatis Portugalensis</i> , vol. IX, pp. 282-285, n.º 3714 <i>Ib.</i> , pp. 408-412, n.º 3844

<b>Lista 13: Os administradores do Morgadio de Mestre João das Leis (Fundado em 1383)</b>		
<b>Nome do Administrador</b>	<b>Período de Administração</b>	<b>Fontes</b>
<b>Afonso Eanes Nogueira</b>	...1397... [1426]	Mário FARELO, “Os morgadios dos Nogueiras...”, p. 204
<b>D. Afonso Nogueira</b>	...1432 ...1443-1464	TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 158v Mário FARELO, “Os morgadios dos Nogueiras...”, p. 204
<b>Gomes Nogueira</b>	1432-1437...	TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 158v <i>Ib.</i> , fl. 16v
<b>Álvaro de Brito</b>	...1474...	TT, CSLL, LV, fl. 37
<b>Simão de Brito</b>	...1486-1514...	TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 39 TT, CSLL, LV, fl. 54

<b>Lista 13: Os administradores da Capela de Capela de Gonçalo Miguéis (Fundado em 1383)</b>		
<b>Nome do Administrador</b>	<b>Período de Administração</b>	<b>Fontes</b>
<b>Leonor Lopes</b>	Desconhecido	ANTT, <i>Leitura Nova. Livro 7º da Estremadura</i> , fl. 210v-211.
<b>João Elvas</b>	1463...	<i>Livro das Igrejas e capelas do padroado dos reis de Portugal</i> , p. 89

<b>Lista 15: Os administradores da Capela de Capela de Joana Vaz de Almada (Fundada em 1426)</b>		
<b>Nome do Administrador</b>	<b>Período de Administração</b>	<b>Fontes</b>
<b>D. Afonso Nogueira</b>	1427/1428-1464	TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 101v-102v ANTT, <i>Leitura Nova, Livro 5º da Estremadura</i> , fl. 1v, 2.
<b>Mem de Brito I</b>	1469-1490	TT, <i>Leitura Nova, Livro 5º da Estremadura</i> , fl. 3v-4 TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 30.
<b>Luís de Brito</b>	1490...	TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 30.

<b>Lista 16: Os administradores do Morgadio de São Estêvão de Beja (Fundado em 1372)<sup>1197</sup></b>		
<b>Nome do Administrador</b>	<b>Período de Administração</b>	<b>Fontes</b>
<b>Mem de Brito I</b>	1438-1490	TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 155v-156. TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 30.
<b>Luís de Brito</b>	1490...[1523]	TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 30.

<sup>1197</sup> Só referimos nesta lista os administradores depois dos vínculos dos Nogueira passarem para os Brito.

Estêvão de Brito	...1528	TT, VVNC, cx. 7, n.º 1, fl. 21.
------------------	---------	---------------------------------

Quadro 1: Comparência dos Piores de São Lourenço na redacção dos contractos económicos (1351-1511)				
Nome do Prior	Nº de contratos por priorado	Comparências	Ausências	Nº de Procuradores nomeados
Vicente Peres (1305-1326)				
Vasco Eanes (1334-1342)				
Pedro Eanes (1349-1351)	1		1	1
João Domingues (1356-1385)	26	26		
Estêvão Miguéis (1385-1416)	7	6	1	1
Lourenço Eanes (1422-1449)	18	18		
Fernando Enaes (1450-1465)	9	9		
Vicente Vasques (1465)				
Gomes Nogueira (1467- 1474)	7	5	2	2
Frei Luís (1478-1479)				
Vicente Vasques (1479-1493)	6	6		
Rui Lopes (1493-1515)	26	16	10	5

**Fontes:**

TT, *CSLL*, m. 1, nº 3, 4, 7, 9, 10, 11, 15- 18, 20; m. 2, nº 21, 24, 26, 30, 32, 34, 37, 38, 39; m. 3 nº 49, 50, 55; m. 4 nº 63, 65, 68, 71, 73, 77, 79, 80; m. 5 nº 82-85, 88, 89, 92, 94; m. 6 nº 101-103, 105-109, 111-113, 119, 120; m. 7, nº 122, 124-128, 134-137, 139; m. 8, nº 143, 144, 146, 149-151, 153-155; m. 9, nº 161, 163, 171, 172; *Liv*, nº 2;  
TT, *VVNC*, cx. 10, n.º 25

<b>Quadro 2: Número médio de raçoeiros documentados na redacção dos contractos económicos (1351-1511)</b>		
<b>Anos</b>	<b>Nº de Contractos</b>	<b>Média de raçoeiros presentes</b>
1351-1361	6	2
1361-1371	2	3
1371-1381	18	3
1381-1391	3	3
1391-1401	2	4
1401-1411	3	2
1411-1421	2	3
1421-1431	6	2
1431-1441	5	3
1441-1451	11	4
1451-1461	4	3
1461-1471	5	3
1471-1481	3	2
1481-1491	5	1
1491-1501	13	1
1501-1511	14	3

**Fontes:**

TT, *CSLL*, m. 1, nº 3, 4, 7, 9, 10, 11, 15- 18, 20; m. 2, nº 21, 24, 26, 30, 32, 34, 37, 38, 39; m. 3 nº 49, 50, 55; m. 4 nº 63, 65, 68, 71, 73, 77, 79, 80; m. 5 nº 82-85, 88, 89, 92, 94; m. 6 nº 101-103, 105-109, 111-113, 119, 120; m. 7, nº 122, 124-128, 134-137, 139; m. 8, nº 143, 144, 146, 149-151, 153-155; m. 9, nº 161, 163, 171, 172; *Liv*, nº 2.

TT, *VVNC*, cx. 10, n.º 25

<b>Quadro 3: Comparência dos Priores e dos Curas durante as Visitações (1474-1515)</b>				
<b>Ano da Visitação</b>	<b>Nome do Prior</b>	<b>Comparência do Prior</b>	<b>Nome do Cura</b>	<b>Comparência de Cura</b>
1474	Gomes Nogueira	Não		
Anterior a 1479	Gomes Nogueira	Não		
1478	Frei Luís	Não	Fernão Gonçalves	Sim
1483	Vicente Vasques	Sim	Fernão Gonçalves	Sim
1484	Vicente Vasques	Sim		
1485	Vicente Vasques	Sim		
1486	Vicente Vasques	Sim		
1487	Vicente Vasques	Sim		
1488	Vicente Vasques	Sim		
1489	Vicente Vasques	Não		
1490	Vicente Vasques	Sim		
1491	Vicente Vasques	Sim		
1492	Vicente Vasques	Sim		
1494	Rui Lopes	Sim		
1495	Rui Lopes	Não	João Eanes	Sim
1496	Rui Lopes	Sim		
1498	Rui Lopes	Sim		
1500	Rui Lopes	Não		
1501	Rui Lopes	Sim		
1502	Rui Lopes	Sim		
1506	Rui Lopes	Não	Duarte Dias	Sim
1507	Rui Lopes	Não	Duarte Dias	Sim
1509	Rui Lopes	Não	Diogo Fernandes	Sim
1510	Rui Lopes	Não	Diogo Fernandes	Sim
1511	Rui Lopes	Não	João Peres	Sim
1512	Rui Lopes	Não	Diogo Eanes	Sim
1513	Rui Lopes	Sim		
1514	Rui Lopes	Sim		
1515	Rui Lopes	Sim		

**Fontes:**

TT, *CSLL*, LV, fl. 1-57.

<b>Quadro 4: Número médio de raçoeiros e ecónomos presentes durante as Visitações (1474-1515)</b>			
<b>Anos</b>	<b>Média de Raçoeiros Presentes</b>	<b>Média de Ecónomos Presentes</b>	<b>Anos de que temos os textos das visitasões</b>
1474-1480	3	1	1474, 1478, 1479
1480-1486	3	1	1483, 1484, 1485, 1486
1486-1492	2	2	1487, 1488, 1489, 1490, 1491, 1492
1492-1498	1	3	1494, 1495, 1496, 1498
1498-1504	2	4	1500, 1501, 1502
1504-1510	3	2	1506, 1507, 1509, 1510
1510-1516	3	1	1511, 1512, 1514, 1515

**Fontes:**

TT, *CSLL*, *LV*, fl. 1-57.

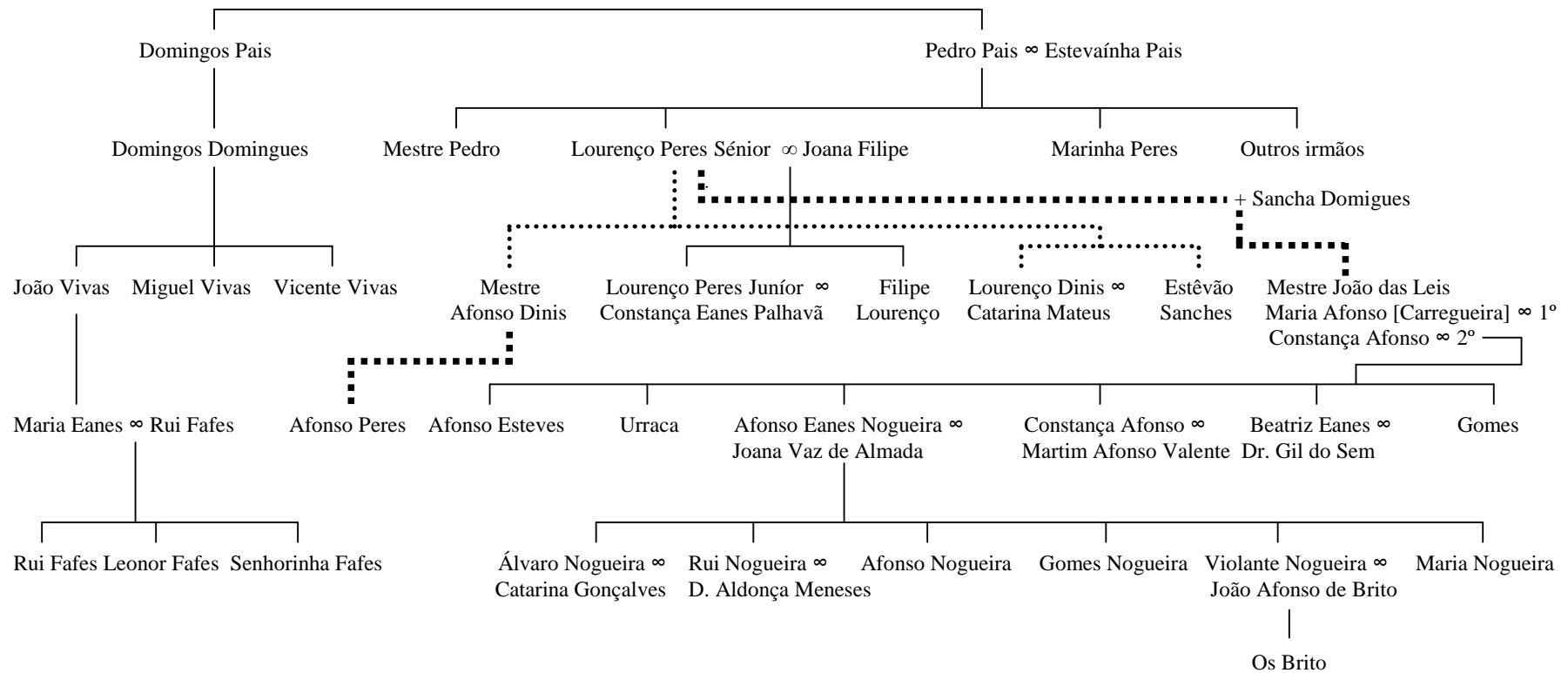
**Quadro 5: A comparação da Colegiada de São Lourenço nos Pleitos Judiciais (1320-1507)**

Ano do Pleito	Nome do Prior	Participação do Prior face ao acto jurídico	Motivo da acção desenvolvida	Cota
1320	Vicente Peres	sim	Direito de propriedade de bens da igreja	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 2, nº 35
1324	Vicente Peres	não	Direito de propriedade de bens da igreja	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 4, nº 67
1359	João Domingues	sim	Direito de propriedade de bens da igreja	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 7, nº 133
1364	João Domingues	não	Recuperação de rendas de foreiros em atraso	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 7, nº 121
1381	João Domingues	sim	Recuperação de rendas de foreiros em atraso	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 4, nº 64
1390	Estêvão Miguéis	sim	Recuperação de rendas de foreiros em atraso	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 5, nº 81
1398	Estêvão Miguéis	sim	Recuperação de dízimos em atraso	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 4, nº 74
1403	Estêvão Miguéis	sim	Direito de propriedade de bens da igreja	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 8, nº 142
1403	Estêvão Miguéis	sim	Recuperação de rendas de foreiros em atraso	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 5, nº 93
1404	Estêvão Miguéis	sim	Pagamento de indemnização	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 5, nº 87
1405	Estêvão Miguéis	sim	Pagamento de aniversários em dívida	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 6, nº 116
1406	Estêvão Miguéis	sim	Recuperação de dízimos em atraso	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 3, nº 42
1412	Estêvão Miguéis	sim	Recuperação de rendas de foreiros em atraso	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 4, nº 70
1423	Lourenço Eanes	não	Recuperação de dízimos em atraso	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 6, nº 117
1423	Lourenço Eanes	sim	Pagamento de indemnização	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 8, nº 156
1425	Lourenço Eanes	sim	Pagamento de indemnização	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 5, nº 87
1428	Lourenço Eanes	sim	Pagamento de despesas fúnebres ao Cabido de Lisboa	<i>Cabido da Sé. Sumários de Lousada...</i> , pp. 73-74
1431	Lourenço Eanes	não	Recuperação de rendas de foreiros em atraso	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 7, nº 132
1433	Lourenço Eanes	sim	Recuperação de rendas de foreiros em atraso	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 7, nº 140
1437	Lourenço Eanes	sim	Recuperação de rendas de foreiros em atraso	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 2, nº 36
1439	Lourenço Eanes	sim	Comprovação sobre a legitimidade da igreja cobrar o dízimo	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 4, nº 75
1446	Lourenço Eanes	sim	Direito de propriedade de bens da igreja	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 5, nº 96
1467	Gomes Nogueira	não	Pagamento de indemnização que a igreja foi absolvida	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 1, nº 8
1471	Gomes Nogueira	não	Recuperação de rendas de foreiros em atraso	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 8, nº 141
1492	Vicente Vasquez	não	Recuperação de rendas de foreiros em atraso	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 2, nº 28



1497	Rui Lopes	sim	Recuperação de rendas de foreiros em atraso	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 9, nº 165
1503	Rui Lopes	não	Direito de propriedade de bens da igreja	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 9, nº 162
1507	Rui Lopes	não	Direito de propriedade de bens da igreja	ANTT, <i>CSLL</i> , m. 7, nº 123

# Esquema genealógico dos Nogueira (1280-1464)



## Legenda:

- = Descendência legítima
- ..... = Descendência natural
- - - - - = Descendência ilegítima
- ∞ = Casamento
- + = Barregania

**Fontes:**

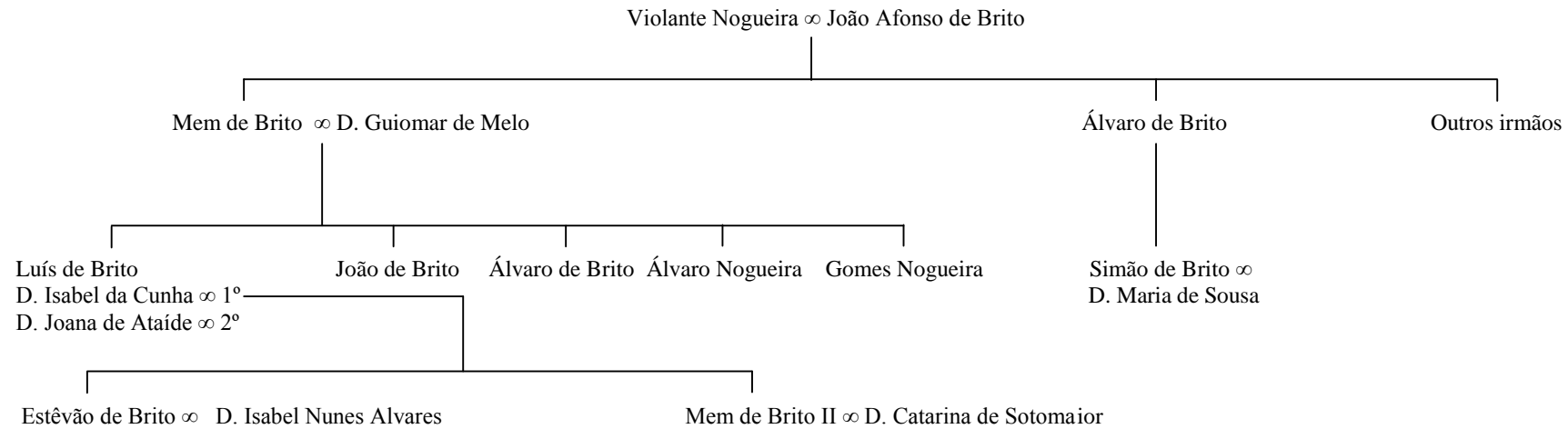
Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa, os «Nogueiras»”, em Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís FONTES (coords.), *Lisboa Medieval: os rostos da cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 155.

Mário FARELO, "Os morgados dos Nogueiras: entre a medieval estratégia de poder e a moderna lógica documental", in Maria de Lurdes ROSA (dir.), *Colóquio internacional Arquivos de família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM-CHAM-CAMINHOS ROMANOS, 2012, pp. 185-204

Rita Costa GOMES, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, pp. 135-136.

Luís Filipe OLIVEIRA, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve, 2009, pp. 495-500.

# Esquema genealógico dos Brito (1464-1515)



## Legenda:

— = Descendência legítima  
 ∞ = Casamento

**Fontes:**

Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa, os «Nogueiras»”, em Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís FONTES (coords.), *Lisboa Medieval: os rostos da cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 155.

Mário FARELO, "Os morgados dos Nogueiras: entre a medieval estratégia de poder e a moderna lógica documental", in Maria de Lurdes ROSA (dir.), *Colóquio internacional Arquivos de família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM-CHAM-CAMINHOS ROMANOS, 2012, pp. 185-204.

Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, vol. II, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1980, p. 746, 747, 812-813

TT, *Arquivo do Hospital de São José*, liv. 91, fl. 169

TT, *VVNC*, cx. 10, n.º 29

TT, *VVNC*, cx. 7, n.º 1, fól. 46v

TT, *CSLL*, m. 8, n.º 153